



REVISÃO
PLANO DIRETOR
2019 - 2039 SUMARÉ/ SP

Revisão do Plano Diretor DIAGNÓSTICO

VOLUME

1



SUMARÉ

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ/ SP



REVISÃO
PLANO DIRETOR
2019 - 2039 SUMARÉ/ SP

**DOCUMENTO BASE
DIAGNÓSTICO**



VOLUME 1 – Leitura do Município

- 1. Contexto Regional: Região Metropolitana de Campinas**
 - 2. Contexto Municipal**
 - 3. Contexto Econômico**
- 4. Perfil do Desenvolvimento Econômico Municipal**
 - 5. Finanças Municipais**
 - 6. Aspectos Ambientais**



Prefeitura Municipal de
SUMARÉ
Renovada e Forte.

Livro “SUMARÉ, CIDADE ORQUÍDEA 150 ANOS DE UMA BELA HISTÓRIA”

“E, quando eu crescer?
O que essa cidade vai ser?
Tudo que podemos é lutar e crer.
Não consigo nem imaginar o que minha cidade pode se
tornar,
mas só de olhar, sei que o bom e o ruim
somos nós que temos que decidir e causar.
Muitos criticam, uns lutam, outros nem ligam,
mas nós a amamos Sumaré e nossas mãos a você
damos,
assim grande seremos e uma cidade melhor
formaremos,
assim como esse poema que criamos.”

“Sumaré não é perfeita, mas me causa felicidade”

Poema de Endryw, Guilherme e Lucas, 2018, 9º ano B,
Coletânea de Poemas sobre os 150 anos de Sumaré na EM Nilza Thomazin

EM "ALFREDO CASTRO DONAIRE"
Diretora: Rejane Aparecida Cuzim
Coordenadora: Ana Maria Pereira

Cidade orquídea

Há 150 anos nasceu a Cidade Orquídea
Que para crescer precisou romper
As matas e a vegetação,
Para enfim a plantação aparecer.
Da cana-de-açúcar até o café,
Surge a população da cidade de Sumaré.

Então vieram indústrias,
Ferrovias e rodovias,
Misturando a natureza e a sua beleza.
O progresso chegou invadindo
E com as árvores e os ribeiros
O território foi dividindo.

Cuidando da natureza, rios e praças,
Neste aniversário precisamos fortalecer,
Só assim nossa Cidade Orquídea
Sempre linda irá permanecer.

Professora do 5º ano A: Cristiane Aparecida Ramos dos Santos
Escritores do 5º ano A
Akemmy Thaina da Silva Costa
Alexandre Aparecido dos Santos
Ana Luisa da Silva
Anna Vitoria Mariano Xavier
Antonio Roberto Chuma Neto
Beatriz Lohane Brito
Carlos Eduardo Abreu Custodio
Cauã Miguel Silva Campos
Edvaldo Gabriel G. dos Santos
Gabriela Vitória dos Santos Gonçalves
Hansel Daniel Lima Vieira
Joana Karoline Mota Martins
João Pedro Rodrigues de Lima dos Santos
João Vitor Pereira
Juan Henrique Martins
Kalo Vinicius da Silva Ferreira
Kayane Paola de Souza Silva
Leticia da Luz Batista
Lucas Gabriel Siqueira
Marcelo Alves Marciano
Marcos Felipe Cardoso de Oliveira
Maria Fernanda Trindade

Matheus Eduardo Nogurira de Souza
Matheus Vieira de Sousa
Miguel Ryan Qualiatti
Paulo Henrique Bonilha de Brito
Pedro Henrique dos Santos Pereira
Ruan Rikelmi Angelo da Silva
Sara Lobato
Thaíla Beatrice Barreto Marques

16

Fonte: Livro Cidade Orquídea 150 anos

Sumaré, nossa cidade

De algumas terras doadas
A uns nobres cavalheiros,
Começou a surgir uma vila,
Do esforço e dedicação
De um nobre engenheiro.

Engenheiro esse
Que construiu nessa vila
A estação ferroviária,
Trazendo o progresso e melhorando a vida.

Vida de pessoas que aqui trabalhavam
Plantando, colhendo,
Com o esforço de todos,
A vila foi crescendo e surgiu uma cidade
Com muitos imigrantes,
De nome Sumaré.

Tornou-se independente e importante.
Igreja matriz, estação ferroviária, casarão da Fazenda Sertãozinho
São patrimônios históricos
Que temos que preservar com carinho.
Hoje, depois de mais de um século,
Tanto progresso se vê.
Sumaré, cidade querida,
Só temos aplausos para você.

Professora do 5º ano B: Cristiane Avanci da Silva
Escritores do 5º ano B

Abner Fernando Lima das Graças
Alana Leticia Galdino de Brito
Alexandre Ribeiro Benedeti Junior
Aysa Thayrinne Martins Pereira
Beatriz Santana Ferreira
Caio Augusto Ribeiro Schiavo
Camila Monção Soterio
Camilly Alves do Nascimento
Elias Alves de Amorim
Felipe Gabriel Moreira da Silva
Gustavo Barreto Sanches
Heitor da Silva Fernandes
Heloisa Gabrielle Marinho de Melo
Igor Lima da Silva
Josué Leal de Sousa
Kemily Victoria Canicares da Silva
Kevin Luan da Silva
Lazaro Rangel dos Santos
Maria Eduarda dos Santos Souza
Matheus de Sousa Santos
Milliani Lima Candido
Nathan Alves da Silva
Nicole da Silva
Pedro Henrique Galisa Cordeiro
Pietra Mariano Matos
Rafaela de Oliveira Magalhães
Sophia Ferreira Moura
Thulio Henrique Pereira Rodrigues
Vinícios Souza da Silva
Wellington Procopio dos Santos

Fonte: Livro Cidade Orquídea)

APRESENTAÇÃO – MENSAGEM

A revisão do **Plano Diretor de Desenvolvimento de Sumaré – Lei Municipal n.º 4250/2006** é um documento orientador do modelo de ordenamento urbano e desenvolvimento socioeconômico, que pressupõe a compatibilização dos programas e instrumentos de atuação das políticas urbanas para Sumaré com uma visão e um desígnio estratégicos para o horizonte de 2039.

Denominado **PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SUMARÉ (PDDS)** será norteado pela visão da população Sumareense e irá refletir igualmente os pontos de vista de toda a comunidade. A consulta, participação e solidariedade continuadas da população serão vitais para o sucesso da implementação do PDDS.

Através do Plano, as políticas sociais e econômicas de Sumaré serão implantadas no intuito de mitigar as demandas e atender às reais necessidades da população, estabelecendo a segurança e a estabilidade e assentando as bases para o desenvolvimento e crescimento cidadão.

Pretende-se recuperar a estabilidade municipal, tornando a cidade sustentável, beneficiando a qualidade de vida, estabilidade da população e uma economia em crescimento.

Serão efetuadas reformas setoriais e propostas de investimentos consideráveis na economia, pretendendo-se iniciar um programa de incentivo para o desenvolvimento do setor de alta tecnologia.

O PDDS é um pacote integrado de políticas estratégicas a serem implementadas em curto prazo (5 a 10 anos), em médio prazo (10 a 20 anos) e em longo prazo (a partir de 20 anos).

Está alinhado com os “*Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas*”, sendo mais do que um conjunto de metas, e sim um conjunto de propostas minuciosamente elaborado para cada setor da área pública. Esta propositura de alinhamento se mostra necessária para que também se constitua base preponderante aos planos de governos, pretendendo estabelecer uma orientação que possibilite um desenvolvimento inclusivo, sustentável e em longo prazo para Sumaré.

Visa desenvolver a infraestrutura fundamental, recursos humanos e o fortalecimento da sociedade, bem como, o crescimento do emprego no setor privado e nos setores industriais estratégicos impulsionando prioritariamente incentivos para a criação dos corredores de desenvolvimento tecnológico e para a ocupação do sistema de espraiamento urbano - *sprawling*.

Estabelece as diretrizes para se atingir a visão coletiva da população sumareense de uma cidade pacífica e próspera em 2039.

O Plano irá incluir, pressupostos sobre perspectivas do setor secundário de alta tecnologia e de taxas de crescimento na economia local, um dos pontos chaves do crescimento sustentável. Fornecendo um quadro para a identificação e avaliação de prioridades e um guia para a implementação de estratégias e ações recomendadas.

Ressaltamos que é parte fundamental do Plano a participação ativa da comunidade promovendo sua efetivação e o sucesso de seus objetivos.

Em suma, o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de SUMARÉ – PDDS será um trabalho conjunto de aprendizado e corresponsabilidade entre governo e sociedade, que irá garantir a participação ampla e qualificada da população sumareense em busca da definição de novos rumos, almejando a construção de um futuro melhor, com mais qualidade de vida.

Nossos olhares focaram criticamente os territórios urbano e rural, encontrando problemas e soluções de médios e longos prazos.

As condições futuras ideadas pautaram-se nas características, particularidades, tendências e potencialidades da cidade.

Por último, agradecemos a participação de todos que contribuíram, exercendo os direitos e deveres da cidadania, por via das quais chegamos ao novo, atual e moderno delineamento de metas e diretrizes, traçando o percurso de Sumaré nas próximas décadas.

Ao final da caminhada, haveremos de conquistar uma cidade mais harmônica, sustentável e com melhor qualidade de vida para a sua população.

Outro destino que não os mencionados não são aceitáveis para a cidade conhecida como a Cidade Orquídea.

Luiz Alfredo Castro Ruzza Dalben

Prefeito Municipal de Sumaré

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ

Luiz Alfredo Castro Ruzza Dalben
Prefeito Municipal de Sumaré

Henrique Stein Sciascio
Vice-Prefeito Municipal de Sumaré

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

Clauduir Aparecido Menes (Meskan) - PSB

Décio Marmirolli - PSB

Dr. Rubens Champam - PSDB

Edgardo José Cabral - PRB

Edivaldo Teodoro - REDE

Eduardo Aparecido Nascimento de Lima - PPS

Fabio Ferreira dos Santos - SDD

Helio Pereira da Silva - PPS

João Maioral - PDT

Joel Cardoso da Luz - SDD

Josué Cardozo - SDD

Marcio Junior Brianes - PCdoB

Ronaldo Mendes - PSDB

Rudinei Olívio Lobo - PRB

Sebastião Alves Correa (Tião do Posto) - PTB

Sergio Aparecido Rosa - PDT

Ulisses Nunes Gomes - PT

Valdinei Pereira da Silva (Nei do Gás) - PV

Valdir de Oliveira - DEM

Warlei de Faria (Fininho) - PSDB

Willian de Souza Rosa - PT

SECRETARIAS MUNICIPAIS

Chefia de Gabinete

Olímpio Trausi

Secretaria Municipal de Governo e Participação Cidadã

Henrique Stein Sciascio

Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Estratégica

Welington Domingos Pereira

Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento

Monis Márcia Soares

Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil

Ricardo Alexandre Zequin

Secretaria Municipal de Obras

Eder Lázaro Castro Ruzza

Secretaria Municipal de Educação

Mirela Hernandes Cia Medeiros

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Raí Stein Sciásio

Secretaria Municipal de Saúde

Rafael Virginelli

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Rural

José Aparecido Ribeiro Marin

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Aparecido Fernandes da Silva

Secretaria Municipal de Controle Interno e Transparência

Jesuel Dimei Pereira

Procuradoria Geral do Município

Valdemir Moreira Reis Junior

Secretaria Municipal de Administração e RH

Henrique Stein Sciascio

Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento
Econômico

Cláudio Aparecido Padovani

Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

Josué Cardoso

Secretaria Municipal de Defesa, Proteção e Preservação do Meio Ambiente

Carlos Roberto Barijan

Secretaria Municipal de Comunicação Social

Alexandre Maluf Stein

Secretaria Municipal de Habitação

Pedro Benedito Maciel Neto

Fundo Social de Solidariedade

Jussimara de Fátima Castro Ruzza Dalben

COMISSÃO MUNICIPAL PARA OS TRABALHOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Econômica

Titular : **Wellington Domingos Pereira**

Suplente: Carlos Henrique de Oliveira Nascimento

Secretaria Municipal de Governo e Participação Cristã

Titular: **Henrique Stein Sciacio**

Suplente: Carmen Silva de Alamo Umbuzeiro

Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico

Titular: **Claudio Aparecido Padovani**

Suplente: Ana Paula Ribeiro Nishida

Secretaria Municipal de Obras

Titular: **Eder Lazaro Castro Ruzza**

Suplente: Jossilaine Roberta França Fernandes

Secretaria Municipal de Defesa, Proteção e Preservação do Meio Ambiente

Titular: **Carlos Robetto Barijan**

Suplente: Moisés Rodrigo Paschoalin Machado

Secretaria Municipal de Habitação

Titular: **Pedro Benedito Macial Neto**

Suplente: Rozária Martins

Procuradoria Geral do Município

Titular: **Valdemir Moreira dos Reis Junior**

Suplente: Ricardo Rocha Ivanoffg

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Titular: **Aparecido Fernandes da Silva**

Suplente: Kleber de Oliveira

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Rural

Titular: **José Aparecido Ribeiro Marin**

Suplente: Mauro Jorge Cegantin

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Titular: **Raí Stein Sciascio**

Suplente: Fábio do Valle Nicoletti

Secretaria Municipal de Educação

Titular: **Mirela Hernandes Cia Medeiros**

Suplente: Waltair Pereira Lucas

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: **Rafael Virgineli**

Suplente: Bruno Reina da Silva

Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento

Titular : **Monis Marcia Soares**

Suplente: Willian Anderson da Costa Nunes Barreto

Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

Titular : **Josué Cardozo**

Suplente: Sebastião Pereira da Silva

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Titular: **Eduardo Aparecido Nascimento Lima**
Suplente: Joel Cardoso

Titular: **Rudnei Olívio Lobo**
Suplente: Edgardo José Cabral

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Ordem dos Advogados do Brasil- OAB Subseção de Sumaré

Titular : **Dr. Vanderlei Cesar Corneani**
Suplente: Dr. Saulo Negrão Baldani

Associação Comercial, Industrial, Agropecuária de Sumaré-ACIAS

Titular: **Deborah Aparecida Rodrigues Rovai**
Suplente: Carlos Alberto Ravagnani

Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sumaré

Titular: **José Antonio Picelli Gonçalves**
Suplente: Valdemir Aparecido Ravagnani

Clubes de Serviços do Município

Titular: **Maria Angela Nascimento Rebuá**
Suplente: Roberto Ivan Rovagnelli

Sistema SESI/SENAI de Sumaré

Titular: **Marcelo Virgílio**
Suplente: Rogerio Rodrigues Rosas

Sociedade de Filantropia Comunitária de Sumaré -SOFIC

Titular: **Katia Cristine Vasconcelos**
Suplente: Joseli da Silva Russo

Pró Memoria de Sumaré

Titular: **Alaerte Menuzzo**
Suplente: Roberto Corderonsi

Movimentos Sociais de Moradia

Titular: **Edson Gordiano da Silva**
Suplente: Gilson Bispo dos Santos Junior

COLABORADORES NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

CONSELHOS MUNICIPAIS

Conselho Municipal de Igualdade
Geneses José de Souza

Conselho Municipal da Juventude
Orlando Nicolau Vale Filho

Conselho Municipal Direitos da Pessoa Idosa
Daiane Golfetti

Conselho Municipal de Assistência Social
Alexandre Stein Coval

Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
Solange Fazon Costa Daniel

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Eliane Pinheiro Cavallo

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
Vanessa M. de Souza R. Pereira

Conselho Tutelar de Sumaré
Michel R. Passos de Oliveira

Conselho Municipal de Alimentação Escolar
Luis Carlos Gonçalves

Conselho Municipal Desenvolvimento Rural
Sueli Gonçalves da Silva

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Cássio Luiz Ferraz Monteiro

ENTIDADES CIVIS

Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sumaré
José Antonio Picelli Gonçalves

Associação dos Agric. e Pecuáristas de Sumaré
Marcos Ravagnani

**CONSIMARE – Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos
da Região Metropolitana de Campinas**
Valdemir Aparecido Ravagnani

Ordem dos Advogados do Brasil – Sumaré
Vanderlei Cesar Corneani

SOFIC – Sociedade de Filantropia Comunitária de Sumaré
Joseli da Silva Russo

SESI/SENAI
Marcelo Virgílio

Associação Pró-Memória de Sumaré
Alaerte Menuzzo

Movimentos Sociais de Moradia
Edson Gordiano da Silva

Clubes de Serviços do Município
Maria Angela Nascimento Rebuá

Lions Club de Sumaré
Renato Ghirardello

Rotary Club de Sumaré
José Carlos Bertasso

ACIAS – Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Sumaré
Juarez Pereira da Silva

Amigos do Horto
Fausto Luiz Rodrigues

Luvás do Bem
Nayara Moreli Souza

Proext – PUCC
Profª. Dra. Eliane Navarro
Prof. Dr. Paulo R., da Silva Oliveira

Coord. Geral de Projetos de Extensão da PUCC
Profª Dra. Terezinha C. de Moraes

EQUIPE MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Secretário Municipal da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Estratégica

Welington Domingos Pereira

Coordenação Executiva

Arquiteta e Urbanista Miriam Cecília Lara Netto

Equipe Técnica de Trabalho

Arquiteto e Urbanista Carlos Henrique Oliveira Nascimento

Arquiteta e Urbanista Mara de Paiva Garzeri Freire

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO INTERSETORIAL

Procuradoria Geral do Município

Alexandre José Cecílio

Talitha De Nadai Lahr

Secretaria Municipal de Defesa, Proteção e Preservação do Meio Ambiente

Alan Lourenção

Ana Carolina Cunha Norte

Habib Jorge Goraieb

Secretaria Municipal de Saúde

Andreza Cristina Macelari

Rodrigo Daniel Zanoni

Bruno Reina

Secretaria Municipal de Obras

Luciano Ricato

Angelo Fernando Zoppi

Arnaldo Tramontano

Cícero de Moraes

Secretaria Municipal de Habitação

Rosária Martins

Niraldo Ferreira Siqueira

Douglas Aparecido de Oliveira

Carlos Hiroshi Shimabukuro

Secretaria Municipal de Educação

Luiz Carlos Gonçalves

Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento

Willian A. da Costa Nunes Barreto

Nilza Barbosa Valini

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Kleber de Oliveira

Rildo Jose Sanches

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Wesley da Silva Oliveira

Fabio do Vale Nicoletti

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Ana Paula Ribeiro Nishida

Juliana Paiola

Silvestre Gonzalez

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Rural

Marco Aurélio Trindade Demétrio

Secretaria Municipal de Segurança Pública

Rodrigo Fernandes de Melo

Henrique Ribeiro Falivene de Sousa

Secretaria Municipal de Inclusão

Mariana de Oliveira Alborguete

Secretaria Municipal de Comunicação

Jefferson Lobo de Godoy

Carolina Garbeline Dias

Anderson Ananias da Silva

SARI Convênios

Elizandra de Sousa Damaceno

SUMÁRIO

I. LEITURA DO MUNICÍPIO	23
<i>INTRODUÇÃO</i>	<i>23</i>
<i>Figura 01 – Livro “Cidade Orquídea”</i>	<i>25</i>
<i>Figura 02 – Praça da República – Primeira praça da cidade</i>	<i>26</i>
<i>Figura 03 – Vista aérea região central</i>	<i>27</i>
<i>Figura 04 – Residencial Parque Bandeirantes – Área Cura</i>	<i>27</i>
1. CONTEXTO REGIONAL: REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	28
1.1. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	28
A. CARACTERIZAÇÃO GERAL	28
<i>Figura 05 - Imagem de satélite mostrando a mancha urbana da macro metrópole</i>	<i>30</i>
MAPA 01 - REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	31
MAPA 02 - REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	32
MAPA 03 - MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS DA RMC	33
<i>Tabela 01 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, RMC E ESTADO DE SÃO PAULO, 2000/2015 a 2019</i>	<i>34</i>
<i>Figura 06 – Distribuição da população na RMC</i>	<i>34</i>
<i>Figura 07 – Distribuição da população na RMC</i>	<i>35</i>
<i>Tabela 02 – POPULAÇÃO MUNICÍPIOS DA RMC</i>	<i>36</i>
<i>Tabela 03 - TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO</i>	<i>37</i>
B) TIPOLOGIA ECONÔMICA DA RMC	38
<i>Tabela 04 – PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DA RMC NO EMPREGO</i>	<i>38</i>
<i>Gráfico 01 – Emprego e Salários Médios – RMC 2006/2018</i>	<i>39</i>
B.1.) EMPREGO E REMUNERAÇÃO POR MUNICÍPIO	39
<i>Gráfico 02 – Participação do Emprego por Município – RMC</i>	<i>40</i>
<i>Gráfico 03 – Salário Médio por Município da RMC 2006/2018</i>	<i>41</i>
B.2.) INDICADORES – RMC	41
<i>Tabela 05 – SALDO DO EMPREGO EM JULHO DE 2018</i>	<i>42</i>
<i>Tabela 06 – INDICADORES EM JULHO DE 2018</i>	<i>42</i>
B.3.) PERFIL DO EMPREGO SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS – RMC	42
B.4.) ECONOMIA – RMC	43
B.5.) COMÉRCIO EXTERIOR – RMC	44
1.2. INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ NA RMC	44
<i>Tabela 07 – POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL</i>	<i>45</i>
MAPA 04 - LOCALIZAÇÃO DE SUMARÉ NA RMC	46
MAPA 05 - LOCALIZAÇÃO DE SUMARÉ NO ESTADO DE SP	47
2. CONTEXTO MUNICIPAL	48
2.1. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E GEOGRÁFICA	48
MAPA 06 – MAPA GERAL DO MUNICÍPIO (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)	48
2.2. CLIMA	48
<i>Tabela 08 – CLIMA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS - SUMARÉ</i>	<i>49</i>
2.3. TEMPERATURA	49
2.4. PRECIPITAÇÃO	49
<i>Gráfico 04 – Chuva mensal média</i>	<i>50</i>
2.5. ESTAÇÃO DE CULTIVO	50
<i>Gráfico 05 – Percentuais nas várias faixas de temperatura e estação de cultivo</i>	<i>51</i>
2.6. MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	51

2.7. RELEVO	51
2.8. VEGETAÇÃO	52
<i>Tabela 09 – BIOMAS EXISTENTES NOS MUNICÍPIOS DA RMC</i>	<i>52</i>
<i>Figura 08 - Remanescentes de Mata Atlântica – Horto Florestal em seu entorno</i>	<i>53</i>
2.9. SOLOS E GEOLOGIA	53
2.10. PONTOS TURÍSTICOS	54
<i>Figura 09 – Sítio Histórico Sertãozinho</i>	<i>55</i>
<i>Figura 10 – Igreja Sant’Ana Matriz da Cidade</i>	<i>56</i>
<i>Figura 11 – Parque Municipal do Marcelo</i>	<i>56</i>
<i>Figura 12 – Orquidário Municipal</i>	<i>57</i>
<i>Figura 13 – Estação da FEPASA</i>	<i>57</i>
2.11. HIDROGRAFIA	58
MAPA 07 – RELEVO E HIDROGRAFIA (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)	58
2.11.1. HIDROLOGIA	59
MAPA 08 – BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ	59
2.12. RODOVIAS	60
MAPA 09 – EIXOS VIÁRIOS (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)	60
<i>Tabela 10 – ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DE DESENVOLVIMENTO HUMANO</i>	<i>61</i>
<i>Gráfico 06 – Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Riqueza</i>	<i>63</i>
<i>Gráfico 07 – Progressão do IDH Sumaré – 1991/2010</i>	<i>63</i>
<i>Tabela 11 – PIB EM VALORES CORRENTES - Evolução</i>	<i>64</i>
<i>Gráfico 08 – Evolução do PIB Municipal</i>	<i>64</i>
<i>Tabela 12 – ESTATÍSTICAS DO ELEITORADO – Data Base 2018</i>	<i>64</i>
2.13. FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA	65
MAPA 10 - ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DO MUNICÍPIO	66
2.14. HISTÓRICO	67
2.14.1. INTRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DE SUMARÉ	67
2.14.2. DESENVOLVIMENTO DA CIDADE	68
MAPA 11 - CAPITANIAS DE SÃO PAULO	69
MAPA 12 – PROVÍNCIA DE SÃO PAULO	70
MAPA 13 – SESMARIAS DE SÃO PAULO ONDE SE CONSTATA A FORMAÇÃO DE CAMPINAS	70
MAPA 14 – EXPANSÃO CAFEIEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO	71
<i>Figura 14 – Localização da Parada dos Tropeiros por volta de 1870 às margens do Rib. Quilombo ...</i>	<i>72</i>
<i>Figura 15 – Localização das fazendas que compunham o território do Quilombo</i>	<i>73</i>
<i>Figura 16 – Orquídea Sumaré do Mato</i>	<i>74</i>
MAPA 15 – INÍCIO POVOADO	75
<i>Figura 17 – Localização das primeiras casas na área central da Sede do Município</i>	<i>77</i>
<i>Figura 18 – Foto Histórica da Fundação da Estação Rebouças / sem data</i>	<i>76</i>
<i>Figura 19 – Sumaré no ano de 1966</i>	<i>76</i>
<i>Figura 20 – Linha do tempo</i>	<i>77</i>
MAPA 16 - EVOLUÇÃO URBANA (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)	76
2.15. LISTA DOS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS DE SUMARÉ	78
<i>Figura 21 – Igreja tombada “Senhor do Bom Jesus” – Bairro do Matão</i>	<i>78</i>
MAPA 17 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)	78
2.16. A BANDEIRA DE SUMARÉ	79
<i>Figura 22 – Bandeira do Município de Sumaré –SP</i>	<i>79</i>
2.17. O BRASÃO DE SUMARÉ	80
<i>Figura 23 – Brasão do Município de Sumaré -SP</i>	<i>80</i>
2.18. O HINO DE SUMARÉ	81

<i>Figura 24 – Hino de Sumaré – Comemorações Brasil 500 anos</i>	82
<i>Figura 25– Praça da Matriz com coreto – Década de 50</i>	82
3. CONTEXTO ECONÔMICO	83
A) AGRICULTURA	83
B) INDÚSTRIA	83
C) COMÉRCIO E SERVIÇOS	84
3.1. PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO	84
<i>Tabela 13 - PIB A PREÇOS CORRENTES E PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA</i>	85
<i>Gráfico 09 – Evolução do PIB RMC – Primeiros lugares</i>	86
<i>Tabela 14 – POSIÇÃO OCUPADA PELOS 100 MAIORES MUNICÍPIOS, EM RELAÇÃO AO PIB</i>	86
<i>Tabela 15 – POSIÇÃO OCUPADA PELOS MUNICÍPIOS NA RMC - PIB</i>	87
<i>Tabela 16 - EVOLUÇÃO DO VA MUNICIPAL POR SETORES DE ATIVIDADES</i>	88
<i>Gráfico 10 – Evolução do VA Municipal por setores de atividades</i>	89
<i>Tabela 17 - EVOLUÇÃO DO VA RMC POR SETORES DE ATIVIDADES</i>	90
3.2. EMPREGABILIDADE E CATEGORIAS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS	97
<i>Tabela 18 – EMPREGO, SALÁRIOS E ROTATIVIDADE POR SETORES DE ATIVIDADES NA RMC 2006-2016</i>	97
<i>Tabela 19 – EMPREGO, SALÁRIOS E ROTATIVIDADE POR ESCOLARIDADE NA RMC 2006-2016</i>	98
3.3. EMPREGABILIDADE E CATEGORIAS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ	98
<i>Tabela 20 – EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS POR ATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ 2000 – 2017</i> .	99
<i>Tabela 21 – EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS, RENDIMENTO E ESCOLARIDADE 2000 - 2017</i>	99
<i>Tabela 22 – EVOLUÇÃO DAS ADMISSÕES E DEMISSÕES NO MUNICÍPIO</i>	100
<i>Tabela 23 – EVOLUÇÃO EMPREGABILIDADE - 2006 - 2016</i>	101
<i>Tabela 24 – EVOLUÇÃO ATIVIDADES ECONÔMICAS POR SETOR PRODUTIVO</i>	101
3.4. EMPREGO E RENDA	102
<i>Tabela 25 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</i>	102
<i>Tabela 26 - OCUPAÇÕES COM MAIORES ESTOQUES</i>	102
<i>Tabela 27 - REMUNERAÇÃO MÉDIA DE EMPREGOS FORMAIS</i>	103
<i>Tabela 28 - REMUNERAÇÃO MÉDIA DAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES</i>	103
<i>Tabela 29 - VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL</i>	104
<i>Tabela 30 - VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL COM OCUPAÇÕES</i>	105
<i>Tabela 31 - FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL</i>	105
<i>Gráfico 11 – Flutuação do Emprego Formal</i>	106
<i>Tabela 32 - SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO</i>	107
3.5. ÍNDICES E DESEMPENHO MUNICIPAL	108
3.5.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)	108
<i>Tabela 33 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUAS VARIÁVEIS</i>	109
<i>Gráfico 12 – Evolução do IDHM do Município de Sumaré</i>	111
3.5.2. IPRS – ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	112
<i>Figura 26 – Matriz IPRS</i>	112
<i>Figura 27 – Vista Aérea – Área Central – Década de 60</i>	113
<i>Tabela 34 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS</i>	114
3.5.3. IPVS – ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL	114
<i>Tabela 35 - PADRÕES - ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL</i>	115
<i>Tabela 36 - ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL</i>	116
MAPA 18 – VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ	117
<i>Figura 28 – Vista Aérea – Vila Soma</i>	118
3.5.4. COEFICIENTE DE GINI	118
<i>Tabela 37 - ÍNDICE DE GINI - Renda, Pobreza e Desigualdade</i>	119

3.5.5. IFDM – ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	119
<i>Gráfico 13 – IFDM e Áreas de Desenvolvimento</i>	<i>119</i>
<i>Tabela 38 – POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NO RANKING DO IFDM - CONSOLIDADO.....</i>	<i>120</i>
<i>Gráfico 14 – Distribuição dos Municípios por Intervalo de Desenvolvimento.....</i>	<i>120</i>
<i>Gráfico 15 – Situação Relativa do Município</i>	<i>121</i>
4. PERFIL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL	121
4.1. PERFIL ECONÔMICO DE SUMARÉ	121
4.1.1. SISTEMA PRODUTIVO LOCAL	121
4.1.1.1. SETOR INDUSTRIAL	122
MAPA 19 – PRINCIPAIS EIXOS VIÁRIOS DA RMC	123
<i>Tabela 39 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS POR SEÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE 2.0) E ANO DE FUNDAÇÃO - SETOR INDUSTRIAL</i>	<i>124</i>
<i>Gráfico 16 – Evolução do Número de Estabelecimentos por tipo de atividade</i>	<i>133</i>
<i>TABELA 40 – EMPRESAS DETENTORAS DE INCENTIVOS FISCAIS.....</i>	<i>134</i>
4.1.1.2. SETOR SERVIÇOS E COMÉRCIO	134
<i>Tabela 41 – CADASTRO COMERCIAL</i>	<i>135</i>
<i>Figura 29 – Avenida 07 de Setembro - principal eixo comercial da Sede do Município.....</i>	<i>135</i>
<i>Tabela 42 – CADASTRO DE SERVIÇOS.....</i>	<i>136</i>
MAPA 20 – LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS).....	136
<i>Tabela 43 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS POR SEÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE 2.0) E ANO DE FUNDAÇÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</i>	<i>137</i>
4.1.1.3. AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA	140
<i>Tabela 44 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL</i>	<i>140</i>
<i>Tabela 45 – EVOLUÇÃO EM PERCENTUAL DA ÁREA TERRITORIAL COM PLANTAÇÃO.....</i>	<i>141</i>
<i>Gráfico 17 – Percentual da área territorial com plantação</i>	<i>141</i>
<i>Gráfico 18 – Flutuação da produção de tomates no Município a partir de 2010.....</i>	<i>142</i>
<i>Tabela 46 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS POR SEÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE 2.0) E ANO DE FUNDAÇÃO - AGRICULTURA.....</i>	<i>143</i>
<i>Tabela 47 – PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA E EXTRATIFICAÇÃO DOS PRODUTOS.....</i>	<i>143</i>
<i>Tabela 48 – CENSO AGROPECUÁRIO – Ano de 2017.....</i>	<i>144</i>
<i>Tabela 49 – PRODUÇÃO PECUÁRIA – Ano de 2017.....</i>	<i>148</i>
4.1.2. ASSENTAMENTOS DE SUMARÉ – REFORMA AGRÁRIA	149
4.1.2.1. ASSENTAMENTOS DE SUMARÉ – ASSENTAMENTO I.....	150
MAPA 21 – DIVISÃO DOS LOTES NO ASSENTAMENTO SUMARÉ.....	151
MAPA 22 – CULTURAS DA SAFRA 89/90 – ASSENTAMENTO I SUMARÉ.....	152
<i>Figura 30 – Plantação de Banana – Assentamento I</i>	<i>152</i>
MAPA 23 – CULTURAS DA SAFRA 93/94 – ASSENTAMENTO I SUMARÉ.....	153
<i>Figura 31 – Divulgação da Festa da Mandioca do Assentamento I.....</i>	<i>153</i>
MAPA 24 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - ASSENTAMENTO SUMARÉ I	154
4.1.2.2 ASSENTAMENTOS DE SUMARÉ – ASSENTAMENTO II.....	155
4.1.2.3 ASSENTAMENTOS DE SUMARÉ – ASSENTAMENTO III.....	156
MAPA 25 – LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS – MUNICÍPIO DE SUMARÉ.....	156
<i>Figura 32 – Assentamento II de Sumaré</i>	<i>158</i>
<i>Figura 33 – Foto de João Calixto da Silva – Um dos fundadores do Assentamento I de Sumaré.....</i>	<i>159</i>
<i>Figura 34 – Festa da Mandioca – Comunidade São João Batista</i>	<i>160</i>
4.1.3. POLÍTICAS FEDERAIS AGRÍCOLAS	161
4.1.3.1. ASPECTO SOCIAL/CULTURAL	162
4.1.3.2. ASPECTO AMBIENTAL	162

4.1.3.3. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À PRODUÇÃO, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO	162
<i>Figura 35 – Produção de Tomate Estaqueado</i>	162
<i>Tabela 50 – AVALIAÇÃO DAS DIFICULDADES DAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS</i>	163
5. FINANÇAS MUNICIPAIS	164
5.1. DAS COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS	164
5.1.1. TIPOS DE COMPETÊNCIA	164
5.1.2. CONTEÚDO DAS COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	165
5.1.3. LEGISLATIVA	165
5.1.4. TRIBUTÁRIA	165
5.1.5. FINANCEIRA	166
5.1.6. ADMINISTRATIVA	166
5.1.7. ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS	166
5.2. ORGANIZAÇÃO FAZENDÁRIA E LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL	167
<i>Tabela 51 - RECURSOS TRIBUTÁRIOS PARA A GESTÃO MUNICIPAL DE SUMARÉ</i>	167
5.3. RECEITAS MUNICIPAIS	168
<i>Tabela 52 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FPM – Fundo de Participação dos Municípios para Sumaré</i>	169
<i>Gráfico 19 – Valor do Fundo de Participação dos Municípios – FPM para o Município de Sumaré – SP Data Base 2017 (Unidade: R\$ x 1000)</i>	169
<i>Figura 36 - Ranking do Município em relação ao FUPAM</i>	170
<i>Tabela 53 - EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</i>	171
<i>GRÁFICO 20 – Evolução dos Repasses do ICMS</i>	172
<i>Tabela 54 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</i>	172
<i>Tabela 55 - EVOLUÇÃO DA RECEITA</i>	173
<i>Tabela 56 - EVOLUÇÃO DA DESPESA</i>	174
<i>Tabela 57 - RECEITA = TOTAL E POR HABITANTE</i>	175
<i>Tabela 58 - DESPESA = TOTAL E POR HABITANTE</i>	175
<i>Tabela 59 – REPASSE TRIBUTOS AOS MUNICÍPIOS RMC - 2016</i>	176
<i>Tabela 60 - COMPORTAMENTO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL - EXERCÍCIO – 2018</i>	177
<i>Gráfico 21 - Composição de participação dos Municípios no Repasse de ICMS</i>	178
5.4. DESPESAS MUNICIPAIS	179
<i>Tabela 61 - COMPARATIVO POR MUNICÍPIOS - DIPAM - DATA DE EMISSÃO: 10/04/2019</i>	180
<i>Tabela 62 - RECEITAS E DESPESAS – 2018</i>	181
<i>Tabela 63 - RECEITAS E DESPESAS % – 2018</i>	181
<i>Tabela 64 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL – 2018</i>	182
<i>Tabela 65 – DESPESA POR FUNÇÃO DE DESPESA – 2018</i>	182
5.5. CONVÊNIOS MUNICIPAIS	183
<i>Tabela 66 – Convênios - Governo Federal (em anexo no final deste relatório)</i>	183
<i>Tabela 67 – Convênios – Governo Estadual (em anexo no final deste relatório)</i>	183
<i>Tabela 68 – Convênios - Agemcamp / Fundocamp (em anexo no final deste relatório)</i>	183
<i>Tabela 69 - Convênios - Termos De Cooperação / Contratos De Parceria (em anexo no final deste relatório)</i>	183
5.6. POTENCIALIDADES	183
6. ASPECTOS AMBIENTAIS	185
6.1. RECURSOS HÍDRICOS	185
<i>Tabela 70 – REDE HÍDRICA MUNICÍPIO DE SUMARÉ</i>	185
<i>Figura 37 – Nascente da represa do Marcelo</i>	186
<i>Figura 38 – Represa do Marcelo</i>	186

<i>Figura 39 – Nascente da represa do Horto</i>	187
<i>Figura 40 – Represa do Horto</i>	187
<i>Figura 41 – Represa do Horto – Vista aérea</i>	188
<i>Gráfico 22 – Hierarquia Fluvial no Município de Sumaré</i>	188
<i>Gráfico 23 – Número de Nascentes por 2 km²</i>	189
<i>Gráfico 24 – Índice de Densidade de Drenagem</i>	189
<i>Gráfico 25 – Índice de Comprimento de Vertente</i>	190
6.2 A BACIA DO RIO PIRACICABA – CONFIGURAÇÕES E SUA CORRELAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE SUMARÉ	190
MAPA 27 - UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS	192
<i>Bacia do Rio Piracicaba</i>	192
MAPA 28 – BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ	193
<i>Figura 42- Esquema de localização de pontos de monitoramento</i>	194
<i>Tabela 71 – DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE AMOSTRAGEM DOS PRINCIPAIS RIBEIRÕES CONTRIBUINTES DA BACIA DO RIO PIRACICABA</i>	195
<i>Gráfico 26 - OD - Ribeirão Quilombo – QUIL03200 – Classe III</i>	196
<i>Gráfico 27 - DBO - Ribeirão Quilombo – QUIL03200 – Classe III</i>	197
<i>Gráfico 28 - Oxigênio Dissolvido - Ribeirão Tatu – TATU04850 – Classe IV</i>	197
<i>Gráfico 29 - DBOI - Ribeirão Tatu – TATU04850 – Classe IV</i>	197
<i>Figura 43 - Classificação IQA</i>	198
6.2.1. A BACIA DO RIO PIRACICABA – DISPONIBILIDADE HÍDRICA	198
6.2.1.1. ÁGUAS SUPERFICIAIS	198
<i>Gráfico 30 - Evolução da disponibilidade per capita de volume de água</i>	199
<i>Figura 44 - Esquema Sistema Cantareira de Captação de Água</i>	200
6.2.1.2. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	201
<i>Tabela 72 – CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES AQUÍFERAS DA BACIA DO RIO PIRACICABA</i>	201
6.3. PLANO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ 2010 A 2020	202
6.4. MICROBACIA DO CÓRREGO TAQUARA BRANCA – MBTB	203
MAPA 29 - MICROBACIA DO TAQUARA BRANCA,	207
<i>Tabela 73 - SÍMBOLO DE CADA UNIDADE DE MAPEAMENTO, ÁREA E CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS DA MBTB</i>	208
MAPA 30 – MICROBACIA DO TAQUARA BRANCA – MAPA DE SOLOS	209
MAPA 31 - MICROBACIA DO TAQUARA BRANCA – TOPOGRAFIA	210
MAPA 32 - MICROBACIA DO TAQUARA BRANCA – USO DA TERRA	211
6.5. MICROBACIA DO RIBEIRÃO DOS TOLEDOS	212
<i>Figura 45 - Localização do Córrego da Candelária e do Paraíso</i>	212
MAPA 33 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DE SANTA BÁRBARA D’ OESTE	213
6.6. MICROBACIA DO PINHEIRINHO/QUILOMBO	214
<i>Figura 46 - Plantação de Girassol em Sumaré na área da Bacia do Córrego Pinheirinho</i>	214
MAPA 34 - MICROBACIA DO CÓRREGO PINHEIRINHO	215
<i>Figura 47 - Vista Google Earth da Bacia do Córrego Pinheirinho</i>	216
MAPA 35 - MICROBACIA DO CÓRREGO PINHEIRINHO	218
<i>Tabela 74 - VALORES DAS TOLERÂNCIAS DE PERDAS DE SOLO PARA AS UNIDADES PRESENTES NA MICROBACIA DO CÓRREGO PINHEIRINHO</i>	219
MAPA 36 - MAPA TEMÁTICO DO SOLO E DAS PERDAS	219
6.7. MICROBACIA DO QUILOMBO	220
6.7.1. ÁREAS INUNDÁVEIS	222
6.7.1.1 CAUSAS DA INUNDAÇÕES	222
6.7.1.2 ASPECTOS TÉCNICOS	223
<i>Tabela 75 - MUNICÍPIOS REPRESENTANTES DA BACIA DO RIBEIRÃO QUILOMBO</i>	223

MAPA 37 – LOCALIZAÇÃO DO RIBEIRÃO QUILOMBO NA BACIA DO RIO PIRACICABA	224
<i>Figura 48 - Bacia do Ribeirão Quilombo.....</i>	<i>224</i>
<i>Figura 49 - Hipsometria da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Quilombo.....</i>	<i>225</i>
MAPA 38 - USO DO SOLO NA BACIA DO RIBEIRÃO QUILOMBO E SEUS AFLUENTES	225
MAPA 39 - ÁREAS ONDE OCORREM INUNDAÇÕES.....	226
6.8. MICROBACIA DO CÓRREGO TIJUCO PRETO	227
MAPA 40 – MICROBACIA DO CÓRREGO TIJUCO PRETO.....	227
6.9. MICROBACIA DO CÓRREGO SÃO FRANCISCO	228
MAPA 41– MICROBACIA DO CÓRREGO SÃO FRANCISCO	228
6.10. MICROBACIA DO CÓRREGO PALMITAL.....	229
<i>Figura 50 - Vista aérea do açude no Córrego Palmital na divisa com Nova Odessa.....</i>	<i>229</i>
MAPA 42 – MICROBACIA DO CÓRREGO PALMITAL	229
6.11. FLORA	230
<i>Tabela 76 - INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO REMANESCENTE.....</i>	<i>230</i>
<i>Figura 51 – Mapa Florestal dos Municípios do Estado de São Paulo.....</i>	<i>231</i>
<i>Figura 54 – Paineira</i>	<i>234</i>
<i>Figura 55 – Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo</i>	<i>235</i>
6.12. FAUNA	239
<i>Tabela 77 – INVENTÁRIO DE AVES NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ.....</i>	<i>256</i>
<i>Figura 56 - Gambá de orelha branca</i>	<i>259</i>

I. LEITURA DO MUNICÍPIO

INTRODUÇÃO

O presente documento, denominado Relatório de Leitura Técnica da Realidade Municipal é o produto da FASE 1 (Leitura da Realidade Municipal), do processo de elaboração da Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Sumaré - PDDS.

É um trabalho técnico de diagnóstico da cidade. O relatório ora apresentado é composto por dois capítulos: Leitura Técnica da Realidade Municipal e Leitura Comunitária da Realidade Municipal.

O Plano Diretor do Município é o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. Trata-se de um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresenta um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. É plano, porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados, as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É diretor, porque fixa as diretrizes do desenvolvimento urbano do Município. Portanto o Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano.

Define-se como instrumento de gestão contínua para a transformação positiva do Município e seu território, estabelecendo as diretrizes e pautas para a ação pública e privada, com o objetivo de garantir as funções sociais da cidade. É configurado em forma de lei, para ser apreciada pela comunidade sumareense e aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores de Sumaré.

Estabelece, portanto, como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e rural, as diretrizes e metas globais e setoriais, bem como referência obrigatória para a ação do poder público e da sociedade civil nas questões de interesse local e, mais especificamente, para a formulação e aprovação dos instrumentos de implementação do Plano Diretor.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu novas formas de relação entre sociedade e poder público que visam à maior responsabilidade e eficiência na alocação de recursos destinados aos municípios. A Lei Federal nº 10.257, de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta o Artigo 182, parágrafo 1º da Carta Magna, estabelece a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores para as cidades com mais de 20 mil habitantes, contexto no qual se insere o município de Sumaré.

A Lei Federal nº 13.089 de 13 de janeiro de 2015, denominada Estatuto da Metrópole fixa normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa – compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação – no campo do desenvolvimento urbano, prevendo planos de desenvolvimento urbano integrado, consórcios públicos, convênios de cooperação, contratos de gestão, parcerias público-privadas interfederativas e compensação por serviços ambientais.

O processo de elaboração do Plano Diretor de Sumaré, iniciado no mês de outubro de 2018, com cronograma de elaboração previsto para dez meses, está dividido em oito fases, a saber: Plano de Trabalho, Leitura da Realidade Municipal, Eixos Estratégicos e Diretrizes, Legislação Urbana Básica, Plano de Ação, Plano de Investimentos, Revisões e Produto Final.

A fase de Leitura da Realidade Municipal tem como objetivo apresentar os dados levantados pela equipe técnica responsável pela elaboração do referido Plano, às questões abordadas pela comunidade através de Leitura Comunitária.

O presente relatório compõe um diagnóstico integrado da análise da realidade municipal, base para a comparação das leituras técnica e comunitária, que por fim subsidiará as propostas das etapas subsequentes. Para tanto, primeiramente foram elaborados textos de cada aspecto – Regional, Ambiental, Socioespacial, Social, Econômico, de Infraestrutura e serviços públicos e Institucionais - com as principais questões apontadas pelos técnicos da Prefeitura e principais lideranças municipais.

Conforme a metodologia de Condicionantes, Deficiências e Potencialidades adotada pela equipe, essas questões foram espacializadas em mapas temáticos que explicitam as principais questões abordadas na leitura.

Esta proposta foi elaborada para uma perspectiva de médio prazo, ou seja, quatorze anos, estando sujeita a reavaliações periódicas, a cada 02 (dois) anos ou sempre que fatos significativos o requeiram de acordo com o Artigo 39, §3º da Lei Federal N.º 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade. A estruturação espaço-temporal é fundamental para atender o crescimento do Município e neste caso coincidindo com os prazos administrativos das gestões políticas, servindo de base, inclusive para o entendimento dos planos de governos.

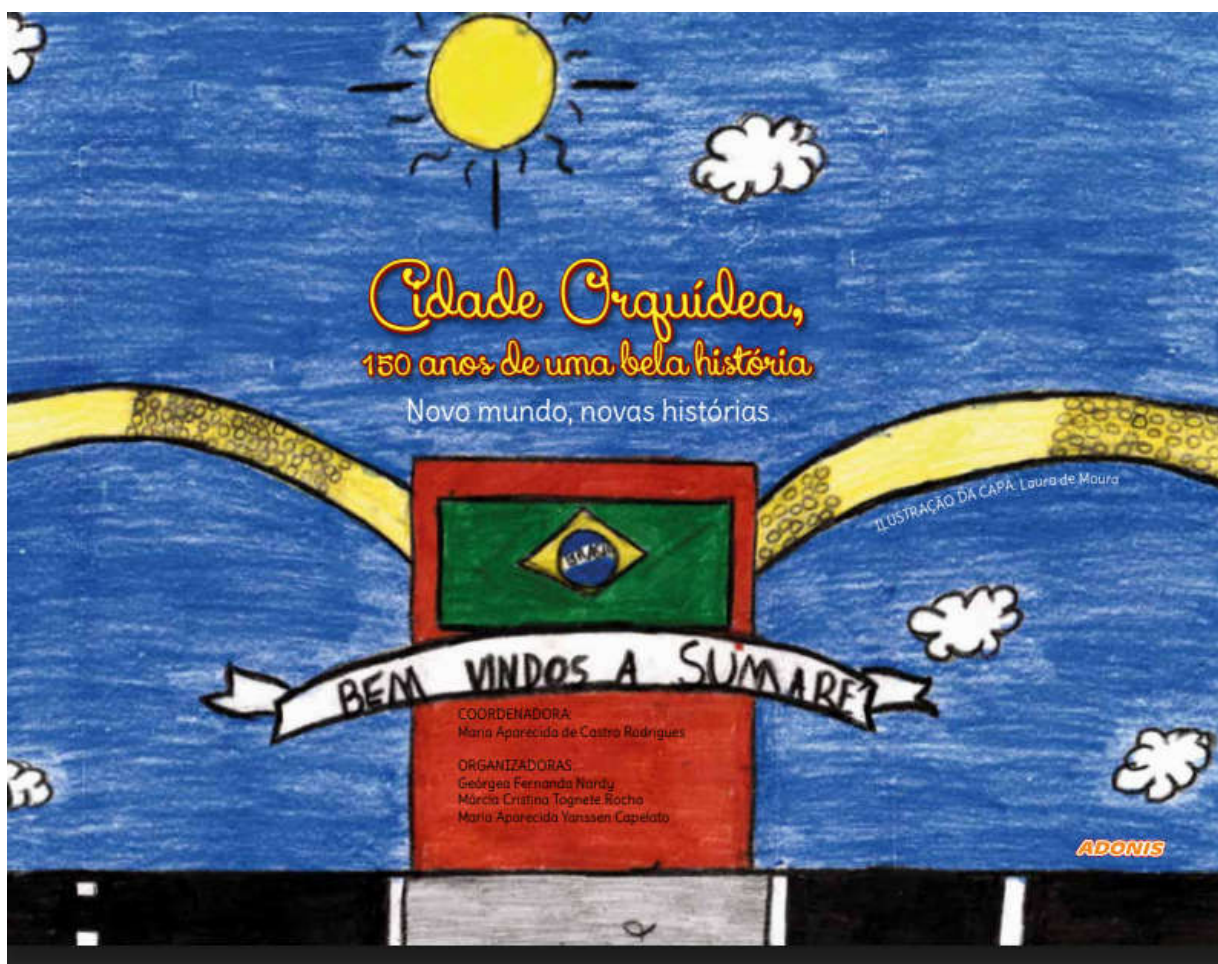


Figura 01 – Livro “Cidade Orquídea”

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré



Figura 02 – Praça da República – Primeira praça da cidade

Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotos/9700/sumare-sp.html> - Foto Paulo Humberto



Figura 03 – Vista aérea região central

Fonte: Fundação Wikipédia – Foto Rafael Laurindo dos Santos



Figura 04 – Residencial Parque Bandeirantes – Área Cura

Fonte: Prefeitura Municipal de SUMARÉ

1. CONTEXTO REGIONAL: REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Demonstra-se a contextualização da escala regional na qual está inserido o município de Sumaré, para a compreensão do município na sua escala regional e municipal.

A leitura regional está aqui sistematizada de acordo com os aspectos que pautaram a realização da leitura técnica do município, que são: Aspectos Socioespaciais, Ambientais, Sociais, Econômicos, e de Infraestrutura e Serviços Públicos.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

Para a análise do contexto regional em que o município de Sumaré se insere é relevante a sua inserção e análise em duas diferentes escalas:

- ❖ A Região Metropolitana de Campinas
- ❖ Inserção do Município de SUMARÉ na RMC e Microrregião

A. Caracterização Geral

A Região Metropolitana de Campinas, também conhecida como Grande Campinas, com uma população estimada de 3,2 milhões de habitantes¹ distribuídos em 3.791 km², é constituída pelo Município de Campinas e mais 19 municípios que se agrupam em torno da Capital Campineira e são por ela polarizados. Constituída pelo agrupamento de 20 municípios: Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Foi criada pela Lei Complementar Estadual 870, de 19 de junho de 2000 e a região é uma das mais dinâmicas no cenário econômico brasileiro, com Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 109,9 bilhões, e PIB per Capita de R\$ 38.207,86, a região apresenta-se em uma posição de destaque, comparativamente com o PIB per Capita do Estado de São Paulo, que é de R\$ 33.624,41 e do Brasil que é de R\$ 22.645,86.

Além de possuir uma forte economia, a região também apresenta uma infraestrutura que proporciona o desenvolvimento de toda a área metropolitana.

É a 10ª (décima) maior região metropolitana do Brasil e a segunda maior região metropolitana de São Paulo, faz parte do Complexo Metropolitano Expandido, uma megalópole² que é a quarta maior megalópole do mundo, contando com 29,8 milhões de pessoas, 153 cidades e 27% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, estabelecidos entre as duas maiores rodovias do Estado: Via Anhanguera- SP 330 e Rodovia dos Bandeirantes – SP 348.

A mancha urbana cresceu criando uma conurbação³ intensa entre São Paulo a Campinas uniu todos esses municípios e hoje abriga uma parcela considerável da população brasileira. Considerada a maior macro metrópole⁴ do hemisfério sul os municípios localizados às margens ou bem próximos das duas rodovias estão ligados.

Em cada grupo de 100 brasileiros, 12 moram nessa mancha. Sua extensão de 11.698 quilômetros quadrados equivale a 0,27% do território brasileiro, mas abriga mais gente do que países como Chile, Bélgica e Holanda.

¹ Estimativa Populacional IBGE/2018

² Uma megalópole é uma extensa região urbana pluripolarizada por diferentes metrópoles conurbadas, ou em processo de conurbação. Corresponde às mais importantes e maiores aglomerações urbanas da atualidade.

³ Conurbação é a unificação da mancha urbana de duas ou mais cidades, em consequência de seu crescimento geográfico. Geralmente esse processo dá origem à formação de regiões metropolitanas. Contudo, o surgimento de uma não é necessariamente vinculado ao processo de conurbação.

⁴ Idem megalópole – citação da EMPLASA

Essas rodovias se transformaram em duas longas avenidas urbanizadas neste eixo, fazendo com que o cotidiano das famílias que integram essa mancha se organizasse dentro desses 100 quilômetros.

Todos os dias acontecem 850 mil viagens pelo complexo rodoviário mais movimentado de São Paulo. No entremeio fica o parque industrial mais rico do País, que responde por 65,3% do Produto Interno Bruto estadual ou 22,1% do nacional, uma economia de R\$ 475 bilhões.

Estudo da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), com base em imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indica que entre os dois aglomerados urbanos não há mais que meros 14 km entre bairros com o mínimo de 72 moradias, conceito mundial para definir uma macro metrópole, a junção de duas regiões metropolitanas.

Esses dados são de muita importância para a compreensão das tendências socioeconômicas quando se considera o estudo dos eixos de crescimento e onde o município de Sumaré se insere integralmente.

Os 19 Municípios que integram a Região Metropolitana de Campinas (RMC) representam 3,24% do total do território do Estado, numa área de 3.7982km², concentrando aproximadamente 47% da população de todo o Estado.

Sua primeira definição legal data de 1967, mediante os Decretos Estaduais números 47.863, de 29/03/1967, 48.162 e 48.163, de 3/7/1967, ano em que foi oficialmente estabelecida a divisão do Estado em Regiões Administrativas.

A divisão do Estado em Regiões Administrativas e Região Metropolitana visou definir diretrizes para uma Política de Regionalização da Administração Estadual, com o objetivo de conferir maior racionalidade às suas atividades e decisões básicas.

Seus critérios orientadores foram: utilidade para racionalização da Administração Pública Estadual, limites físicos das Regiões, considerando também a polarização urbana e suas áreas de influência, critérios especiais relativos a áreas que exijam tratamento diferenciado quanto às atividades de planejamento e execução governamentais.

Atualmente o Estado de São Paulo é composto por 15 Regiões Administrativas, incluindo a Região Metropolitana de São Paulo e as Regiões Metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista.

Estas foram criadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que autorizava os Estados federados a instituírem regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, que são constituídas por conjuntos de municípios limítrofes.

A Região apresenta uma diversificada produção industrial, principalmente em setores dinâmicos e de alto input científico/tecnológico, com destaque para municípios de Campinas, Paulínia, Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste e Americana, o que tem resultado em crescentes ganhos de competitividade nos mercados internos e externos.

A RMC é servida por um sistema viário amplo e de boa qualidade, contando como eixos principais as Rodovias Bandeirantes (SP-348) e Anhanguera (SP-330) ligando a região à Capital e ao interior paulista, a Rodovia Luiz de Queiroz (SP-304) rumo a Piracicaba e a Rodovia D. Pedro I (SP-65) que faz a ligação com o Vale do Paraíba e a Rodovia Presidente Dutra (SP-60 e/ BR 116) ligando a região ao Nordeste e ao Sul do país.

A Região Metropolitana de Campinas vem conquistando e consolidando, nos últimos anos, uma importante posição econômica nos cenários estadual e nacional.

Essa área, contígua à Região Metropolitana de São Paulo, possui um parque industrial moderno, diversificado e composto por segmentos de natureza complementar. Apresenta uma estrutura agrícola e agroindustrial bastante significativa, desempenhando atividades terciárias com uma especialização expressiva.

Destaca-se ainda, a presença de centros inovadores no campo das pesquisas científica e tecnológica, com a importante presença de centros universitários de renome nacional e internacional.

A RMC conta, também, com a presença do Aeroporto de Viracopos, o segundo maior do País, localizado no município de Campinas.

O Aeroporto de Viracopos registrou em 2018 um fluxo de cargas de cerca de 240 mil toneladas, embarcadas e desembarcadas em voos internacionais e 9,2 milhões de pessoas passaram pelo terminal em 2018.



Figura 05 - Imagem de satélite mostrando a mancha urbana da macro metrópole.

São cerca de 11700 km² o que a torna a maior concentração urbana da América

Fonte: Fundação Wikipédia

MAPA 01 - REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS NO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Fundação Wikipédia

MAPA 03 - MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS DA RMC

**Mapa da RMC - Região
Metropolitana de Campinas**



Fonte: Agemcamp – Agência Metropolitana de Campinas

Tabela 01 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, RMC E ESTADO DE SÃO PAULO, 2000/2015 a 2019

ANO	MC	RMC	ESP
2000	968.160	2.338.384	37.032.403
2015	1.134.546	3.021.313	44.396.484
2016	1.142.620	3.054.829	44.749.005
2017	1.150.753	3.088.783	44.986.500
2018	1.158.944	3.123.180	45.094.866
2019	1.167.192	3.158.030	45.538.936

Fonte: SEADE

População da Região Metropolitana de Campinas

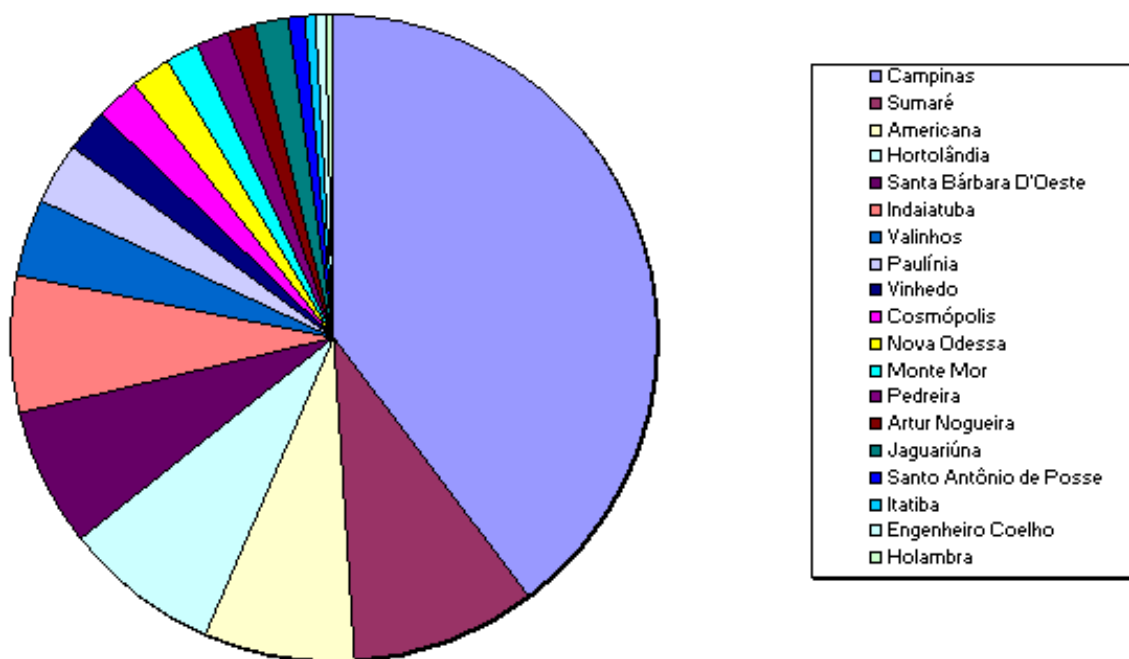


Figura 06 – Distribuição da população na RMC

Fonte: Fundação Wikipédia

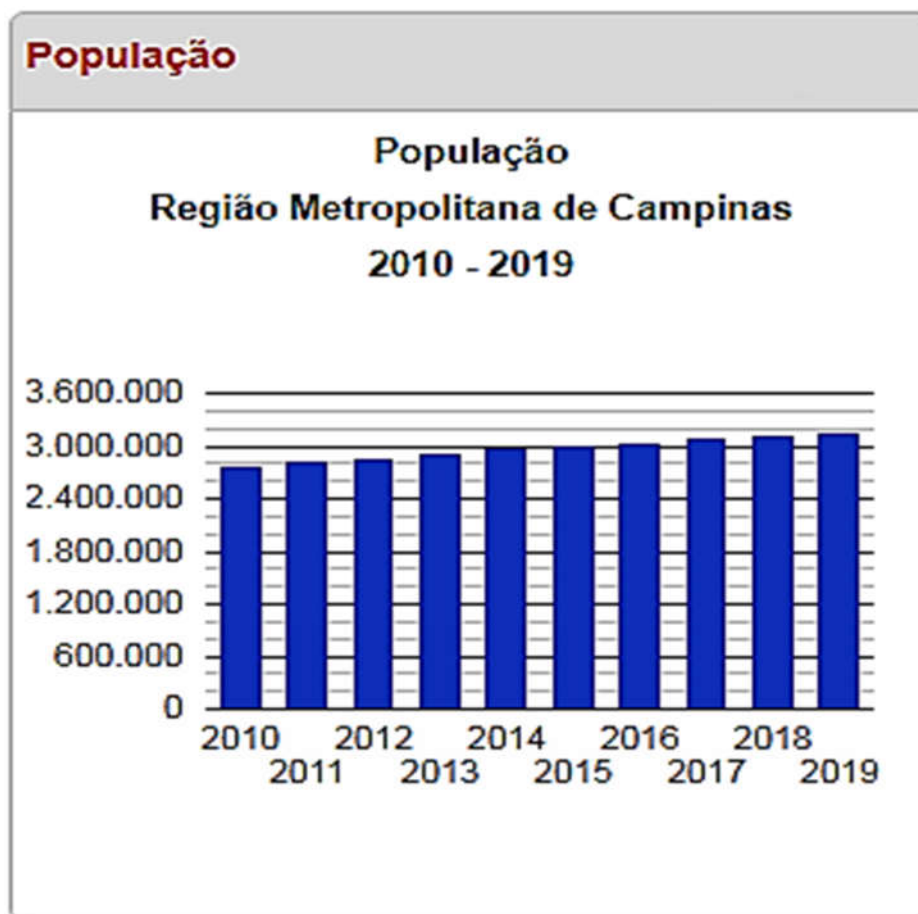


Figura 07 – Distribuição da população na RMC

Fontes: IBGE e SEADE/Compilação AGEMCAMP

A população da **Região Metropolitana de Campinas** é de **3.158.030** habitantes, sendo que os homens correspondem a **49,05%** deste total e as mulheres, a **50,95%**. Proporcionalmente, a região tem **96,26** homens para cada 100 mulheres. Entre **2010** e **2018**, a taxa de crescimento da região foi de **1,35%** ao ano. Em **2010**, a taxa anual de migração foi de **9,05** por mil habitantes e o saldo migratório, de **23.194** pessoas.

Tabela 02 – POPULAÇÃO MUNICÍPIOS DA RMC

Municípios	Área (km²) ¹	População 2018 ¹	Densidade Demográfica 2018 (hab/km²) ¹	TGCA 2010/2018 (%) ²	PIB 2016 (mil reais) ³	Distância até São Paulo (km) ³
Americana	133,91	237.112	1.770,66	1,49	10.287.915	127
Artur Nogueira	178,03	53.450	300,24	2,41	991.268	145
Campinas	794,57	1.194.094	1.502,82	1,26	58.523.732	93
Cosmópolis	154,67	70.998	459,04	2,38	1.318.217	135
Engenheiro Coelho	109,94	20.284	184,50	3,24	439.779	158
Holambra	65,58	14.579	222,32	3,24	909.273	133
Hortolândia	62,42	227.353	3.642,54	2,09	11.515.071	109
Indaiatuba	311,55	246.908	792,53	2,57	11.735.699	98
Itatiba	322,28	119.090	369,53	2,02	5.122.838	84
Jaguariúna	141,39	56.221	397,63	3,02	8.422.260	123
Monte Mor	240,57	58.765	244,28	2,31	2.260.957	117
Morungaba	146,75	13.458	91,71	1,69	396.689	107
Nova Odessa	73,79	59.371	804,62	1,86	2.810.058	122
Paulínia	138,78	106.776	769,41	3,33	31.504.043	117
Pedreira	108,82	47.361	435,24	1,65	1.124.077	137
Santa Bárbara D'Oeste	271,03	192.536	710,39	0,84	5.079.379	135
Santo Antônio de Posse	154,13	23.085	149,77	1,40	887.953	138
Sumaré	153,47	278.571	1.815,21	1,81	12.061.112	118
Valinhos	148,54	127.123	855,83	2,20	5.095.635	85
Vinhedo	81,60	77.308	947,36	2,47	7.830.623	79
RMC	3.791,79	3.224.443	850,37	1,74	178.316.589	
Estado de São Paulo	248.219,63	45.094.868	181,67	1,24	2.038.004.931	

¹ Fonte: IBGE.

² Fonte: Emplasa.

³ Fonte: DER - Departamento de Estradas de Rodagem.

Elaboração: Emplasa, GIP/CDI, 2019.

**Tabela 03 - TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL DA
POPULAÇÃO - 2010/2018 (Em % a.a.)
MUNICÍPIO DE CAMPINAS, RMC E ESTADO DE SÃO PAULO**

ANOS	MUNICÍPIO DE CAMPINAS	RMC	ESTADO DE SÃO PAULO
1991 - 2000	1,54	2,59	1,82
2000 - 2010	1,09	1,82	1,09
2010 - 2018	0,90	1,35	0,87

Fonte: SEADE

O período de maior expansão da região metropolitana de Campinas estendeu-se do final do último século. Esse período coincidiu com uma grande aceleração do processo de localização industrial na área, vinculado principalmente, às rodovias expandidas, novas tecnologias, dando origem a novas áreas de concentração de estabelecimentos industriais como novos elementos da estrutura urbana metropolitana.

A década de 90 representou para a Região de Campinas, cidade hoje com pouco mais de um milhão de habitantes, a confirmação da tendência de que o município é a segunda maior praça em importância econômica, política e social do Estado.

Apontada desde os anos 70 como a "capital do interior", Campinas consolidou-se no final do último século como a primeira região metropolitana do interior do Estado de São Paulo.

A partir de 2.000, registrou-se o grande desenvolvimento da indústria de alta tecnologia.

Esse processo evolutivo acentuou a extensão de áreas ocupadas pelos usos urbanos, na medida em que o crescimento das atividades secundárias demandou o surgimento de vários tipos de serviços com a alocação de maior espaço para os estabelecimentos industriais e comerciais.

As taxas de crescimento populacional, apresentadas na Tabela 4 expressam a feição demográfica da dinâmica metropolitana, que acompanhou a sua expansão econômica e atraiu migrantes de várias partes do país e do mundo.

Em que pese à redução dessas taxas em período recente, sobretudo no município de Campinas, os municípios do entorno metropolitano continuam a apresentar taxas positivas, que ao lado das taxas observadas para o estado, como um todo, expressa o dinamismo e a transformação econômica da região, em suas relações com os municípios do entorno e do interior.

O crescimento e diversificação das atividades econômicas foram acompanhados pela elevada taxa de urbanização da população – hoje da ordem de 98% - e pela extensão da área urbanizada. Essa situação faz com que toda a região se polarize de forma extremamente acentuada em torno de área urbana e das atividades desenvolvidas na maior região metropolitana nacional.

Nas últimas décadas, o porte, a densidade e a sofisticação do mercado consumidor da RMC atraíram grandes estabelecimentos terciários e exigiram equipamentos urbanos de dimensões metropolitanas.

O maior exemplo é o que se desenvolveu ao longo da Rodovia D Pedro I (SP-65), que sofreu um grande adensamento de equipamentos de pequeno, médio e grande porte com atendimento para toda a RMC, a começar pelo "Corredor de Malls – Shopping Centers", polos de tecnologia e outras empresas cuja incidência mercadológica vai além da cidade de Campinas. O segmento de serviços é responsável por cerca de 40% do emprego formal na RMC.

Portanto a RMC cada vez mais se consolida com aparatos setoriais de serviços voltados ao mercado estadual e mesmo nacionais: é o caso do complexo aeroportuário, de setores do comércio atacadista como o de combustíveis, dos complexos médico-hospitalares e de ensino superior, ciência e tecnologia.

B) Tipologia Econômica da RMC

Neste diagnóstico foram utilizados os estudos elaborados pelo Observatório PUC-Campinas⁵, em especial o estudo temático desenvolvido pela pesquisadora Eliane Navarro Rosandiski⁶.

Com pouco mais de 3,1 milhões de habitantes, a RMC é composta por 20 municípios, cuja maior característica dessa integração é a diversidade de atividades econômicas, que englobam desde atividades industriais modernas, comércio e serviços especializados até a produção de conhecimento científico ofertado pelas Universidades e Institutos de Pesquisa. Além disso, a presença do Aeroporto Internacional de Viracopos confere à região um importante papel logístico nas atividades de importação e exportação (EMPLASA, 2018). O dinamismo decorrente desta diversidade econômica torna a RMC a segunda Região mais importante do Estado de São Paulo. Estima-se que, neste primeiro trimestre de 2018, existam mais de 970 mil empregados formais, que representa pouco mais de 7% do emprego paulista e mais de 2% do emprego nacional. As informações no Gráfico 01 mostram que, em 2014, no auge do ciclo expansionista, a RMC chegou a gerar mais 1 milhão de empregos formais. A despeito das oscilações conjunturais, foi verificada uma trajetória consistente de ampliação da participação do emprego da região, tanto no Estado como no Brasil. A tabela 04 mostra que, entre 2006 e 2018, estas participações no emprego se ampliaram de 6,94 para 7,36, em São Paulo, e de 2,04 para 2,11 no Brasil.

Estima-se que, em termos absolutos, foram criados mais de 260 mil postos de trabalho na RMC entre 2006 e 2018, o que corresponde a uma taxa de 36%. Em SP, a taxa foi de 31,1% e, para o Brasil, foi de 28,4%. Assim, nestes últimos 12 anos, o dinamismo econômico da RMC foi superior à média nacional. O Gráfico 01 mostra que os salários acompanharam este dinamismo.

Tabela 04 – PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DA RMC NO EMPREGO

	No Estado de SP (%)	No Brasil (%)
2006	6,94	2,04
2007	6,98	2,06
2008	6,99	2,08
2009	7,04	2,06
2010	7,13	2,08
2011	7,20	2,08
2012	7,12	2,07
2013	7,25	2,08
2014	7,28	2,07
2015	7,28	2,08
2016	7,36	2,11
2017	7,35	2,11
2018	7,36	2,11

Fonte: RAIS/MTE

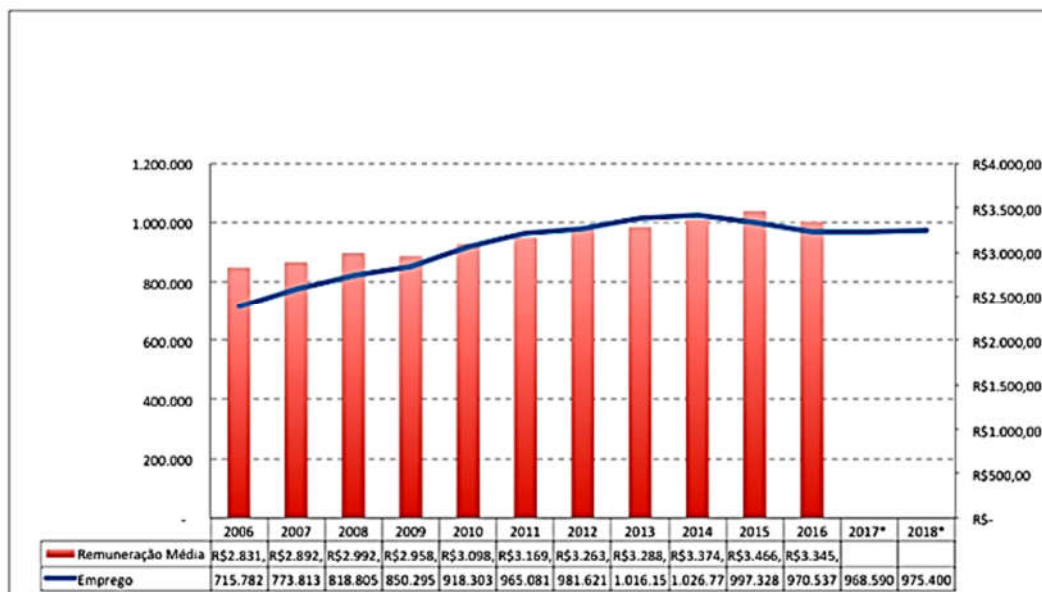
Durante o ciclo expansionista, o valor dos salários médios pagos na RMC apresentou uma trajetória ascendente, chegando ao pico em 2015. Se comparado ao valor médio de 2006, em 2015, os salários médios da RMC estavam 22% mais elevados. Porém, esta trajetória de alta foi interrompida com a crise de 2013 e, em 2016, os salários iniciaram a trajetória de queda. Ainda assim, entre 2006 e

⁵O Observatório PUC-Campinas é um projeto institucional sob supervisão da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEXT) desenvolvido por professores extensionistas.

⁶Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Campinas- Projeto de Extensão: Observatório Econômico PUC-Campinas / Convênio de cooperação técnica PUC-Campinas/ AGEMCAMP- Economista, Doutora em Economia Social, Docente-Extensionista da PUC-Campinas.

2016, os salários médios passaram de R\$ 2.831 para R\$ 3.345⁷, ou seja, ainda estavam 18% superior aos pagos em 2006.

Gráfico 01 – Emprego e Salários Médios – RMC 2006/2018



Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Demitidos e Empregados (CAGED), Ministério do Trabalho (MTE)

b.1.) Emprego e remuneração por município

Quando se avalia o perfil do emprego por município, há poucas alterações em sua composição entre 2006 e 2018. Por ser mais populoso e maior em termos de extensão (EMPLASA, 2018), o município de Campinas assume a liderança disparada em termos de capacidade de geração de emprego, de modo que sua participação no volume de emprego gerado na RMC supera 40%. Na sequência, estão os municípios de Americana, Indaiatuba e Sumaré com participações que oscilam entre 8% e 6%.

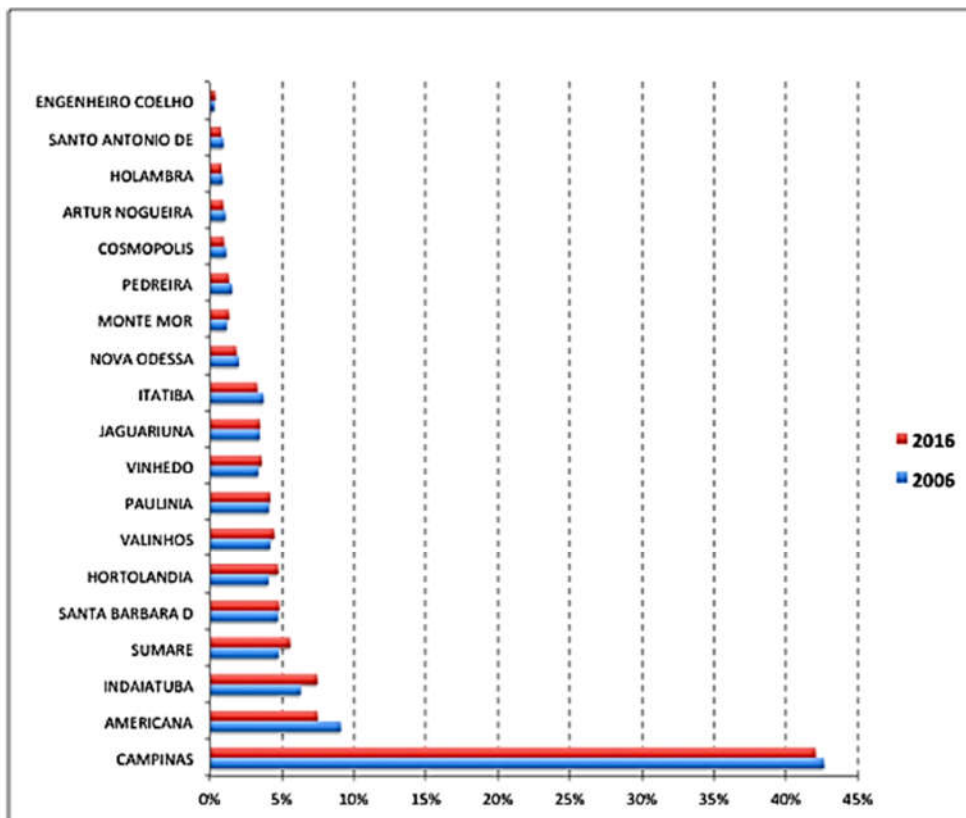
Depois, situa-se o grupo de municípios com participações entre 5% e 3%, que são Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia, Valinhos, Paulínia, Vinhedo, Jaguariúna e Itatiba e, por fim, no grupo com menores participações, estão os municípios de Nova Odessa, Monte Mor, Pedreira, Cosmópolis, Artur Nogueira, Holambra, Santo Antônio de Posse e Engenheiro Coelho, que juntos geram cerca de 9% do emprego da RMC.

O Gráfico 02 confirma que a distribuição do emprego entre os municípios pouco se alterou entre 2006 e 2018.

No entanto, percebe-se que os municípios de Campinas e Americana perderam um pouco de participação relativa, enquanto os de Indaiatuba e Sumaré ampliaram sua participação relativa no mercado de trabalho da RMC.

⁷ Valores corrigidos para 2018 pelo INPC.

Gráfico 02 – Participação do Emprego por Município – RMC



Fonte: RAIS/MTE

O padrão de remunerações por município revela alguns aspectos importantes, pois: (i) reflete a estrutura de atividades econômicas presente em cada município e, (ii) associado ao primeiro, reflete a opção estratégica de seleção do perfil de empregado alocado nas empresas que compõem a estrutura econômica.

O Gráfico 03 faz uma síntese da evolução dos salários médios pagos por município. Como podem ser observados, os municípios de Paulínia, Hortolândia, Campinas, Sumaré e Jaguariúna tendem a apresentar um perfil de remuneração superior à média da RMC. No outro extremo, os municípios de Pedreira, Arthur Nogueira e Holambra apresentam os níveis de remuneração mais baixos da RMC.

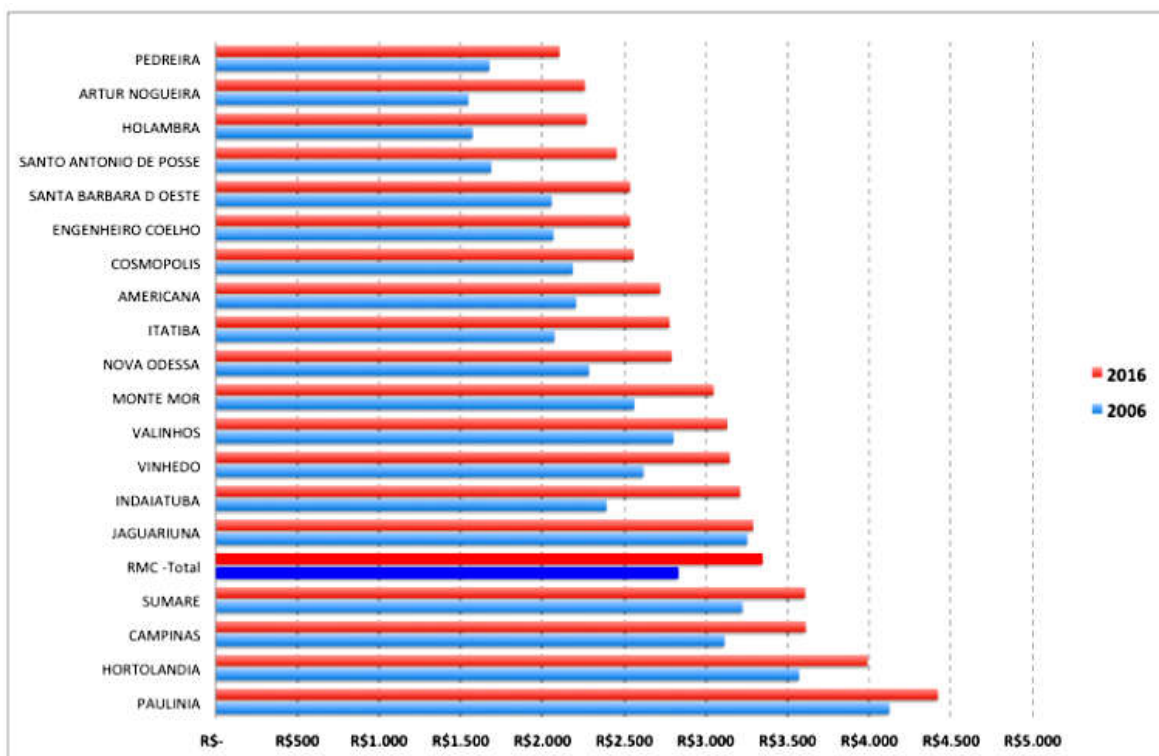
A ampliação dos salários médios foi observada em todos os municípios, ainda que a taxas desiguais. O crescimento das remunerações médias em Jaguariúna (1%) e Paulínia (7%) ficou abaixo da média de 18%.

Estas variações, ainda que desiguais, das taxas de remunerações mostram que as empresas, conforme a sua especificidade, adotaram estratégias de uso da força de trabalho, cujo efeito foi consolidar uma estrutura ocupacional melhor remunerada.

Efeito visível na fase de recuperação, pois os salários cresceram e chegaram a ficar, em média, 22% maiores que os de 2006; porém, como resultado da recessão, esta tendência já tinha sido revertida e, em 2016, os salários médios já tinham perdido quatro pontos percentuais em relação aos de 2006.

Como o último dado disponível para o estoque de emprego é de 2016, ainda não é possível avaliar o impacto do ajuste sobre as remunerações médias em 2017 e 2018. Porém, os dados de fluxo, que serão apresentados no próximo item deste diagnóstico, já apontam para uma possível continuidade de tendência à queda.

Gráfico 03 – Salário Médio por Município da RMC 2006/2018



Fonte: RAIS/MTE

b.2.) Indicadores – RMC

Os dados sobre o fluxo de admitidos e demitidos, divulgados mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) permitem identificar as características do mercado de trabalho. Com a geração de 868 novos postos de trabalho em julho de 2018, o volume total de emprego na RMC gerado no ano de 2018 chegou a 8.717 novos postos de trabalho. Este volume representa 6% do total do saldo gerado no Estado de São Paulo e 2% do saldo nacional. Estes percentuais corroboram o dinamismo das atividades econômicas situadas na RMC.

Chama atenção também o fato de que 5,5% do fluxo de admitidos terem sido nas modalidades de contrato temporário e de contrato intermitente. Este volume de contratos, embora pequeno seja preocupante, pois em média os salários médios dos contratados na modalidade intermitente é 66% o valor da média dos salários dos admitidos (1.710,62) e os parciais 96% deste valor.

Vale dizer que, este tipo de contrato reflete o momento extrema dificuldade vivida pela economia brasileira, marcado por profundas incertezas no campo político e por importantes mudanças na regulação do trabalho.

O fato dos demitidos apresentarem, em média, pouco mais de dois anos de serviço, somado à constatação de que salários médios dos admitidos representam 87% do valor pago aos demitidos, reflete os efeitos desse ajuste de custos sobre o mercado de trabalho. Por fim, a comparação dos saldos de emprego e dos salários médios dos contratados entre janeiro e julho de 2018 com o de 2017, confirmam o cenário de incertezas vividas pela economia, visto que não há nenhuma sazonalidade observada nos fluxos de emprego e na evolução salarial.

Tabela 05 – SALDO DO EMPREGO EM JULHO DE 2018

	Saldo de Emprego Acumulado do Ano	% da RMC	Saldo no mês	% de Admitidos com Contratos Intermitentes ou Parcial
Região Metropolitana de Campinas	8.717		868	5,5%
São Paulo	145.241	6%	15.333	5,2%
BRASIL	391.376	2%	47.319	5,8%

Tabela 06 – INDICADORES EM JULHO DE 2018

	Salário Médio dos Admitidos	Relação entre Salário Médio Contrato Intermitente / Admitidos	Relação entre Salário Médio Contrato Parcial / Admitidos	Relação entre Salário Médio Admitidos / Desligados	Tempo Médio de Serviço dos Desligados (em meses)
Região Metropolitana de Campinas	R\$ 1.710,62	0,66	0,93	0,87	26,8
São Paulo	R\$ 1.782,83	0,62	0,88	0,90	26,1
BRASIL	R\$ 1.517,90	0,63	0,96	0,91	24,5

Fonte: Boletim elaborado pela Faculdade Ciências Econômicas da PUC Campinas, sob a Coordenação da Profa. Dra. Eliane Navarro Rosandiski, conforme estabelecido no 1º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica entre a Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), Cláusula Quinta, Parágrafo 5.3, Processo AGEMCAMP nº 116/2010 de 20 de março de 2013.

b.3.) Perfil do emprego segundo características selecionadas – RMC

Os indicadores mais gerais, apresentados no item anterior, serão complementados com informações quanto ao saldo de emprego e salário médio segundo características específicas. Tais informações permitirão visualizar mais detalhadamente como as estratégias de uso do trabalho alteram o perfil de mercado de trabalho formal na Região Metropolitana de Campinas.

Por município, observa-se que em julho, Campinas e Indaiatuba apresentam os melhores resultados na RMC: saldo positivo de 744 e 725 postos de trabalho, respectivamente.

Os maiores salários médios entre dos admitidos foram observados nos municípios de Jaguariúna e Hortolândia. No entanto, neste último município, o saldo negativo do emprego no mês de julho continuou a tendência observada em junho.

Paulínia e Santa Bárbara D'Oeste apresentaram maiores saldos negativos de emprego: 716 e 305, respectivamente. Vale destacar que, no mês de junho, Santa Bárbara D'Oeste também apresentou um saldo negativo de emprego.

Por Escolaridade, chama atenção o saldo positivo de 1.177 postos para o nível médio. Este saldo mais do que compensou a redução de 654 vagas verificada no mês anterior. Porém, nesta faixa etária, o valor da remuneração média de R\$ 1.481 fica abaixo da média de R\$ 1,701 observada na RMC.

Por Faixas de Idade, o saldo positivo foi concentrado na seleção de pessoas com idade entre 18 e 24 anos, com uma média salarial de R\$ 1,378.

Por outro lado, na faixa etária de 50 a 64 ocorreu o pior saldo negativo: 850 postos. Este saldo negativo se soma ao saldo negativo de 893 postos no mês de junho.

Por setores de atividade, observou-se que o maior dinamismo na geração de emprego foi oferecido pelas atividades que compõem os setores de Comércio e de Serviços, em ambos os setores o volume positivo do emprego gerado em julho compensou o saldo negativo observado em junho.

Importante destacar que nestes dois setores os salários médios dos contratados ficaram abaixo da média da RMC.

Dentre os segmentos que compõem o setor de comércio, o saldo positivo do emprego foi observado tanto no atacadista como no varejista. Vale destacar que neste último dos salários médios dos contratados foi maior que o da média da RMC

Já entre os segmentos que compõem o setor de serviços, o comportamento do saldo de emprego acompanha o perfil mais heterogêneo dessas atividades. O maior saldo positivo da geração de emprego ocorreu nas atividades de alimentação, alojamento e manutenção, seguida das atividades de serviços de técnicos. Por outro lado, chama atenção o saldo negativo de 317 postos de trabalho nas atividades de comunicação e transportes. Do ponto de vista da remuneração, o segmento de alimentação, alojamento e manutenção apresentou salário médio dos contratados abaixo da média da RMC.

Dentre os segmentos industriais, o desempenho negativo da indústria têxtil e vestuário foi compensado pelos saldos positivos das indústrias mecânica e química e a área de transportes. Com relação à dinâmica industrial, observava-se que o comportamento relativamente estável do emprego no setor está muito distante de compensar a queda de 1.166 vagas ocorrida em junho.

Por fim, dentre os setores de atividade, o pior resultado de julho foi na construção civil: redução de 499 postos de trabalho.

b.4.) Economia – RMC

Desde o último século a região de Campinas vem ocupando e consolidando uma importante posição econômica nos níveis estadual e nacional. Iniciando sua história com as fazendas de café e centro intelectual, próxima da Região Metropolitana de São Paulo, comporta um parque industrial abrangente, diversificado e composto por segmentos de natureza complementar. Possui uma estrutura agrícola e agroindustrial bastante significativa e desempenha atividades terciárias de expressiva especialização.

Destaca-se ainda pela presença de centros inovadores no campo das pesquisas científica e tecnológica, bem como do Aeroporto de Viracopos – o segundo maior terminal aéreo de cargas do País, localizado no município de Campinas. A RMC também conta com a Região do Polo Têxtil que compreende os municípios de Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Nova Odessa e Hortolândia sendo o maior polo têxtil do Brasil, responsável por 85% da produção nacional de tecido.

Outro destaque é que boa parte das maiores empresas multinacionais estão instaladas no território metropolitano como Bosch, Samsung, Goodyear, Pirelli, Mercedes-Benz, Motorola, 3M, Honda, Magnetti Marelli, Dell, HP, IBM, Eaton, Unilever, Tetra Pak, Toyota, Syngenta, General Electric, Braskem, Rhodia, Bayer, Iveco, Volkswagen, Scania, entre outras. Além disso, conta com grandes polos industriais e empresariais, como o CIATEC, e científicos, como o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, ambos em Campinas, além da Refinaria de Paulínia (REPLAN), da Petrobras, considerados a maior refinaria do país em produção. Por causa disso, a Região também é conhecida como o "Vale do Silício brasileiro" ("Silicon Valley").

O trecho Campinas-Sorocaba é conhecido como o "corredor asiático" devido à concentração de empresas sul-coreanas, chinesas e japonesas – Toyota, Hyundai, Honda, Stanley, Sumitomo, LG, Samsung, Huawei, ZTE, CJ e Ajinomoto. Não por acaso, os subsetores em que a região avançou mais dentro do produto industrial do Estado foram os de máquinas para escritório e equipamentos para informática, cuja representatividade saltou de 33% para 74,8%, de material eletrônico e equipamentos de comunicações (32% para 64,5%) e de eletrodomésticos (20,5% para 40,5%).

Existe uma presença maciça de micro e pequenas empresas operando na RMC (cerca de 90% do total de empresas no território metropolitano). Em relação aos microempreendedores individuais, existem mais de 80 mil, correspondendo a cerca de 7% do total no estado de São Paulo e 1,7% do total do país, sendo a maior parte da faixa etária de 31 a 40 anos. 80% do total de MEI's na RMC são da faixa etária de 21 a 50 anos de idade. Além disso, existem aproximadamente 400 MEI's estrangeiros operando na RMC: a maioria são peruanos (cerca de 17% do total de estrangeiros) e bolivianos (11%).

b.5.) Comércio Exterior – RMC

Os agentes econômicos da RMC apresentam diversificação em suas relações comerciais com os países. No entanto, as principais rotas de exportação são a Argentina, os Estados Unidos e o México. Seis das dez principais rotas de exportação são países da América do Sul, como Bolívia, Venezuela e Chile.

Apesar disso, é crescente o volume de importações oriundas do continente asiático. A China é a principal via de compras provenientes do exterior, representando cerca de 25% do total de importações na Região, cujo país é o principal parceiro comercial do Brasil. Além disso, existe um crescimento nas importações oriundas de Taiwan, Japão, Coreia do Sul e Vietnã. Além da Ásia, países da União Europeia, como Alemanha, Itália e França também exportam produtos à RMC.

A Região Metropolitana de Campinas exporta produtos de maior parte industrial, sendo do segmento automobilístico, como automóveis, reboques e carrocerias, do setor químico e farmacêutico e do setor de máquinas e equipamentos para a indústria. Há também exportações de alimentos, borracha e plástico e produtos do setor metalúrgico. Em relação às importações, a Região importa produtos do setor de informática, eletrônicos e ópticos, produtos químicos e também máquinas e equipamentos para o setor industrial.

Outra atividade econômica em evidência é o agronegócio, onde existem grandes produtores e empresas agrícolas e pecuárias estabelecidas na Região. Entre 2010 e 2017, o segmento obteve crescimento de 50% nas exportações. Em 2017, o volume monetário exportado foi de aproximadamente US\$ 519 milhões, correspondente a 11,9% da totalidade na RMC e quase 3% das exportações do agronegócio paulista. Os principais produtos do agronegócio na RMC são: complexo soja, fibras e produtos têxteis, carnes e complexo sucroalcooleiro.

O setor de Turismo também vem ganhando destaque na economia metropolitana. Constata-se na Região Metropolitana de Campinas, nos últimos anos, um crescimento contínuo em infraestrutura, transporte, bem como de novos empregos, fruto de investimentos realizados com foco principalmente no setor turístico. Nesse sentido, um dos ramos do setor com maior expansão é o denominado "Turismo de Negócios", que promove uma constante expansão da economia metropolitana em diversas atividades.

A Região conta também com inúmeros pontos turísticos, além de uma cultura gastronômica diversificada, resultado das próprias origens históricas. Segundo dados da RAIS, o número de estabelecimentos nesse segmento cresceu 34,54% entre 2009 e 2017, sendo que 98% do total são empresas de micro e pequeno porte (MPE's). Já o número de vínculos empregatícios aumentou 33,55% no mesmo período, representando 4,5% da quantidade geral de postos de trabalho na RMC em 2017.

INSERÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ NA RMC

Sumaré é um município paulista, situado na Região Metropolitana de Campinas e na Região Geográfica Intermediária de Campinas⁸. É a única cidade polinucleada da RMC constituída por 07 núcleos urbanos distintos, que se inter-relacionam através de uma malha viária intrínseca, porém com personalidades próprias. Sumaré é a segunda maior cidade da RMC depois de Campinas, onde atualmente se concentra a maior aglomeração populacional, de comércio, serviços e indústrias do Estado de São Paulo, depois do ABC paulista. Atualmente se encontra em alto estado de conurbação urbana com os municípios vizinhos, tendo sofrido uma das maiores taxas de migração intrarregional da RMC na década de 90, aumentando mais de seis vezes o seu saldo migratório⁹.

Consolidou-se Distrito de Campinas em 1909 (com o nome de Rebouças) e somente em 1953 se emancipa da cidade. A década de 70 foi o período de crescimento industrial mais intenso em

⁸ Divisão geográfica regional do país, segundo a composição elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017.

⁹ Conhece-se como saldo migratório a diferença existente entre a emigração e a imigração numa certa região. Para calcular o saldo migratório de um lugar, por conseguinte, deve-se fazer a diferença entre a quantidade de emigrantes (isto é, o número de pessoas que abandonaram o lugar para se radicarem noutros sítios) e a quantidade de imigrantes (o número de indivíduos chegados de outros lugares com vista a se instalarem no novo território). Se o apresentarmos como uma fórmula: Saldo migratório = Quantidade de imigrantes – Quantidade de emigrantes. Com isto definido, podemos dizer que o saldo migratório positivo revela que a entrada de povoação superou a chegada de pessoas. Em contrapartida, o saldo migratório negativo supõe que a quantidade de pessoas que foi embora é superior à quantidade de pessoas que entraram.

Campinas e em outros municípios da região, tais como Americana, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Indaiatuba. A região foi um espaço privilegiado do processo de interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, que se desdobra, além da industrialização, para a modernização das atividades agropecuárias articuladas com as atividades industriais e terciárias. Em Campinas, além da ocupação de parte dos loteamentos abertos nos anos 50, a urbanização periférica dos anos 70 foi marcada pela abertura de novos loteamentos, em geral irregulares ou clandestinos, que eram adquiridos por migrantes atraídos pela atividade industrial de Campinas e região, para construção imediata, e pela produção pública de habitação, na forma de grandes conjuntos residenciais periféricos.

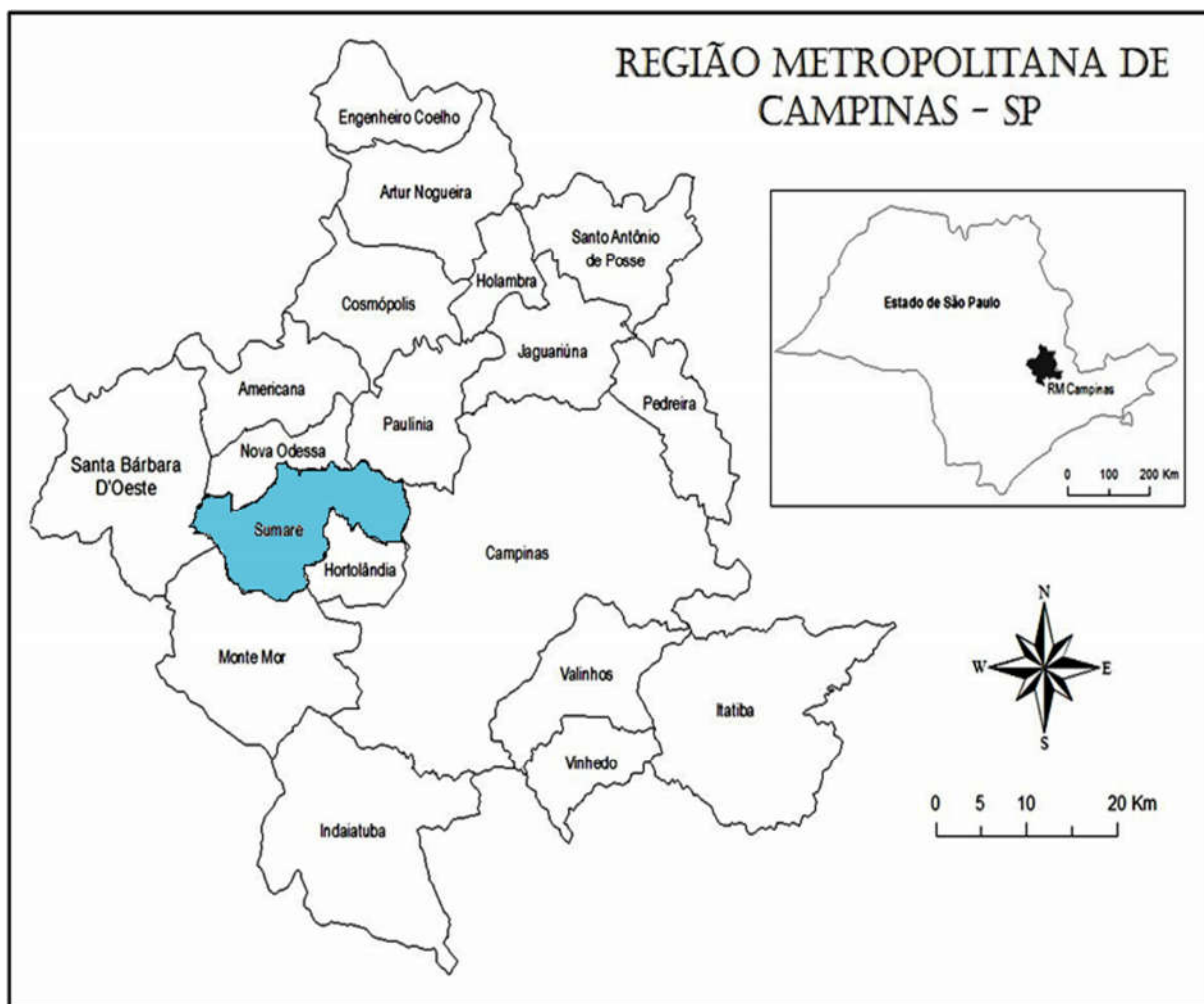
Esse processo atinge também os municípios do entorno imediato de Campinas, especialmente Sumaré/Hortolândia, que apresentou crescimento muito acelerado nessa década (16% a.a.).

Tabela 07 – POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL POR MUNICÍPIO DA RMC – 1970/2000

RMC e Municípios	População Total				Taxa de Cresc. (% a.a.)		
	1970	1980	1991	2000	70/80	80/91	91/00
RM Campinas	680.826	1.276.801	1.865.255	2.338.148	6,49	3,51	2,54
Americana	66.316	121.998	153.840	182.593	6,29	2,13	1,92
Artur Nogueira	10.171	15.932	28.053	33.124	4,59	1,90	6,01
Campinas	375.864	664.566	847.595	969.396	5,86	2,24	1,50
Cosmópolis	12.110	23.243	36.684	44.355	6,74	4,24	2,13
Engenheiro Coelho (*)	.	.	7.006	10.033	.	.	4,07
Holambra (*)	.	.	5.641	7.211	.	.	2,77
Hortolândia (*)	.	.	84.385	152.523	.	.	6,80
Indaiatuba	30.537	56.243	100.948	147.050	6,30	5,46	4,27
Itatiba	28.376	41.630	61.645	81.197	3,91	3,63	3,11
Jaguariúna	10.391	15.213	23.365	29.597	3,89	3,98	2,66
Monte Mor	7.960	14.020	25.559	37.340	5,82	5,61	4,30
Nova Odessa	8.336	21.891	34.063	42.071	10,14	4,10	2,37
Paulínia	10.708	20.753	36.706	51.326	6,84	5,32	3,80
Pedreira	15.053	21.381	27.972	35.219	3,57	2,47	2,59
Sta Bárbara	31.018	76.628	145.266	170.078	9,47	5,99	1,77
d'Oeste							
Sto Antonio de Posse	7.799	10.877	14.327	18.124	3,38	2,54	2,65
Sumaré	23.074	101.851	139.168	196.723	16,01	2,88	3,92
Valinhos	30.775	48.928	67.886	82.973	4,75	3,02	2,25
Vinhedo	12.338	21.647	33.612	47.215	5,78	4,08	3,85

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. (*) Municípios criados após 1991.

MAPA 04 - LOCALIZAÇÃO DE SUMARÉ NA RMC



Fonte: www.mapasparacolorir.via12.com

MAPA 05 - LOCALIZAÇÃO DE SUMARÉ NO ESTADO DE SP



Fonte: Fundação Wikipédia

2. CONTEXTO MUNICIPAL

2.1. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E GEOGRÁFICA^{10 11}

- População estimada para 2019 - 278.571
- População 2010 - 241.311
- Área da unidade territorial (km²) - 153,465
- Densidade demográfica (hab./km²) - 1.818,93
- Código do Município - 3552403
- Salário médio mensal dos trabalhadores formais – 3,9 s.m.
- IDH-M - 0,762 – padrão alto – ocupa o 153º lugar no Estado de SP e o 349º lugar no Brasil
- [Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 - São Caetano do Sul (SP) e o menor é 0,418 – Melgaço (PA)].
- PIB - R\$ 12,66 milhões - IBGE/DATASUS 2016
- PIB per capita - R\$ 47.614,58 /hab. - IBGE/DATASUS 2016
- Eleitores: 186.901
- Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade - 97,70%
- Esgotamento sanitário adequado - 95,10%
- Coleta de lixo – 99,74%
- Abastecimento de água - 98,01%
- Arborização de vias públicas - 91,50%
- Grau de Urbanização (Em %) – 98,82

MAPA 06 – MAPA GERAL DO MUNICÍPIO (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)

2.2. CLIMA

Sumaré tem um clima quente e temperado. Possui uma pluviosidade significativa ao longo do ano, com média anual de 1.371,8 mm, de acordo com o Cepagri/Unicamp (Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas a Agricultura)¹².

A classificação climática de Koeppen-Geiger para o município se enquadra como clima subtropical de inverno seco (com temperaturas inferiores a 18°C) e verão quente (com temperaturas superiores a 22°C). A temperatura média anual é de 21,6°C.

O clima da cidade, como em toda a Região Metropolitana de Campinas se encontra na classificação climática de Köppen-Geiger Cfa - clima tropical de altitude, com fuso horário de UTC ¹³.

Em Sumaré, o verão é longo, quente, abafado, com precipitações longas, de céu quase encoberto; o inverno é curto, agradável e de céu quase sem nuvens.

¹⁰ Área da unidade territorial 2019 - IBGE

¹¹ Estimativas 2019 - Fundação SEADE/ Dados do Projeto "Programa Município Verde – SMDPPMA-2017"

¹² PROGRAMA MUNICÍPIO VERDE AZUL - 017- Secretaria de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Sumaré

¹³ UTC- 3 é a diferença de fuso horário que subtrai três horas do Tempo Universal Coordenado (UTC), isto é, a hora local padrão (e de verão para regiões que adotam UTC - 4 como padrão e aderem ao horário de verão)

Ao longo do ano, em geral a temperatura varia de 13°C a 30°C e raramente é inferior a 9°C ou superior a 34°C. De acordo com a com temperatura média é 20.0 °C.

Tabela 08 – CLIMA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS - SUMARÉ

Sumaré				
Latitude: 22g 29m Longitude: 47g 9m Altitude: 580 metros				
Classificação Climática de Koeppen: Cwa				
MÊS	TEMPERATURA DO AR (C)			CHUVA (mm)
	mínima	média	máxima	
JAN	18.7	24.3	30.0	264.7
FEV	18.9	24.5	30.1	189.2
MAR	18.1	23.9	29.7	152.7
ABR	15.4	21.7	27.9	60.8
MAI	12.8	19.3	25.9	69.1
JUN	11.3	18.0	24.8	41.0
JUL	10.7	17.8	25.0	34.9
AGO	12.1	19.6	27.1	26.2
SET	14.0	21.0	28.0	77.8
OUT	15.7	22.2	28.6	113.9
NOV	16.7	22.9	29.2	142.3
DEZ	18.0	23.6	29.2	199.2
Ano	15.2	21.6	28.0	1371.8
Min	10.7	17.8	24.8	26.2
Max	18.9	24.5	30.1	264.7

Fonte: CEPAGRI/Unicamp

2.3. TEMPERATURA

A estação quente permanece por 5,5 meses, geralmente de 15 de outubro a 31 de março, com temperatura máxima média diária acima de 29°C. O dia mais quente do ano é computado no mês de fevereiro, cuja temperatura máxima média é de 30°C e a mínima média é de 21°C.

A estação fria permanece por 2,5 meses, geralmente de 14 de maio a 31 de julho, com temperatura máxima média diária em média abaixo de 26°C. O período mais frio do ano é geralmente computado nos meados do mês de julho, com média de 13°C para a temperatura mínima e 25°C para a máxima.

2.4. PRECIPITAÇÃO

É considerado “dia com precipitação” aquele com precipitação mínima líquida ou equivalente à quantidade de 1 (um) milímetro. A probabilidade de dias com precipitação em Sumaré varia acentuadamente ao longo do ano. A estação de maior precipitação dura 5,1 meses, de 24 de outubro a 28 de março, com probabilidade acima de 39% de que um determinado dia tenha precipitação. A probabilidade máxima de um dia com precipitação é de 67% em janeiro. A estação seca dura 6,9 meses, de 28 de março a 24 de outubro. A probabilidade mínima de um dia com precipitação é de 10% em 10 de agosto. Dentre os dias com precipitação, distinguimos entre os que apresentam somente chuva, somente neve ou uma mistura de ambas. Com base nessa classificação, a forma de

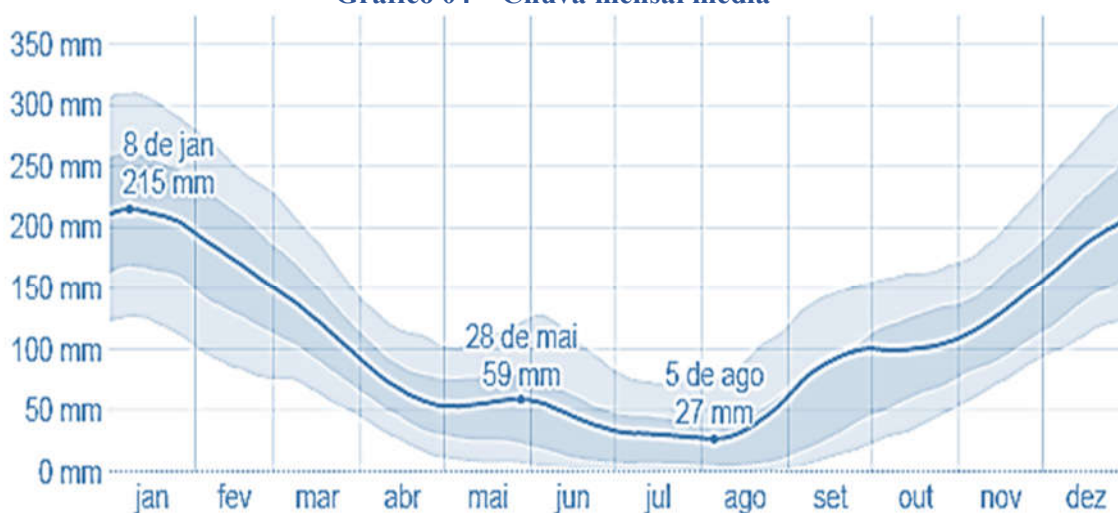
precipitação mais comum ao longo do ano é de chuva somente, com probabilidade máxima de 67% em 16 de janeiro.

Para demonstrar a variação entre os meses e não apenas os totais mensais, mostramos a precipitação de chuva acumulada durante um período contínuo de 31 dias ao redor de cada dia do ano.

Sumaré tem variação sazonal extrema na precipitação mensal de chuva. O máximo de chuva ocorre durante os 31 dias ao redor de 8 de janeiro, com acumulação total média de 215 milímetros. O mínimo de chuva ocorre por volta de início de agosto, com acumulação total média de 27 milímetros.

As previsões meteorológicas e climáticas, cada vez mais precisas no Brasil, são crescentemente levadas em consideração nas decisões de plantio dos agricultores e também em outras decisões importantes como irrigação, colheita, aplicação de defensivos e manejo do solo. Dessa forma, essas informações configuram-se como um dos principais instrumentos para a implementação dos programas na área do desenvolvimento agrícola.

Gráfico 04 – Chuva mensal média

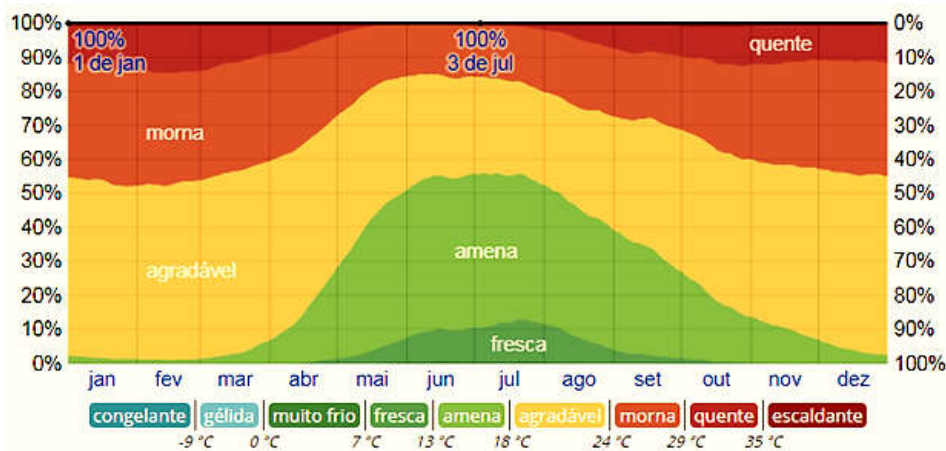


Precipitação média (linha contínua) acumulada durante o período contínuo de 31 dias, com faixas de 25 a 75 e de 10 a 90 percentuais. As manchas correspondem à precipitação média equivalente à quantidade de líquidos. Fonte: Cepragri

2.5. ESTAÇÃO DE CULTIVO

As definições das estações de cultivo variam ao redor do mundo. Para fins deste diagnóstico, nossa definição é o mais longo período contínuo do ano em que as temperaturas não são congelantes (≥ 0 °C) - o ano-calendário no hemisfério sul é de 1 de julho a 30 de junho. A temperatura em Sumaré é suficientemente quente durante todo o ano. No entanto, incluímos o gráfico abaixo como ilustração da distribuição de temperaturas durante o ano no Município.

Gráfico 05 – Percentuais nas várias faixas de temperatura e estação de cultivo



Fonte: Cepagri

As percentagens correspondem às várias faixas de temperatura ao longo do ano. A linha preta é a probabilidade percentual de que um determinado dia pertença à estação de cultivo.

2.6. MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

Campinas, Hortolândia, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia e Santa Bárbara d'Oeste.

2.7. RELEVO

Para fins deste diagnóstico, as coordenadas geográficas de Sumaré são: latitude -22,822°, longitude -47,267° e 584 m de altitude.

A topografia dentro do perímetro de três (3) quilômetros de Sumaré contém apenas variações pequenas de altitude, com mudança máxima de oitenta e três (83) metros e altitude média acima do nível do mar igual a quinhentos e setenta e nove (579) metros. Dentro do perímetro de dezesseis (16) quilômetros, há apenas variações pequenas de altitude (174 metros). Dentro do perímetro de oitenta (80) quilômetros, há variações significativas de altitude (869 metros).

De acordo com o Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo (IPT, 1:1000.000, 1981/IBGE–Compartimentos de relevo, 2000), o relevo de Sumaré apresenta colinas amplas, onde, predominam interflúvios com área superior a quatro (4) km², topos extensos e aplainados, vertentes com perfis retilíneos a convexos.

Drenagem de baixa densidade, padrão sub-dendrítico, vales abertos, planícies aluviais interiores restritas, presença eventual de lagoas perenes ou intermitentes.

Segundo TROPMAIR (2000)¹⁴, Sumaré se encontra na área do Geossistema Depressão Periférica Norte, onde, além de apresentar colinas amplas e médias, encontram-se morrotes alongados e espigões cujas altitudes variam entre 600m a 800m.

¹⁴ TROPMAIR, H. Ecologia da Paisagem: da geografia para ciência interdisciplinar. Revista de Estudos Ambientais, v.3, n.1, p.80-85, jan./abr., Blumenau, 2001.

2.8. VEGETAÇÃO

Sumaré possui 23,2%, cerca de 8.000 (oito mil) ha. de sua área total coberta por vegetação natural remanescente, classificada como Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica). A área dentro do perímetro de três (3) quilômetros de Sumaré é coberta por arbustos (54%), terra fértil (22%), pasto (12%) e árvores (11%); dentro do perímetro de dezesseis (16) quilômetros, por arbustos (32%) e terra fértil (31%). Finalmente, dentro do perímetro de oitenta (80) quilômetros, por terra fértil (35%) e árvores (26%).

Cerca de 0,7% do território municipal ainda contem remanescentes florestais de Mata Atlântica. Pode-se notar que Cerrado, Mata Atlântica ou a existência de ambos, são os biomas verificados nos municípios participantes da Região Metropolitana de Campinas. Cadeias de montanhas, vales, planaltos e planícies englobam a Mata Atlântica. Sua vegetação caracteriza-se por árvores altas de clima quente e úmido. O município de Sumaré contempla essa caracterização

Tabela 09 – BIOMAS EXISTENTES NOS MUNICÍPIOS DA RMC

Biomias presentes nos municípios da Região Metropolitana de Campinas	
Municípios	Biomias existentes
Americana	Cerrado e Mata Atlântica
Artur Nogueira	Cerrado
Campinas	Cerrado e Mata Atlântica
Cosmópolis	Cerrado
Engenheiro Coelho	Cerrado e Mata Atlântica
Holambra	Cerrado
Hortolândia	Mata Atlântica
Indaiatuba	Mata Atlântica
Itatiba	Mata Atlântica
Jaguariúna	Cerrado e Mata Atlântica
Monte Mor	Mata Atlântica
Nova Odessa	Cerrado e Mata Atlântica
Paulínia	Cerrado e Mata Atlântica
Pedreira	Mata Atlântica
Santa Bárbara d'Oeste	Cerrado e Mata Atlântica
Santo Antônio de Posse	Cerrado e Mata Atlântica
Sumaré	Mata Atlântica
Valinhos	Mata Atlântica
Vinhedo	Mata Atlântica

Fonte: IBGE – Elaboração: OMI – RMC/Agemcamp



Figura 08 - Remanescentes de Mata Atlântica – Horto Florestal em seu entorno

Fonte: Jornal “O Liberal” – Foto de Marcelo Rocha

2.9. SOLOS E GEOLOGIA

Segundo o Mapa Geológico do Estado de São Paulo (IPT, 1:500.000,1981/IBGE Mapa geológico SP 2000), em Sumaré predominam rochas da Formação Itararé (Cpi) do Permo-Carbonífero entremeados por diques Mesozóicos de diabásio da Formação Serra Geral (JKβ), com orientação NO-SE, a qual, apresenta soleiras diabásicas, diques básicos em geral incluindo diabásios, dioritos pórfiros, microdioritos pórfiros, lamprófiros, andesitos, monzonitos pórfiros e traquiandesitos.

A Formação Itararé caracteriza-se por depósitos glaciais continentais, glácio-marinhos, fluviais, deltaicos, lacustres e marinhos, compreendendo principalmente arenitos de granulação variada, imaturos, passando a arcósios; conglomerados, diamictitos, tilitos, siltitos, folhelhos, ritmitos; raras camadas de carvão. A análise pedológica revela três grandes grupos de solo: Podzólico Vermelho Amarelo Laras, Podzólico com cascalho e o Latossolo Vermelho Amarelo fase Arenosa.

Também se encontra sobre rochas gnáissicas de origem magmática e/ou sedimentar de médio grau metamórfico e rochas graníticas desenvolvidas durante o tectonismo. Apesar de chuvas abundantes, dado o clima tropical, o solo extremamente arenoso é responsável por uma rede de drenagem de densidade baixa a média tipo sub-dendrítica e sub-retangular, além do que, os vales erodidos em arenitos são bem abertos e em muitos trechos se encontra planícies aluviais. Os vales que se encontram em áreas de morrotes alongados apresentam-se mais fechados.

De acordo com TROPMAIR (2000), o geossistema Depressão Periférica Norte, apesar de apresentar alta densidade demográfica e parque industrial diversificado, apresenta sérias dificuldades para sua ocupação, devido à pobreza e fragilidade do solo que se reflete intensamente pelo pequeno potencial de produtividade, da necessidade de irrigação no caso das culturas agrícolas e a necessidade de obras de engenharia custosas para fixação e fundamentação nos espaços urbanos.

2.10. PONTOS TURÍSTICOS

Embora a cidade tenha crescido muito nos últimos anos, preserva ainda algumas características aconchegantes, como praças públicas arborizadas, locais para caminhadas e espaços de convivência.

Citamos o Turismo Rural, que é um segmento que exhibe áreas de rara beleza, mobilizando empresas, alunos e visitantes em conhecer inúmeras culturas agrícolas desenvolvidas no Município.

Oferecem ainda caminhadas ecológicas, palestras, visitas a assentamentos rurais que são modelos no Brasil.

Dentro do segmento de Turismo Religioso e de Eventos, a Estância Árvore Da Vida considerado o maior centro de convenções da América do Sul em recinto fechado com ar-condicionado, com área construída de 12.000 (doze mil) metros quadrados, vários auditórios, um deles para 10.000 pessoas sentadas, infraestrutura de hospedagem, parques, jardins e lagos reservados para recreação, lazer e convivência social e é capacitado para servir 5.000 (cinco mil) refeições por hora.

O local recebe aproximadamente 200.000 (duzentas mil) pessoas por ano. Sumaré também é ressaltada pelo Turismo de Negócios, porque recebe diariamente inúmeros empresários ligados às empresas e multinacionais instaladas no município.

Empresários estes que utilizam a estrutura de Hotéis e Restaurantes, de primeira qualidade que a cidade oferece.

Existem opções de recreações em Pesqueiros, ao longo das principais vias de acesso ao Município, com infraestrutura aos visitantes.

Outros importantes locais de visitação são: o Horto Florestal, área de preservação ambiental, com espaços para caminhadas e conhecimento de espécies nativas e a Represa do Marcelo Pedroni, com espaços de lazer, para shows, área de churrasqueiras, parquinho infantil.

Alguns pontos turísticos:

- ❖ **Fazenda Vaughan**
- ❖ **Horto Florestal**
- ❖ **Paraíso das Águas**
- ❖ **Represa Marcelo Pedroni**
- ❖ **Casarão Sertãozinho**
- ❖ **Igreja Matriz de Sant' Ana**
- ❖ **Estância Árvore da Vida**
- ❖ **Estação Ferroviária**
- ❖ **Subestação de Energia Elétrica da Cia Paulista de Estradas de Ferro**



Figura 09 – Sítio Histórico Sertãozinho
Fonte: Portal <http://atrativosturisticossumare.blogspot.com>



Figura 10 – Igreja Sant’Ana Matriz da Cidade

Fonte: Portal “Guia do Turismo do Brasil”



Figura 11 – Parque Municipal do Marcelo

Fonte: Portal “Guia do Turismo do Brasil”



Figura 12 – Orquidário Municipal

Fonte: Portal “Festicini – Festival Internacional de Cinema Independente”



Figura 13 – Estação da FEPASA

Fonte: Portal <http://atrativosturisticossumare.blogspot.com/p/estacao-ferroviaria.html>

2.11. HIDROGRAFIA

O Município de Sumaré integra, em sua maior porção, a bacia hidrográfica do Ribeirão Quilombo, que atravessa vários municípios da região metropolitana de Campinas¹⁵. A bacia do Quilombo é o principal curso d'água integrante da Bacia do Rio Piracicaba e se subdivide, dentro do Município de Sumaré, em seis sub-bacias:

- ❖ **Pinheirinho**
- ❖ **Taquara Branca**
- ❖ **Jacuba**
- ❖ **Palmital**
- ❖ **São Francisco**
- ❖ **Tijuco Preto**

Destes, são formadores do reservatório da represa do Marcelo (o Córrego Pinheirinho) e do reservatório do Horto (os Córregos Taquara Branca e Jacuba).

Segundo o Plano Estadual de Recurso Hídricos (2004-2007), o Estado de São Paulo é subdividido em 22 bacias hidrográficas.

O município de Sumaré encontra-se inserido na Bacia Hidrográfica Piracicaba/Capivari/Jundiá, que ocupa uma superfície de 14.178 km², correspondendo a cerca de 5,7% do território estadual. A mesma é subdividida em nove sub-bacias: Baixo Piracicaba, Alto Piracicaba, Rio Corumbataí, Baixo Jaguari, Rio Camanducaia, Alto Jaguari, Rio Atibaia, Rio Capivari e Rio Jundiá.

O município de Sumaré encontra-se com seu território completamente inserido na Sub-bacia Hidrográfica Alto Piracicaba, com área de drenagem igual a 1.780,53 km² (da confluência Jaguari/Atibaia até a foz do Rio Corumbataí).

O potencial de recursos hídricos superficiais das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá não está, em sua totalidade, à disposição para uso na própria região, pois uma parcela substancial é revertida, através do Sistema Cantareira, para a bacia do Alto Tietê.

Esse sistema é o principal produtor de água potável da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Ainda, segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004-2007, a situação geral da qualidade dos recursos hídricos superficiais da Bacia, em termos de distribuições percentuais do Índice de Qualidade de Água para fins de Abastecimento Público (IAP) e Índice de Qualidade da Água para Proteção da Vida Aquática (IVA) referentes ao ano de 2003, é ruim, indicando degradação dos corpos d'água da Bacia.

O município é banhado por vários ribeirões e córregos, sendo o principal o Ribeirão Quilombo, que atravessa o perímetro urbano e é afluente do rio Atibaia.

De menor importância, estão o Ribeirão dos Toledos e os Córregos Palmital, Guilherme Green, Candelária, da Fazenda Nova Veneza, do Pari, Tijuco Preto e São Francisco, além do Córrego Pinheiros, formado por dois galhos de água que se juntam perto da Represa do Marcelo, de onde é captada água para abastecimento de parte da cidade.

Já Ribeirão Jacuba forma as represas do Horto Florestal, de onde também é captada água para abastecimento público.

MAPA 07 – RELEVO E HIDROGRAFIA (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)

¹⁵Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - Prefeitura Municipal de Sumaré/ Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural/ Casa da Agricultura de Sumaré / Escritório de Desenvolvimento Rural Campinas/ Período de vigência: 2010 a 2013

2.12. RODOVIAS

- Rodovia Anhanguera (SP 330) - liga o Município de Sumaré a São Paulo e Sumaré a Igarapava no nordeste do Estado;
- Rodovia dos Bandeirantes (SP 348) - liga o Município de Sumaré a São Paulo e Sumaré a São Carlos e São José do Rio Preto (pela Via Washington Luís); Piracicaba (pela Via Luiz de Queiroz) e Araras e Ribeirão Preto (pela Via Anhanguera);
- Rodovia D. Pedro I - Rodovia Presidente Dutra – Rio de Janeiro;
- SP 330/115 (Rodovia Virgínia Viel Campo Dall’Orto) – acesso principal da região central à Via Anhanguera;
- Avenida Rebouças – interligação regional entre Sumaré, Nova Odessa e Americana;
- SMR 346 (Avenida João Argenton) - interligação regional da Sede com Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara;
- SMR 020 (Estrada Municipal Teodor Cundiev) – interligação da Sede com o Município de Hortolândia;
- SMR 330/111 (Rodovia José Louzano Araújo) – Interligação da Via Anhanguera com Paulínia;
- Avenida Minasa – ligação da Via Anhanguera à região do Matão e à SMR 330/111;
- Avenida Vereador Antônio Pereira de Camargo Neto – ligação entre a Via Anhanguera e à região do Jd. Dall’Orto e Jd. Maria Antônia;
- SMR 040 (Estrada Municipal Norma Marson Biondo) – ligação da região central à Rodovia dos Bandeirantes e o Município de Monte Mor;
- Avenida da Amizade – ligação da região central à região de Nova Veneza e Via Anhanguera;
- Avenida Emílio Bosco – interligação de praticamente todos os loteamentos da região do Matão.

MAPA 09 – EIXOS VIÁRIOS (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)

Tabela 10 – ÍNDICES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – Município de Sumaré

Definição:

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos, conforme as características descritas no quadro abaixo.

Critérios de Formação dos Grupos do IPRS

Grupos	Critérios	Descrição
Grupo 1	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais.
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 3	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais.
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade.
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais.

Indicadores do IPRS

Indicador sintético de riqueza: combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior; **Indicador sintético de longevidade:** combinação linear de quatro taxas de mortalidade, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior; **Indicador sintético de escolaridade:** combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior.

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza - 2014

Município	48
RA	47
Estado	47

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade - 2014

Município	74
RA	72
Estado	70

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade - 2014

Município	55
RA	61
Estado	54

Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - 2014

Município	Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais
RG	NA
RA	NA
Estado	NA

Componentes dos Indicadores Sintéticos Setoriais e seus Respectivos Pesos

Indicador	Componentes	Contribuição para Indicador Sintético
Riqueza	Consumo residencial de energia elétrica	25%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, NO comércio e nos serviços	25%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	25%
	Valor adicionado fiscal <i>per capita</i>	25%
Longevidade	Mortalidade perinatal	30%
	Mortalidade infantil	30%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	20%
	Mortalidade das pessoas de 60 a 69 anos	20%
Escolaridade	Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (5º ano do EF)	31%
	Média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática (9º ano do EF)	31%
	Taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos	19%
	Taxa de distorção idade-série NO ensino médio	19%

Fonte dos Dados

Indicador de riqueza: registros administrativos fornecidos anualmente pelas Secretarias de Estado dos

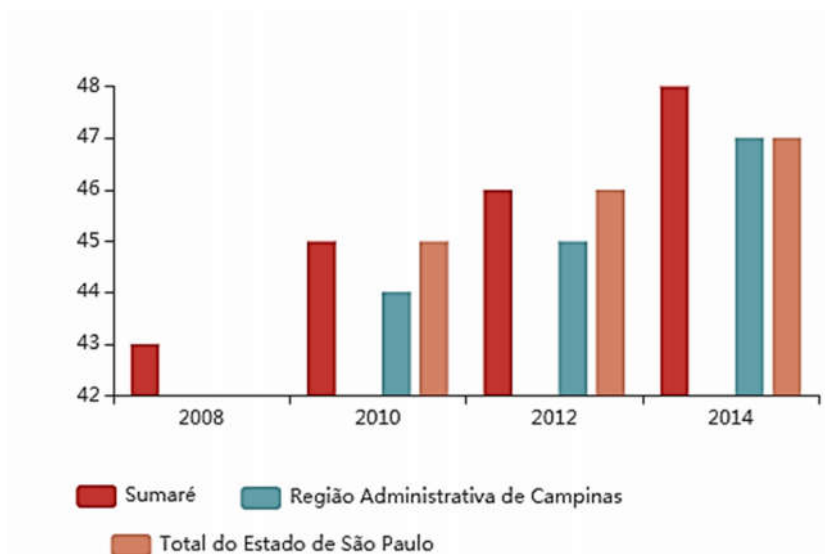
Parâmetros para a Classificação dos Municípios, por Dimensões do IPRS, segundo Categorias

Categorias	Ano	Dimensões do IPRS		
		Riqueza Municipal	Longevidade	Escolaridade
Baixa	2008	Até 36	Até 64	Até 40
	2010	Até 39	Até 65	Até 49
	2012	Até 40	Até 66	Até 53
	2014	Até 41	Até 66	Até 53
Média	2008	-	65 a 67	41 a 45
	2010	-	66 a 68	50 a 53
	2012	-	67 a 69	54 a 56
	2014	-	67 a 69	54 a 58
Alta	2008	37 e mais	68 e mais	46 e mais
	2010	40 e mais	69 e mais	54 e mais
	2012	41 e mais	70 e mais	57 e mais
	2014	42 e mais	70 e mais	59 e mais

Fonte dos Dados - Indicador de riqueza: registros administrativos fornecidos anualmente pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego. **Fundação Seade:** Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

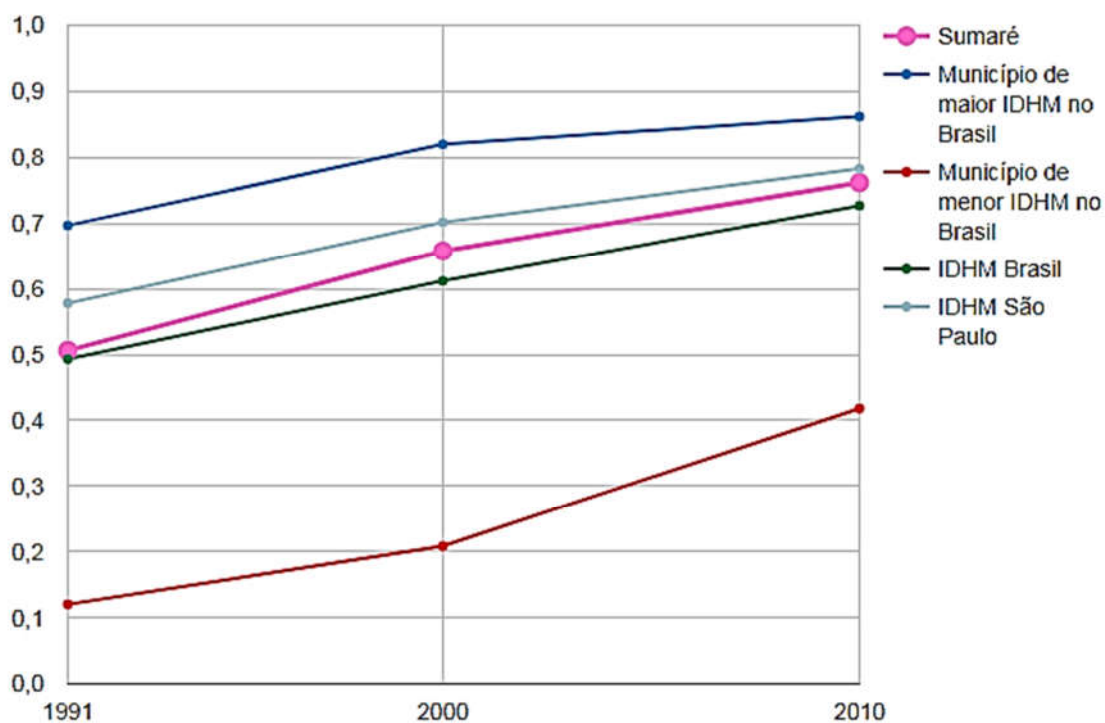
Fonte: SEADE onde RG – Região de Governo e RA – Região Administrativa

Gráfico 06 – Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Riqueza – 2008/ 2010/ 2012/ 2014



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Gráfico 07 – Progressão do IDH Sumaré – 1991/2010



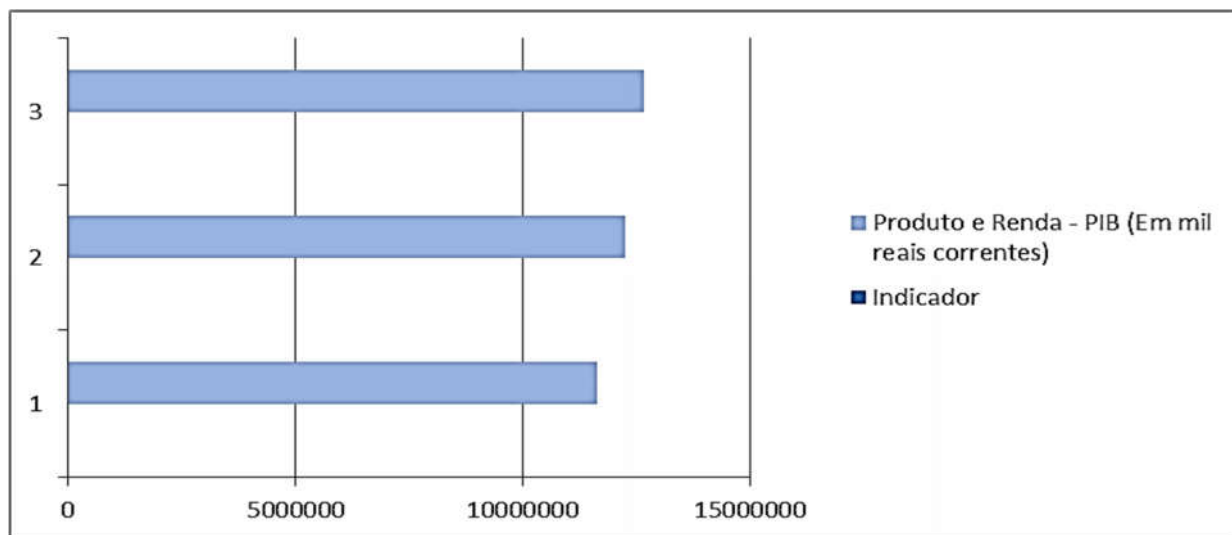
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Tabela 11 – PIB EM VALORES CORRENTES - Evolução

PIB	2014	2015	2016
Produto e Renda - PIB (Em mil reais correntes)	11.646.358,25	12.258.170,08	12.663.337,00

Fonte: IBGE e DataSus

Gráfico 08 – Evolução do PIB Municipal



Fonte: Para cálculo do PIB per capita foram utilizadas as estimativas intercensitárias disponibilizadas pelo DATASUS que, por sua vez, utiliza fontes do IBGE.

Tabela 12 – ESTATÍSTICAS DO ELEITORADO – Data Base 2018

Zona	Quantidade	% Estado
230	72.131	0,218
362	114.770	0,347
TOTAL GERAL	186.901	0,565

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

2.13. Formação Administrativa

O Distrito criado com a denominação de Rebouças pela Lei Estadual n.º 1.187, de 16-12-1909 era subordinado ao Município de Campinas, e, em divisão administrativa referente ao ano de 1911.

Assim em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o Distrito de Rebouças, figura no Município de Campinas.

Pelo Decreto-lei Estadual n.º 14.334, de 30-11-1944, o Distrito de Rebouças passou a denominar-se Sumaré.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o Distrito de Sumaré (ex-Rebouças), figura no Município de Campinas. Elevado à categoria de Município com a denominação de Sumaré, pela Lei Estadual n.º 2.456, de 30-12-1953, desmembrado de Campinas.

A Sede é constituída no antigo Distrito de Sumaré e instalada em 01-01-1955.

Em divisão territorial datada de 1-07-1955, o Município é constituído de dois Distritos: Sumaré e Hortolândia.

Pela Lei Estadual n.º 5.285, de 18-02-1959, é criado o Distrito de Nova Veneza (ex-povoado), com terras desmembradas do Distrito de Hortolândia e anexado ao Município de Sumaré.

Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o município é constituído de três Distritos: Sumaré, Hortolândia e Nova Veneza, assim permanecendo em divisões territoriais datadas até 1988.

Pela Lei Estadual n.º 7.644, de 30-12-1991, desmembra do Município de Sumaré o Distrito de Hortolândia e é elevado à categoria de Município.

Em divisão territorial datada de 2007, o Município é constituído de dois Distritos: Sumaré e Nova Veneza, assim permanecendo em divisão territorial.

Pela Lei Municipal 4250/06 ficam criadas as sete Administrações Regionais a seguir discriminadas:

- ✓ **AR Rural**
- ✓ **AR Centro**
- ✓ **AR Picerno**
- ✓ **AR Nova Veneza**
- ✓ **AR Maria Antonia**
- ✓ **AR Cura e**
- ✓ **AR Matão**

2.14. Histórico

Para uma cidade como Sumaré, em que a diversidade cultural é imensa, pode parecer estranho quando se fala na história dos nossos antepassados.

Ainda mais se pensarmos na forma como ocorreu a formação da nossa sociedade, a partir das influências recebidas dos diferentes ciclos migratórios.

Saber a história de uma nação e, em particular, do local onde se vive, significa resgatar e preservar a tradição daqueles que contribuíram para que chegássemos ao ponto em que nos encontramos. Trata-se de uma oportunidade única para compreender, inclusive, a nossa própria identidade.

Regine Pernoud¹⁶, ao lembrar que o homem é também um animal histórico, indaga-se: "Mas como é possível interessar-se pela história na época em que os homens andam sobre a lua?"

A resposta é simples, qual foi o primeiro ato realizado pelo homem quando se viu na Lua? Abaixar-se para apanhar uma pedra.

O gesto ancestral.

Para além de todas as definições, história é vida e o homem se define pela sua história: se uma pedra pode ter tanto interesse para ele, é porque ela é "signo da vida".

A História é a busca do vivido, esse vivido através do qual traçamos nossa própria existência.

Por que é preciso conhecer a História do mundo e de seu país, das tradições sociais, culturais e políticas de um povo? Para que não sejamos levados - como é muito comum hoje em dia - a pensar com a cabeça alheia; e trata-se de conduzir e não de sermos conduzidos.

O estudo da História permite também avaliar melhor a noção de progresso.

Geralmente nós fazemos uma ideia muito elementar do progresso. Lewis Mumford¹⁷ escreve que somos levados a pensar que se as ruas de nossa cidade eram sujas no século XX, elas deveriam estar quinhentas vezes mais sujas, seiscentos anos antes.

Quando se tem uma educação histórica, o progresso, em geral, é uma clara evidência, mas também o é o fato de que não se trata jamais de progresso contínuo e uniforme.

Na verdade, a humanidade avança em certos pontos, recua em outros: o impacto em nós produzido pela constatação de tal avanço deve ser o mesmo que ante a constatação de um retrocesso.

A História não fornece soluções, mas permite enquadrar corretamente os problemas. Sabemos que um problema corretamente proposto já está meio resolvido.

Portanto estudar a história de Sumaré é imprescindível para alicerçar o futuro.

2.14.1. Introdução sobre a História de Sumaré

De acordo com o Professor Francisco de Toledo, em seu renomado livro "A História de Sumaré", pudemos aprender que desde meados do século 18, a cidade experimentou um grande e rápido crescimento econômico causado pela lavoura cafeeira, substituindo em boa parte a produção açucareira. Por todos os lados da cidade foram surgindo as fazendas de café, trazendo riqueza, comércio, indústrias, cultura à região.

Os produtores rurais investiam pesado na aquisição de novas terras e na produção de café para a exportação.

A exportação dependia do transporte do café que era feito em lombo de burro até Santos, o que diminuía sobremaneira o lucro dos fazendeiros.

O custo do transporte do café por ferrovia ficaria um terço do custo do transporte em lombo de burro.

Era então urgente construir a ferrovia. Em 1867 se construiu a ferrovia de Santos a Jundiaí, e em 1872 ela chegou a Campinas.

Os fazendeiros da região de Campinas logo se organizaram e estenderam os trilhos para as cidades vizinhas: Rio Claro, Piracicaba...

¹⁶ Régine Pernoud foi uma historiadora medievalista, arquivista e paleógrafa francesa do século XX.

¹⁷ Lewis Mumford foi um historiador estado-unidense que pesquisou nas áreas da arte, ciência e tecnologia e saúde. Foi também escritor, crítico literário e professor.

O caminho mais curto e natural para Rio Claro era atravessar a região do Quilombo em direção a Santa Bárbara.

Entre Campinas e Santa Bárbara havia um lugar estratégico para se fazer uma estação: no cruzamento de estradas que vinham de Montemor e passavam pela região do Quilombo; que vinham de Campinas e iam para Piracicaba; que vinham de Campinas e iam para Santa Bárbara, depois Piracicaba; que vinham de Campinas e iam para Limeira, e outras.

Na região do Quilombo, desde 1850 ou 1860, havia algumas fazendas de bom tamanho, como São Francisco, Candelária, Palmeiras, Quilombo, Sertãozinho, produtoras de café.

Além disso, o Ribeirão Quilombo era importante e sua bacia era relativamente plana e fértil. Um cenário ideal para a economia.

Em 1875, foi inaugurada a Estação do Rebouças. Ela foi o marco inicial do desenvolvimento da região do Quilombo.

Os documentos mostram que antes da estação havia fazendas, sítios e casas esparsos no Quilombo, mas nenhum centro urbano ou um bairro, como se entende hoje.

Foi a Estação que dinamizou e centralizou as atividades econômicas, passando a ser referência física, social e econômica do Quilombo.

É o núcleo original da polinucleada cidade atual de Sumaré. A cidade nasceu e cresceu ao redor da Estação.

Até os anos 1950, o quadro urbano de Sumaré pouco mudou.

Nessa década começam as grandes transformações do Brasil, como o intenso êxodo rural, a industrialização e as migrações internas que afetaram profundamente Sumaré.

O ritmo das mudanças foi avassalador, em especial pela chegada desordenada do migrante. A cidade não tinha estrutura para arcar com tamanhos desafios: moradia, saúde, transporte, segurança, infraestrutura, escola.

As lideranças políticas foram incapazes de planejar a cidade de maneira a enfrentar ou minimizar as enormes demandas.

A população foi se esparramando pelo território ao sabor do interesse dos loteadores. O município foi retalhado, fracionado, dividido.

Os Planos de Governo foram tímidos e aquém das expectativas e necessidades. A execução deles foi muito menor do que as demandas.

2.14.2. Desenvolvimento da Cidade

O Município de Sumaré teve suas origens nas Sesmarias e as fontes pesquisadas reportam o seguinte número de concessões:

1º) 25 - Joaquim José Teixeira Nogueira e Inácio Caetano Leme, Ribeirão do Engano – Barro do Quilombo (Sumaré e Americana), em 20 de abril de 1798;

2º) 35 – Maria Tereza do Rosário, Joaquim da Silva Leme e Rafael de Oliveira Cardoso, Ribeirão do Engano – Barro do Quilombo (Sumaré e Americana), em 20 de abril de 1799;

3º) 40 – João do Prado Câmara, João de Souza Azevedo e Maria Ferraz, Quilombo (Sumaré), em 02 de abril de 1802;

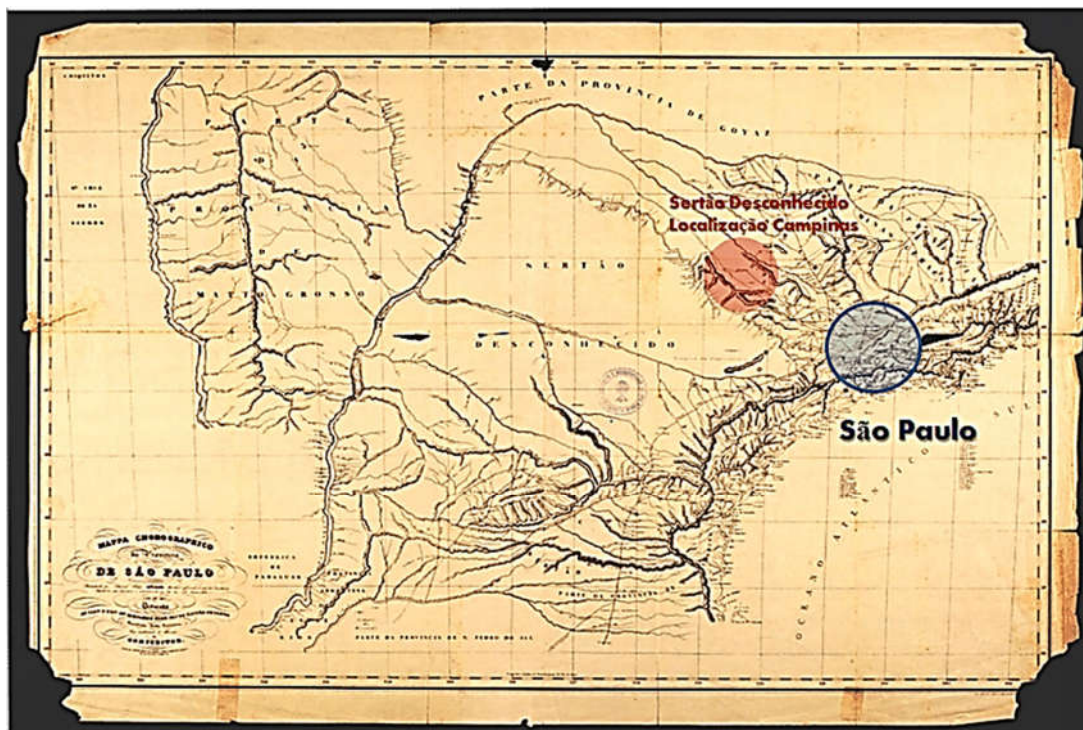
4º) 43 – Jerônimo Cavalheiro Leite, Pedro Antunes de Oliveira e Capitão André de Campos, terras no Quilombo (Sumaré), em 06 de agosto de 1822¹⁸.

O território do Quilombo cobria vasta área e a sua denominação deveu-se aos agrupamentos de negros escravos foragidos das grandes fazendas do ciclo cafeeiro riquíssimo na Região de Campinas, datada de 1854, que se homiziavam nas matas virgens que margeavam o então Ribeirão.

O Ribeirão Quilombo vem dos Altos do Bairro Matão e termina nas imediações da Cidade de Americana.

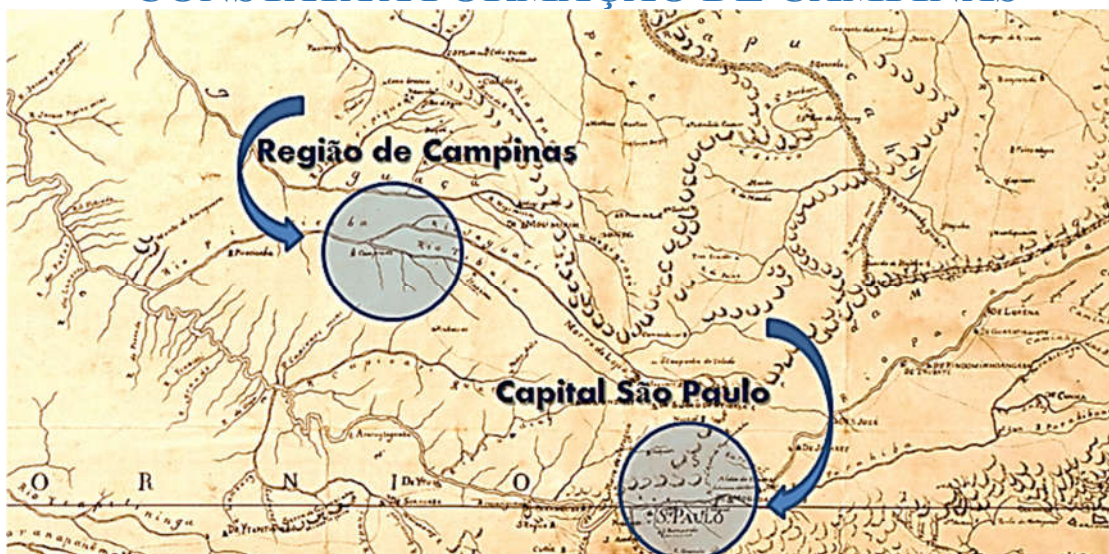
¹⁸ João Batista dos Campos Aguirre, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, Vol. XXXI, pag. 259.

MAPA 12 – PROVÍNCIA DE SÃO PAULO



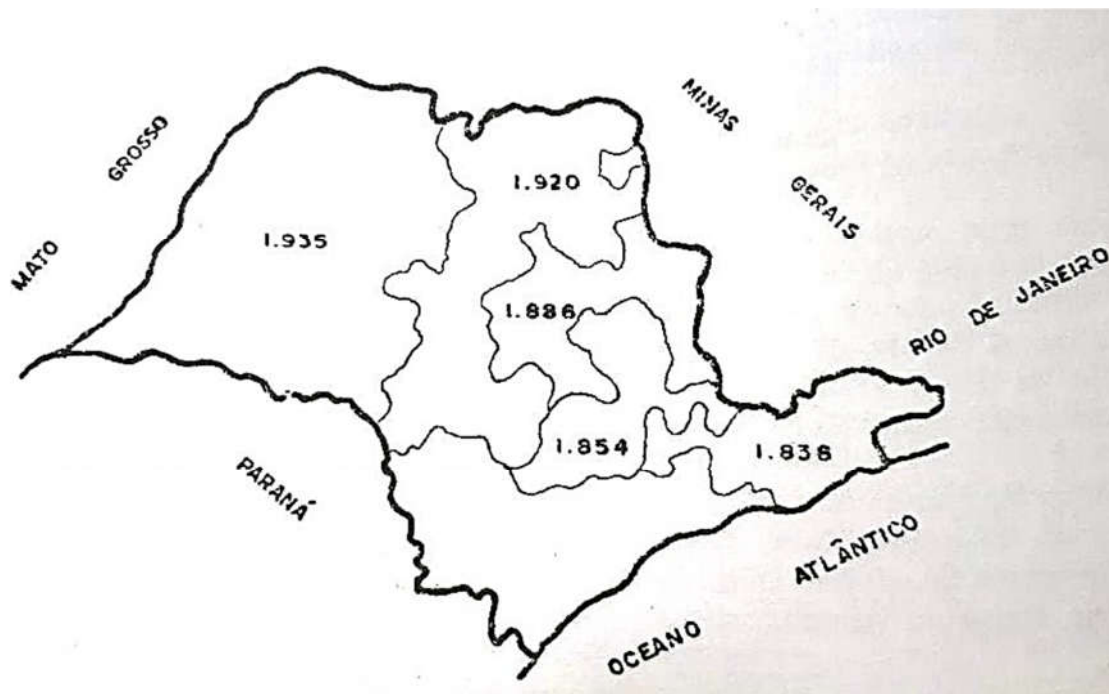
Fonte: Cartucho do Mappa Chorographico da Província de São Paulo, Daniel Pedro Muller, 1837, Arquivo Público do Estado de São Paulo

MAPA 13 – SESMARIAS DE SÃO PAULO ONDE SE CONSTATA A FORMAÇÃO DE CAMPINAS



Fonte: Museu da Imigração – Cartas Cartográficas

MAPA 14 – EXPANSÃO CAFEEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Sérgio Milliet, *Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo, Volume 1 de Estudos paulistas, 1938 - Universidade do Texas*

O início deste histórico prende-se às concessões das sesmarias e às primeiras fazendas de café na região de Campinas.

Portanto nestas datas das sesmarias o território de Sumaré encontrava-se espalhado pelos fazendeiros comerciantes nesta área, tais como Domingos Franklin Nogueira, Francisco Wolf, Joaquim Ignácio Valente, José Portela, Guilherme Miller, Francisco Teixeira Nogueira Jr, Francisco Antônio do Vale e outros.

Em 1832, Monte Mor já era Distrito de Paz e em 1871, Município.

Mantinha intercâmbio comercial através das estradas que se dirigiam a Santa Bárbara, Piracicaba, Limeira, Campinas, Araraquara e por meio dessas, tinha ligações com Sorocaba, Tietê, Botucatu e outras.

Os tropeiros eram obrigados a transitar pelo Rio Quilombo e sua região e faziam várias paradas, entre elas uma no futuro município de Sumaré, através de Monte Mor.

Àquela época, era chamada de **Quilombo** essa parada, que se encontrava onde atualmente é a ponte de saída da região central para a Anhanguera.



Figura 14 – Localização da Parada dos Tropeiros por volta de 1870 às margens do Ribeirão Quilombo

Fonte: Google Maps

Foi em função das pequenas e grandes propriedades rurais existentes, onde se localiza a Sede do Município de Sumaré e cercanias, que se desenvolveu um pequeno povoado, além de ser uma passagem de tropeiros e viajantes.

As fazendas a seguir descritas caracterizaram a constituição dos vários núcleos do Município que, somando-se aos inúmeros acidentes geográficos, como rios, rodovias e ferrovias, construíram o desenho polinucleado que atualmente coexistem: 07 distritos para um único município.

Relação das fazendas para compreensão do desenho da territorialidade de Sumaré:

01 - Fazenda de Domingos F. Nogueira - Consta que se chamava Fazenda Sertãozinho onde atualmente se localizam as áreas da família Vaughan, Vilas Populares (Yolanda C e Silva e Zilda Natel), família de João Vasconcellos, família de Marcelo Pedroni, Tronfim Macarenko, Loteamento Franceschini, Vila Miranda e Santana.

02 – Terras de Francisco Wolf – atualmente Vila Santa Terezinha, Vila Cia, Vila Rebouças, Vergínio Viel, São Domingos (Quirílio Ravagnani) Edward de Godoy.

03 – Fazenda Pindahuba, adquirida pelos irmãos Ângelo e Luiz Campo Dall’Orto – onde atualmente se encontra o Distrito de Nova Veneza.

04 – Sítio Quilombo, adquirida por Francisco Teixeira Nogueira – onde atualmente se encontra o Bairro do Jd. Maria Antonia até a divisa com o Município de Paulínia.

05 – Sítio Jacuba, de propriedade de Joana Mendes de Godoi – onde atualmente se encontra o Município de Hortolândia

06 – Bairro do Tijuco Preto – Sítio do Mattão (com dois ts) de Giuseppi Bosco – onde atualmente se encontra o Bairro do Matão



Figura 15 – Localização das fazendas que compunham o território do Quilombo, posterior Rebouças e por último Sumaré – para compreensão territorial da situação de espraiamento

Fonte: Google Maps

Sabe-se que o povoado foi iniciado com a construção de 05 casas ligeiramente afastadas umas das outras, construídas em madeira, construções bem simplórias, localizadas no centro da Sede do Município, com datas entre 1860 e 1870.

Este pequeno aglomerado de casas levou à construção da primeira capela do lugarejo, que marcou então a fundação do Povoado de Sumaré.

A partir de 1867 iniciam-se as obras da extensão ferroviária que ligaria Jundiaí à Campinas e a mesma se estendeu até o povoado do Quilombo.

A estação ferroviária foi então fundada em 1875 com o nome de Estação Rebouças, em homenagem ao engenheiro Antônio Pereira Rebouças, renomado engenheiro civil especialista em ferrovia e que, falecido à época, foi agraciado ao nomear a nova estação de trem.

Consequência imediata surge o vilarejo que começou a ser chamado de Rebouças.

A história de Sumaré se divide nitidamente em duas partes: até 1950 sua população era basicamente formada por imigrantes italianos e portugueses; depois de 1950, pela presença de migrantes de todos os estados do Brasil. Os imigrantes vieram quando o café chegou a Campinas na segunda metade do século XIX. A produção cafeeira avançava para o oeste paulista deixando para trás as terras cansadas e as antigas fazendas retalhadas em pequenos sítios, agora ocupadas pelos imigrantes. Eles compravam terras, praticavam a agricultura nas imediações de Sumaré ou abriam comércio na zona urbana. O vilarejo crescia ao redor da Estação de Rebouças, impulsionado pelo comércio, pela incipiente indústria de sabão, de tijolos, de bebidas e pela atividade extrativa da madeira.

Em 1907 o povoado tinha perto de 300 habitantes, em 1912 pouco mais de 400, em 1940 o distrito tinha perto de 5.000 e em 1950 chegava a 6000.

Coincidiu com a industrialização do Sudeste, as indústrias alcançaram Sumaré nos anos 50 e a partir de então o município vivenciou um crescimento vertiginoso a cada década. Em 1943 veio a 3M e de lá para cá, dezenas de outras indústrias seguiram o mesmo caminho, impulsionando o desenvolvimento do Município.

Em 1991 o distrito de Hortolândia emancipou-se de Sumaré.

O Município é considerado um município Industrial e de alta prestação de serviços.

Sumaré tem seu nome em resultado de uma disposição governamental que impedia a ocorrência de nomes iguais em duas ou mais localidades do país.

A cidade chamava-se Rebouças e existia homônima no Paraná, tal nome foi adotado em homenagem ao Engenheiro Ferroviário Antonio Pereira Rebouças Filho, que emprestou seu nome, também à estação ferroviária de Sumaré.

Em 1944, através do decreto 14.334 foi adotado o nome de Sumaré, que é uma orquídea outrora comum na região, a *Cyrtopodium punctatum* (L.) Lindl. - CIRTOPÓDIO / SUMARÉ-DO-MATO, empregada também na medicina popular.



Figura 16 – Orquídea Sumaré do Mato

Fonte: <https://orquideasfascinantes.wordpress.com/tag/cyrtopodium-punctatum/>

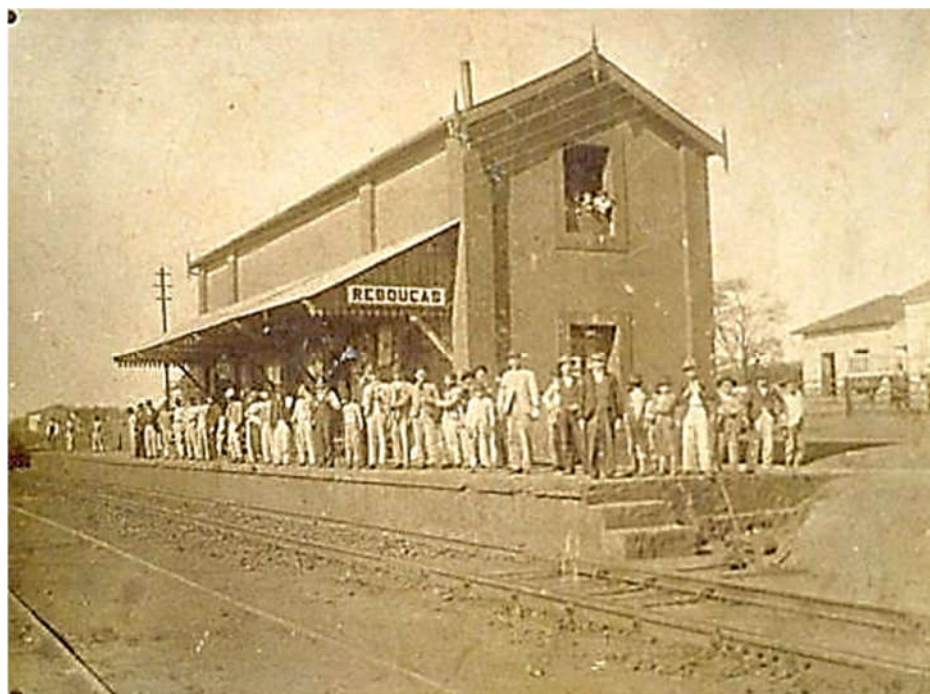


Figura 18 – Foto Histórica da Fundação da Estação Rebouças / sem data

Fonte: Associação Pró - Memória de Sumaré



Figura 19 – Sumaré no ano de 1966

Fonte: Associação Pró-Memória de Sumaré

MAPA 16 - EVOLUÇÃO URBANA (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)



Figura 20 – Linha do tempo

2.15. Lista dos Patrimônios Históricos de SUMARÉ

1. Complexo Ferroviário de Sumaré
2. Conjunto Praça da República
3. Conjunto Igreja Senhor Bom Jesus do Matão
4. Igreja Matriz de Santana
5. Paço Municipal
6. Seminário de Nova Veneza
7. Núcleo do Parque do Marcelo
8. Casarão da antiga Fazenda Sertãozinho
9. Jatobeiros da Praça Ana Macarenko
10. Horto Florestal
11. Complexo da Rua Bandeirantes na área central
12. Complexo Igreja do Cruzeiro



Figura 21 – Igreja tombada “Senhor do Bom Jesus” – Bairro do Matão

Fonte: <http://portaldomatao.blogspot.com/p/igreja-bom-jesus.html>

MAPA 17 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)

2.16. A Bandeira de Sumaré

A Bandeira Municipal de Sumaré foi instituída pela Lei Municipal nº 790 de 19 de novembro de 1967, de autoria do heraldista Professor Arcinoé Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heráldica Municipalista.

A bandeira é dividida em quatro partes pela cruz.

O Brasão do centro simboliza o governo executivo e o legislativo, e o losango representa a cidade-sede.

As faixas que saem do losango representam o poder que parte do Centro e se irradia por todo o Município.



Figura 22 – Bandeira do Município de Sumaré –SP

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré

2.17. O Brasão de Sumaré

Um brasão de armas é o símbolo de um País, Estado ou Município.

O Brasão de Armas de Sumaré foi oficializado pela Lei Municipal de n.º 789 de 19 de novembro de 1967.

Baseou-se nos trabalhos de Paulo Frederico Rogge e Manoel Biagio e elaborado sob a responsabilidade do heraldista Professor Arcinoé Antônio Peixoto de Faria.

A parte superior do Brasão de Sumaré lembra uma coroa onde aparecem cinco torres, para lembrar que o Brasil foi colonizado por Portugal.

O chapéu com asas simboliza o comércio.

É chamado de chapéu de Mercúrio, porque o deus grego Mercúrio era protetor do comércio.

A vaquinha simboliza uma das grandes riquezas de Sumaré, que durante muito tempo foi a pecuária.

A engrenagem lembra a indústria, que também está representada dentro dessa engrenagem de fábrica.

No meio do escudo estão quatro orquídeas, recordando a flor que deu o nome de Sumaré à cidade.

Ao redor das orquídeas temos uma imitação de tijolos, que lembram a existência de muitas olarias na cidade desde os tempos mais antigos.

Ao lado esquerdo temos um pé de algodão florido e, ao lado direito, um pé de cana de açúcar, simbolizando duas fortes riquezas agrícolas do município.

As duas datas, 1868 e 1953, lembram a fundação da cidade e a elevação a Município.



Figura 23 – Brasão do Município de Sumaré -SP

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré

2.18. O Hino de Sumaré

O Hino de Sumaré foi composto pelo Maestro Osvaldo Urban e letrado pelo Professor Antonio Zoppi, dignificando a cidade em todas as belezas naturais e hospitalidade de seu povo.

Hino do Município de Sumaré

*Contemplando o passado distante,
Estendido no chão da memória,
Encontramos o passo imigrante
Iniciando um caminho de glória
Sobre o solo fecundo o labor
Semeou a sementes de fé
Das sementes nasceu uma flor
E esta flor se chamou Sumaré
Esse tempo escreveu a saudade
A esperança no sonho floriu
Hoje, bela, fulgura a cidade
Que a paisagem do amor coloriu
Nas escolas as crianças aprendem,
Soletrando o abc do amanhã
São luzes que risos acendem
São os sóis de uma nova manhã
Do passado fechada cortina
Hoje olhando o progresso fulgir
Nossa vista, feliz, descortina
O horizonte dum grande porvir
No ideal a colmeia formou-se
Sob o lema de paz e união
E o trabalho febril transformou-se
Numa doce e formosa canção.
Sumaré! Sumaré!*



Figura 24 – Hino de Sumaré – Comemorações Brasil 500 anos

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré



Figura 25– Praça da Matriz com coreto – Década de 50

Fonte: Prefeitura Municipal de Sumaré

3. CONTEXTO ECONÔMICO

a) Agricultura

Sumaré ainda é um dos maiores produtores nacionais de tomate estaqueado (segundo produtor nacional), que exporta para os países do MERCOSUL.

Além disso, possui uma grande produção de cana-de-açúcar, milho, batata inglesa, soja e feijão.

O café representou a primeira riqueza de Sumaré (1850-1930).

Em função desse produto é que foi instalada uma estação ferroviária pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro (1875).

Com o declínio da lavoura cafeeira o algodão passou a ser a principal atividade econômica. No plebiscito que alterou o nome de Rebouças para Sumaré, em 1944, foi sugerida a denominação da localidade para “Ouro Branco”, em função da grande produção algodoeira.

Sumaré teve estabelecimentos de beneficiamento do produto, como a J.P.Fenley e a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro).

Por volta de 1960 começaram as primeiras lavouras de tomate estaqueado, bem como as lavouras de cana-de-açúcar e batata-inglesa.

Nos anos 90 a lavoura de tomate atingiu seu ápice.

Os produtores locais abasteciam o mercado interno e exportavam para países do MERCOSUL.

O município passou a ser também um laboratório de experiências genéticas e a sediar encontros estaduais de produtores. Isso valeu a Sumaré a denominação de “Capital Brasileira do Tomate”.

A concorrência de outras regiões produtoras do país tirou do município essa primazia. Seguindo uma tendência regional, a cana-de-açúcar é a principal atividade agrícola, seguindo uma tendência regional. Metade do território do Município ainda é rural.

Sumaré possui 03 Assentamentos que são considerados modelos para todo o País.

São 65 famílias titulares, que envolvem uma população aproximada de 650 pessoas.

Sua produção é de fruticultura (goiaba, banana, figo e uva) e hortaliças.

As universidades regionais desenvolvem nos assentamentos atividades de pesquisa e extensão.

b) Indústria

O processo de industrialização ocorrido nas últimas décadas colocou Sumaré entre os maiores polos industriais do Estado de São Paulo.

Esse processo começou no eixo da Via Anhanguera e ganhou novas dimensões com a logística da região.

A proximidade do Aeroporto Internacional de Viracopos, do Polo Petroquímico de Paulínia, aliada à sofisticada malha rodoviária da região e uma ferrovia faz do município um atrativo especial para investimentos.

A adoção de uma política de incentivos fiscais pela Prefeitura Municipal, principalmente a partir de 1961, atraiu para Sumaré um elevado número de empresas nacionais e multinacionais.

Essa legislação, que previa isenção de impostos, aliada a uma oferta de terras com preços acessíveis, principalmente às margens da Via Anhanguera, trouxe a instalação de aproximadamente 300 indústrias em quase 10 anos.

Hoje, o segmento industrial é o alicerce da economia de Sumaré.

Os ramos com maior expressão são metalúrgico, químico, elétrico e têxtil. Empresas de grande expressão estão instaladas no município, como Honda, 3M do Brasil, Villares, Adere, Amanco, Buckman, Wabco, Pastificio Selmi, Pirelli, Sata Brasil, Quinta Roda, Flaskô, Desleclama, Syngenta, Sherwin Williams, Schneider, Transitions Opticals, Sotreq, PPG.

c) Comércio e Serviços

O grande desenvolvimento industrial de Sumaré favoreceu o crescimento do segmento de comércio e prestação de serviços.

Analisado em décadas anteriores como município industrial e cidade-dormitório, Sumaré expandiu a atividade comercial a partir dos anos 90, com a chegada de grandes magazines.

A partir do ano 2000 dezenas de empresas de transportes e logística instalaram unidades no Município.

O maior entreposto graneleiro e de carga seca da América do Sul, o complexo Intermodal Armazenador Boa Vista, operado pela Logisport-CNAGA (Cia. Nacional de Armazéns Gerais Alfandegados) está instalado em Sumaré. Essa unidade propicia o rápido escoamento da produção agrícola e industrial do município e região, favorecendo a instalação de empresas, muitas vezes próximas desses eixos.

As principais empresas comerciais e prestadoras de serviço instaladas em Sumaré são: Casas Bahia, Lojas Pernambucanas, Lojas Cem, Cybelar, Lojas Colombo, Magazine Luiza, Seller Magazine, Transportadora Mercúrio, Transportadora NGD, Transportadora Nevalma, Transportadora Delzan, Quinta Roda, Sotrec, Tracbel, TA Logística, Supermercados GoodBom, Paulistão, Pague Menos e Savegnago.

O município tem 22 agências e postos bancários, com mais de 50 pontos de atendimento.

3.1. PIB – Produto Interno Bruto

Em termos de geração de produto (valor do produto interno bruto-PIB) o município de Sumaré está na terceira colocação na disposição metropolitana, ficando atrás somente dos municípios de Paulínia e Campinas - município polo da região.

A tabela 13 apresenta uma série histórica, 2006- 2016, do PIB a preços reais, através da qual é possível se ter uma ideia da tendência futura da economia regional.

Como se verifica, Sumaré, no período 2006/2010, havia apresentado taxa de crescimento do PIB em 66,36% inferior à média da região metropolitana que obteve um acréscimo de 166.03 pontos percentuais.

No decênio seguinte, 2010-2016, o município tem um crescimento bem menor que da última década, caindo para 27,11% o crescimento do seu PIB enquanto que Paulínia teve um acréscimo de mais de 122% no seu PIB neste período e Campinas com razoável 53,22%.

Nota-se que Sumaré não apresentou um decréscimo do produto real do ano de 2006 para 2016, porém a queda percentual acentua a necessidade de se rever as políticas públicas de melhoria de arrecadação.

Embora ainda esteja ocupando o terceiro lugar em arrecadação do PIB na RMC, há que se retomar urgentemente os investimentos para criação de novas oportunidades e uma maior ampliação das atividades econômicas da cidade.

Vemos essa evolução através do Gráfico 09. Assim, em termos de geração do PIB total, pode-se afirmar que tanto o município de Sumaré quanto a RMC mostram um dinamismo maior do que outras regiões do Estado de São Paulo.

Na tabela 14 podemos verificar que Sumaré está ranqueada em 76º lugar dentro do horizonte dos cem maiores municípios da Federação em relação ao PIB nacional.

Esse ranking deve ser melhorado nos próximos decênios com efetiva implementação de políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico.

Tabela 13 - PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES¹⁹ E PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA²⁰ SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2006 – 2016

Localidade	Indicador	2006	2010	2012	2013	2014	2015	2016
Campinas	Produto e Renda - PIB (Em mil reais correntes)	24.037.099,23	38.195.022,24	48.438.677,48	54.363.857,78	54.639.011,72	57.154.531,98	58.523.732,73
	Produto e Renda - PIB per Capita (Em reais correntes)	23.226,40	35.393,95	43.996,36	48.886,16	48.644,07	50.376,57	51.218,89
	Produto e Renda - Participação no PIB do Estado (Em %)	2.915251	2.950115	3.106968	3.169464	2.940433	2.946259	2.871619
Paulínia	Produto e Renda - PIB (Em mil reais correntes)	9.785.291,54	14.141.349,27	8.461.729,32	10.984.788,14	16.272.895,12	25.492.565,13	31.504.043,02
	Produto e Renda - PIB per Capita (Em reais correntes)	141.104,16	172.824,31	97.403,44	122.719,98	176.436,29	268.249,61	324.934,69
	Produto e Renda - Participação no PIB do Estado (Em %)	1.186773	1.092252	0.542755	0.640423	0.875736	1.314116	1.545828
Sumaré	Produto e Renda - PIB (Em mil reais correntes)	5.703.731,20	9.488.101,51	11.180.730,37	11.674.929,87	11.646.358,25	12.258.170,08	12.061.112,68
	Produto e Renda - PIB per Capita (Em reais correntes)	25.599,89	39.385,90	44.778,45	45.927,22	45.001,21	46.524,10	45.119,81
	Produto e Renda - Participação no PIB do Estado (Em %)	0,691756	0,732844	0,717158	0,680659	0,626756	0,631896	0,59181
RMC	PIB (Em mil reais correntes)	42.029.251,82	111.812.214,63	*	*	*	*	178.316.589,75
	PIB per Capita (Em reais correntes)	17.312,52	40.035,09	*	*	*	*	58.372,04
	Participação no PIB do Estado (Em %)	8,100013	8,636175	*	*	*	*	8,749566

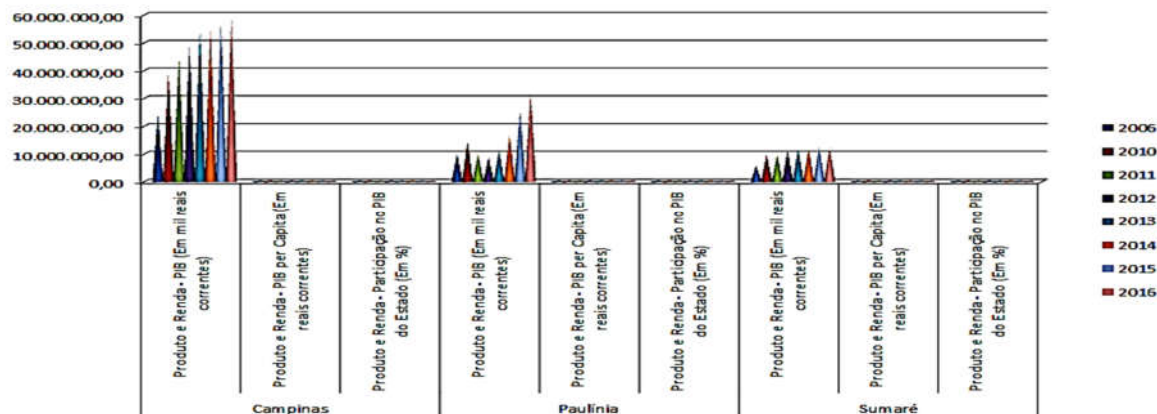
¹⁹ PIB (Em mil reais correntes) **Definição** - Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos.

Fonte(s) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Fundação Seade

²⁰ PIB per capita (Em reais correntes) **Definição** - Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos, dividido pela população da respectiva agregação geográfica.

Fonte - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Fundação Seade.

Gráfico 09 – Evolução do PIB RMC – Primeiros lugares



Fonte: SEADE

Tabela 14 – POSIÇÃO OCUPADA PELOS 100 MAIORES MUNICÍPIOS, EM RELAÇÃO AO PIB - a preços correntes e participações percentual e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação – 2018

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação (%)	Participação acumulada (%)
São Paulo/SP	1º	687 035 890	10,96	10,96
Rio de Janeiro/RJ	2º	329 431 360	5,26	16,22
Brasília/DF	3º	235 497 107	3,76	19,98
Belo Horizonte/MG	4º	88 277 463	1,41	21,39
Curitiba/PR	5º	83 788 904	1,34	22,72
Osasco/SP	6º	74 402 691	1,19	23,91
Porto Alegre/RS	7º	73 425 264	1,17	25,08
Manaus/AM	8º	70 296 364	1,12	26,20
Salvador/BA	9º	61 102 373	0,97	27,18
Fortaleza/CE	10º	60 141 145	0,96	28,14
Campinas/SP	11º	58 523 733	0,93	29,07
Guarulhos/SP	12º	53 974 919	0,86	29,93
Recife/PE	13º	49 544 088	0,79	30,72
Barueri/SP	14º	47 088 302	0,75	31,47
*	15º ao 20º	46 659 223	0,74	32,22
Paulínia/SP	21º	31 504 043	0,50	35,78
*	22º ao 75º	30 593 861	0,49	36,27
Sumaré/SP	76º	12 061 113	0,19	51,98

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Tabela 15 – POSIÇÃO OCUPADA PELOS MUNICÍPIOS NA RMC - PIB

Municípios	PIB 2018 (mil reais)
Campinas	58.523.732
Paulínia	31.504.043
Sumaré	12.061.112
Indaiatuba	11.735.699
Hortolândia	11.515.071
Americana	10.287.915
Jaguariúna	8.422.260
Vinhedo	7.830.623
Itatiba	5.122.838
Valinhos	5.095.635
Santa Bárbara D'Oeste	5.079.379
Nova Odessa	2.810.058
Monte Mor	2.260.957
Cosmópolis	1.318.217
Pedreira	1.124.077
Artur Nogueira	991.268
Holambra	909.273
Santo Antônio de Posse	887,953
Engenheiro Coelho	439.779
Morungaba	396.689
RMC	178.316.589
Estado de São Paulo	2.038.004.931

Fonte: AGEMCAMP

Em termos de geração setorial – Valor Adicionado – VA²¹, o que se verifica é que o município de Sumaré se aproxima igualmente do comportamento do Estado do que da RMC.

No Estado de São Paulo, na RMC e no município de Sumaré as maiores contribuições ao produto total vieram dos setores de serviços e da indústria.

Mesmo que o argumento sobre a tendência inexorável de constituição de uma cidade de serviços esteja em processo de consolidação e venha no futuro prevalecer, os dados revelam, entretanto, que, no presente, o setor da indústria ainda cumpre papel relevante para o desempenho municipal.

Este fator estende-se aos níveis regionais e metropolitanos, movimento este decisivo para um processo de terceirização sem a geração de um desemprego ainda mais significativo.

Requer-se, portanto, uma visão sobre o desenvolvimento da cidade menos arraigada a certas interpretações internacionais e mais vinculada às características e funções da estrutura de atividade da cidade dentro do tecido produtivo paulista e brasileiro.

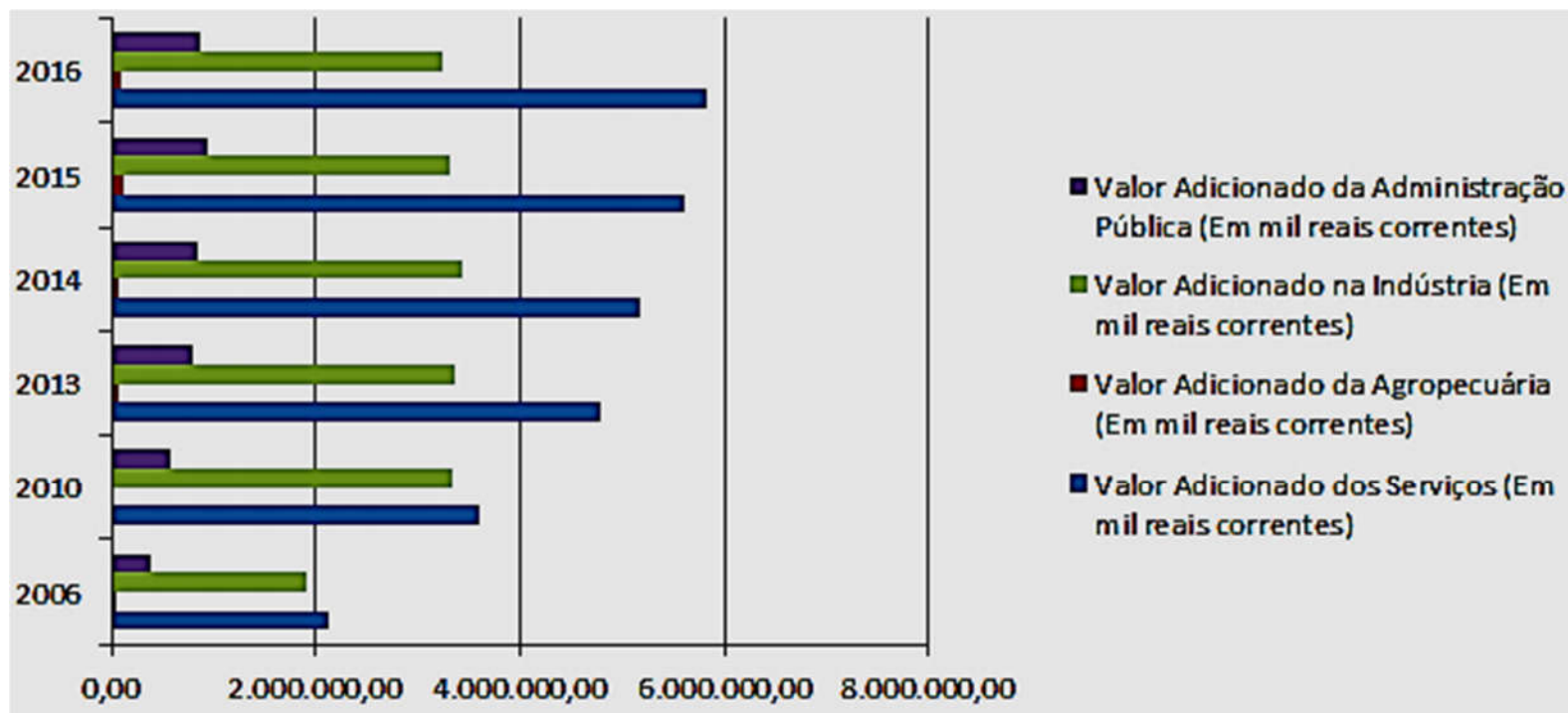
²¹ Valor adicionado: Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Tabela 16 - EVOLUÇÃO DO VA MUNICIPAL POR SETORES DE ATIVIDADES

Indicador	2006	2010	2013	2014	2015	2016
Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	2.130.423,55	3.604.529,60	4.789.235,54	5.162.799,06	5.600.510,46	5.835.784,47
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado	52,42%	51,72%	58,21%	59,66%	62,07%	63,69%
Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	36.743,24	30.350,84	78.842,79	68.112,55	116.805,02	93.095,29
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado	0,9%	0,44%	0,96%	0,79%	1,29%	1,02%
Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	1.896.814,52	3.334.163,75	3.359.447,10	3.422.957,13	3.305.531,24	3.233.969,01
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado	46,67%	47,84%	40,83%	39,55%	36,64%	35,29%
Valor Adicionado Total (Em mil reais correntes)	4.063.981,31	6.969.044,20	8.227.525,43	8.653.868,74	9.022.846,73	9.162.848,76
Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	376.762,65	577.960,76	807.757,61	852.671,50	930.169,56	880.382,18
Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado	9,27%	8,29%	9,82%	9,85%	10,31%	9,61%
Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	7.078.249.233	8.596.098.663	8.218.507.326	8.455.534.535	8.378.084.305	7.917.160.099

Fonte: IBGE e SEADE

Gráfico 10 – Evolução do VA Municipal por setores de atividades



Fonte: IBGE e SEADE

Tabela 17 - EVOLUÇÃO DO VA RMC POR SETORES DE ATIVIDADES

Localidade	Indicador	2010	2015	2016
Total do Estado de São Paulo	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	759.106.474,71	1.243.028.429,78	1.319.422.466,60
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	70,82	76,45	76,51
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	22.631.448,90	26.323.233,63	35.827.656,85
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2,11	1,62	2,08
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	290.102.478,08	356.652.544,08	369.304.807,14
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	27,07	21,93	21,41
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	102.652.228,25	164.042.235,29	166.673.250,15
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	9,58	10,09	9,66
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	1.146.519.935.650	1.068.153.546.892	1.010.850.173.822
Região Metropolitana de Campinas	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	54.656.523,80	93.570.678,26	97.528.191,28
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	60,51	68,39	66,11
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	640.856,66	1.544.667,39	1.705.606,77
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,71	1,13	1,16
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	35.022.690,68	41.706.051,24	48.281.904,83
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	38,78	30,48	32,73
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	7.636.910,85	12.369.646,34	12.550.191,94
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	8,46	9,04	8,51
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	131.897.936.877	134.132.922.003	124.882.663.207
Americana	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	3.737.813,33	6.139.482,85	6.387.166,26
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	62,12	73,53	72,22
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	8.409,83	9.686,60	10.819,30
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,14	0,12	0,12
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	2.271.238,10	2.200.871,17	2.446.315,11
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	37,74	26,36	27,66
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	579.752,52	930.306,95	920.894,56
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	9,63	11,14	10,41
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	6.749.446.113	5.481.926.830	5.504.256.771

Artur Nogueira	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	334.103,63	593.441,35	632.529,84
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	64,63	71,24	70,6
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	48.265,20	93.339,77	123.882,44
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	9,34	11,21	13,83
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	134.568,82	146.216,51	139.468,97
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	26,03	17,55	15,57
	Valor Adicionado Total (Em mil reais correntes)	516.937,66	832.997,63	895.881,25
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	104.023,94	164.212,82	169.714,62
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	20,12	19,71	18,94
Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	515.103.997	670.906.275	607.762.581	
Campinas	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	23.257.266,22	36.725.102,17	38.367.917,87
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	75,3	78	78,65
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	43.155,98	109.420,48	118.540,23
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,14	0,23	0,24
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	7.585.553,13	10.249.276,25	10.297.664,80
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	24,56	21,77	21,11
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	2.802.883,56	4.428.236,70	4.458.733,26
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	9,07	9,41	9,14
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	32.265.068.481	29.388.357.753	29.085.316.525
Cosmópolis	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	523.502,60	808.643,46	831.671,94
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	68	71,86	69,99
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	1.170,25	13.838,32	24.107,72
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,15	1,23	2,03
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	245.154,56	302.840,03	332.483,80
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	31,85	26,91	27,98
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	151.082,79	229.309,28	229.286,00
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	19,63	20,38	19,3
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	1.180.911.944	1.011.165.617	934.295.068
Engenheiro Coelho	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	140.867,04	261.210,13	300.027,15
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	55,74	77,54	75,58
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	17.380,92	15.571,63	24.147,76

	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	6,88	4,62	6,08
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	94.476,84	60.085,60	72.798,68
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	37,38	17,84	18,34
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	39.188,38	68.031,50	71.203,47
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	15,51	20,2	17,94
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	339.276.232	328.084.596	330.614.744
Holambra	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	145.937,11	352.001,07	385.497,66
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	42,2	48,99	46,12
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	119.962,64	238.348,65	315.917,53
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	34,69	33,17	37,8
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	79.905,02	128.119,36	134.379,72
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	23,11	17,83	16,08
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	31.476,10	62.292,52	64.619,95
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	9,1	8,67	7,73
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	582.214.312	669.747.909	645.634.785
Hortolândia	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	3.744.594,10	5.511.859,03	5.842.669,85
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	52,31	60,6	59,69
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	444,31	1.014,88	1.117,40
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,01	0,01	0,01
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	3.413.925,66	3.582.218,09	3.945.253,89
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	47,69	39,39	40,3
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	496.713,94	837.359,43	841.536,81
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	6,94	9,21	8,6
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	8.148.261.281	7.015.553.858	6.747.862.342
Indaiatuba	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	3.122.657,89	5.695.686,31	6.053.269,24
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	51,38	62,99	64,74
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	25.645,64	26.701,31	29.997,04
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,42	0,3	0,32
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	2.929.318,23	3.319.389,04	3.266.725,07
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	48,2	36,71	34,94

	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	518.684,60	889.149,35	943.145,55
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	8,53	9,83	10,09
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	6.927.152.256	8.368.174.261	7.379.963.926
Itatiba	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	1.407.981,47	2.360.914,59	2.450.736,29
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	49,86	55,51	57,27
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	196.474,79	618.119,18	630.079,46
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	6,96	14,53	14,72
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	1.219.438,43	1.274.027,15	1.198.721,58
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	43,18	29,96	28,01
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	259.648,36	425.349,09	435.152,40
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	9,19	10	10,17
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	3.044.867.593	3.048.558.170	2.715.581.119
	Jaguariúna	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	2.005.620,60	4.601.897,78
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)		65,2	69,85	70,3
Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)		8.838,09	12.246,45	16.792,62
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)		0,29	0,19	0,27
Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)		1.061.455,41	1.974.505,42	1.820.157,51
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)		34,51	29,97	29,43
Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)		161.972,61	239.060,59	258.941,16
Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)		5,27	3,63	4,19
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	5.853.570.443	7.462.876.219	6.550.804.774
Monte Mor	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	511.269,92	976.799,05	1.018.490,55
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	34,17	53,88	55,14
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	8.083,07	31.472,11	14.757,12
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,54	1,74	0,8
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	977.100,26	804.728,20	813.737,61
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	65,29	44,39	44,06
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	115.669,83	227.236,43	223.435,14
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	7,73	12,53	12,1
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	2.093.291.601	2.000.739.502	1.847.489.811

Morungaba	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	119.736,53	172.556,65	179.504,42
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	43,78	54,79	55,1
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	14.668,81	19.126,07	19.642,65
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	5,36	6,07	6,03
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	139.109,25	123.235,17	126.640,45
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	50,86	39,13	38,87
	Valor Adicionado Total (Em mil reais correntes)	273.514,60	314.917,89	325.787,52
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	29.391,43	48.176,05	47.916,58
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	10,75	15,3	14,71
Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	332.935.328	281.440.127	250.839.117	
Nova Odessa	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	708.818,91	1.543.454,94	1.696.370,37
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	52,81	70,88	71,51
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	3.012,57	12.071,56	14.559,74
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,22	0,55	0,61
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	630.384,17	622.160,24	661.172,89
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	46,97	28,57	27,87
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	133.574,17	214.874,59	220.163,82
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	9,95	9,87	9,28
Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	2.599.386.128	2.299.284.840	2.263.365.792	
Paulínia	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	5.467.954,17	11.620.194,92	11.823.138,25
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	46,26	56,26	43,96
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	4.111,95	21.973,73	25.862,45
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,03	0,11	0,1
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	6.347.269,22	9.011.002,78	15.043.914,83
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	53,7	43,63	55,94
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	577.509,10	859.383,78	929.084,97
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	4,89	4,16	3,45
Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	35.030.672.619	42.406.508.860	37.848.039.365	
Pedreira	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	397.779,85	642.089,87	684.614,66
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	61,27	70,42	70,33
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	4.479,65	8.050,05	8.134,08

	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,69	0,88	0,84
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	246.914,05	261.624,63	280.675,40
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	38,04	28,69	28,83
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	107.636,43	175.913,11	176.598,31
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	16,58	19,29	18,14
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	895.672.904	719.812.390	707.395.218
Santa Bárbara d'Oeste	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	1.709.400,77	3.010.165,55	3.146.451,32
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	57,89	69,95	71,3
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	25.366,69	19.626,75	24.694,64
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,86	0,46	0,56
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	1.218.231,53	1.273.820,78	1.241.942,46
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	41,25	29,6	28,14
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	416.254,70	689.600,39	699.157,36
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	14,1	16,02	15,84
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	3.903.305.183	3.143.496.717	3.079.041.801
Santo Antônio de Posse	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	262.354,71	479.025,95	520.111,58
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	67,19	67,76	65,73
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	57.877,27	126.430,60	159.167,87
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	14,82	17,88	20,12
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	70.233,23	101.493,69	111.989,99
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	17,99	14,36	14,15
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	56.376,73	91.963,51	95.124,04
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	14,44	13,01	12,02
Sumaré	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	399.255.419	649.309.948	610.862.723
	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	3.604.529,60	5.600.510,46	5.835.784,47
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	51,72	62,07	63,69
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	30.350,84	116.805,02	93.095,29
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,44	1,29	1,02
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	3.334.163,75	3.305.531,24	3.233.969,01
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	47,84	36,64	35,29

	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	577.960,76	930.169,56	880.382,18
	Participação da Adm. Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	8,29	10,31	9,61
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	8.596.098.663	8.378.084.305	7.917.160.099
Valinhos	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	1.872.693,31	2.953.054,61	3.084.794,61
	Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	58,08	71,84	72,79
	Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	21.000,12	38.152,63	39.166,35
	Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	0,65	0,93	0,92
	Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)	1.330.647,47	1.119.458,45	1.113.895,15
	Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	41,27	27,23	26,28
	Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)	316.929,17	484.874,09	506.423,24
	Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)	9,83	11,8	11,95
	Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	3.867.899.777	3.343.490.993	3.293.866.920
	Vinhedo	Valor Adicionado dos Serviços (Em mil reais correntes)	1.701.378,57	3.522.587,52
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)		47,91	65,47	66,21
Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)		16.826,85	12.671,58	11.125,08
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)		0,47	0,24	0,19
Valor Adicionado na Indústria (Em mil reais correntes)		1.832.712,81	1.845.447,42	1.999.997,91
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)		51,61	34,3	33,61
Valor Adicionado da Administração Pública (Em mil reais correntes)		189.573,17	374.146,60	378.678,53
Participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado (Em %)		5,34	6,95	6,36
Valor Adicionado Fiscal - Total (Em reais de 2018)	8.906.481.931	7.465.402.834	6.562.509.725	

Fonte: IBGE e SEADE

Visualizando-se a evolução do VA de Sumaré nas últimas décadas, através da Tabela 16, podemos verificar que o incremento dos serviços vem sendo o maior índice encontrado dentre todas as categorias de atividades, seguido pela indústria e muito atrás pelo setor agropecuário. Podemos certamente afirmar que o perfil setorial do município é consideravelmente de serviços, seguido pelo nicho industrial.

3.2. Empregabilidade e Categorias de Atividades Econômicas

Segundo dados o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, a estrutura econômica da RMC, difere das demais regiões do Estado pela pouca relevância das atividades primárias e pela forte presença das demais atividades econômicas, notadamente as de serviços, que dão apoio às indústrias, às empresas em geral e às famílias.

O município de Campinas é o principal centro articulador das economias regionais, além de polo de integração com a economia nacional e internacional.

Do ponto de vista do mercado de trabalho:

Houve ampliação da participação relativa do emprego no setor de serviços e perda de importância relativa do emprego industrial.

Houve crescimento da participação de empregados com maiores níveis de escolaridade, em especial do nível superior.

Houve perda da participação relativa de empregados mais jovens.

Como o perfil de estrutura ocupacional determina o padrão de remuneração da RMC, tem-se que salários médios na Administração Pública e Atividades Industriais são, em torno de 60% e 20%, respectivamente, mais elevados que a média dos salários pagos.

Empregados com nível superior apresentam salários médios 2 vezes maiores;

Empregados com idade acima de 40 anos, em média, recebem salários 20% superior.

A despeito das oscilações conjunturais ocorridas na economia brasileira, o crescimento do absoluto do emprego formal foi acompanhado pela ampliação de 18% dos salários médios pagos na RMC.

Tabela 18 – EMPREGO, SALÁRIOS E ROTATIVIDADE POR SETORES DE ATIVIDADES NA RMC 2006-2016

Setores	Distribuição (%)		Salários (em Valores de 2018, INPC)		Rotatividade (%)
	2006	2016	2006	2016	2017
Extrativa mineral	0	0	R\$ 3.358,42	R\$ 3.288,91	9
Indústria de transformação	31	25	R\$ 3.316,25	R\$ 3.978,75	28
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2	2	R\$ 4.265,53	R\$ 3.473,40	18
Construção Civil	3	4	R\$ 2.183,44	R\$ 2.460,51	69
Comércio	20	21	R\$ 1.738,07	R\$ 2.534,01	38
Serviços	34	40	R\$ 2.667,11	R\$ 3.091,05	38
Administração Pública	8	8	R\$ 4.643,11	R\$ 5.416,01	2
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	2	1	R\$ 3.365,42	R\$ 2.044,62	47
Total RMC	100	100	R\$ 2.831,04	R\$ 3.345,24	34

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho (MTE)

Tabela 19 – EMPREGO, SALÁRIOS E ROTATIVIDADE POR ESCOLARIDADE NA RMC 2006-2016

	Distribuição (%)		Salários (em Valores de 2018, INPC)		Rotatividade (%)
	2006	2016	2006	2016	2017
Analfabeto	0	0	R\$ 1.377,78	R\$ 1.568,82	44
Até 5º ano incompleto	2	2	R\$ 1.712,55	R\$ 1.879,73	34
5º ano completo	6	2	R\$ 1.781,99	R\$ 2.126,08	23
6º a 9º incompleto	9	4	R\$ 1.765,91	R\$ 2.074,64	28
Fundamental Completo	19	11	R\$ 1.834,54	R\$ 2.195,02	31
Médio Incompleto	9	7	R\$ 1.727,43	R\$ 1.940,07	40
Médio Completo	37	50	R\$ 2.322,49	R\$ 2.479,79	38
Superior Incompleto	4	4	R\$ 3.717,95	R\$ 3.542,36	32
Superior Completo	13	21	R\$ 6.842,77	R\$ 6.247,11	20
Total RMC	100	100	R\$ 2.831,04	R\$ 3.345,24	34

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho (MTE)

Infelizmente, em 2015 e 2016, foram registrados os piores volumes de destruição de emprego acompanhada pela perda real do salário.

As remunerações dos contratados tendem a serem 50% do valor da média dos salários dos empregados e 90% da média da remuneração dos demitidos.

O emprego na Administração Pública e nas Atividades Industriais está menos sujeitos à rotatividade, bem como os trabalhadores mais escolarizados e mais maduros.

O saldo do emprego gerado, em 2017 e 2018, confirma o dinamismo do setor de serviços, e mostra o retorno à seleção de trabalhadores mais jovens e com ensino médio completo, perfil de empregado com salário mais baixo.

3.3. Empregabilidade e Categorias de Atividades Econômicas no Município de Sumaré

Como nos últimos anos o emprego se tornou uma das variáveis fundamentais para grande parte da população brasileira, e, torna-se imprescindível que se verifique seu comportamento no Município de Sumaré. Em nível municipal tal variável só é pesquisada nos períodos censitários, não se produzindo dados para uma análise mais aprofundada deste tópico.

A Tabela 20 apresenta os principais indicadores relativos ao emprego nos anos de 2000 a 2017 específicos para o Município. Mais uma vez podemos confirmar o prevalecimento do setor de prestação de serviços sobre as demais categorias, seguido pelo setor industrial constatado pela evolução dos últimos dezessete anos.

Já na Tabela 21 podemos constatar que o rendimento médio de salários nos empregos formais da cidade é de R\$ 3.744,53, maior que a média de salário da RMC que é de R\$ 3.466,27.

Também podemos verificar que a qualificação da educação cresceu uma vez que a quantidade de empregos para pessoas com Ensino Médio Completo cresceu em 35,74% e 61,27% para pessoas com Ensino Superior Completo, em oposição ao decréscimo de empregabilidade das pessoas sem formação continuada.

Pode-se observar também que a população na faixa etária de 25 a 39 anos é que tem um destaque maior na captação desses empregos formais.

Tabela 20 – EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS POR ATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ 2000 – 2017

Períodos	Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Empregos Formais da Indústria	Empregos Formais da Construção	Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Empregos Formais dos Serviços
2000	409	9.295	518	4.377	6.939
2010	509	18.000	2.726	11.050	15.069
2017	582	18.832	2.022	12.389	23.242

Fonte: IBGE/SEADE

Tabela 21 – EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS, RENDIMENTO E ESCOLARIDADE 2000 - 2017

Períodos	Empregos Formais	Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (Em reais correntes)	Empregos Formais de Homens	Empregos Formais de Mulheres	Empregos Formais das Pessoas com Ensino Fundamental Incompleto	Empregos Formais das Pessoas com Ensino Fundamental Completo	Empregos Formais das Pessoas com Ensino Médio Completo	Empregos Formais das Pessoas com Ensino Superior Completo	Empregos Formais das Pessoas de até 24 Anos	Empregos Formais das Pessoas de 25 a 39 Anos	Empregos Formais das Pessoas de 40 a 59 Anos	Empregos Formais das Pessoas de 60 Anos e Mais
2000	21.538	1.114,78	15.442	6.096								
2010	47.354	2.376,74	32.699	14.655	4.800	11.094	25.505	5.955	10.051	23.512	12.976	815
2017	57.067	3.744,53	37.078	19.989	3.646	9.195	34.622	9.604	8.281	26.729	20.122	1.935

Fonte: IBGE/SEADE

De qualquer maneira pode-se verificar que o setor de prestação de serviços produz o maior crescimento no município, projetando-se para toda a RMC.

Já a maior quantidade de desligados no Município está contido no setor de serviços em geral e o setor público demonstrou um saldo negativo ao longo do período, conforme Tabela 22 abaixo.

Tabela 22 – EVOLUÇÃO DAS ADMISSÕES E DEMISSÕES NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ - 2002 - 2018

Admitidos/Desligados			
Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
EXTR MINERAL	8	3	5
INDUST TRANSF	1.505	1.299	206
SERV IND UP*	88	33	55
CONSTR CIVIL	3.409	2.692	717
COMÉRCIO	3.707	2.450	1.257
SERVIÇOS	4.198	2.562	1.636
ADM PÚBLICA	541	800	-259
AGROPECUÁRIA	460	253	207
Total	13.916	10.092	3.824

* Serviços ligados à unidade produtiva

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED LEI 4.923/65

Na Tabela 23 constatamos que nos anos de 2010 a 2014 a quantidade de empresas sofria uma expansão equilibrada. Porém com a proveniência da crise de 2015, o mercado de negócios sofreu uma queda de 3% na criação de novos negócios, tendo um saldo negativo de 193 empresas fechadas no período de 2014 a 2016.

Também observamos que o pessoal ocupado não assalariado teve maior crescimento do que o pessoal assalariado, e os valores dos salários médios evoluíram equilibradamente com a média dos salários praticados na RMC.

A Tabela 24 nos mostra a evolução das principais atividades econômicas no Município. As principais atividades econômicas são: Comércio Atacadista e Varejista, Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, Comércio Varejista, exceto Veículos Automotores e Motocicletas, Serviços em geral, Estabelecimentos das Atividades Administrativas e Serviços Complementares, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais, Construção, Indústria em geral e Indústria de transformação, Transporte, Armazenagem e Correio, Alojamento e Alimentação.

Note-se que, embora o setor industrial sempre se mantenha crescente, os serviços ainda são as atividades que mais se destacam dentro do desenvolvimento econômico.

Tabela 23 – EVOLUÇÃO EMPREGABILIDADE - 2006 - 2016

Indicador	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Unidades locais	unidades	4.543	4.414	5.130	5.227	5.624	5.869	5.921	6.232	6.167	5.997	5.974
Número de empresas atuantes	unidades	–	–	5.056	5.132	5.504	5.741	5.789	6.096	6.015	5.832	5.800
Pessoal ocupado	peessoas	39.104	42.775	47.941	47.362	53.363	57.662	58.330	60.633	62.056	61.831	62.878
Pessoal ocupado assalariado	peessoas	33.342	37.028	41.424	40.863	46.243	50.134	50.642	52.691	54.207	54.008	55.230
Salário médio mensal	s. m.	5	5.0	5.4	4.9	4.8	4.5	4.5	4.4	4.3	4.2	3.9
Salários e outras remunerações	R\$	7.304.04	8.710.06	11.670.96	11.710.08	13.910.87	15.770.31	18.327.45	20.380.81	21.793.21	24.103.53	25.991.19

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

Tabela 24 – EVOLUÇÃO ATIVIDADES ECONÔMICAS POR SETOR PRODUTIVO - 2010 - 2017

Períodos	Setor											
	Comércio Atacadista e Varejista	Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Comércio Varejista, exceto Veículos Automotores e Motocicletas	Serviços	Estabelecimentos das Atividades Administrativas e Serviços Complementares	Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais	Construção	Indústria	Indústria de Transformação	Transporte, Armazenagem e Correio	Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	Outros Serviços
2010	1481	245	1117	1035	164	221	256	356	344	183	17	121
2017	1611	246	1208	1567	239	323	333	425	400	317	56	207

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

3.4. Emprego e Renda

O estudo censitário sobre emprego e renda nos mostra que no Município de Sumaré há uma predominância da população economicamente ativa (PEA) para os setores industriais, comerciais e de prestação de serviços.

Na tabela 25, podemos verificar a estratificação da PEA, setorialmente, por faixa etária e ocupações. Estes dados nos indicam claramente que podemos encontrar a PEA nas faixas etárias predominantes de 30 a 49 anos. Enquanto que a predominância do sexo masculino é sempre maior que o sexo feminino nas ocupações principais, apenas sendo maior para a ocupação da área pública.

Tabela 25 - NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Setores IBGE			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
1 - EXTR MINERAL	12	2	15
2 - IND TRANSF	14.946	3.462	18.408
3 - SERV IND UP	430	61	491
4 - CONSTR CIVIL	1.826	188	2.014
5 - COMÉRCIO	6.940	5.583	12.523
6 - SERVIÇOS	10.572	7.473	18.045
7 - ADM PÚBLICA	1.926	3.035	4.961
8 - AGROPECUÁRIA	426	184	610
Total	37.078	19.989	57.067
Faixas Etárias			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
2 - 15 a 17 anos	375	275	650
3 - 18 a 24 anos	4.690	2.941	7.631
4 - 25 a 29 anos	4.967	3.016	7.983
5 - 30 a 39 anos	12.190	6.556	18.746
6 - 40 a 49 anos	8.766	4.461	13.227
7 - 50 a 64 anos	5.617	2.612	8.229
8 - Acima de 65 anos	473	128	601
Total	37.078	19.989	57.067

Fonte: RAIS/MTE - 2017

Tabela 26 - OCUPAÇÕES COM MAIORES ESTOQUES

CBO 2002 Ocupação	Masculino	Feminino	Total
411010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1.314	1.516	2.830
782510 - MOTORISTA DE CAMINHÃO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	2.616	21	2.637
411005 - AUXILIAR DE ESCRITÓRIO EM GERAL	743	1.463	2.206
784205 - ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUÇÃO	1.565	318	1.883
521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	723	1.117	1.840

Fonte: RAIS/MTPS

Na Tabela 26 verificamos que a PEA mais significativa se encontra nas ocupações direcionadas aos serviços, indústria e comércio, com predominância para a ocupação de assistente administrativo, ocupação que podemos encontrar tanto no setor industrial quanto nos setores de serviços e comerciais.

Os estudos nos indicam claramente que a PEA se instala com rendimentos médios de R\$2.000,00 a R\$3.000,00 reais, o que demonstra uma população com necessidades de profissionalização e recursos educacionais, de acordo com a Tabela 27 e 28.

Tabela 27 - REMUNERAÇÃO MÉDIA DE EMPREGOS FORMAIS

Setores IBGE			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
1 - EXTR MINERAL	2.666,02	1.579,40	2.448,70
2 - IND TRANSF	6.083,57	4.892,57	5.859,49
3 - SERV UT PUBL	3.149,29	3.184,28	3.153,66
4 - CONSTR CIVIL	1.986,88	1.716,45	1.960,49
5 - COMÉRCIO	2.592,59	1.953,19	2.306,82
6 - SERVICOS	3.374,60	2.087,60	2.840,06
7 - ADM PÚBLICA	3.946,09	3.695,96	3.793,39
8 - AGROPECUÁRIA	1.563,30	1.337,02	1.494,99
Total	4.272,10	2.762,82	3.744,53
Faixa Etária			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
2 - 15 a 17 anos	941,34	952,62	946,13
3 - 18 a 24 anos	1.920,40	1.601,80	1.797,48
4 - 25 a 29 anos	3.039,86	2.327,41	2.769,72
5 - 30 a 39 anos	4.531,59	3.093,23	4.030,27
6 - 40 a 49 anos	5.583,37	3.301,80	4.820,58
7 - 50 a 64 anos	5.091,73	3.055,91	4.449,87
8 - Acima de 65 anos	3.214,21	3.174,91	3.206,49
Total	4.272,10	2.762,82	3.744,53

Fonte: RAIS/MTE-2017. Obs.: Foram excluídos os ignorados para o cálculo da média.

Tabela 28 - REMUNERAÇÃO MÉDIA DAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES

Ocupações com Maiores Estoques			
CBO 2002 Ocupação	Remuneração Média - Masculino	Remuneração Média - Feminino	Rem. Média Total
782510-MOTORISTA DE CAMINHÃO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	3.543,92	2.234,63	3.533,09
411010-ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	4.332,63	2.761,99	3.493,67
411005-AUXILIAR DE ESCRITÓRIO EM GERAL	1.814,58	1.672,04	1.719,91
784205-ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUÇÃO	2.324,95	2.012,43	2.272,13
521110-VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA	2.727,98	1.896,79	2.224,00

Fonte: RAIS/MTE-2017. Obs.: Foram excluídos os ignorados para o cálculo da média.

Os salários médios mais altos se encontram nas ocupações internas, em especial nos escritórios administrativos. A maior oscilação de empregabilidade dá-se na faixa etária de 25 a 29 anos, principalmente no setor de prestação de serviços, conforme tabela abaixo. A taxa de desemprego para o exercício de 2017 foi de 9,61% de acordo com os dados do CAGED.

Tabela 29 - VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL

Setores IBGE			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
1 - EXTR MINERAL	2	1	3
2 - IND TRANSF	445	25	470
3 - SERV IND UP	16	2	18
4 - CONSTR CIVIL	- 356	2	-354
5 - COMÉRCIO	- 85	496	411
6 - SERVIÇOS	1.342	876	2.218
7 - ADM PÚBLICA	155	- 71	84
8 - AGROPECUÁRIA	- 40	- 74	- 114
Total	1.479	1.257	2.736
Faixas Etárias			
Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
2 - 15 a 17 anos	784	632	1.416
3 - 18 a 24 anos	9.400	5.863	15.263
4 - 25 a 29 anos	10.056	5.947	16.003
5 - 30 a 39 anos	24.051	12.725	36.776
6 - 40 a 49 anos	16.808	8.497	25.305
7 - 50 a 64 anos	10.689	4.831	15.520
8 - Acima de 65 anos	889	226	1.115
Total	72.677	38.721	111.398

Fonte: RAIS/MTE - 2017

Tabela 30 - VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL COM OCUPAÇÕES

OCUPAÇÕES COM MAIORES ESTOQUES			
CBO 2002 Ocupação	Masculino	Feminino	Total
514320 - FAXINEIRO	60	645	705
521140 - ATENDENTE DE LOJAS E MERCADOS	207	418	625
517405 - PORTEIRO (HOTEL)	300	213	513
331205-PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO NO ENSINO FUNDAMENTAL	41	317	358
782510-MOTORISTA DE CAMINHÃO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	311	-8	303
OCUPAÇÕES COM MENORES ESTOQUES			
CBO 2002 Ocupação	Masculino	Feminino	Total
231210-PROFESSOR DE NÍVEL SUPERIOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (PRIMEIRA A QUARTA SÉRIE)	-42	-336	-378
521125 - REPOSITOR DE MERCADORIAS	-84	-201	285
521115 - PROMOTOR DE VENDAS	-221	-29	-25
716405 - GESSEIRO	-189	0	-189
717020 - SERVENTE DE OBRAS	-156	-12	-168

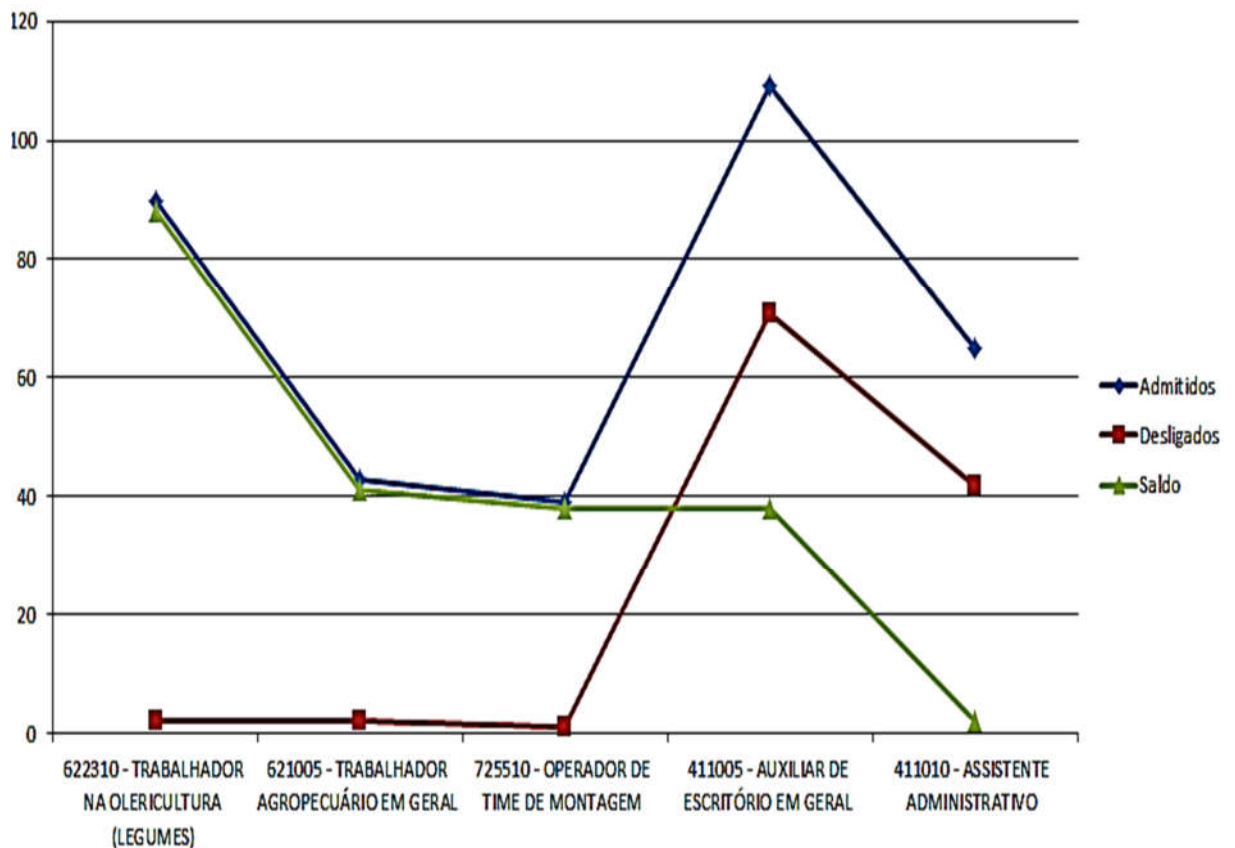
Fonte: RAIS/MTE-2017

**Tabela 31 - FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL, COM AJUSTES
Jan/2019 até Dez/2019**

CBO 2002 OCUPAÇÃO COM MAIORES SALDOS	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
622310 - TRABALHADOR NA OLERICULTURA (LEGUMES)	90	2	88
621005 - TRABALHADOR AGROPECUÁRIO EM GERAL	43	2	41
725510 - OPERADOR DE TIME DE MONTAGEM	39	1	38
411005 - AUXILIAR DE ESCRITÓRIO EM GERAL	109	71	38
411010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	65	42	2
OCUPAÇÕES COM MENORES SALDOS			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
517405 - PORTEIRO (HOTEL)	0	65	-65
421125 - OPERADOR DE CAIXA	23	56	-33
521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	61	84	-23
521140 - ATENDENTE DE LOJAS E MERCADOS	23	435	-22
841810 - OPERADOR DE MAQUINAS DE FABRICACAO DE DOCES SALGADOS E MASSAS ALIMENTICIAS	0	18	-18

Fonte: CAGED/MTE

Gráfico 11 – Flutuação do Emprego Formal



Fonte: CAGED/MTE

Podemos observar que a flutuação do emprego formal está mais positiva para os percentuais de pessoal admitido do que o dos desligados, conforme o Gráfico 11.

Somente nas categorias de auxiliar de escritório e assistente administrativo é que há um equilíbrio entre o pessoal desligado e o pessoal admitido.

Os salários médios de admissão estão dentro dos padrões nacionais de salários-remuneração médias para os setores industriais e de prestação de serviços.

Tabela 32 - SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO, COM AJUSTES
Jan/2018 até Dez/2018

Total das Atividades		
IBGE Setor	Salário Médio de Admissão (R\$)	
1 - EXTR MINERAL	0,00	
2 - IND TRANSF	2.420,81	
3 - SERV IND UP	1.692,00	
4 - CONSTR CIVIL	1.595,79	
5 – COMÉRCIO	1.497,26	
6 – SERVIÇOS	1.574,29	
7 - ADM PÚBLICA	4.804,00	
8 – AGROPECUÁRIA	1.232,88	
Ocupações com Maiores Saldos		
CBO 2002 Ocupação	Saldo	Salário Médio de Admissão (R\$)
622310 - TRABALHADOR NA OLERICULTURA (LEGUMES)	88	1.207,00
621005 - TRABALHADOR AGROPECUÁRIO EM GERAL	41	1.213,95
725510 - OPERADOR DE TIME DE MONTAGEM	38	2.459,85
411005 - AUXILIAR DE ESCRITÓRIO EM GERAL	38	1.322,34
411010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	23	2.221,29
Ocupações com Menores Saldos		
CBO 2002 Ocupação	Saldo	Salário Médio de Admissão (R\$)
421125 - OPERADOR DE CAIXA	-33	1.254,04
521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	-23	1.376,38
521140 - ATENDENTE DE LOJAS E MERCADOS	-22	1.361,74

Fonte: CAGED/MTE

Da análise desses grandes agregados macroeconômicos conclui-se que o Município de Sumaré se sobressai no contexto regional, com indicadores equilibrados das médias da RMC, tendo nas atividades voltadas aos setores industrial, comercial e de prestação de serviços o seu maior potencial de desenvolvimento.

Portanto o Município de Sumaré, que está inserido dentro desta microrregião, apresenta indicadores que, por ordem de grandeza, o colocam como o terceiro município, antecedido por Paulínia e Campinas.

De acordo com os dados do PAT- Posto de Atendimento ao Trabalhador, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico, para o ano de 2017 foram colocadas/recolocadas 316 pessoas, tendo um total de 10.179 solicitações de requisições de seguro desemprego.

Já no exercício de 2018 o PAT recolocou/colocou 1.005 pessoas dando um salto de 218% o que demonstrou já uma reação positiva em relação à empregabilidade no Município. No ano de 2018 foram criados 227 novos postos de trabalho com um total de 19.899 pessoas contratadas em contraponto com 19.672 desligadas, tendo, portanto, um saldo positivo de novos empregos.

3.5. Índices e Desempenho Municipal

3.5.1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso, a longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento das cidades.

Os dados atuais mostram Sumaré como um município de bom nível de desenvolvimento (IDH-M 0,72), considerado alto. Porém há que se elevar esse índice para muito alto, acima de 0,80.

A Tabela 33 mostra que Sumaré deve implementar ainda mais o seu IDH-M, visto que está ranqueada em 151º dos 645 municípios do Estado, e em 14º lugar na RMC.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Região Metropolitana de Campinas (RMC) é o segundo maior do País, ao lado do Distrito Federal e Entorno e atrás somente da Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação João Pinheiro.

O índice da RMC é 0,792, ligeiramente inferior ao da Região Metropolitana de São Paulo, que é 0,794. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da região era de 0,710, portanto em dez anos o crescimento foi de 11,5%.

Embora os dados calculados sejam de 2010, podemos verificar que, entre os três indicadores que compõem o IDHM, o de Educação foi o que apresentou a maior evolução e impulsionou o índice geral.

Em 2000, o índice da região foi de 0,582, e saltou para 0,726. O IDHR, de Renda, aumentou de 0,769 para 0,798 e o IDHL, de Longevidade, subiu de 0,801 para 0,858 (leia mais ao lado).

Todos os índices da região estão entre os maiores do País.

O município com o maior IDHM da região é Valinhos (0,819), que possui o 13º melhor índice do País. A seguir estão Vinhedo (0,817), Americana (0,811) e Campinas (0,811).

Em contrapartida os menores índices se concentram em Santo Antônio de Posse com IDHM da RMC, de 0,702, único município da região cujo indicador é inferior ao índice nacional (0,727).

A seguir Morungaba (0,715), Engenheiro Coelho (0,732) e Monte Mor (0,733) apresentam os menores índices no bloco regional.

A RMC sempre foi uma região muito rica do ponto de vista intelectual e educacional, como centro de excelência e formação. Isso resultou nesse movimento do tripé socioeconômico e ambiental.

Os dados apontam que todas as cidades de porte menor da região carecem ainda da geração de emprego e renda. Já a metrópole de Campinas tem o problema da urbanização, da necessidade de saneamento, segurança e infraestrutura urbana.

O Gráfico 12 nos mostra que, entre os períodos censitários de 1991/2010, o município de Sumaré apresentou crescimento em todos os subíndices do IDH, tendo na educação, alcançado quase o índice máximo.

Portanto, essa variável indica que as perspectivas de desenvolvimento futuro para o município são boas.

Tabela 33 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUAS VARIÁVEIS

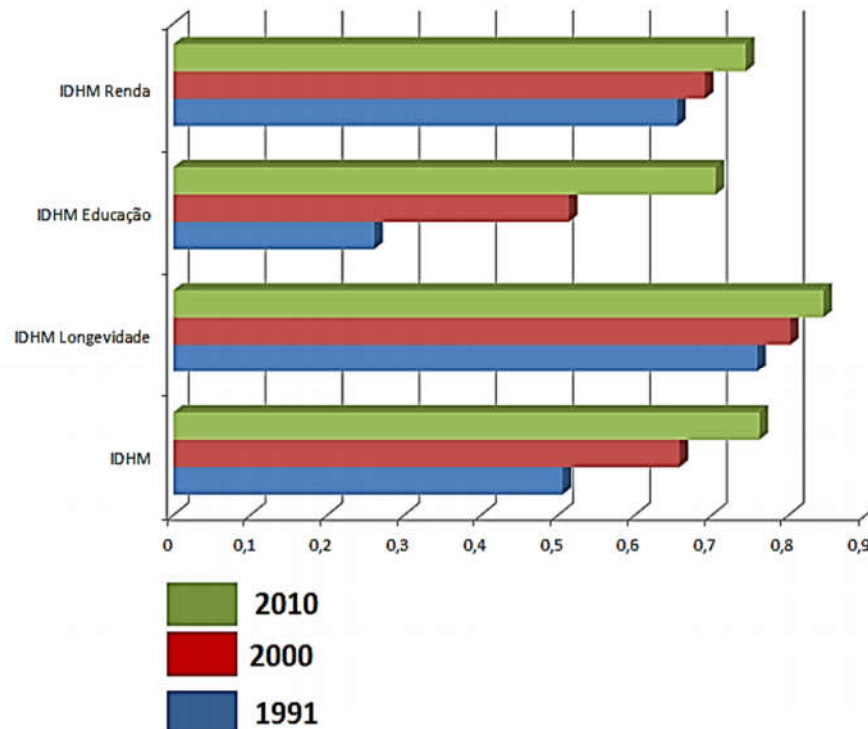
Localidade	Indicador	1991	2000	2010
Total do Estado de São Paulo	IDHM	0,578	0,702	0,783
	IDHM - Ranking dos Municípios	NA	NA	NA
	IDHM Longevidade	0,73	0,786	0,845
	IDHM Educação	0,363	0,581	0,719
	IDHM Renda	0,729	0,756	0,789
Região Metropolitana de Campinas	IDHM	...	0,582	0,792
	IDHM - Ranking dos Municípios	NA	NA	NA
	IDHM Longevidade	...	0,801	0,858
	IDHM Educação	...	0,582	0,726
	IDHM Renda	...	0,769	0,798
Americana	IDHM	0,609	0,735	0,811
	IDHM - Ranking dos Municípios	14	18	11
	IDHM Longevidade	0,768	0,815	0,876
	IDHM Educação	0,401	0,637	0,76
	IDHM Renda	0,735	0,765	0,8
Artur Nogueira	IDHM	0,519	0,658	0,749
	IDHM - Ranking dos Municípios	218	246	236
	IDHM Longevidade	0,709	0,802	0,827
	IDHM Educação	0,288	0,505	0,681
	IDHM Renda	0,686	0,703	0,745
Campinas	IDHM	0,618	0,735	0,805
	IDHM - Ranking dos Municípios	11	18	14
	IDHM Longevidade	0,746	0,801	0,86
	IDHM Educação	0,408	0,614	0,731
	IDHM Renda	0,775	0,808	0,829
Cosmópolis	IDHM	0,529	0,665	0,769
	IDHM - Ranking dos Municípios	177	208	115
	IDHM Longevidade	0,742	0,807	0,876
	IDHM Educação	0,293	0,521	0,697
	IDHM Renda	0,679	0,699	0,746
Engenheiro Coelho	IDHM	0,472	0,646	0,732
	IDHM - Ranking dos Municípios	437	299	370
	IDHM Longevidade	0,711	0,791	0,815
	IDHM Educação	0,225	0,495	0,668
	IDHM Renda	0,659	0,689	0,72
Holambra	IDHM	0,532	0,688	0,793
	IDHM - Ranking dos Municípios	168	114	32
	IDHM Longevidade	0,742	0,831	0,878
	IDHM Educação	0,293	0,512	0,698
	IDHM Renda	0,694	0,764	0,815
Hortolândia	IDHM	0,493	0,636	0,756
	IDHM - Ranking dos Municípios	334	366	188
	IDHM Longevidade	0,743	0,788	0,859
	IDHM Educação	0,25	0,484	0,703
	IDHM Renda	0,645	0,673	0,716
Indaiatuba	IDHM	0,541	0,704	0,788
	IDHM - Ranking dos Municípios	139	65	40
	IDHM Longevidade	0,747	0,804	0,837
	IDHM Educação	0,303	0,573	0,738
		IDHM Renda	0,7	0,757

Itatiba	IDHM	0,554	0,705	0,778
	IDHM - Ranking dos Municípios	105	57	75
	IDHM Longevidade	0,741	0,816	0,844
	IDHM Educação	0,326	0,574	0,708
Jaguariúna	IDHM Renda	0,702	0,749	0,788
	IDHM	0,533	0,715	0,784
	IDHM - Ranking dos Municípios	166	43	55
Jaguariúna	IDHM Longevidade	0,742	0,834	0,862
	IDHM Educação	0,285	0,594	0,715
	IDHM Renda	0,717	0,738	0,782
Monte Mor	IDHM	0,46	0,62	0,733
	IDHM - Ranking dos Municípios	477	456	362
	IDHM Longevidade	0,741	0,785	0,863
	IDHM Educação	0,204	0,452	0,639
Morungaba	IDHM Renda	0,646	0,673	0,713
	IDHM	0,513	0,646	0,715
	IDHM - Ranking dos Municípios	253	299	502
Nova Odessa	IDHM Longevidade	0,729	0,776	0,802
	IDHM Educação	0,275	0,485	0,627
	IDHM Renda	0,672	0,716	0,726
	IDHM	0,577	0,705	0,791
Paulínia	IDHM - Ranking dos Municípios	47	57	33
	IDHM Longevidade	0,745	0,826	0,861
	IDHM Educação	0,378	0,596	0,762
	IDHM Renda	0,681	0,712	0,755
Paulínia	IDHM	0,597	0,722	0,795
	IDHM - Ranking dos Municípios	25	30	31
	IDHM Longevidade	0,765	0,804	0,864
	IDHM Educação	0,388	0,603	0,727
Pedreira	IDHM Renda	0,718	0,776	0,8
	IDHM	0,551	0,667	0,769
	IDHM - Ranking dos Municípios	112	196	115
	IDHM Longevidade	0,757	0,836	0,864
Santa Bárbara d'Oeste	IDHM Educação	0,315	0,492	0,701
	IDHM Renda	0,703	0,722	0,75
	IDHM	0,532	0,688	0,781
	IDHM - Ranking dos Municípios	168	114	62
Santo Antônio de Posse	IDHM Longevidade	0,742	0,816	0,867
	IDHM Educação	0,304	0,566	0,731
	IDHM Renda	0,669	0,706	0,752
	IDHM	0,484	0,619	0,702
Santo Antônio de Posse	IDHM - Ranking dos Municípios	380	461	574
	IDHM Longevidade	0,721	0,801	0,838
	IDHM Educação	0,231	0,422	0,576
	IDHM Renda	0,681	0,702	0,718
Sumaré	IDHM	0,506	0,658	0,762
	IDHM - Ranking dos Municípios	280	246	151
	IDHM Longevidade	0,759	0,802	0,845
	IDHM Educação	0,261	0,514	0,705
	IDHM Renda	0,655	0,691	0,744
Valinhos	IDHM	0,597	0,741	0,819
	IDHM - Ranking dos Municípios	25	12	5
	IDHM Longevidade	0,746	0,811	0,85
	IDHM Educação	0,391	0,633	0,763
	IDHM Renda	0,729	0,793	0,848

Vinhedo	IDHM	0,581	0,749	0,817
	IDHM - Ranking dos Municípios	37	6	6
	IDHM Longevidade	0,78	0,828	0,878
	IDHM Educação	0,346	0,626	0,739
	IDHM Renda	0,725	0,81	0,84

Fonte: SEADE/IBGE-2010

Gráfico 12 – Evolução do IDHM do Município de Sumaré

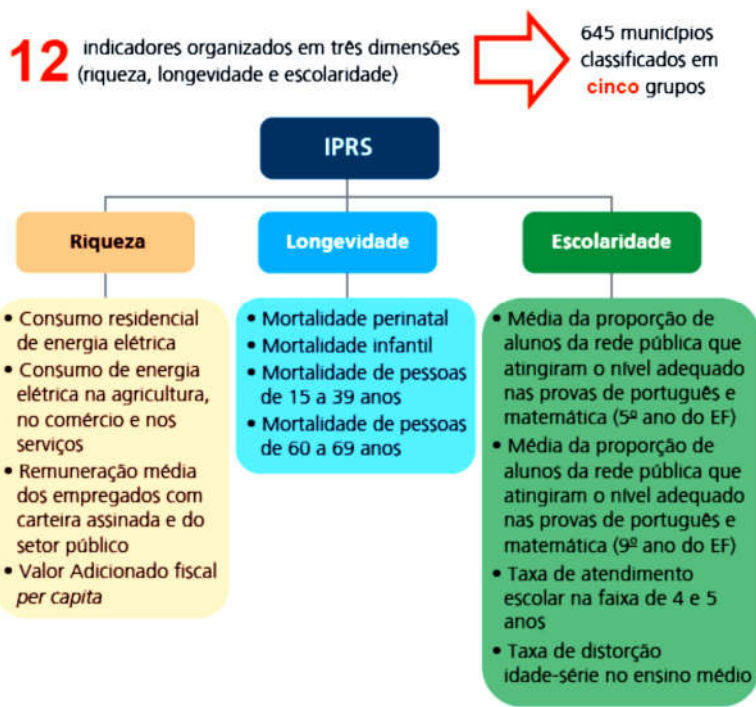


Fonte: SEADE/IBGE

3.5.2. IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS é formado por quatro conjuntos de indicadores: três setoriais, que mensuram, em um índice contínuo, as condições do município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo, nesse caso, o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo em cada uma dessas dimensões –; e uma tipologia que classifica os municípios em cinco grupos de acordo com sua situação nas três dimensões.

O IPRS “sintetiza a situação do desenvolvimento humano de cada município do Estado no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade, gerando uma tipologia que os classifica em 5 grupos” (SEADE).



	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Grupo 1	Alta	+	Média ou alta
Grupo 2	Alta	+	Baixa longevidade ou baixa escolaridade
Grupo 3	Baixa	+	Média ou alta
Grupo 4	Baixa	+	Baixa longevidade ou baixa escolaridade
Grupo 5	Baixa	+	Baixa longevidade e baixa escolaridade

Figura 26 – Matriz IPRS

Fonte: SEADE

Sendo que o Grupo 1 representa os “municípios com alto nível de riqueza e bons índices sociais”, e o Grupo 5 representa os “municípios mais desfavorecidos do estado, tanto em riqueza como em indicadores sociais”.

O IPRS, segundo dados do SEADE 2010 classifica Sumaré como integrante do Grupo 1 “municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões” em 2010, embora o IPRS da escolaridade tenha caído de 2912 para 2014 em um ponto.

Os Municípios da RMC que estão classificados no Grupo 1, juntamente com Sumaré são: Americana, Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Valinhos e Vinhedo. Na Tabela 34 podemos avaliar a evolução do IPRS da cidade.



Figura 27 – Vista Aérea – Área Central – Década de 60

Fonte: Pró-Memória de Sumaré

Tabela 34 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

Localidade	Indicador	2008	2010	2012	2014
Total do Estado de São Paulo	IPRS	NA	NA	NA	NA
	IPRS - Dimensão Riqueza	42	45	46	47
	IPRS - Dimensão Longevidade	68	69	70	70
	IPRS - Dimensão Escolaridade	40	48	52	54
Região Metropolitana de Campinas	IPRS	NA	NA	NA	NA
	IPRS - Dimensão Riqueza	45	47	48	50
	IPRS - Dimensão Longevidade	72	73	74	74
	IPRS - Dimensão Escolaridade	45	53	57	59
Sumaré	IPRS	Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais			
	IPRS - Dimensão Riqueza	43	45	46	48
	IPRS - Dimensão Longevidade	70	73	74	74
	IPRS - Dimensão Escolaridade	43	52	56	55

Fonte: SEADE

3.5.3. IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) permite identificar, nos municípios do Estado de São Paulo, particularmente naqueles de maior porte, áreas em que predominam famílias expostas a diferentes níveis de vulnerabilidade social.

O IPVS baseou-se em dois pressupostos: que as múltiplas dimensões da pobreza devem ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social; e que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social que os caracterizam. Assim, buscou-se a criação de uma tipologia de situações de vulnerabilidade, agregando-se, aos indicadores de renda, outros referentes à escolaridade e ao ciclo de vida familiar. Nos municípios mais bem posicionados nos grupos do IPRS, sobretudo os de maior porte – como São Paulo e Campinas –, há parcelas de seus territórios que abrigam expressivos segmentos populacionais expostos a diferentes condições de vulnerabilidade social.

Assim, a desigualdade das condições de vida, aliada aos grandes contingentes populacionais residentes nos principais centros urbanos, traz importantes desafios às políticas públicas estaduais e municipais, especialmente no campo do combate à pobreza, nem sempre revelados em indicadores agregados em âmbito municipal, como é o caso do IPRS, resultado de um padrão de crescimento das cidades que, ao longo dos anos, não têm sido capazes de incorporar parcelas significativas de suas populações aos benefícios do desenvolvimento.

Esse cenário é observado, em maior ou menor escala, em todo o Brasil e na América Latina, sobretudo nos grandes centros urbanos. O Município de Sumaré é um exemplo emblemático desse processo de desenvolvimento concentrador e excludente. Responsável por cerca de 8% da população

economicamente ativa na RMC, o município concentra, simultaneamente, áreas com padrão de vida próximo ao de países desenvolvidos e outras em situação de pobreza extrema, comparáveis às regiões mais pobres do Brasil. Mesmo assim, não deixa de ser relevante identificar, nesses locais, as áreas que concentram parcelas da população em situação de pobreza ou vulneráveis a ela.

Estudos recentes sobre condições de vida e pobreza têm destacado a necessidade de se levar em conta os recursos acumulados (ou sua ausência) por indivíduos, famílias e comunidades em simultâneo às oportunidades acessíveis para empregá-los.

É no confronto dessas duas dimensões que podem ser identificadas as diferentes situações de vulnerabilidade social a que eles estão submetidos (Katzman, 1999²²).

Assim, partindo da compreensão de que a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e consequências distintas, obtém-se uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem os vários segmentos populacionais, bem como das possibilidades de sua superação ou minimização.

Nessa perspectiva, é no confronto entre as características individuais e familiares – ciclo de vida, tipo de arranjo familiar, escolaridade, renda corrente, formas de inserção no mercado de trabalho e condições de saúde – e suas possibilidades de desfrute dos bens e serviços ofertados pelo Estado, sociedade e mercado que se definem suas efetivas condições de vida e possibilidades de mobilidade social. Como afirmaram Nussbaun e Sen (1998)²³, “necessitamos saber não só do dinheiro que (as pessoas) possuem ou de que carecem, mas também se são capazes de conduzir suas vidas”.

Ou seja, para se abordar o tema da qualidade de vida, faz-se necessário incorporar à análise os outros elementos que permitem a um indivíduo viver com dignidade e segurança.

Tabela 35 - PADRÕES - ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL - 2010 (VERSÃO ATUAL)

IPVS - Grupo 1 - Baixíssima Vulnerabilidade (% da população exposta)	7,1
IPVS - Grupo 2 - Vulnerabilidade Muito Baixa (% da população exposta)	53,5
IPVS - Grupo 3 - Vulnerabilidade Baixa (% da população exposta)	18,3
IPVS - Grupo 4 - Vulnerabilidade Média (Urbanos) (% da população exposta)	12,1
IPVS - Grupo 5 - Vulnerabilidade Alta (Urbanos) (% da população exposta)	7,4
IPVS - Grupo 6 - Vulnerabilidade Muito Alta (Aglomerados Subnormais Urbanos) (% da população exposta)	1,7

Fonte: SEADE

²² KATZMAN, R. *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Santiago de Chile, OIT- Ford, 1999.

²³ SEN, Amartya Kumar. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001. NUSSBAUM, M. C. *Frontiers of justice: disability, nationality e species membership*. Cambridge: Harvard University Press, 2007

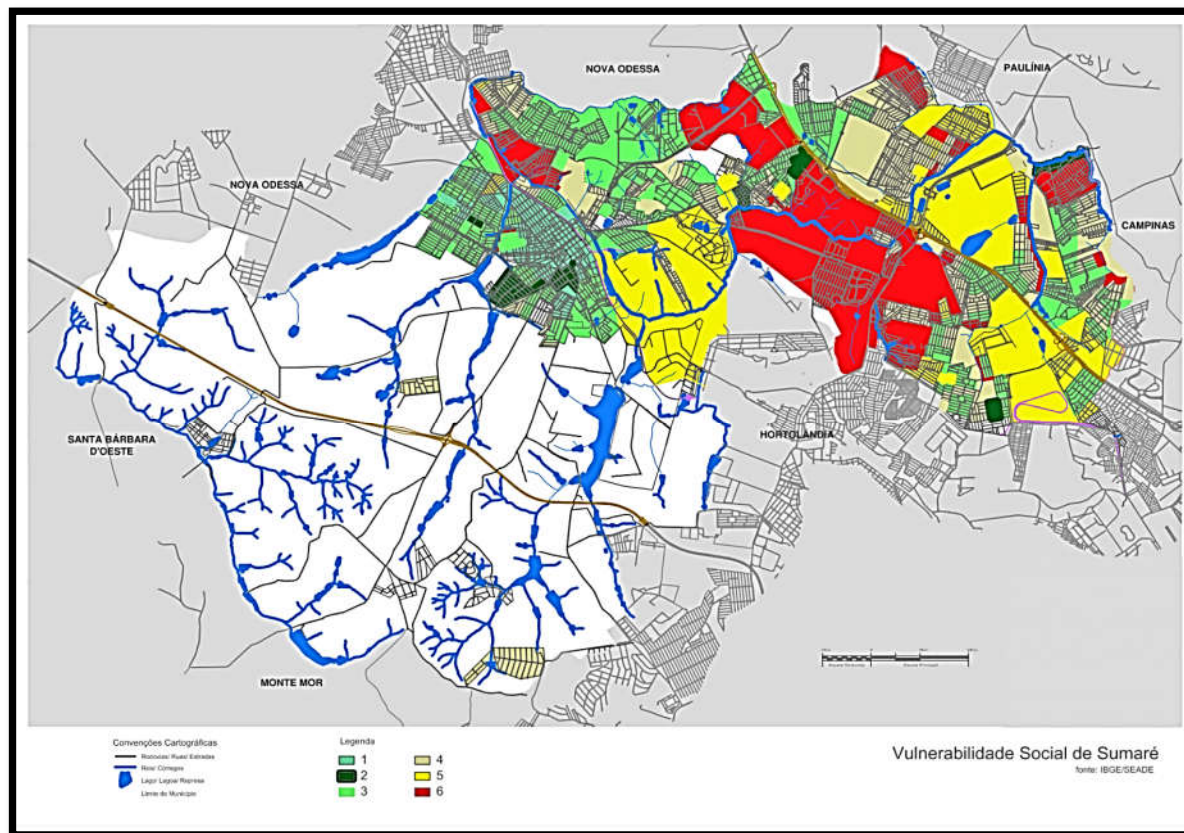
Tabela 36 - ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL
Município de Sumaré – 2010

Períodos	IPVS - Grupo 1 - Baixíssima Vulnerabilidade (% da população exposta)	IPVS - Grupo 2 - Vulnerabilidade Muito Baixa (% da população exposta)	IPVS - Grupo 3 - Vulnerabilidade Baixa (% da população exposta)	IPVS - Grupo 4 - Vulnerabilidade Média (Urbanos) (% da população exposta)	IPVS - Grupo 5 - Vulnerabilidade Alta (Urbanos) (% da população exposta)	IPVS - Grupo 6 - Vulnerabilidade Muito Alta (Aglomerados Subnormais Urbanos) (% da população exposta)	IPVS - Grupo 7 - Vulnerabilidade Alta (Rurais) (% da população exposta)
2010	3	33	34,4	10,9	16,2	2,5	-

Fonte: PNUD

Na Tabela 36 podemos observar que os maiores percentuais de deficiência social se encontram nos grupos 02 e 03, ou seja, cerca de 30% da população sumareense vivem em baixa vulnerabilidade, o que nos demonstra que essa população carente se concentra principalmente nas regiões do Jd Maria Antonia e na Área Cura. Portanto, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS, criado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, permite ao gestor do setor público e à sociedade uma visão detalhada das condições de vida do município, com a identificação e localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza.

MAPA 18 – VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ



FORNTE: IBGE/ SEADE



Figura 28 – Vista Aérea – Vila Soma

Documentário: Vila Soma – A história - Documentário elaborado como material de conclusão de curso para a graduação em Jornalismo. UNIP-2017- Canal Gabriela Furlan - <https://www.youtube.com/watch?v=RMXzofc9TIY>

3.5.4. Coeficiente de Gini

O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" ("Variabilidade e mutabilidade" em italiano), em 1912.

É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

A renda per capita média de Sumaré cresceu 74,43% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 470,12, em 1991, para R\$ 590,40, em 2000, e para R\$ 820,03, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,97%.

A taxa média anual de crescimento foi de 2,56%, entre 1991 e 2000, e 3,34%, entre 2000 e 2010.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 10,12%, em 1991, para 8,38%, em 2000, e para 3,84%, em 2010.

A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,43, em 1991, para 0,45, em 2000, e para 0,45, em 2010.

Tabela 37 - ÍNDICE DE GINI - Renda, Pobreza e Desigualdade

	1991	2000	2010
Renda per capita	470,12	590,4	820,03
% de extremamente pobres	2,24	1,88	0,88
% de pobres	10,12	8,38	3,84
Índice de Gini	0,43	0,45	0,45

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

3.5.5. IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde.

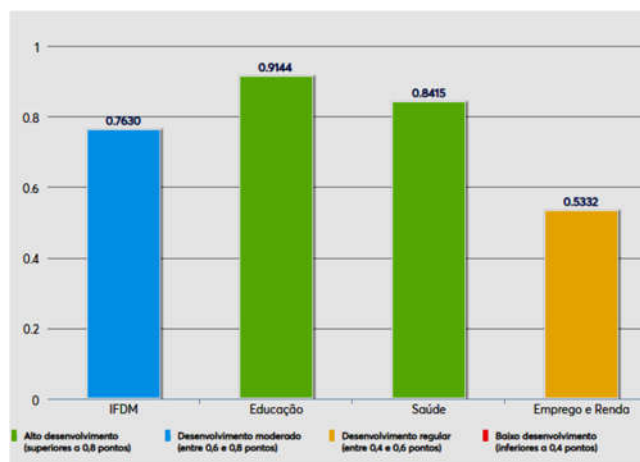
Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Sua metodologia possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

Desde 2014, a metodologia do IFDM foi aprimorada para captar os novos desafios do desenvolvimento brasileiro para esta nova década. O principal incremento foi situar o Brasil no mundo. A nova metodologia buscou padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como referência para os indicadores municipais. Outro ponto importante foi a atualização de metas e parâmetros nacionais. Neste caso, o ano de referência deixou de ser 2000 e passou a ser 2010.

De leitura simples, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

O Município de Sumaré está classificado na Tabela FIRJAN: IFDM 0.7630, o que demonstra que ainda carece de investimentos nos setores econômicos para uma melhoria de suas condições atuais.

Gráfico 13 – IFDM e Áreas de Desenvolvimento



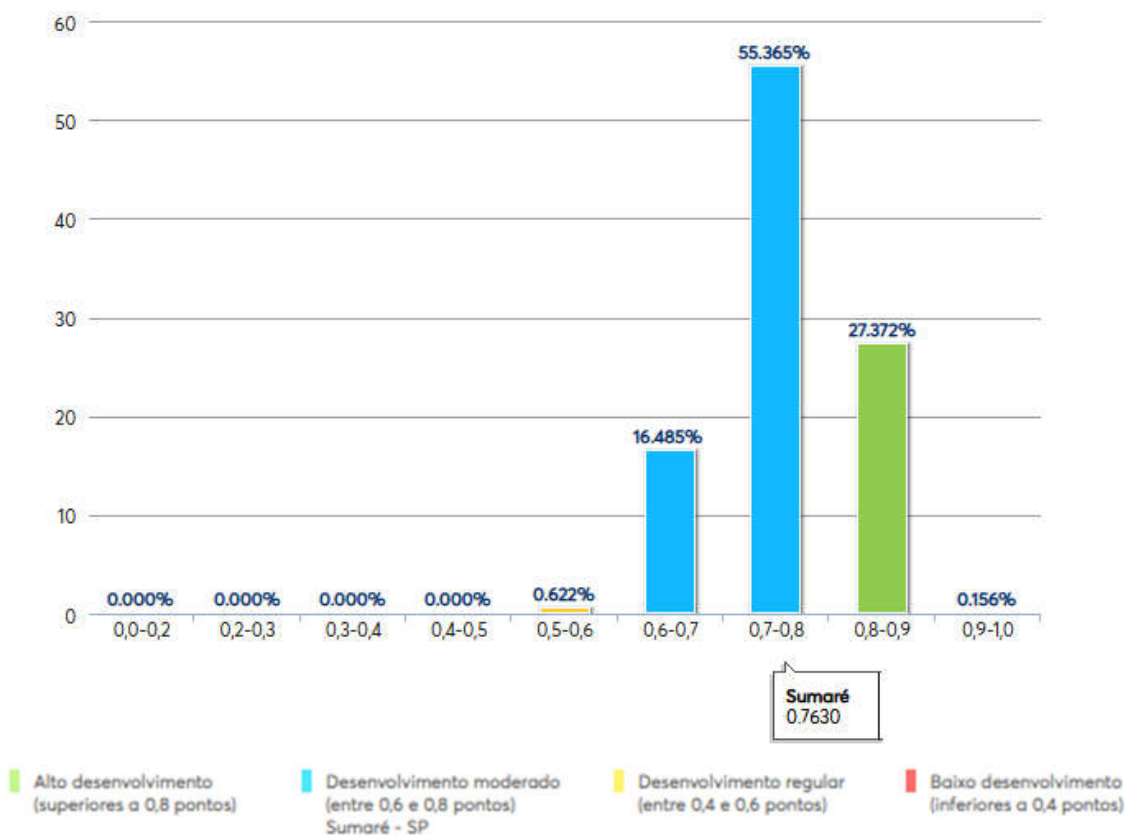
Fonte: FIRJAN

Tabela 38 – POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NO RANKING DO IFDM - CONSOLIDADO

Nacional	Estadual	IFDM Consolidado	UF	Município
925°	317°	0.7630	SP	Sumaré
926°	318°	0.7629	SP	Votorantim
927°	319°	0.7629	SP	Vargem Grande do Sul
938°	320°	0.7623	SP	Santa Isabel
937°	320°	0.7623	SP	São Pedro
945°	322°	0.7619	SP	Guarujá
954°	323°	0.7615	SP	Ibaté
955°	324°	0.7615	SP	Quatá
958°	325°	0.7613	SP	Nuporanga
963°	326°	0.7612	SP	Águas de São Pedro

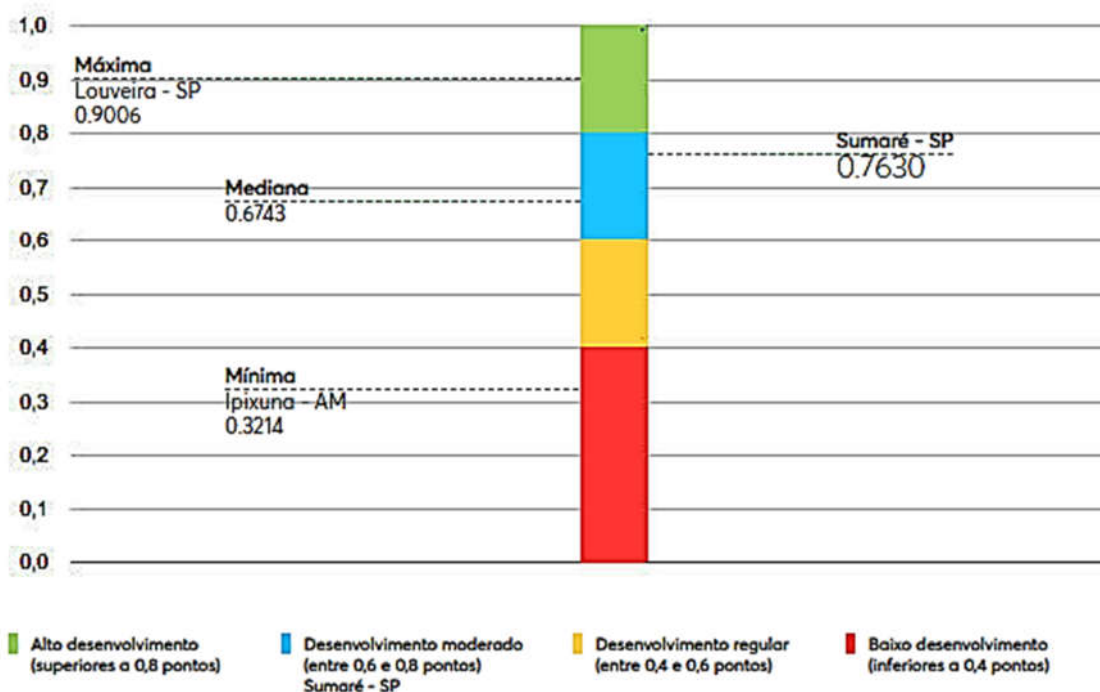
Fonte: FIRJAN

Gráfico 14 – Distribuição dos Municípios por Intervalo de Desenvolvimento



Fonte: FIRJAN

Gráfico 15 – Situação Relativa do Município



Fonte: FIRJAN

4. PERFIL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL

Partindo de um contexto regional e metropolitano já examinado, podemos então delinear o perfil econômico de Sumaré, através de análise do Perfil Municipal, as Finanças Públicas Municipais e os Planos e Programas de Governo.

4.1. Perfil Econômico de Sumaré

O Perfil Econômico do Município é aqui analisado tendo em vista o sistema produtivo local, os processos industriais, comerciais e de prestação de serviço bem como a agropecuária municipal.

4.1.1. Sistema Produtivo Local

Podemos ter uma ideia inicial de como se compõe o sistema produtivo do Município, analisando dados do Ministério do Trabalho e Emprego, mais particularmente com as informações prestadas anualmente pelas empresas produtivas formais, através da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS.

Cabe reforçar que se estará analisando dados relativos apenas daquelas empresas legalmente constituídas e que são obrigadas a prestar informações anuais ao governo.

As Tabelas 39 e anexas apresentam a distribuição, por grupos de atividades, dos estabelecimentos produtivos do município. Como se observa, o número total de estabelecimentos na

evolução dos anos foi decrescente, principalmente nos últimos 05 anos, em função da crise econômica de 2015.

Nos anos analisados a indústria da construção civil foi a que mais cresceu ampliando o mercado, demonstrando o indicador da quantidade de estoque de terras a preços razoáveis que se podem encontrar no município. Os estabelecimentos de uso agrícola foram os que mais decresceram nos períodos analisados.

Em contraponto podemos notar que o maior crescimento se deu, pontualmente nos setores do comércio e de serviços, em especial no comércio varejista e de alimentos (restaurantes, mercados), seguido pelo transporte de cargas, reforçando a qualificação de serviços do Município.

Os serviços que mais se destacaram seguiram a tendência das atividades comerciais, ou seja, os serviços de alimentação e de transporte rodoviário de carga. Este grupo de atividades que compõem o setor comércio e serviços, e que, como já mencionado, se constitui em um dos mais importantes para a economia municipal, se manteve crescente nos períodos analisados, com pequenos decréscimos, mas muito além dos setores de indústria e agricultura. As empresas na área da alta tecnologia tiveram um crescimento muito tímido, o que nos demonstra a necessidade de melhoria nas políticas urbanas do desenvolvimento econômico.

O que notamos, no geral, é que se pode verificar a pouca flutuação, mantendo-se sempre em relativo equilíbrio o comportamento das instalações das empresas. Nota-se que a necessidade de incremento em relação à instalação e ampliação do parque industrial deve ser notada como uma das principais diretrizes a nortear o uso do solo. No Gráfico 16 podemos conhecer a flutuação do crescimento dos estabelecimentos no município por tipo de atividade. Note-se que este estudo levou em consideração apenas as empresas cadastradas no CNAE2.0 como exemplo de amostragem.

4.1.1.1. Setor Industrial

A adoção de uma política de incentivos pela Prefeitura Municipal, notadamente através da Lei Municipal nº. 313 de 5 de setembro de 1961, que previa isenção de impostos, associados a oferta de terras com preços mais acessíveis em relação à outras cidades à margem da Anhanguera, possibilitou que em menos de 10 anos quase 300 indústrias se instalassem no Município, ocupando muitas vezes terrenos utilizados pela agricultura.

Conforme apontado por estudo realizado pelo NESUR (Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - UNICAMP)²⁴, “a industrialização e a urbanização da RMC se deram de forma distinta das principais metrópoles nacionais. As intensas transformações geradas pela interiorização da indústria nos anos 70 não se restringiram a Campinas, consolidando em seu entorno uma aglomeração urbana, onde além do polo regional também conferiu a outros municípios próximos uma base econômica importante e dinâmica, tanto industrial quanto agrícola, configurando uma estrutura diferenciada daquela das demais regiões metropolitanas brasileiras, geralmente caracterizadas pela presença de um Município-sede, dotado de estrutura produtiva sólida, cercado de vários municípios-dormitório.”

O Mapa 19 ilustra os principais eixos viários da RMC. Sumaré situa-se em região privilegiada dentro da RMC, junto a entroncamentos rodo-aéreo-ferroviários.

Dentre as Rodovias destacamos a SP 330 (Via Anhanguera), a Rodovia dos Bandeirantes, Rodovia Dom Pedro I, SP 101, SP 304 (Luiz de Queiroz), Rodovia Santos Dumont (Campinas – Sorocaba), além de malha ferroviária de carga (FERROBAN). Dispõe ainda de Terminal de Cargas e de Terminal Alfandegário, integrado ao Terminal de Cargas de Boa Vista. Tal perfil propicia o rápido escoamento da produção, incentivando a instalação de empresas no município, muitas vezes próximas destes eixos.

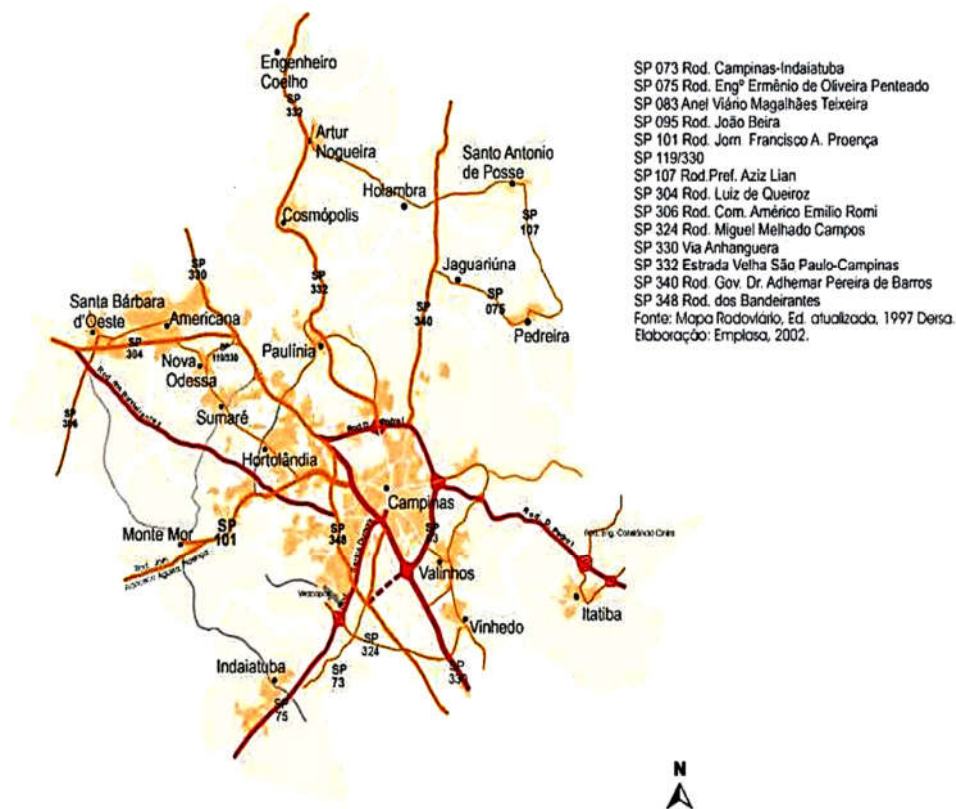
Atualmente, as principais indústrias localizadas no Município são: 3M do Brasil (química), Laboratórios Buckman (química), Stowe Woodward (química), Transitions (química), Wabco Freios (metalurgia), Assef Maluf e Filhos (têxtil), Pastifícios Selmi (alimentícia), Villares Metals (metalurgia), BTR do Brasil, Flyer Indústria Aeronáutica, Sotreq (comércio/serviços de tratores), Coverti Tintas (química), Lahuman (química têxtil), PPG Industrial (química), Honda Motors do Brasil (automotiva), Sherwin Williams Tintas (química), Dholândia Brasil Plataformas Elevatórias, A. Schulman Plásticos

²⁴ NESUR – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional

do Brasil (química), Multieixo do Brasil (automotiva), Rumo Logística, Amanco do Brasil (química), Pirelli (automotiva), entre outras.

Entretanto, percebe-se que apesar do desenvolvimento urbano atingido por Sumaré, parte dos empregos existentes e da renda gerada tende a drenar-se para Campinas e região, onde reside grande parte da mão-de-obra especializada e os escalões administrativos e gerências das grandes empresas.

MAPA 19 – PRINCIPAIS EIXOS VIÁRIOS DA RMC



Fonte: NESRUR

Embora a indústria não detenha mais a maior participação na geração do valor adicionado fiscal (VAF²⁵), ela tem se apresentado com equilíbrio nos períodos de 2006 a 2017.

Cabe lembrar, que 45% do VAF gerado em Sumaré até 1991, provinham de indústrias localizadas em seu ex-distrito de Hortolândia, que neste período se emancipou. Diferente de outros municípios da região, Sumaré não conta com base agroindustrial expressiva, não tendo desenvolvido, assim, encadeamentos produtivos nessa direção, sendo a geração de sua renda e emprego centrado no setor industrial e nos serviços. Assim, não pode constituir malha produtiva e urbana mais integrada neste setor.

Os ramos com maior participação na VAF da Indústria são produtos químicos, seguidos de material de transporte e metalúrgica. Os três juntos perfaziam em 2016, cerca de 70% do VAF industrial.

Empresas com atividades de confecção de material elétrico e de comunicações, plásticos e borracha, sondavam 21%, fazendo com que estes 06 ramos citados concentrassem 91 % da renda industrial.

²⁵ Valor Adicionado Fiscal (VAF) é um indicador econômico-contábil utilizado pelo Estado para calcular o índice de participação municipal no repasse de receita do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos municípios. É apurado pelas Secretarias de Estado de Fazenda, com base em declarações anuais apresentadas pelas empresas estabelecidas nos respectivos municípios.

Tabela 39 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS POR SEÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE 2.0) E ANO DE FUNDAÇÃO - SETOR INDUSTRIAL

CNAE 2.0 - INDÚSTRIA DIVERSIFICADA					
Ano	Fabricação de Artefatos de Concreto, Cimento, Fibrocimento, Gesso e Materiais Semelhantes	Fabricação de Produtos de Papel, Cartolina, Papel-Cartão e Papelão Ondulado para Uso Comercial e de Escritório	Aparelhamento e Outros Trabalhos em Pedras	Fabricação de Estruturas de Madeira e de Artigos de Carpintaria para Construção	Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis
2017	13	4	3	0	2
2016	13	4	3	0	1
2015	16	3	4	1	2
2014	15	3	3	1	1
2013	14	3	3	1	2
2012	16	3	2	1	2
2011	16	4	3	2	2
2010	15	2	2	3	2
2009	15	5	3	5	2
2008	17	5	3	6	3
2007	16	4	4	3	3
2006	17	4	4	4	4
Total	183	44	37	27	26

Fonte: CAGED/MTE

TABELA 39-1

CNAE 2.0 - INDÚSTRIA DIVERSIFICADA					
Ano	Fabricação de Artefatos de Concreto, Cimento, Fibrocimento, Gesso e Materiais Semelhantes	Fabricação de Produtos de Papel, Cartolina, Papel-Cartão e Papelão Ondulado para Uso Comercial e de Escritório	Aparelhamento e Outros Trabalhos em Pedras	Fabricação de Estruturas de Madeira e de Artigos de Carpintaria para Construção	Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis
2017	13	4	3	0	2
2016	13	4	3	0	1
2015	16	3	4	1	2
2014	15	3	3	1	1
2013	14	3	3	1	2
2012	16	3	2	1	2
2011	16	4	3	2	2
2010	15	2	2	3	2
2009	15	5	3	5	2
2008	17	5	3	6	3
2007	16	4	4	3	3
2006	17	4	4	4	4
Total	183	44	37	27	26

Fonte: CAGED/MTE

TABELA 39-2

CNAE 2.0 - INDÚSTRIA TÊXTIL E COMPETÊNCIAS					
Ano	Confeção de Peças do Vestuário, Exceto Roupas íntimas	Tecelagem de Fios de Fibras Artificiais e Sintéticas	Fabricação de Outros Produtos Têxteis não Especificados Anteriormente	Fabricação de Artefatos Têxteis para Uso Doméstico	Acabamentos em Fios, Tecidos e Artefatos Têxteis
2017	33	17	12	5	6
2016	35	15	14	4	6
2015	45	16	18	6	5
2014	48	16	18	5	6
2013	43	17	15	5	5
2012	41	18	14	6	8
2011	43	20	14	7	8
2010	45	21	12	8	10
2009	47	20	12	9	11
2008	48	25	11	9	8
2007	41	24	17	12	6
2006	41	25	17	12	7
Total	510	234	174	88	86

Fonte: CAGED/MTE

TABELA 39 - 3

CNAE 2.0 - CONSTRUÇÃO CIVIL					
Ano	Construção de Edifícios	Serviços Especializados para Construção não Especificados Anteriormente	Obras de Acabamento	Instalações Elétricas	Incorporação de Empreendimentos Imobiliários
2017	195	119	91	100	47
2016	210	120	106	114	48
2015	206	123	102	119	49
2014	226	111	90	107	49
2013	217	115	81	79	43
2012	221	108	68	72	30
2011	226	128	80	77	24
2010	191	50	49	64	21
2009	170	30	46	38	25
2008	133	23	42	20	26
2007	112	24	28	13	28
2006	111	14	34	10	21
Total	2218	965	817	813	411

Fonte: CAGED/MTE

TABELA 39-4

CNAE 2.0 - INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA					
Ano	Fabricação de Produtos de Panificação	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	Fabricação de Massas Alimentícias	Fabricação de Sorvetes e Outros Gelados Comestíveis	Fabricação de Produtos de Carne
2017	29	7	10	5	3
2016	23	10	8	6	3
2015	22	12	9	6	4
2014	21	12	8	4	3
2013	23	10	10	3	4
2012	17	12	7	3	3
2011	17	15	6	4	0
2010	18	14	5	4	2
2009	6	13	4	5	2
2008	5	12	4	6	3
2007	7	12	4	6	3
2006	8	10	5	5	5
Total	196	139	80	57	35

Fonte: CAGED/MTE

TABELA 39 – 5

CNAE 2.0 - INDÚSTRIA DIVERSIFICADA					
Ano	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	Fabricação de Produtos Diversos não Especificados Anteriormente	Fabricação de Produtos de Papel, Cartolina, Papel-Cartão e Papelão Ondulado para Uso Comercial e de Escritório	Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	Fabricação de Embalagens de Papel
2017	21	6	4	2	3
2016	24	6	4	1	3
2015	27	7	3	2	2
2014	26	2	3	1	4
2013	27	3	3	2	3
2012	21	3	3	2	2
2011	17	7	4	2	2
2010	14	4	2	2	1
2009	17	5	5	2	1
2008	14	3	5	3	1
2007	15	10	4	3	1
2006	15	8	4	4	1
Total	238	64	44	26	24

Fonte: CAGED/MTE

TABELA 39-6

CNAE 2.0 - INDÚSTRIA QUÍMICA					
Ano	Fabricação de Artefatos de Material Plástico não Especificados Anteriormente	Fabricação de Embalagens de Material Plástico	Fabricação de Produtos Químicos não Especificados Anteriormente	Fabricação de Produtos de Limpeza e Polimento	Fabricação de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal
2017	13	7	13	9	3
2016	15	7	12	11	4
2015	18	8	12	8	5
2014	21	7	7	6	5
2013	21	11	7	5	5
2012	19	9	8	5	5
2011	16	12	7	7	5
2010	17	10	6	6	6
2009	20	9	6	6	6
2008	23	9	9	9	3
2007	19	8	7	8	4
2006	23	11	10	9	5
Total	225	108	104	89	56

Fonte: CAGED/MTE

TABELA 39-7

CNAE 2.0 - INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA					
Ano	Fabricação de Lâmpadas e Outros Equipamentos de Iluminação	Fabricação de Aparelhos e Equipamentos para Distribuição e Controle de Energia Elétrica	Fabricação de Aparelhos e Equipamentos de Medida, Teste e Controle	Fabricação de Componentes Eletrônicos	Fabricação de Fios, Cabos e Condutores Elétricos Isolados
2017	3	4	1	2	2
2016	2	2	1	2	2
2015	3	3	3	2	3
2014	4	4	4	3	2
2013	4	5	3	2	2
2012	4	4	3	2	2
2011	4	7	3	2	2
2010	5	2	2	1	1
2009	6	2	2	2	1
2008	5	2	2	2	1
2007	3	1	2	1	1
2006	4	1	2	1	1
Total	47	37	28	22	20

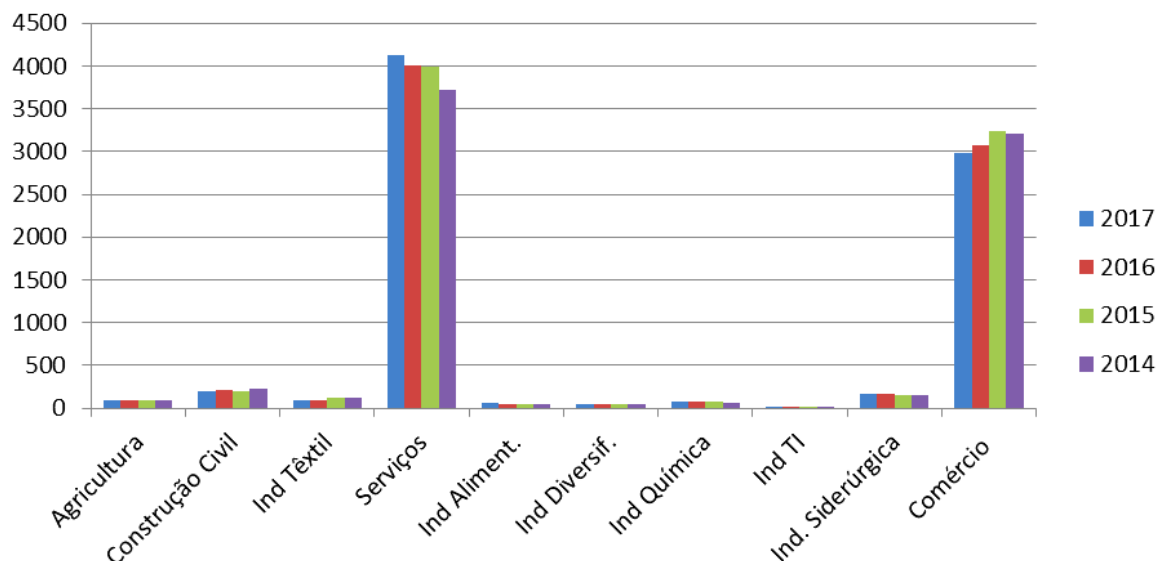
Fonte: CAGED/MTE

TABELA 39-8

CNAE 2.0 - INDÚSTRIA SIDERÚRGICA					
Ano	Fabricação de Artigos de Serralheria, Exceto Esquadrias	Fabricação de Esquadrias de Metal	Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Uso Geral não Especificados Anteriormente	Fabricação de Produtos de Metal não Especificados Anteriormente	Fabricação de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial Específico não Especificados Anteriormente
2017	28	20	9	13	10
2016	24	16	14	13	10
2015	28	15	17	10	9
2014	22	16	14	10	7
2013	23	17	12	9	8
2012	19	19	11	12	8
2011	20	15	11	12	8
2010	19	16	12	10	6
2009	24	14	11	10	8
2008	22	14	13	15	8
2007	23	13	11	12	8
2006	23	11	14	12	7
Total	275	186	149	138	97

Fonte: CAGED/MTE

Gráfico 16 – Evolução do Número de Estabelecimentos por tipo de atividade



Fonte: CAGED/MTE

Verifica-se que os agrupamentos de atividades: comércio varejista, construção civil, serviços de alimentação, manutenção e reparação de veículos automotores, serviços técnicos profissionais, respondem por 60% do total de empregos formais de Sumaré. Todas estas atividades foram grandes geradoras de emprego nos períodos analisados, cabendo destaque para o setor de comércio e prestação de serviços que foram os que mais cresceram no período.

Considerando os estabelecimentos produtivos existentes, os empregos por eles gerados e número médio de empregados por unidade, percebe-se claramente que as atividades produtivas do município de Sumaré possuem elevado grau de diversificação, ou seja, existem estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, alocados em todos os grupos de atividades.

Entretanto as empresas ligadas à produção, comercialização e prestação de serviços nas atividades ligadas à indústria têxtil, nos indicam que se pode apostar na sustentação de Arranjos Produtivos Locais²⁶.

O Polo Têxtil de Americana é hoje, considerado o maior polo têxtil de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas da América Latina, sendo responsável por 85% da produção nacional deste tipo de material, e possuindo aproximadamente 2.500 confecções. A formalização da criação do Polo Têxtil de Americana pelo Governo do Estado de São Paulo ocorreu em 2003. Esta formalização se deu para através da criação de incentivos para as atividades de pesquisa científica e tecnológica, relacionadas ao setor, e, envolvendo as cerca de 700 indústrias de fiação, tecelagem, tinturarias e estamperia presentes nos municípios de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara, Sumaré e Hortolândia.

Assim, podemos afirmar que as cidades do Polo Têxtil de Americana apresentam hoje um forte parque industrial com destaque para a indústria têxtil e indústrias relacionadas (químicas); que por um lado demanda consideravelmente dois insumos escassos que são água e energia elétrica, e por outro lado é grande empregadora de mão de obra direta e propicia indiretamente a geração local de rendas e outros postos de emprego. Portanto as possibilidades de elevação do setor industrial devem ser consideradas prioritárias para a evolução do desempenho econômico municipal.

²⁶ Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) aparecem como políticas de desenvolvimento industrial no Brasil, incorporadas aos planos plurianuais do governo federal, desde 2004, e também como alvo de políticas estaduais de fomento à competitividade industrial desde esse período. É também alvo de ações de apoio manifestadas por várias instituições públicas, privadas e mistas. Cassiolato e Lastres (2004) definem os APLs como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento” (CASSIOLATO; LASTRES, 2004, p. 10- 11).

O Município contém duas leis sobre incentivos fiscais: a Lei n.º 5273/11 e a Lei n.º 5596/11. Essas legislações concedem isenções ou reduções no pagamento dos impostos e taxas municipais às empresas que desenvolvem diversos processos produtivos que vierem a se instalar no território municipal ou que precisem se expandir. As legislações preveem os benefícios e as contrapartidas.

A Tabela 40 demonstra as empresas detentoras de concessão de incentivos fiscais no município.

TABELA 40 – EMPRESAS DETENTORAS DE INCENTIVOS FISCAIS

N.º	Empresa	Período	Atividade
1	ADERE	2013 a 2022	Fitas Adesivas
2	APOIO LOGÍSTICA	2011 a 2020	Transp. e Logística
3	GOOD BOM	2013 a 2022	Supermercado
4	JR COVABRA	2016 a 2025	Distribuidora
5	KWANGJIN	2016 a 2025	Peças Automotivas
6	SPAL	2013 a 2022	Refrigerante
7	SUNACE	2015 a 2024	Química
8	PPG	2014 a 2023	Tintas
9	YARA FERTILIZANTES	2013 a 2022	Fertilizantes
10	TAG	2012 a 2021	Transp. e Logística
11	VERSSAT	2011 a 2020	Mobiliário Urbano
12	VILLARES METALS	2017 a 2026	Metalúrgica
13	NETWORK	2008 a 2017	Faculdade
14	HONDA AUTOMÓVEIS	2008 a 2017	Automotiva
15	SELMI	2008 a 2017	Ind. Alimentícia
16	SOTREQ	2008 a 2017	Com. Máquinas

Fonte: Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico

Em relação às exportações e importações o Município alcançou um total de 482 milhões de dólares (FOB - Free On Board - Livre a bordo - normas de comércio exterior) com exportações em 2017 e no mesmo período importou cerca de U\$ 518 milhões, perfazendo 0,8% das participações nas exportações do Estado.

4.1.1.2. Setor Serviços e Comércio

A expansão e diversificação da atividade comercial vêm ocorrendo, sendo que houve a instalação recente de empreendimentos de porte ligados a grandes cadeias nacionais de eletrodomésticos e supermercados: Casas Bahia, Magazine Luiza, Lojas Líder, Cibelar, Seller, Baby Calçados, Supermercados Good Bom, Grupo Pague Menos, Grupo Peralta, Grupo Paulistão e outros.

Atualmente a criação de um Shopping Center - Shopping Park City Sumaré na área central da cidade demonstra a possibilidade de transformação que o mesmo trará ao ambiente à sua volta. Melhorias viárias, novos empregos, mais opções de entretenimento, compras e serviços são alguns exemplos. Na Tabela 41 podemos verificar a quantificação e estratificação do comércio local verificando-se que cerca de 15% dos estabelecimentos comerciais são na modalidade atacadista, perfazendo a maioria ainda no comércio varejista.

Tabela 41 – CADASTRO COMERCIAL

Tipo	Quantidade Estabelecimentos	Pessoal empregado
Comércio Atacadista	278	3.285
Comércio Varejista	2.537	9.757
Total	2.815	13.042

Fonte: MTE-CAGED- Data Base 1º jan/2019 – exercício 2018

Na área de serviços, registram-se investimentos realizados no ramo de hotelaria, telecomunicações e na área da saúde. Os segmentos de comércio e de prestação de serviços encontram-se em franco crescimento, com destaque recente para o setor de armazenagem e transportes, instalação de hotéis, magazines, escolas etc.

Sendo hoje o segundo mercado consumidor entre as 19 cidades da Região Metropolitana de Campinas. Sumaré participa do Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia, que tem o objetivo de regionalizar as ações para incentivar o turismo científico e de negócios.



Figura 29 – Avenida 07 de Setembro - principal eixo comercial da Sede do Município

Fonte: ACIAS – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Sumaré

Tabela 42 – CADASTRO DE SERVIÇOS

Tipo de serviço	Nº. de Estabelecimentos	Pessoal Empregado
Instituições de crédito, seguros e capitalização	50	356
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. Técnico e similares	1.380	3.578
Transportes e comunicações	715	7.098
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação e similares	1.510	5.022
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	277	1.030
Ensino	245	1.451
Total	4.177	18.535

Fonte: TEM-CAGED- Data Base 1º jan/2019 – exercício 2018

Na Tabela 43 e anexos podemos verificar a flutuação da cadeia comercial produtiva no Município onde se destacam o setor de prestação e venda de produtos alimentícios seguidos pelo setor de comércio de transportes.

Nota-se que os setores de restaurantes e produção/comercialização de alimentos e transportes escalam o topo dos estabelecimentos registrados e legalizados para prestação de serviços, coincidentemente ao comércio que se classifica também como tal.

No setor Hoteleiro o Município conta com os seguintes estabelecimentos:

- ✓ **Jaguary Hotel Sumaré – 36 quartos,**
- ✓ **Fildi Hotel – 130 quartos,**
- ✓ **Hotel Tangará – 30 quartos,**
- ✓ **Hotel Marfim e Hotel Marfim I - 40 quartos somando ambos,**
- ✓ **Hotel Menegon - 43 quartos,**
- ✓ **Pousada Ponto Certo I e II – 23 quartos,**

Totalizando 302 quartos para acomodações.

MAPA 20 - LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO (EM ANEXO NO VOLUME MAPAS)

Tabela 43 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS POR SEÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE 2.0) E ANO DE FUNDAÇÃO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Tabela 43 - 01

CNAE 2.0 - COMÉRCIO DIVERSIFICADO					
Ano	Comércio Varejista de Outros Produtos Novos não Especificados Anteriormente	Comércio Varejista de Ferragens, Madeira e Materiais de Construção	Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios	Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Automotores	Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Minimercados, Mercearias e Armazéns
2017	239	283	261	228	113
2016	267	292	273	233	112
2015	282	299	309	253	118
2014	279	301	330	246	141
2013	305	312	357	258	147
2012	331	309	336	249	155
2011	336	310	338	273	165
2010	344	339	339	248	169
2009	380	353	288	250	176
2008	380	313	248	229	179
2007	423	296	222	210	170
2006	433	283	190	214	177
TOTAL	3999	3690	3491	2891	1822

Fonte: CAGED/MTE

TABELA 43 - 02

CNAE 2.0 - COMÉRCIO					
Ano	Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas	Transporte Rodoviário de Carga	Manutenção e Reparação de Veículos Automotores	Atividades de Organizações Religiosas	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais
2017	408	490	196	163	131
2016	440	460	177	152	118
2015	466	472	192	159	116
2014	457	450	176	148	136
2013	480	465	187	141	129
2012	429	384	181	138	135
2011	452	401	169	128	130
2010	454	346	151	120	113
2009	420	345	136	121	117
2008	410	321	117	100	103
2007	370	294	110	85	77
2006	392	305	104	86	79
Total	5178	4733	1896	1541	1384

Fonte: CAGED/MTE

TABELA 43 - 03

CNAE 2.0 – SERVIÇOS							
Ano	Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas	Transporte Rodoviário de Carga	Manutenção e Reparação de Veículos Automotores	Atividades de Organizações Religiosas	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais	Atividades de Atenção Ambulatorial Executadas por Médicos e Odontólogos	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Municipal e em Região Metropolitana
2017	408	490	196	163	131	164	109
2016	440	460	177	152	118	139	114
2015	466	472	192	159	116	138	108
2014	457	450	176	148	136	122	128
2013	480	465	187	141	129	117	128
2012	429	384	181	138	135	117	95
2011	452	401	169	128	130	108	125
2010	454	346	151	120	113	98	90
2009	420	345	136	121	117	84	74
2008	410	321	117	100	103	67	78
2007	370	294	110	85	77	70	70
2006	392	305	104	86	79	70	56
Total	5178	4733	1896	1541	1384	1294	1175

Fonte: CAGED/MTE

4.1.1.3. Agricultura e Agropecuária

A agricultura, que já se constituiu na base econômica do Município, tem apresentado queda na participação do valor adicionado fiscal (VAF), seja por queda na produção seja por não tributação dos produtos agrícolas.

Em razão do tipo de ocupação do solo, o Município possui em sua grande maioria pequenas propriedades rurais, contando hoje com cerca de 300 pequenas propriedades produtivas (dados da CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), com áreas que variam de 11ha a 200ha, que desenvolvem as seguintes atividades:

Sumaré é considerada uma cidade industrial, do ponto de vista da Região Metropolitana de Campinas. Com uma extensão de 153,465 km² de território, subdivididas em 74,20 km² na zona urbana e 79,20 km² na zona rural, demonstrando que o município possui uma considerável área rural, com proporções maiores que a área urbana.

Localizada ao sul da cidade, esta região é atravessada, no sentido leste - oeste, pela Rodovia dos Bandeirantes. Encontra-se ocupada predominantemente por áreas cultivadas com cana-de-açúcar e, secundariamente, por granjas de porte e áreas cultivadas com soja. Os principais acessos a partir da cidade (Centro) são oferecidos pelas estradas municipais Ângelo Furian, Norma Marson Biondo e Luiz Fernandes Breda, que atravessam a região, chegando à Rodovia dos Bandeirantes. Verifica-se a presença de alguns núcleos urbanos com características de chácaras, como o Parque São Bento, Chácaras Cruzeiro do Sul, Chácaras Primavera, Chácaras Estrela D'Alva e Parque Dante Marmioli.

A Tabela 44 aponta a evolução do crescimento da população rural no Município.

Tabela 44 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

Períodos	População Rural
2010	2836
2015	3102
2017	3193
2018	3239
2019	3286

Fonte: SEADE

Nota-se, entretanto, que o crescimento da população rural se deu, principalmente em função de pessoas que migraram da cidade para o campo, após situações de aposentadoria, na maioria, buscando lazer, melhor qualidade de vida e não produção ou empregabilidade nas atividades rurais.

A população da zona rural representa aproximadamente menos de 2% da população do município e é bastante diversificada. Encontra-se distribuída pelo perímetro rural, no qual podemos destacar os Bairros do Cruzeiro, Taquara Branca e os Assentamentos de Reforma Agrária. Este perímetro, em sua totalidade, é atendido por apenas uma Regional Administrativa. Verifica-se também uma população presente em alguns núcleos urbanos com características de chácaras, como o Parque São Bento, Chácaras Cruzeiro do Sul, Chácaras Estrela D'Alva e Parque Dante Marmioli.

Segundo o Censo Agrícola 2.017 – IBGE, as faixas etárias predominantes na área rural correspondiam aos segmentos da faixa etária de 30 a 60 anos e o grau de escolaridade mais encontrado dentro dessa clientela é de cerca de 37 % no antigo primário (elementar) e 38% no regular de ensino médio ou 2º grau, o que se equivale à faixa etária predominante. Outro fator encontrado é de que os produtores mais alocados são os do sexo masculino em peso bem maior do que trabalhadoras femininas.

Outro dado importante de se mencionar é que a maioria dos produtores se classifica como produtores individuais, quase inexistindo cooperativas ou mesmo consórcio ou condomínio, valorizando-se a produção familiar, uma vez que as atividades são exercidas, em sua maioria, por indivíduos com laços de parentesco com o produtor, apontando a agricultura familiar como principal modalidade de atuação no setor agrícola da cidade.

A atividade rural em Sumaré apoia-se na avicultura para corte e ovos, na criação de bovinos e suínos, mas, sobretudo, na agricultura através do cultivo de soja e cana-de-açúcar.

Na Tabela 45 podemos verificar a evolução das atividades agrícolas em território no Município em relação à evolução nacional. Através do Gráfico 17 podemos notar que o município sempre se manteve além da média nacional com percentuais bem distantes dos 7% nacionais.

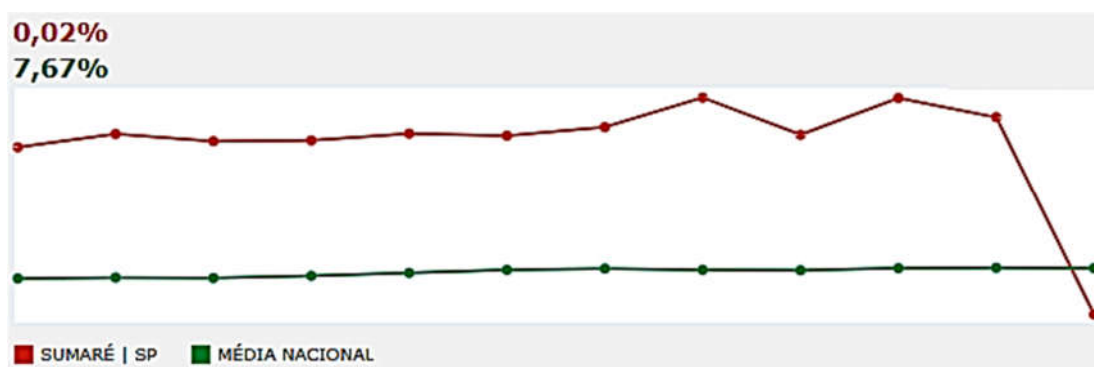
Porém no avanço para a década de 2010 a mesma decaiu quase 100% da área produtiva, somente vindo a se recuperar a partir de 2016 com o incremento da produção de soja.

Tabela 45 – EVOLUÇÃO EM PERCENTUAL DA ÁREA TERRITORIAL COM PLANTAÇÃO

Ano	SUMARÉ	MÉDIA NACIONAL
2010	0,02%	7,67%
2009	32,76%	7,71%
2008	35,96%	7,69%
2007	29,90%	7,33%
2006	36,05%	7,36%
2005	31,19%	7,57%
2004	29,73%	7,41%
2003	30,07%	6,88%
2002	28,97%	6,41%
2001	28,81%	6,07%
2000	30,04%	6,09%
1999	27,83%	5,96%

Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Gráfico 17 – Percentual da área territorial com plantação



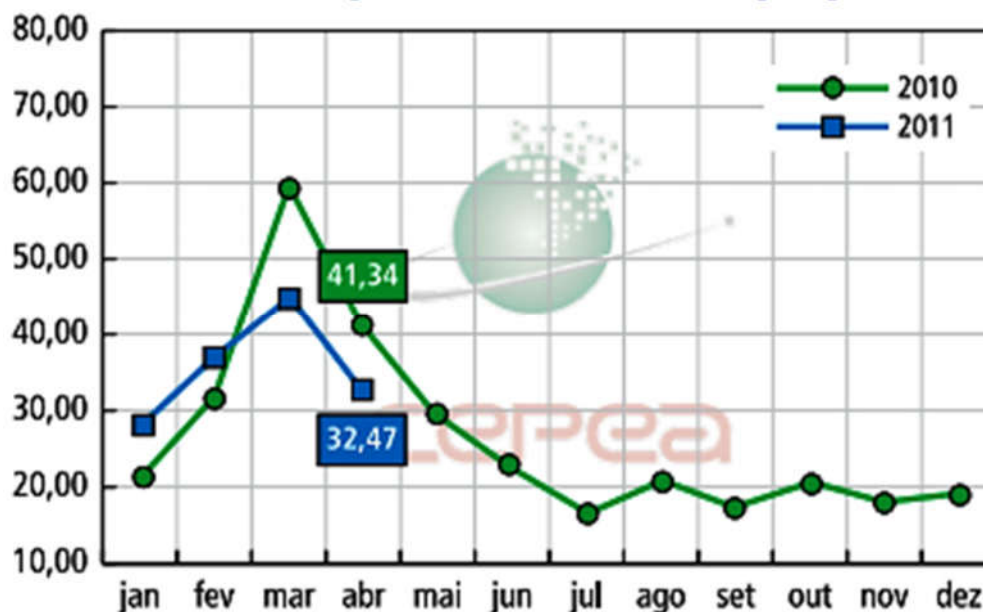
Fonte: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

A produção agrícola notável de Sumaré foi a do tomate, iniciada nos finais dos anos 60 e alcançando grande expressão nacional nos anos 80. Até meados dos anos 90, Sumaré também se destacou na produção de batata inglesa. Na Tabela 46 podemos verificar a evolução dos estabelecimentos agrícolas até o ano de 2017.

A produção de tomate estaqueada teve seu auge em 2007 onde foram cultivados cerca de 10 milhões de pés de tomate de mesa no Município. Em geral, as áreas para produção de tomate no Brasil são arrendadas. No caso de Sumaré, de 90% a 95% das lavouras de tomate eram cultivadas em terras arrendadas, por conta da grande incidência de problemas fitossanitários inerentes a essa cultura. Mesmo em casos de terra própria, há necessidade de rotação de área, pois o local utilizado para o plantio de tomate deve ficar no mínimo três anos sem receber o produto novamente. Dessa forma, o plantio em terra própria ocorre em casos em que o produtor tem uma extensa área, ou que cultiva tomate esporadicamente, nas suas terras ou ainda que possua diversas propriedades, uma longe da outra – respeitando a necessidade de rotacionar as áreas de plantio. Há também casos de troca de áreas de plantio com produtores de outras culturas.

Em função da complexidade no cultivo deste produto, a situação da produção de tomates iniciou sua queda a partir de 2010 como podemos ver no Gráfico 18. Isso se deu principalmente em função da exaustão do solo em função da rotatividade de área necessária para o cultivo e pelo processo de inflação do preço do arrendamento, que se tornou um vetor de inviabilização para os tomateiros.

Gráfico 18 – Flutuação da produção de tomates no Município a partir de 2010



Fonte: CEPEA - Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)

Infelizmente o Município teve a sua produção tomateira esvaziada nos últimos anos, vindo a ter uma pequena reação a partir de 2018, se contrapondo com a produção de soja e cana de açúcar que se tornaram os primeiros insumos crescentes no VAT agrícola de Sumaré.

Porém a produção do tomate ainda se instala como uma das maiores atividades agrícolas da cidade.

Na Tabela 47 podemos conhecer a participação do setor agrícola em relação ao valor adicionado novamente e as informações sobre as principais produções municipais para o exercício de 2016. Note-se que o VAT da Agricultura em relação ao total é muito pequeno, como já visto

anteriormente. A produção de soja tem um crescimento, a nível de área produtiva maior que as outras culturas.

Tabela 46 - EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS POR SEÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE 2.0) E ANO DE FUNDAÇÃO - AGRICULTURA

CNAE 2.0 - AGRICULTURA					
Ano	Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	Criação de Aves	Cultivo de Cereais	Criação de Bovinos	Horticultura
2017	27	19	4	7	10
2016	25	19	5	8	10
2015	25	19	5	7	7
2014	30	19	4	5	8
2013	26	19	7	5	7
2012	25	19	5	7	5
2011	31	13	5	5	5
2010	28	19	5	9	5
2009	32	20	5	10	7
2008	40	6	34	9	6
2007	15	6	5	7	8
2006	18	7	4	7	3
Total	322	185	88	86	81

Fonte: CAGED/MTE

Tabela 47 – PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA E EXTRATIFICAÇÃO DOS PRODUTOS – Ano de 2016

Indicador	2016
Valor Adicionado da Agropecuária (Em mil reais correntes)	93.095,29
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	1,02
Cana-de-Açúcar - Área Colhida (Em ha)	2.900
Cana-de-Açúcar - Produção (Em toneladas)	261.000
Cana-de-Açúcar - Valor da Produção (Em mil reais correntes)	17.487
Soja - Área Colhida (Em ha)	686.254
Soja - Produção (Em toneladas)	2.314.560
Valor - Valor da Produção (Em mil reais correntes)	8.140
Milho (Em Grão) - Área Colhida (Em ha)	300
Milho (Em Grão) - Produção (Em toneladas)	2.000
Milho (Em Grão) - Valor da Produção (Em mil reais correntes)	1.080
Tomate - Área Colhida (Em ha)	300
Tomate - Produção (Em toneladas)	24.000
Tomate - Valor da Produção (Em mil reais correntes)	36.000

Fonte: SEADE

Já na Tabela 48 podemos ter uma visão geral da situação das atividades agrícolas no Município com data base de 2017, data essa do último censo agrícola do IBGE. Pode-se notar que dos 79,20 km² de área territorial rural somente 43,18 km² são efetivamente utilizadas para fins rurais, ficando o restante em situação de improdutividade.

Tabela 48 – CENSO AGROPECUÁRIO – Ano de 2017

Indicador	Unidade	2017- preliminar
Características dos estabelecimentos		
Área dos estabelecimentos agropecuários	hectares	4.318.634
Condição legal do produtor		
Produtor individual	hectares	3.401.648
Utilização das terras		
Lavouras		
Permanentes	hectares	288.695
Temporárias	hectares	2.353.132
Pastagens		
Naturais	hectares	477.641
Plantadas em boas condições	hectares	403.910
Matas ou florestas		
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	hectares	286.338
Sistema de preparo do solo		
Plantio direto na palha	hectares	709.754
Número de estabelecimentos agropecuários		
Condição legal do produtor	Estabel.	170
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	Estabel.	17
Produtor individual	Estabel.	151
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	Estabel.	2
Sexo do produtor		
Masculino	Estabel.	148
Feminino	Estabel.	20
Escolaridade do produtor		
Nunca frequentou escola	Estabel.	4
Antigo primário (elementar)	Estabel.	55
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	Estabel.	30
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	Estabel.	7
Regular de ensino médio ou 2º grau	Estabel.	55
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	Estabel.	2
Superior – graduação	Estabel.	13
Mestrado ou doutorado	Estabel.	2
Classe de idade do produtor		
Menor que 30 anos	Estabel.	1
De 30 a menos de 60 anos	Estabel.	109
De 60 anos ou mais	Estabel.	58
Assistência técnica		
Recebe	Estabel.	75

Não recebe	Estabel.	95
Adubação – Utiliza		
Adubação química	Estabel.	84
Adubação orgânica	Estabel.	12
Adubação química e orgânica	Estabel.	24
Não utiliza	Estabel.	50
Agrotóxicos		
Utiliza	Estabel.	97
Não utiliza	Estabel.	73
Financiamentos/Empréstimos - Obtenção		
Obteve	Estabel.	25
Não obteve	Estabel.	145
Finalidade		
Investimento	Estabel.	10
Custeio	Estabel.	20
Manutenção	Estabel.	2
Recursos do financiamento - Provenientes de programas governamentais		
Pronaf	Estabel.	9
Outro programa (federal, estadual ou municipal)	Estabel.	3
Não provenientes de programas governamentais	Estabel.	13
Utilização das terras		
Lavouras		
Permanentes	Estabel.	58
Temporárias	Estabel.	107
Pastagens		
Naturais	Estabel.	24
Plantadas em boas condições	Estabel.	35
Plantadas em más condições	Estabel.	1
Matas ou florestas		
Naturais	Estabel.	2
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	Estabel.	39
Sistemas agroflorestais		
Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	Estabel.	2
Sistema de preparo do solo		
Cultivo convencional	Estabel.	92
Cultivo mínimo	Estabel.	8
Plantio direto na palha	Estabel.	15
Com pessoal ocupado		
Com laço de parentesco com o produtor	Estabel.	168
Sem laço de parentesco com o produtor	Estabel.	41
Tratores, implementos e máquinas		
Tratores	Estabel.	78
Semeadeiras/plantadeiras	Estabel.	13
Colheitadeiras	Estabel.	4
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	Estabel.	15
Lavoura permanente		

Banana		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	27
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	toneladas	993.920
Café - Arábica		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	1
Caqui		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	1
Figo		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	1
Goiaba		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	22
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	toneladas	164.170
Laranja		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	1
Limão		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	3
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	toneladas	21.500
Manga		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	3
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	toneladas	3.550
Maracujá		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	5
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	toneladas	11.600
Pitaia		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	3
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	toneladas	4.100
Abóbora, moranga, jerimum		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais existentes	Estabel.	4
Quantidade produzida	toneladas	12.400
Área colhida	hectares	4.000
Amendoim Com casca		
Número de estabelecimentos agropecuários	Estabel.	1

Cana-de-açúcar		
Número de estabelecimentos agropecuários	Estabel.	8
Quantidade produzida	toneladas	63.383.680
Área colhida	hectares	707.768
Feijão Fradinho		
Número de estabelecimentos agropecuários	Estabel.	1
Verde		
Número de estabelecimentos agropecuários	Estabel.	1
Mandioca (aipim, macaxeira)		
Número de estabelecimentos agropecuários	Estabel.	25
Quantidade produzida	toneladas	393.280
Área colhida	hectares	54.758
Milho Grão		
Número de estabelecimentos agropecuários	Estabel.	12
Quantidade produzida	toneladas	2.867.100
Área colhida	hectares	452.200
Número de estabelecimentos agropecuários	Estabel.	10
Quantidade produzida	toneladas	2.314.560
Área colhida	hectares	686.254
Sorgo Grão		
Número de estabelecimentos agropecuários	Estabel.	2
Tomate rasteiro Industrial		
Número de estabelecimentos agropecuários	Estabel.	1
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	peçoas	1019
Com laço de parentesco com o produtor	peçoas	379
Homens de menos de 14 anos	peçoas	0
Homens de 14 anos e mais	peçoas	267
Mulheres de menos de 14 anos	peçoas	2
Mulheres de 14 anos e mais	peçoas	110
Sem laço de parentesco com o produtor	peçoas	640
Permanentes	peçoas	537
Temporários	peçoas	22
Parceiros	peçoas	81
Tratores, implementos e máquinas		
Tratores	unidades	145
Semeadeiras/plantadeiras	unidades	17
Colheitadeiras	unidades	6
Aduadeiras e/ou distribuidoras de calcário	unidades	24

Fonte: Censo Agrícola do IBGE - 2017

Quanto à comercialização de produtos e insumos agropecuários, existe no município em torno de 170 estabelecimentos comerciais que comercializam e prestam serviços ao setor agrícola.

Na Tabela 49 podemos verificar os indicadores da produção pecuária no município, destacando-se a produção de galináceo e ovos como as maiores dentro deste território.

Tabela 49 – PRODUÇÃO PECUÁRIA – Ano de 2017

Indicador	Uní	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Bovino									
Efetivo do rebanho	cabeças	2500	2400	2759	2518	2500	2500	2500	2729
Vaca ordenhada	cabeças	450	450	500	300	290	290	290	250
Leite de vaca									
Quantidade produzida	l	550	550	800	183	177	176	178	150
Valor da produção	R\$		1100	1600	275	266	201	223	198
Equino									
Efetivo do rebanho	cabeças	380	350	355	150	140	140	140	120
Galináceo									
Efetivo do rebanho	cabeças	896702	982036	982036	1479300	1407000	1407000	1508275	1226826
Galinha	cabeças	804804	962916	1034099	1479300	1407000	1407000	1293262	1226826
Ovos									
Quantidade produzida	dúzias	21313	20313	23976	31190	31240	31240	29603	28892
Valor da produção	R\$		40626	47951	101368	89659	75601	71640	72230
Muares									
Efetivo do rebanho	cabeças	40	50	48					
Suíno									
Efetivo do rebanho	cabeças	1260	1050	1050	500	450	440	440	700
Matriz	cabeças				50	50	50	50	70

Fonte: Censo Agrícola do IBGE - 2017

A Associação Dos Agricultores e Pecuáristas de Sumaré atua com bastante empenho e organização. Fundada em 1988 tem como principais objetivos a representação dos produtores rurais de Sumaré, bem como estimular, fomentar e organizar novas demandas para o meio rural sumareense, inclusive desenvolvendo projetos e buscando financiamentos e parceiros, relacionados à melhoria das condições do homem do campo e sua realidade rural.

A extensão rural no Município de Sumaré tem sido realizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA - CATI/SAA).

Os créditos de financiamento do FEAP/BANAGRO e de custeio e investimento do PRONAF e de outros da rede privada estão totalmente disponíveis ao agricultor familiar.

O enquadramento do agricultor bem como a realização do plano de financiamento de apoio ao pequeno agronegócio tem sido realizado pelos técnicos da CATI e pela iniciativa privada.

Com relação ao microcrédito realizado pelo Banco do Povo, este também está totalmente disponível ao pequeno agricultor. Porém, apesar de o juro mensal ser baixo (0,7%) existem restrições na obtenção desse financiamento. Para a pessoa física os valores do crédito variam de R\$ 200,00 a R\$ 5.000,00.

Desse modo, o agricultor precisa ter o CNPJ para obter o financiamento como pessoa jurídica para conseguir valores mais altos do microcrédito que, neste caso, variam de R\$ 200,00 a R\$ 7.500,00. Além disso, esses valores, na maioria dos casos, não são suficientes para a demanda do agricultor.

Deve ser ressaltado que o CNPJ é necessário para o produtor obter o microcrédito e o talão de notas. Isso ainda está causando confusão porque o produtor acredita que, por ter CNPJ, ele formou uma empresa.

Nesse caso é preciso informar ao produtor que a obtenção do número de CNPJ não descaracteriza a sua condição de pessoa física. Embora ele seja identificado em órgãos tributários ele não tem a obrigação de constituir empresa e assumir obrigações fiscais e tributárias atribuídas a esse tipo de cadastro.

4.1.2. Assentamentos de Sumaré – Reforma Agrária

O assentamento Sumaré I surgiu a partir do Programa de Valorização de Terras Públicas - Lei Estadual n. 4957 de 30 de dezembro de 1985, no governo de Franco Montoro.

O processo de luta pela terra dos assentados de Sumaré I iniciou-se, no final da década de 70, a partir da reunião de famílias de trabalhadores rurais recém-chegadas à cidade. Essas famílias reuniam-se em um salão comunitário para reflexões bíblicas, sendo o debate realizado em torno da conjuntura política e econômica que o país se encontrava.

Foi notória a participação de setores progressistas da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação, no desenvolvimento de uma organização que, posteriormente, resultou no referido assentamento.

Como proposta inicial para diminuir as precárias condições de vida dos desempregados e dos aposentados que pertenciam ao grupo, este partiu para um projeto de horta comunitária em terrenos urbanos desocupados. A renda proveniente da venda dos produtos hortícolas era então dividida entre os participantes. O sucesso deste projeto incentivou outras ações coletivas, como compra conjunta de alimentos básicos (BERGAMASCO & NORDER, 1999)²⁷.

O grupo de Sumaré, formado por cinquenta famílias, que há um ano participava dos debates, decidiu pela ocupação da Fazenda Tamoyo, em Araraquara-SP, cuja área já se encontrava em processo de desapropriação.

Depois de três dias de acampamento duas famílias desistiram.

As remanescentes desocuparam a área e partiram para nova ocupação, no Horto Florestal de Araras, de propriedade da FEPASA (Ferrovias Paulista S/A), onde encontraram outras famílias já instaladas em seus barracos de lona. Em seis dias, a FEPASA conseguiu reintegração de posse.

Depois de meses, o Estado, através do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), viabilizou um assentamento no Horto Florestal da Boa Vista, também sob o controle da FEPASA, no Município de Sumaré.

O fim do processo resultou na seleção de 26 famílias do grupo de Sumaré para serem assentadas na área. Das demais famílias algumas desistiram e outras foram ocupar outras áreas onde se implantaram novos assentamentos como Sumaré II, Porto Feliz, etc. (BERGAMASCO et al., 1996)²⁸.

O "Horto Florestal da Boa Vista", de propriedade da FEPASA, localiza-se no município de Sumaré em área de preservação ambiental. Possui uma área de 855,2 ha, dos quais 338 foram destinados à implantação do núcleo de assentamento Sumaré I, onde foram assentadas inicialmente 26 famílias, restando hoje apenas 24.

O assentamento Sumaré I foi instalado em fevereiro de 1984.

Sua história, no entanto, teve início em 1981, permeada de lutas, pressões, ocupações e acampamentos, com a participação marcante da Igreja Católica, como dito anteriormente.

Sob a forma jurídica de concessão de uso, a posse da terra foi concedida aos trabalhadores, conforme previsto no Programa de Valorização de Terras Públicas do Estado.

Após a conquista da terra tem-se a constituição do processo produtivo.

Sendo, portanto, uma área ocupada por eucaliptos, as famílias tiveram como desafio modificar essa paisagem e transformá-la numa paisagem agrícola diversificada e equilibrada.

²⁷ BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello; OLIVEIRA, Rosângela A. P.; PINTO, Leonardo, de Barros. *Condições de vida e trabalho nos assentamentos rurais de São Paulo*. In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Passo Fundo, 28 a 01 de julho de 2002, Anais..., CDRom

²⁸ BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. *O que são assentamentos rurais?* São Paulo: Brasiliense, 1996.

A implementação do assentamento ocorreu com a participação das famílias, as quais já possuíam uma experiência de organização coletiva, o que facilitou o início da construção social de uma nova realidade para elas.

O assentamento encontra-se localizado a três quilômetros do centro urbano da cidade de Sumaré e a vinte quilômetros da cidade de Campinas. Essa localização é privilegiada, pois Sumaré é uma cidade que faz parte da região metropolitana de Campinas, uma região altamente industrializada.

Atualmente, o Assentamento de Sumaré, está dividido em Sumaré I e Sumaré II e Sumaré III e é composto por famílias de origem rural, provenientes de várias localidades do Brasil (ANDRADE, 1993)²⁹.

4.1.2.1. Assentamentos de Sumaré – Assentamento I

O núcleo de assentamento Sumaré I foi implantado em 237,59 ha dos 855,2 ha do Horto Florestal Boa Vista, contendo 25 famílias.

Dos 237,59 ha cerca de 1 ha era considerado inaproveitável para fins agrícolas, 18,40 ha foram destinados à infraestrutura e 31,47 ha foram mantidos como área de reserva/preservação ambiental.

Assim, coube aos assentados, ou seja, às 25 famílias, cerca de 187 ha, ou seja, coube a cada família assentada 7 ha para a exploração agrícola - Mapa 21.

Nos primeiros anos do assentamento (1984 e 1985) os assentados optaram pelo plantio de três culturas para a comercialização: o feijão, o arroz e o milho.

Esses produtos foram escolhidos porque ao mesmo tempo em que são destinados à comercialização, poderiam garantir o autoconsumo da família.

Em menor escala, as famílias decidiram produzir gêneros para seu auto abastecimento alimentar como, por exemplo, a abóbora, a mandioca, o quiabo, a batata doce. No primeiro ano foram plantados ainda abacate, goiaba, laranja e manga, sendo que em meados de 1987 essas frutíferas já estavam produzindo.

Assim, parece claro que nos primeiros anos do assentamento a produção agrícola estava segmentada entre as culturas destinadas para a comercialização e àquelas destinadas ao autoconsumo (BERGAMASCO et al., 1996).

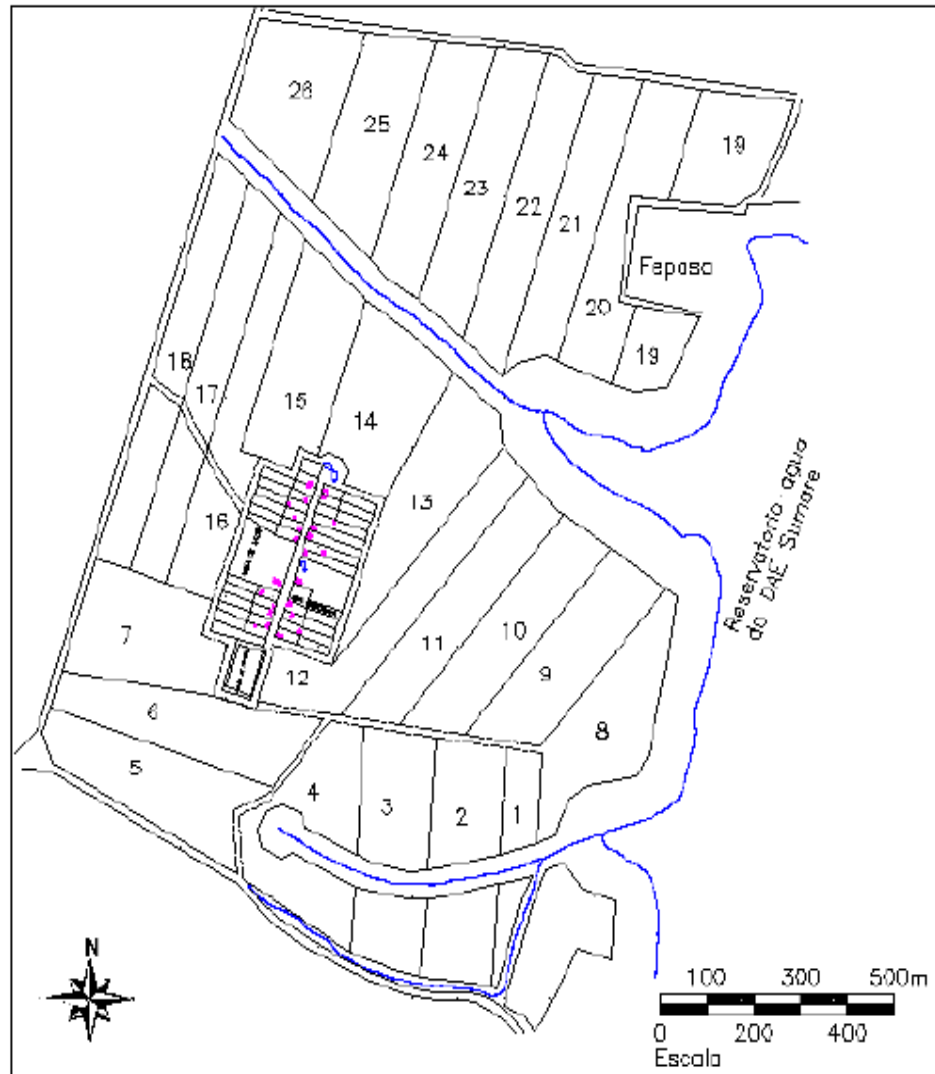
Isso pode ser visualizado através do Mapa 22 de produção agrícola dos lotes referentes à safra 1989/1990. Percebe-se por meio desse mapa que os lotes, de maneira geral, possuíam uma produção bastante diversificada.

Já no Mapa 23 pode-se observar que houve uma diminuição na diversificação da produção durante a safra 93/94 quando comparada com a safra 89/90. Isto ocorre porque apesar das culturas tradicionais de sequeiro como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca garantirem o abastecimento das famílias, elas não garantiam uma renda monetária satisfatória.

Sendo assim, a solução que se apresentou foi uma maior intensificação na tecnologia e a criação de grupos de produção, que juntos conseguiram obter melhor preço para seus produtos.

²⁹ ANDRADE, M.R. de O.O destino incerto da educação entre os assentados rurais do Estado de São Paulo. Campinas, 1993. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação/ UNICAMP.

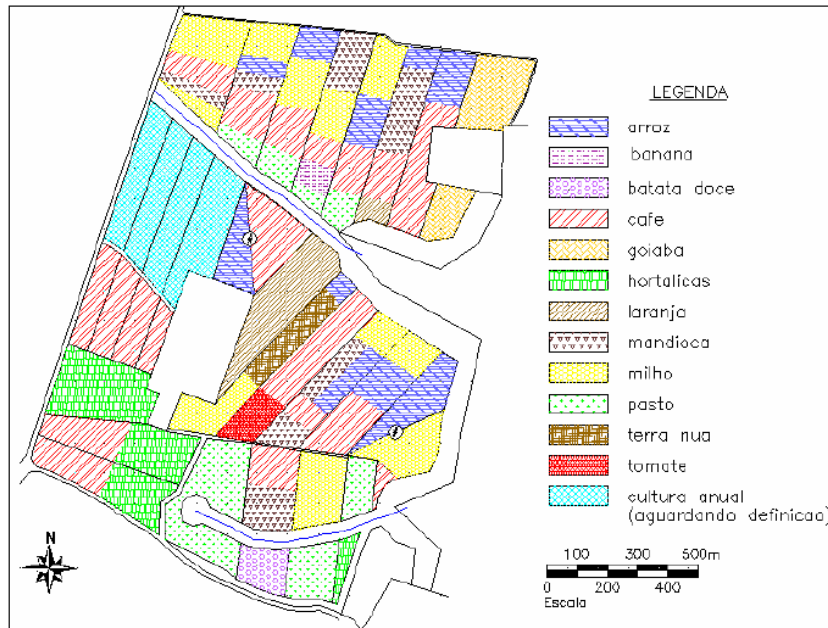
MAPA 21 – DIVISÃO DOS LOTES NO ASSENTAMENTO SUMARÉ



Fonte: BERGAMASCO et al., 1997³⁰.

³⁰ BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria Edy. Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

MAPA 22 – CULTURAS DA SAFRA 89/90 – ASSENTAMENTO I SUMARÉ



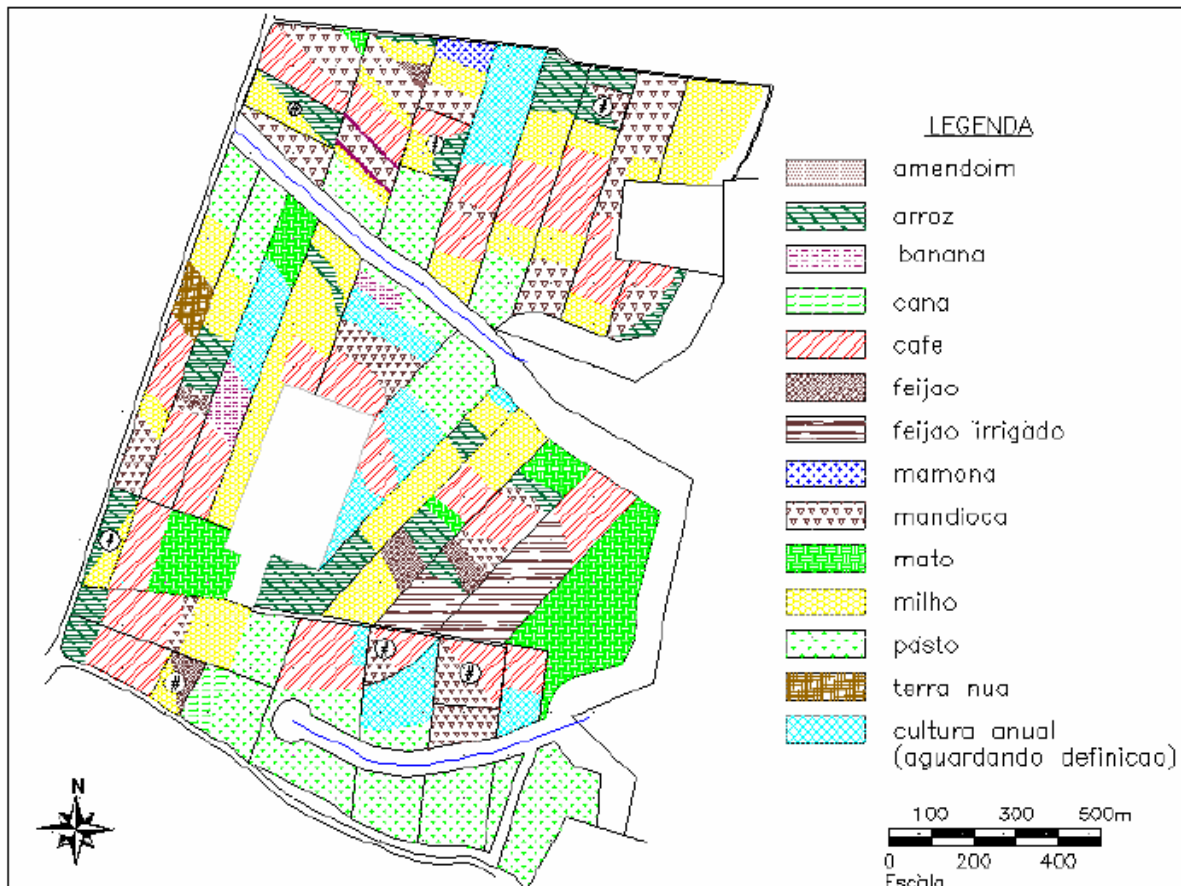
Fonte: BERGAMASCO et al., 1997.



Figura 30 – Plantação de Banana – Assentamento I

Fonte: ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MAPA 23 – CULTURAS DA SAFRA 93/94 – ASSENTAMENTO I SUMARÉ



Fonte: BERGAMASCO et al., 1997.

21ª Festa da Mandioca Sumaré

22, 23 e 24 Junho/2018

Comunidade São João Batista
Paróquia Sant'Ana

34º Aniversário Assentamento I de Sumaré

Local: Estrada João Calixto da Silva, S/N - Assentamento I - Sumaré - Estrada do Taquara Branca

Dias 22 e 23 de Junho - Sexta/Sábado

Grandiosa Quermesse com:
Comidas Típicas de Mandioca,
Doces, Salgados e muito mais...
A partir das 18hrs.

Dia 24 de Junho - Domingo

Missa com Procissão
Padroeiro São João Batista
A Partir das 10hrs.

Quermesse com Moda de Viola
Encontro de Violões e Muita Comida Boa
A Partir das 12hrs.

Tradicional Show de Prêmios
A Partir das 14hrs.

Figura 31 – Divulgação da Festa da Mandioca do Assentamento I

Fonte: Associação do Assentamento I

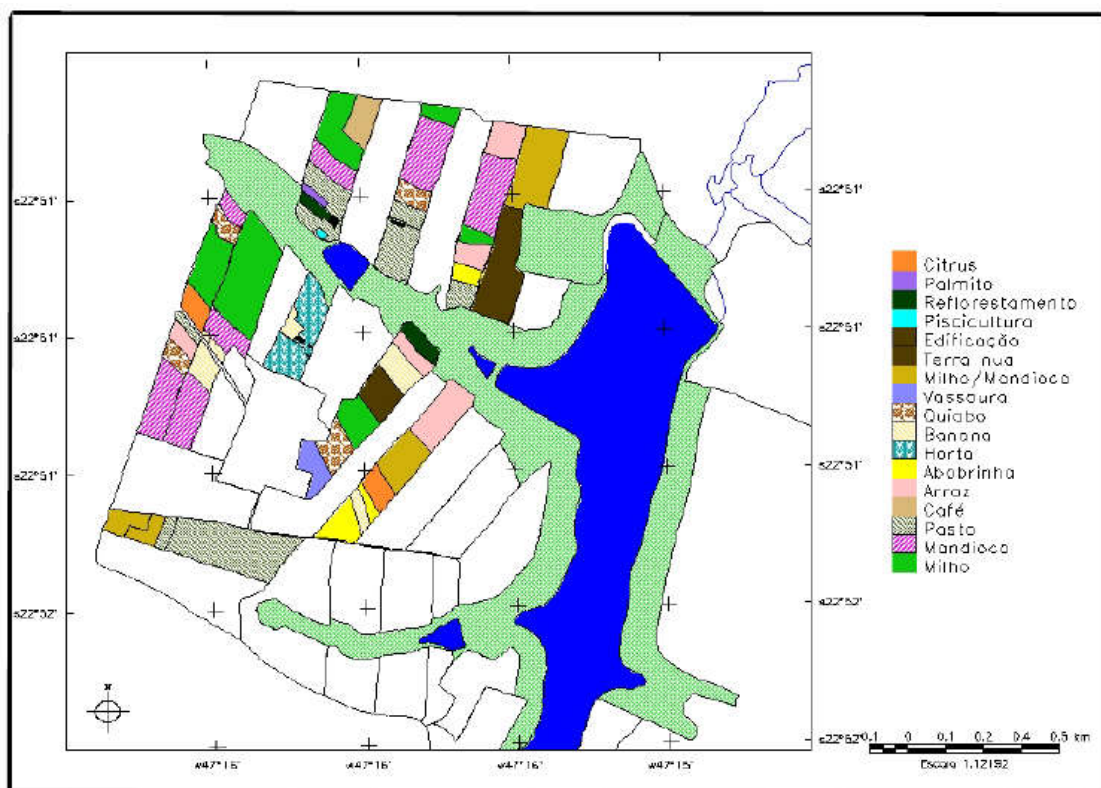
A partir de 2004 as culturas se tornaram bastante diversificadas, visto que há o plantio de cinco diferentes culturas, entre elas estão as mais plantadas no assentamento como o milho, a mandioca e o quiabo.

Nota-se também que nessa área a maioria das culturas foram substituídas por outras, isso significa que o assentado está realizando rotação de culturas em determinadas áreas, favorecendo portanto, o solo e o meio ambiente.

Podemos verificar isso através do Mapa 24 - Uso do Solo no Assentamento I.

MAPA 24 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - ASSENTAMENTO SUMARÉ I

Ano 2004



Fonte: A organização do espaço produtivo no assentamento Sumaré I - RAMIREZ; SOUZA & BERGAMASCO, 2004

Nota-se que a organização do espaço nos lotes está associada ao ambiente socioeconômico gerado pelos assentados e suas famílias, o qual pode potencializar ou inibir as iniciativas produtivas e a inserção social dos mesmos. Características como o tipo de mercado consumidor, a mão-de-obra ocupada para a produção, o crédito e o tipo de tecnologia adotada apontam para o desenvolvimento das diversas dinâmicas desenvolvidas pelos assentados. Ao analisar o conjunto de mapas percebe-se que os assentados, ao longo do tempo, criaram estratégias de uso do espaço que lhes permite desenvolver atividades as quais oferecem novas opções de renda visando à perpetuação da família, bem como do patrimônio familiar.

Considerando que o Assentamento Sumaré – I encontra-se localizado numa importante região geopolítica com existência de diversas universidades e outras instituições de ensino com as quais se

mantém relacionamento, uma das maiores preocupações é a defesa do meio ambiente, assim, há vários projetos ecológicos de proteção aos mananciais e reflorestamento.

A implantação do Assentamento fortaleceu a Agricultura familiar no município de Sumaré, inclusive favorecendo a população urbana, a qual é a maior consumidora da saudável produção agropecuária.

Ao todo o projeto de Assentamento envolve 03 (três) núcleos de famílias, totalizando 67 (sessenta e sete) famílias titulares de lotes agrícolas subdivididas em 26 (vinte seis) famílias na Área I, 25 (vinte cinco) famílias na Área II e 15 (quinze) famílias na Área III.

Ressalte-se ainda que além das famílias titulares de lotes, existem várias outras famílias, principalmente ligadas por laços de parentesco, as quais também moram e trabalham no assentamento na condição de agregadas, o que soma um total de aproximadamente 850 (oitocentos e cinquenta) pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos, diga-se de passagem, todos sobrevivendo de forma direta ou indireta por meio das atividades agropecuárias.

Desta maneira, em que pese às dificuldades estruturais da agricultura, todas as famílias têm melhorado consideravelmente as condições de vida, vez que, todos possuem casa própria, pomares, criações de animais, salão comunitário, salão de armazenagem e oficinas, quase todos possuem automóveis, todas as crianças estão matriculadas nas escolas da cidade, de forma, que se pode assegurar a total viabilidade dos projetos de assentamentos.

Em virtude da luta histórica pela Reforma Agrária, os Assentamentos mantêm inúmeros contatos estabelecidos em Sumaré e cidades circunvizinhas, tem sido um importante ponto de encontro e apoio às escolas, universidades, igrejas, sindicatos e ONGs, os quais se utilizam da realidade fática do assentamento para desenvolverem pesquisas, levantamentos, questionários, elaboração de teses, estudos e outros aspectos culturais.

Atualmente, os Assentamentos dedicam-se a fruticultura e hortifrúti, comercializando frutas climatizadas, verduras e legumes, ressaltando ainda, que há uma grande atividade de Artesanato das fibras de bananeiras, patrocinado por um grupo de mulheres.

No mês de julho de cada ano é celebrada a “FESTA DA MANDIOCA”, evento que conta com a efetiva participação de mais de 30.000 (trinta mil) pessoas, na qual participa quase todas as cidades da Região Metropolitana de Campinas.

Atualmente o maior desafio é transformar os ASSENTAMENTOS I, II e III em um Polo Turístico, nos quais os habitantes das cidades poderão desfrutar do Meio Ambiente, dos projetos de reflorestamento do Horto Florestal, da produção orgânica, das represas de águas cristalinas, dos passeios ecológicos, da música e bailão sertanejo, das comidas típicas, dos artesanatos, enfim, do cheiro da terra, dos animais e das plantações.

4.1.2.2 Assentamentos de Sumaré – Assentamento II

O Assentamento II surgiu no dia 17 de maio de 1985, com a ocupação do Horto da Boa Vista.

Em 1988 as famílias foram transferidas p/o Horto Florestal de Sumaré. A comunidade produz uma diversidade de alimentos como goiaba, mandioca, banana, legumes e hortaliças e pequenos animais como galinha e porcos caipiras.

É referência nacional como Projeto de Reforma Agrária que deu certo em relação à posse, manejo da terra e produção agrícola. Os agricultores se dedicam na agricultura familiar de forma sustentável, respeitando o meio-ambiente, reflorestando e recuperando a fauna e flora. Cada família ocupa em média 5 ha. Neste assentamento existe uma Igreja e a representação é feita pela AMAAS - Associação Moradores Agricultores Familiares do Assentamento II e Adjacências de Sumaré.

O Assentamento II possui 28 famílias (aprox. 300 pessoas contando com os agregados). Este Assentamento é objeto de frequentes visitas e pesquisas por parte de universitários da região e por estrangeiros. Com a originalidade e apoio científico, desenvolveram técnicas de plantio de frutas.

Os produtos produzidos pelos agricultores são escoados para o Banco de Alimentos de Hortolândia e de Guarulhos, através da comercialização dentro deste programa do governo federal.

A Prefeitura Municipal de Sumaré faz a compra direta dos produtos para o Programa PNAI destinados à Merenda Escolar.

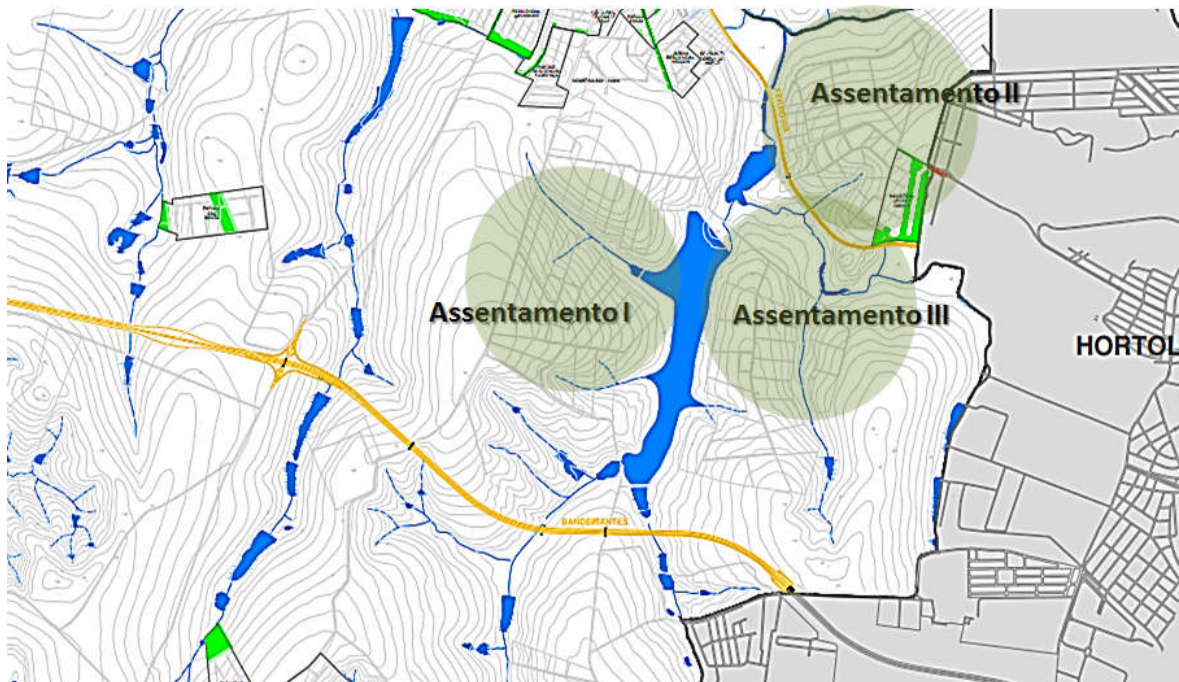
Atualmente existe a Coopasul (Cooperativa de Produção Agropecuária e Comercialização) que é a cooperativa responsável pela política de escoamento dos produtores.

4.1.2.3 Assentamentos de Sumaré – Assentamento III

Foi criado no ano de 2000 por um processo de seleção pública das famílias. Foram assentadas 12 famílias em áreas de 11 hectares cada, e uma área comunitária de 5 hectares, além de mais 5 áreas de expansão. Possui a Associação de Moradores do Assentamento III (AMAS III), Comunidade Religiosa e Educação para Jovens e Adultos. A produção de frutas é diversificada como: goiaba, abacaxi, banana morango, figo e laranja.

O grupo de mulheres do Assentamento III faz compotas de doces (figo, goiaba, banana, morango, laranja, mamão, geleia de abacaxi com pimenta) disponíveis o ano todo, além do artesanato: Fibra da Bananeira: decoração de caixas variadas, tapetes rústicos, jogo americano para pratos e panelas, entre outros; confecção de bijoias: colares, pulseiras, brincos feitos com sementes e materiais artesanais; sabonete de ervas; embalagens rústicas decoradas com papel de café;

MAPA 25 – LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS – MUNICÍPIO DE SUMARÉ



Fonte: SEPLAN

O Itesp – Instituto de Terras do Estado de São Paulo é o órgão estadual afeto à implantação dos projetos de assentamentos de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra em terras públicas estaduais com base na Lei nº 4.957/85, atualizada pela Lei 16.115/2016, que dispõe sobre os “Planos Públicos de Aproveitamento e Valorização dos Recursos Fundiários do Estado”.

A política de investimentos do Itesp nos assentamentos e comunidades quilombolas é ampla e diversificada: vai do levantamento do meio físico e projeto conservacionista da área devoluta ou imóvel público arrecadados, com o cálculo do módulo rural do assentamento, planejamento territorial dos lotes e das áreas quilombolas, estradas e áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente.

Realiza a implantação da infraestrutura com a abertura de estradas, abastecimento de água com perfuração de poços artesianos, implantação de energia elétrica e construção de equipamentos para o apoio à organização das famílias e conservação de solos.

O desenvolvimento dessas comunidades se dá por meio de programas/subprogramas institucionais como o fornecimento de sementes, mudas, calcário, pequenos animais, reflorestamento, educação ambiental, bem como os programas de crédito agrícola estadual e federal voltados para a agricultura familiar.

Em maio de 2016, o Itesp presta assistência técnica a mais de 6.797 famílias, que vivem em 136 assentamentos rurais, na área de 39 municípios. A maior parte deles fica no Pontal do Paranapanema: 4.600 famílias em 95 assentamentos, em 13 municípios.

Passados quase 20 anos, há a certeza de que a reforma agrária não precisa, obrigatoriamente, criar favelas rurais.

Mas há, igualmente, a consciência de que é preciso existir as mínimas condições para o plantio, escoamento da safra e atendimento básico à população, fatores inexoráveis ao sucesso de qualquer empreendimento rural.

A proximidade dos assentamentos 1 e 2 do centro urbano de Sumaré é, sem dúvida, um ponto importante na história destes. Afinal, a possibilidade dos pequenos agricultores colocarem sua produção, ou mesmo buscarem serviços básicos, como Educação e Saúde, torna-se mais fácil. A proximidade garante também que as novas gerações possam buscar outros caminhos que não sejam, obrigatoriamente, a vida no campo.

Atualmente, filhos de assentados trabalham em Sumaré e, em alguns casos, obtêm postos universitários no município.

Ou seja, uma virada importante na relação campo-cidade.

Os problemas de recursos voltados à agricultura ainda persistem. Nada muito diferente da realidade nacional, onde números do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) mostram que os agricultores familiares recebem, em média, 25,8% das verbas federais de crédito rural.

O restante é voltado aos grandes proprietários.

Diferentemente dos outros assentamentos, o assentamento Sumaré II dispõe de uma escola, construída com os recursos próprios da comunidade, além do auxílio de uma organização não governamental e da prefeitura municipal de Sumaré que contribuiu para a conclusão da obra.

A escola está localizada no centro comunitário, no interior do assentamento e denomina-se “Escola Estadual de Primeiro Grau Assentamento II”, oferecendo a pré-escola e todas as séries do ensino fundamental. A escola é de alvenaria e contém duas salas de aula, uma cozinha, banheiros e uma área coberta onde é montado um palco permanente que é utilizado para as festividades do assentamento.

Esta escola conta com um professor e está vinculada a uma Escola Estadual de Sumaré “André Rodrigues de Alkmin”, que oferece às todas as séries do ensino médio e do ensino fundamental. Segundo os estudos elaborados por Andrade (1993)³¹, inicialmente, em 1991, a escola contava com uma professora a cada duas séries. Das crianças que frequentavam a escola, 90% concentravam-se no 1º grau, especificamente a 4ª série.

Um aluno apenas cursava o 2º grau e, dois, o nível superior. Já no ano seguinte, em 1992, 92% cursavam as séries de maneira igualitária, concentrando-se entre as primeiras e as últimas séries. Como observou Andrade (1993), naquele ano ocorreu uma aprovação elevada de alunos para a 5ª série, representando 23% dos alunos em idade escolar.

Os jovens que frequentavam escola acima da quinta série, estudavam na cidade.

O tempo de existência dos assentamentos de Sumaré trouxe junto uma ligação entre eles e a cidade. Se no passado havia restrições, agora o morador do município não vê os assentados como forasteiros, e estes participam da vida da cidade. Nessa integração, um caminho a seguir, onde as zonas rural e urbana se fundem numa mesma realidade.

Portanto há que se cultivar ainda mais essa relação de integralidade. Os assentamentos já fazem parte do turismo rural do município.

Já vieram estudantes da Europa, Chile e Argentina, além de pesquisadores, para visitar um exemplo de reforma agrária que deu certo. Muitos agricultores de fora, inclusive, aprenderam com as pessoas que moram lá a praticar a horta comunitária.

Os assentamentos não trouxeram vantagens apenas para as famílias dos ex-sem-terra.

³¹ ANDRADE, M. R. de O. *O destino incerto da educação entre os assentados rurais do Estado de São Paulo*. Campinas, 1993. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação/ UNICAMP.,

De acordo com pesquisas realizadas pela Unicamp para dimensionar o papel de assentamentos na cadeia produtiva, os núcleos rurais também proporcionaram ganhos para os municípios e até mesmo para as regiões onde estão situados.

Os impactos positivos variam conforme a integração desses núcleos com a economia e a sociedade locais. Sumaré I e II, por exemplo, não chegaram a dar uma contribuição importante à economia ou à demografia da cidade de mesmo nome, uma vez que esta é industrializada e conta com uma população superior a 200 mil habitantes.

De acordo com os estudos as famílias assentadas no município têm uma forte atuação em sindicatos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Um exemplo da importância dessa participação foi a nomeação de um dos assentados para integrar cargos dentro da administração pública e mais recentemente representante junto à Câmara Municipal.

O aprendizado de liderança comunitária foi o ponto mais forte desenvolvido pelos assentados.



Figura 32 – Assentamento II de Sumaré

Fonte: Associação dos Agricultores e Moradores do Assentamento II de Sumaré/CUT

“Terra é vida,
Terra é a solução,
Terra a gente planta mandioca,
Milho, arroz e feijão,
Terra trabalha mulheres, rapazes, moças e homens,
Terra Produz alimento para matar a nossa fome.”
(Lucia Rodrigues da Costa Alves 10, 2010)



Figura 33 – Foto de João Calixto da Silva – Um dos fundadores do Assentamento I de Sumaré, era um orador nato, realizou várias palestras para diversas universidades e também frequentou o EJA dos projetos já realizados no assentamento. Faleceu no ano de 2009.



Figura 34 – Festa da Mandioca – Comunidade São João Batista

Fonte: Associação dos Agricultores e Moradores do Assentamento I de Sumaré/Paróquia de Sant'Ana

4.1.3. Políticas Federais Agrícolas

Um conjunto de ações voltadas para o planejamento, financiamento e o seguro da produção constitui a base da Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Por meio de estudos na área de gestão de risco, linhas de créditos, subvenções econômicas e levantamentos de dados, o apoio federativo acompanha todas as fases do ciclo produtivo. Essas ações se dividem em três grandes linhas de atuação: gestão do risco rural, crédito e comercialização.

A gestão do risco rural realiza-se em duas frentes.

Antes de iniciar o cultivo, o agricultor conta com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

Essa ferramenta tecnológica indica o melhor período para se plantar em cada município do País, conforme a análise histórica do comportamento do clima. E, para se proteger dos prejuízos causados por eventos climáticos adversos, o produtor pode contratar o Seguro Rural com parte do prêmio subsidiado pelo ministério.

As políticas de mobilização de recursos viabilizam os ciclos do plantio. O homem do campo tem acesso a linhas de crédito para custeio, investimento e comercialização.

Vários programas financiam diversas necessidades dos produtores, desde a compra de insumos até a construção de armazéns. Através da Lei Nº 11.326/2004 ficou instituída as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A Prefeitura Municipal de Sumaré, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, da então existente Casa da Agricultura de Sumaré e do Escritório de Desenvolvimento Rural de Campinas elaborou o PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, com horizonte de execução de 2010 a 2013.

Neste importante instrumento estão delineadas todas as diretrizes e políticas municipais para a área em tela e as ações para sua execução. Outra base da política federal de desenvolvimento agropecuário é o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), plano este desenvolvimento e de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As ações do MDA encontram-se dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), elaborado e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrat), resultado da quarta etapa da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), realizada ao longo de 2013.

Os programas oferecidos pelo MDA são bem amplos, oportunizando os municípios e os agricultores e agropecuaristas a acessar uma gama enorme de possibilidades de desenvolvimento.

A análise geral deste setor revela que os seguintes aspectos econômicos interferentes na atividade agropecuária do município são:

1) Escoamento facilitado da produção em razão da localização do município próxima ao CEASA, CEAGESP, mercados e usinas sucroalcooleiras cujo acesso é bastante facilitado pelas rodovias estaduais Anhanguera e Bandeirantes;

2) Falta de infraestrutura na pós-colheita de grãos (transporte, armazenagem e beneficiamento);

3) Falta de garantia em relação ao preço mínimo;

4) Condições edafoclimáticas³² favoráveis para diversas culturas;

5) Mão de obra escassa, exceto para a cultura do tomate;

6) Pressão imobiliária sobre áreas rurais;

7) Crescimento urbano desordenado.

8) Comercialização frágil;

9) Atendimento deficiente em relação aos créditos rurais;

10) Falta de ética e concorrência desleal por parte dos hipermercados;

11) A pecuária é afetada pela valorização excessiva do imóvel rural na região e

12) Altos índices de furto de máquinas, equipamentos e animais na área rural.

³² São aspectos relacionados ao clima e ao solo, características edáficas do solo está relacionada com estrutura física e química do solo, e climáticos relacionados ao clima. Edafoclimático tem a ver com a relação planta-solo-clima para plantio. Os fatores edafoclimáticos são referidos como os mais importantes não só para o desenvolvimento das culturas, como também para a definição de sistemas de produção.

4.1.3.1. Aspecto Social/Cultural

A análise geral do município revelou os seguintes aspectos sociais e culturais interferentes na atividade agropecuária do município:

- 1) Falta de associativismo e cooperativismo;
- 2) Falta de segurança na área rural (furto de equipamentos, máquinas, animais, etc.);
- 3) Vandalismo e
- 4) A desunião dos produtores.

4.1.3.2. Aspecto Ambiental

Os aspectos ambientais serão detalhados em caracterização ambiental, mas três devem ser ressaltados:

- 1) Ocupação indiscriminada do solo, a inexistência de reserva legal, mata ciliar e áreas de preservação permanente (APPs) nas faixas de proteção ao longo dos cursos d'água;
- 2) Péssimas condições das estradas vicinais causando assoreamento e erosão dos rios e córregos e
- 3) Consumo excessivo de água para irrigação.

Na Tabela 50 podemos verificar as dificuldades das principais cadeias produtivas, elencadas pelo PMDR de 2010 e que se mantiveram igual até agora.

4.1.3.3. Infraestrutura e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Processamento e Comercialização

O município não contém armazéns, nem entrepostos. Os produtos agrícolas são transportados para o CEAGESP em Campinas e São Paulo, além dos entrepostos da rede de mercados e hipermercados. Não existe Patrulha Agrícola no Município o que se torna um fator agravante para a segurança das instalações dos produtores. No Município existem dois viveiros: o Viveiro Municipal que produz cerca de 77 espécies nativas que são utilizadas para replantio urbano e reflorestamentos, em um total de 40mil mudas; e um viveiro particular com produção de mudas diversas. Não é feita nenhuma feira do produtor e no Município não existe serviço de inspeção municipal. Cerca de 92% das propriedades rurais possuem energia elétrica e o abastecimento de água é feito por poços rasos e semi-artesianos.



Figura 35 – Produção de Tomate Estaqueado

Fonte: hfbrasil.org.br

**Tabela 50 – AVALIAÇÃO DAS DIFICULDADES DAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS
NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ**

Cadeia Produtiva	Dificuldades	Causas	Efeitos
Cana-de-açúcar	Lei Federal 11.241/02 e Decreto Federal n.º 47.700 determinando que a queimada da palha da cana-de-açúcar seja totalmente substituída em 30 anos. Porém, as Secretarias Estaduais da Agricultura e do Meio Ambiente trabalham em conjunto para eliminar em dez anos a queimada que antecede o corte da cana.	Impactos ambientais e problemas para a saúde da população.	Efeitos positivos: redução dos impactos ambientais e a contribuição para a melhoria da saúde da população. Efeitos negativos: desemprego, risco de multa de valores levados para os produtores por incêndios acidentais ou criminosos, colheita mecanizada inviável para as pequenas propriedades em razão das linhas de plantio serem menores do que 500 metros e os carreadores serem muito estreitos obrigando as colheitadeiras, que são muito pesadas, a se movimentarem com maior intensidade na área e plantio provocando a compactação do solo e redução da vida útil das soqueiras).
Tomate	Rotação de cultura. Produto altamente perecível. Consumo excessivo de água para irrigação.	Redução da área agricultável do município.	Perda de fertilidade do solo por esgotamento nutricional. Acúmulo de pragas e doenças.
Soja	Falta de opções de mercado. Perda do produto no transporte em veículos inadequados.	Faltam secagem, pesagem e armazenagem. Falta de veículos do tipo baú fechado.	Redução da renda
Milho	Falta de opções de mercado. Perda do produto no transporte em veículos inadequados do tipo baú aberto.	Faltam secagem, pesagem e armazenagem. Falta de veículos do tipo baú fechado.	Redução da renda
Avicultura para Ovos	A comunicação via telefonia sem fio com clientes e fornecedores. Quebra de ovos no transporte.	Furto de cabos telefônicos. Péssimas condições das estradas rurais e falta de acostamento. Sinalização precária das estradas.	A comunicação via telefonia sem fio dificulta a transmissão de dados via internet ou fax. Prejuízos. Acidentes

Fonte: PMDR 2013 – Prefeitura Municipal de Sumaré

Entretanto através de todas as escutações públicas pudemos verificar que uma grande parte dos agricultores que arrendam suas terras para a cultura da cana de açúcar e da soja, cuja territorialidade ocupa cerca de 80% das terras aradas, não querem trabalhar a agricultura familiar e nem produtiva, nos mostrando que as atividades agrícolas realmente estão em total decadência no Município.

5. FINANÇAS MUNICIPAIS

5.1. Das Competências Municipais

Entende-se por competência a capacidade, o poder de atuar, fazer leis, promover políticas, administrar recursos dentro do campo de ação que envolve todo o território de cada uma das esferas de poder: município, estado e União. O conhecimento sobre as competências é de fundamental importância para saber em que assuntos ou matérias podem ser propostas políticas, ações e decisões. O Estado brasileiro é composto de três esferas de poder, a União, os estados e os municípios, cada um com sua competência própria, seu próprio campo de atuação e algumas competências comuns. Estas três esferas possuem poderes diferentes, sendo que alguns são específicos de cada uma, ou seja, exclusivos, outros são comuns às três esferas. Para tanto, estas competências devem estar claramente definidas, evitando assim que uma esfera invada a competência da outra, como no caso de reforma agrária em que só a União pode fazer, cabendo às outras esferas colaborar, realizar parcerias, etc.

Portanto, não existe hierarquia entre as três esferas, uma não é superior à outra, todas são autônomas, embora os seus espaços sejam diferentes e tenham abrangência diversa. A União abrange todo o território do país, os estados por sua vez possuem territórios menores que estão dentro da União, já os municípios têm territórios menores ainda, inseridos dentro dos estados, ou seja, uma esfera está dentro da outra. As competências estão definidas na Constituição Federal nos artigos 21 a 24, não podendo ser alterados a não ser com a reforma constitucional.

Já as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais detalham as competências para as respectivas esferas. Convém ressaltar que a Constituição de 1988 não detalha muito as competências dos estados, cabendo a Constituição Estadual defini-las, não podendo, de forma alguma, contradizer a Constituição Federal. A carta magna de 1988 ampliou as competências do município, pois além daquelas definidas no Artigo 30, outras mais específicas, sobre a política urbana, no Artigo 183.

5.1.1. Tipos de Competência

Competência exclusiva ou privativa - somente a esfera (União, estado e município) pode exercê-la. Logo a competência exclusiva da União, só pode ser exercida pela União, se é exclusiva do município, nem o estado nem a União podem exercê-la, servindo esta norma para todas as demais competências privativas.

Estas esferas são autônomas, ou seja, dentro das suas competências fixadas na Constituição Federal, elas possuem liberdade de fazer o que for melhor de acordo com sua realidade.

Há casos, porém que mesmo exercendo sua competência, terá que obedecer a certas regras ou diretrizes formuladas por outra esfera. Como exemplo, tem-se a criação de distritos, que terá de obedecer algumas regras definidas pela legislação estadual (o número de residências para ser considerado distrito).

No caso do município, são competências privativas aquelas que se referem ao interesse local, detalhadas na Lei Orgânica Municipal: limpeza urbana, cemitérios, abatedouros, licença para localização e funcionamento de estabelecimentos, captura de animais, estradas vicinais, estacionamentos, organização de seus serviços.

Em geral, poderíamos agrupar estas competências da seguinte forma:

- I. Serviços públicos: limpeza urbana, iluminação pública, transporte coletivo etc.;
- II. Ordenamento e uso do solo: plano diretor, vias urbanas, localização de estacionamentos etc.;
- III. Uso do espaço público: praças, jardins, espaço de propaganda e publicidade etc.;
- IV. Abastecimento alimentar: matadouros, feiras livres, mercados etc.;
- V. Cultura e Lazer: esporte, festas, eventos;
- VI. Desenvolvimento local - apoio à geração de emprego e renda.
- VII. Para exercer estas competências, o município faz leis, autoriza funcionamentos, concede licenças e realiza ações.

Competência Comum - É o poder que tanto uma esfera como a outra podem exercer. Constituem áreas em que deve haver cooperação, trabalho conjunto. Por exemplo, a política ambiental é de competência das três esferas que, geralmente atuam em conjunto para preservar florestas, fauna, etc.

Competência Concorrente - Há algumas matérias em que cabe a União estabelecer normas gerais e, às outras esferas, cabe complementar, adaptando estas regras às peculiaridades regionais ou locais. Por exemplo, a legislação sobre o Orçamento é de competência da União, estados e municípios.

Cabe à União estabelecer as normas gerais que, neste caso, estão na Lei 4320/64. Já os estados e municípios devem elaborar e executar o procedimento orçamentário de acordo com as normas gerais estabelecidas naquela Lei, mas quem decide o quanto vai gastar e em que vai gastar, no caso, é o município.

5.1.2. Conteúdo das Competências dos Municípios

As competências privativas dos municípios estão definidas no Art.30 da Constituição Federal, podendo ser agrupadas em Legislativa, Tributária, Financeira, Administrativa e Políticas Públicas Municipais.

5.1.3. Legislativa

Esta competência está prevista no Art.30 incisos I, II da Lei Orgânica Municipal de Sumaré, sendo próprio o município legislar sobre assuntos de interesse local, além de complementar a legislação federal e estadual no que couber.

Para podermos entender o que significa assuntos de interesse local passaremos a dar alguns exemplos que estão presentes no dia a dia do município.

Quanto à competência complementar da legislação federal e estadual, podemos definir como as regras em que cabe a União ou estado legislar de forma geral, ou seja, com diretrizes gerais, cabendo ao município complementar à legislação, adaptando aos interesses e peculiaridades locais. Como exemplo: a desapropriação de imóveis, licitação e contratos, seguridade social.

5.1.4. Tributária

A competência tributária não diz respeito apenas a elaborar e aprovar a legislação específica - Código Tributário Municipal - ajustada às normas gerais do Código Tributário Nacional, mas principalmente arrecadar os impostos, taxas e contribuições. Para uma melhor compreensão cabe ressaltar quais são os impostos e taxas municipais:

- IPTU: Imposto Predial Territorial Urbano.
- ISS: Imposto sobre Serviços.
- ITBI: Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis.
- Taxa de Serviços: cobrança de determinados serviços prestados ao contribuinte (taxa de iluminação pública).
- Taxa pelo serviço de polícia: pagamento para licença de serviço.
- Contribuição de Melhoria: pagamento em decorrência de melhorias urbanas em determinada área, as quais valorizam os imóveis situados neste local.
- Contribuição Social de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais.
- Convém ressaltar que a competência Tributária do Município envolve fixação de alíquotas, dentro dos limites, isenções, incentivos, prazos, etc. Não podendo criar novos impostos.

5.1.5. Financeira

Esta competência diz respeito à gestão de recursos públicos: patrimônio, rendas e tributos. Mas a aplicação destes recursos exige sua previsão que é feita pelo Processo Orçamentário (PPA, LDO, LO).

A receita pública envolve não só a cobrança dos tributos, como a receita oriunda da renda do patrimônio público, dos preços públicos cobrados pela prestação de serviços por parte do poder público municipal. A competência financeira está vinculada à competência tributária, mas vai além, pois não se resume a gerir as receitas dos tributos e de outras fontes (patrimoniais, serviços, aplicação financeira, convênios e empréstimos), como também as despesas de custeio e de investimento.

Esta competência hoje está regulada pela Lei de Responsabilidade Fiscal que exige uma gestão fiscal rigorosa de forma a não ocorrer desequilíbrio entre receita e despesa e uma série de atos do Poder Público visando a maior transparência perante a sociedade (divulgação de relatórios, acesso às contas, audiências públicas).

5.1.6. Administrativa

O município administra de forma autônoma os seus bens e serviços. Para isso é preciso regulamentá-los. Muitas das atividades desenvolvidas na competência legislativa e financeira são traduzidas em medidas concretas através desta competência; logo, as leis são executadas, atos são praticados e as políticas públicas previstas no orçamento são realizadas. Importante ressaltar que para fazer compras de equipamentos ou materiais é necessária uma licitação.

Para admitir pessoal é necessário, em geral, concurso público. Logo, são estes atos e normas que o regulam, que compreendem a competência administrativa. A aquisição de bens, equipamentos, a concessão ou autorização de serviços, a utilização do poder de polícia para fazer cumprir as leis faz parte da competência administrativa.

5.1.7. Elaboração e Execução de Políticas Públicas e Serviços Municipais

Políticas públicas envolvem diretrizes, objetivos e orientações sobre a prestação dos serviços.

I. Política de educação - Cabe ao município implementar a educação pré-escolar e ensino fundamental, obedecendo a Lei de Diretrizes e Bases de Educação e com a cooperação técnica e financeira da União e Estado através de recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

II. Política de saúde - Hoje realizada em comum com o Estado e a União, através do SUS, porém, com definições locais das prioridades de atendimento e do comando único das ações, a exemplo dos postos de saúde, centros, hospitais quando municipalizados.

III. Política urbana - Competência concorrente com a União, que estabelece regras gerais, que envolvem o plano diretor (para cidades com mais de 20 mil habitantes), desapropriação, IPTU progressivo (Art.182 da CF), disciplina e uso do solo, zoneamento urbano, loteamento, infraestrutura básica e construção de moradia e espaços de lazer e esporte.

IV. Política de Saneamento básico - Engloba a atividade de limpeza urbana, abastecimento de água, tratamento de lixo, esgotos e drenagens. Esta competência é concorrente aos municípios, estado e União.

V. Política de renda e emprego - Diferente do que muitos pensam, essa competência é fundamental para o município, devendo ela ser exercida em comum com a União e Estados. A Constituição Federal fala em combater causas de pobreza e fatores de marginalização (Art.23, X), logo é de fundamental importância uma política pública municipal que possibilite superar a situação de desemprego generalizado e diferença de renda.

VI. Política agrícola - Representa competência chave exercida pelo município em comum com a União e Estados, visando fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar. Convém lembrar que o município não possui competência para realizar Reforma Agrária, sendo esta exclusiva da União.

VII. **Política cultural** - Compreende a proteção do patrimônio artístico-cultural local, conservar a identidade e manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. Esta é uma competência comum ao Estado, à União e ao Município.

VIII. **Política ambiental** - Preservação, restauração e defesa do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, sendo uma competência comum ao Estado, à União e ao Município. A questão ambiental corresponde a direito de todos, cabendo ao poder público manter e zelar pela qualidade do meio ambiente.

5.2. Organização Fazendária e Legislação Orçamentária Municipal

O Sistema Tributário do Município é regido pela Constituição Federal, pelo Código Tributário Nacional instituído pela Lei Complementar Federal nº 5.172 de 25 de outubro de 1996, pelas demais Leis Complementares Federais, instituidoras de normas gerais de direito tributário, desde que, conforme prescreve o Parágrafo 5º do Artigo 34 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, compatíveis com o novo Sistema Tributário Nacional, pelas Resoluções do Senado Federal, pelas leis ordinárias federais, pela Constituição Estadual e pelas leis complementares e ordinárias estaduais, nos limites das respectivas competências, pela Lei Orgânica Municipal e pelo Código Tributário Municipal, que define os tributos, as obrigações principais e acessórias das pessoas e entidades a ele sujeitas e regula o procedimento tributário.

No contexto da legislação orçamentária verifica-se que o Município de Sumaré possui o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA), estando, portanto, a administração municipal na conformidade legal nesse quesito.

O Código Tributário Municipal encontra-se desatualizado e é composto por lei própria e por legislação complementar dispersa, fato esse que dificulta a interpretação e a sua aplicação na prática.

No que se referem aos instrumentos fazendários, unidades, atualização de valores, épocas de cadastramento e contribuintes incluídos bem como demais informações pertinentes aos cadastros de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e de ISS (Imposto sobre Serviços), assim como taxas instituídas, a municipalidade atende os requisitos legais.

Os detalhes desse conjunto de informações podem ser vistos na Tabela 51 a seguir:

Tabela 51 - RECURSOS TRIBUTÁRIOS PARA A GESTÃO MUNICIPAL DE SUMARÉ

COMPONENTE	EXISTÊNCIA - DADO
CADASTRO DE IPTU	
Cadastro Imobiliário	Sim
Cadastro Imobiliário Informatizado	Sim
DADOS DO CADASTRO	
Unidades Prediais e Territoriais Cadastradas	90.383
Total de Unidades Prediais no Cadastro	76.061
Total de Unidades Territoriais no Cadastro	14.322
Ano da Última Atualização da Planta de Valores para o IPTU	1993
Ano de Realização do último Recadastramento	2005
CADASTRO DE ISS	
Cadastro de Prestadores de Serviços	Sim
Ano do Último Recadastramento	2005
CONTRIBUINTES INSCRITOS	
Número Total de Contribuintes	15.465
Número de Contribuintes – Empresas/Indústrias	717
Número de Contribuintes – Empresas/Comércio	3.572
Número de Contribuintes – Empresas/Prestadores de serviços	8.575
	2.601
Número de Contribuintes – Outros	

TAXAS INSTITUÍDAS

Taxa de Iluminação Pública	Não
Taxa de Coleta de Lixo	Não
Taxa de Limpeza Urbana	Não
Taxa de Incêndio ou Combate a Sinistros	Não
Taxa de Poder de Polícia	Sim
Outros Tipos de Taxas	Sim

Fonte: IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2018 e atualização com dados da Prefeitura Municipal de Sumaré em abril de 2019 - NOTA: IPTU - Imposto Predial e Territorial ISS - Imposto sobre Serviços

5.3. Receitas Municipais

Os valores nominais das receitas e sua distribuição estão apresentados, segundo rubricas, nas tabelas abaixo.

Aproximadamente 61,81% da arrecadação provêm dos recursos das transferências correntes, sendo que os repasses de ICMS e FPM representam 37,82% e 10,10% respectivamente, em contraponto com a arrecadação própria.

Dessa maneira há que se reforçar a implementação da arrecadação própria, principalmente em relação às taxas municipais e impostos.

Portanto as receitas tributárias, que dependem unicamente de uma boa atuação da municipalidade, oriundas de impostos ou de taxas, não cresceram significativamente, particularmente o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que representa apenas 18% das receitas totais.

Assim, seria de grande interesse do município, realizar esforços no sentido de organizar seus departamentos financeiros e tributários no intuito de, com justiça, aumentar suas receitas tributárias e elevar suas possibilidades de planejamento com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

Praticamente a metade das transferências correntes do estado de São Paulo para o município diz respeito ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Como podemos observar no período de 2010 a 2016 as receitas oscilam, porém sempre em crescente, conforme Tabela 52.

Em 2017 registrou-se uma queda da taxa de crescimento (aproximadamente 18%) conforme podemos verificar no Gráfico 19. Porém em 2018 o Município recupera-se elevando seu repasse de participação, embora ainda bem tímido.

Na Figura 36 Sumaré está classificada como a 50ª cidade no ranking dos valores do FUPAM para o Estado de São Paulo e, em relação ao Brasil, está classificada no 157º lugar, o que ainda pode ser melhorado, mas já se considera bem interessante tal posição.

De qualquer maneira, a receita cresceu cerca de 52,43% nesta última década, o que se torna um fator positivo como podemos averiguar na Tabela 55.

Vale destacar que o item “receita da dívida ativa”, de acordo com o demonstrativo na Tabela 56, tem os seus valores poucos significativos quanto às receitas provenientes de serviços e outras, devendo ser motivo para estudos de gestão da dívida ativa com recuperação dos créditos inscritos.

Com o crescimento da receita pode-se chegar ao valor aproximado de R\$ 2.657,06 Despesa/Habitante/ano, o que foi incrementada desde 2010, que apontava um valor menor, cerca de R\$ 1.990,92 por ano. Observamos nas Tabelas 57 e 58 as despesas e receitas por habitante.

Sumaré recebe em torno de 6,07% do total que o Estado repassa aos municípios da Região Metropolitana de Campinas, conforme Tabela 59.

Como grande parcela destes recursos depende do valor adicionado pelo município beneficiário, eles devem ser incrementados através de um consistente plano de desenvolvimento municipal.

A Tabela 60 demonstra o comportamento do orçamento previsto para o exercício de 2018.

Outra perspectiva para a melhoria das receitas consiste na entrada em vigor, em 1º de julho 2007, do assim chamado “Super Simples”, integrante do Sistema Nacional, previsto na Lei Complementar n.º 123 – Estatuto Geral das Micro e Pequenas Empresas, que unifica o recolhimento de cinco tributos federais, além do ICMS e do Imposto sobre Serviços em parcela única.

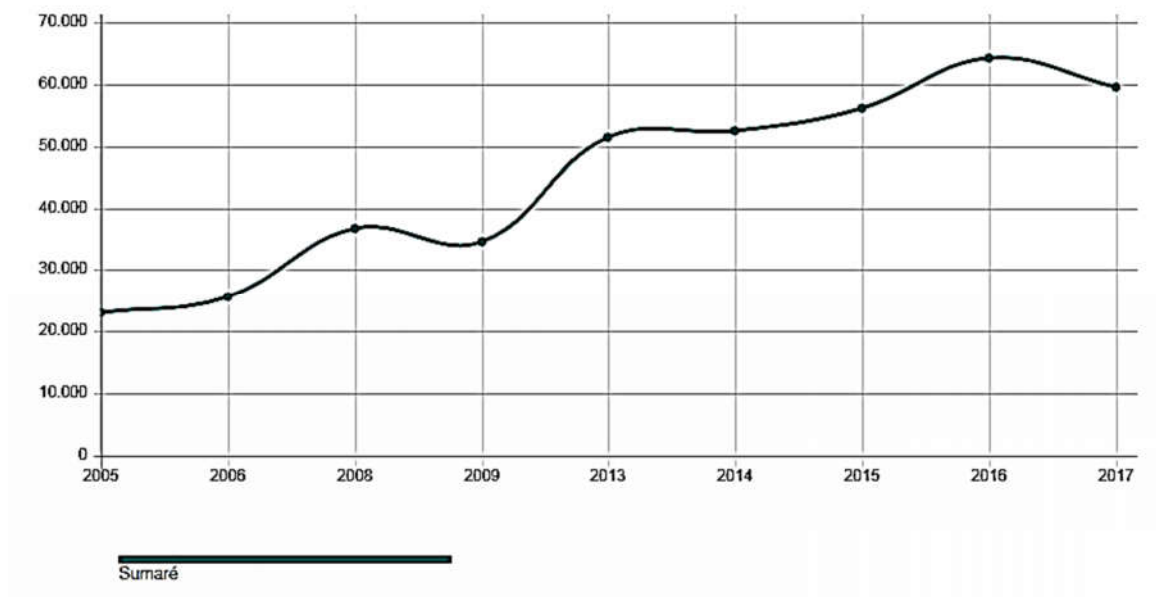
As expectativas dominantes são de uma real previsão de aumento da arrecadação pela gradual transição das empresas que se encontram na informalidade para a formalidade, fato esse diretamente relacionado com as micro e pequenas empresas que são a maioria no município de Sumaré.

**Tabela 52 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FPM
Fundo de Participação dos Municípios para Sumaré**

ANO	VALOR CONSOLIDADO
2010	R\$ 6.895.951,73
2015	R\$ 10.947.586,00
2016	R\$ 14.184.629,61
2017	R\$ 11.619.233,82
2018	R\$ 12.469.691,01
2019 (parcial até Abril)	R\$ 5.296.224,52

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda

**Gráfico 19 – Valor do Fundo de Participação dos Municípios
FPM para o Município de Sumaré – SP Data Base 2017
(Unidade: R\$ x 1000)**



Fonte: IBGE

]

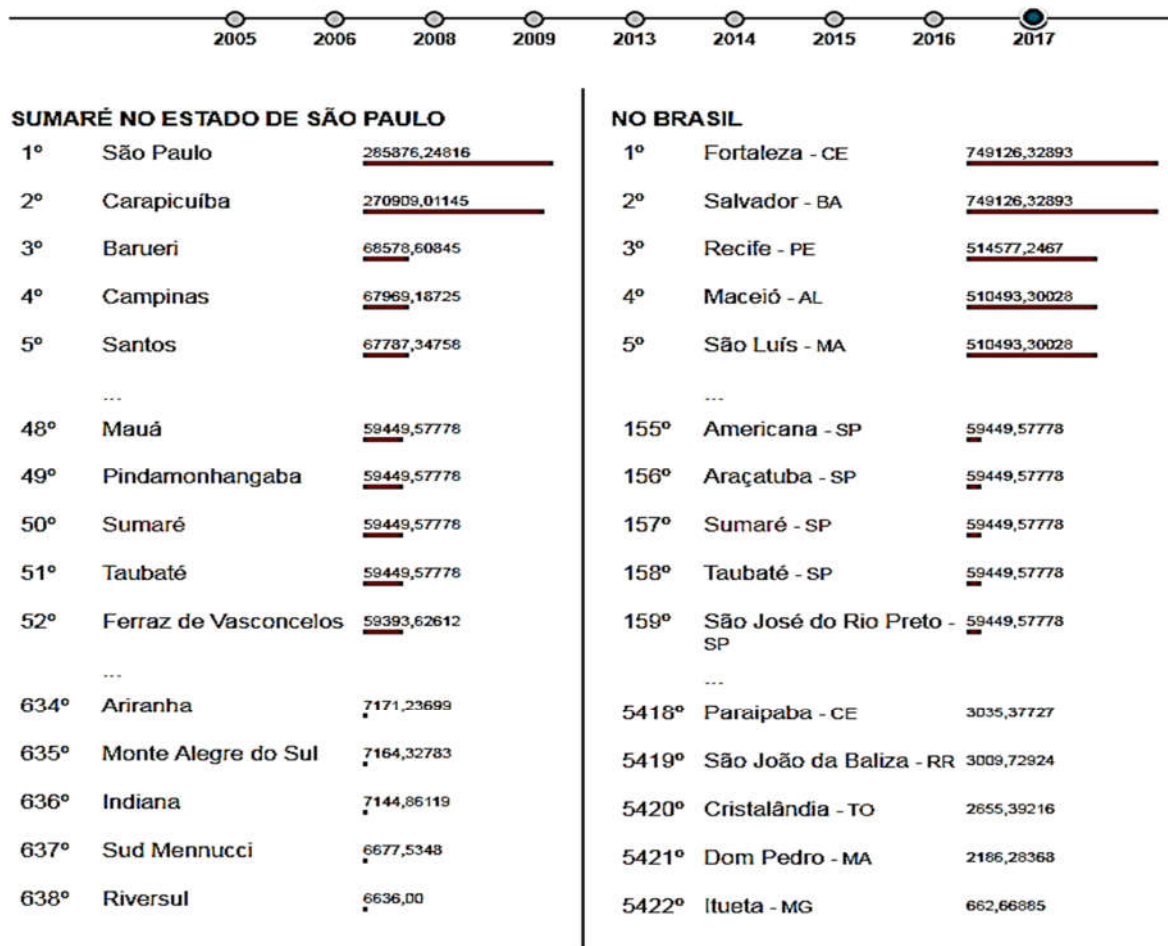


Figura 36 - Ranking do Município em relação ao FUPAM

Fonte: IBGE

Na Tabela 53 podemos verificar a evolução das transferências financeiras ao Município e podemos notar que o maior fator de valores ainda se impõe através do ICMS que no ano de 2018 repassou ao Município o valor de 190 milhões de reais, constituindo quase 80% do valor total destas transferências.

No Gráfico 20 podemos verificar esse comportamento.

Tabela 53 - EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

ANO	ICMS (**)	IPVA (***)	Fund. Exp - IPI (**)	Comp. (*)	Total
2015	153.546.993,02	36.098.673,09	1.218.639,63	681.478,87	191.545.784,61
2016	159.823.011,41	38.563.649,05	1.093.805,80	597.459,63	200.077.925,88
2017	176.182.467,02	40.468.623,90	1.268.771,97	866.282,68	218.786.145,58
2018	190.273.795,16	41.539.414,63	1.527.822,85	1.327.194,37	234.668.227,01
2019 (Parcial até abril)	53.810.248,59	22.479.512,81	398.661,33	295.004,93	76.983.427,66

(*) Compensação Financeira sobre Exploração de Gás, Energia Elétrica, Óleo Bruto, Xisto Betuminoso de acordo com a Lei 7.990 de 28/12/89

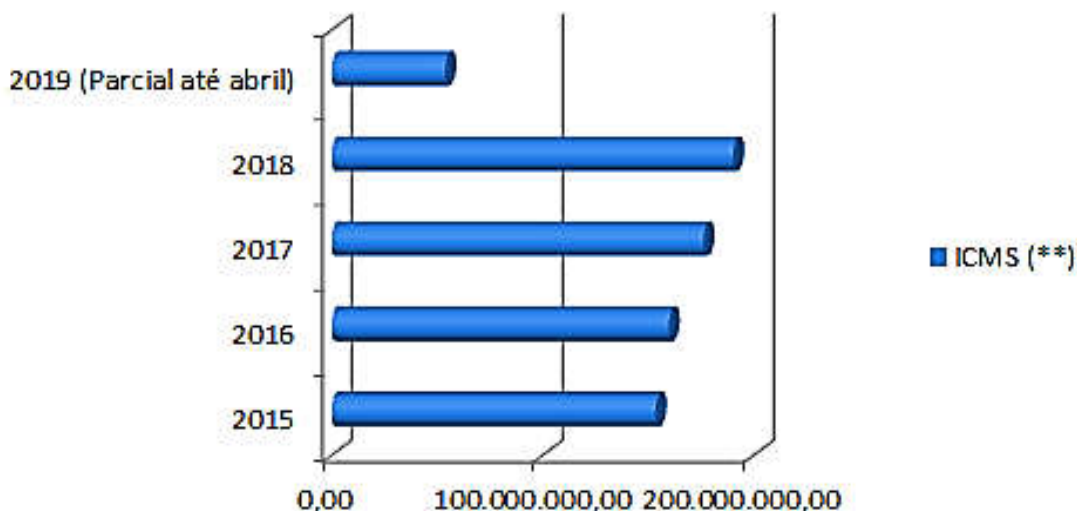
(**) Até fevereiro/2007, valores com desconto de 15% referente à transferência para o FUNDEF, de acordo com a Lei 9.424 de 24/12/1996. A partir de março de 2007 valores líquidos, descontados o montante transferido para o FUNDEB, de acordo com a Lei 11.494 de 20/06/2007. No período de março a dezembro de 2007, valores com desconto de 16,66%; no ano de 2008, valores com desconto de 18,33%; e a partir de janeiro de 2009, valores com desconto de 20%.

(***) Valor referente à receita bruta sem desconto do FUNDEB, que, de acordo com a Lei 11.494 de 20/06/2007, corresponde a 6,66% no ano de 2007, 13,33% no ano de 2008 e 20,00% a partir do ano de 2009. Inclui, quando for o caso, receita de PPD – Programa de Parcelamento de Débitos.

Obs: As divergências de centavos entre a soma das parcelas e o total decorrem de erro de aproximação

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda

GRÁFICO 20 – Evolução dos Repasses do ICMS



Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda

(**) Até fevereiro/2007, valores com desconto de 15% referente à transferência para o FUNDEF, de acordo com a Lei 9.424 de 24/12/1996. A partir de março de 2007 valores líquidos, descontados o montante transferido para o FUNDEB, de acordo com a Lei 11.494 de 20/06/2007. No período de março a dezembro de 2007, valores com desconto de 16,66%; no ano de 2008, valores com desconto de 18,33%; e a partir de janeiro de 2009, valores com desconto de 20%. da Fazenda

Já na Tabela 54 podemos verificar que os repasses do FUNDEB tiveram um crescimento equilibrado ao longo dos últimos 05 anos, o que demonstra uma constância nos investimentos na rede educacional básica do setor de Educação.

Tabela 54 – EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos
Profissionais da Educação – Município de Sumaré

Ano	Valor Consolidado
2010	R\$ 9.022.924,52
2015	R\$ 18.441.255,90
2016	R\$ 18.373.242,80
2017	R\$ 19.641.677,89
2018	R\$ 21.397.083,87
2019 (Parcial até abril)	R\$ 13.335.349,56

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda

Tabela 55 - EVOLUÇÃO DA RECEITA

DESCRIÇÃO	2010	2015	2017	2018
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária	63.138.464,00	141.992.549,13	160.041.535,17	180.123.500,00
Receita de Contribuições	11.260.373,00	22.990.069,74	29.620.055,62	29.723.567,76
Receita Patrimonial	748.668,40	4.028.958,52	34.775.815,41	16.699.300,00
Receita de Serviços	33.572.557,00	44.669.045,93	939.684,90	712.740,11
Transferências Correntes	286.176.579,61	449.207.798,00	476.534.564,38	486.793.030,14
Outras receitas correntes	26.027.998,99	36.215.000,00	25.894.187,13	11.150.939,63
Receitas Correntes intra-orçamentárias	21.941.954,00	34.399.971,74	45.091.917,64	56.415.932,24
Receitas de Capital	77.372.005,00	56.074.406,94	22.467.302,40	14.323.590,12
Total da Receita	520.238.600,00	789.577.800,00	795.365.062,65	795.942.600,00
DEDUÇÕES DA RECEITA - BRUTA				
Deduções do FUNDEB	40.623.600,00	61.111.800,00	63.505.062,65	56.415.932,24
Total da Receita Líquida	479.615.000,00	728.466.000,00	731.860.000,00	731.083.000,00
TOTAL GERAL	479.615.000,00	728.466.000,00	731.860.000,00	731.083.000,00

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças – Prefeitura Municipal de Sumaré

Tabela 56 - EVOLUÇÃO DA DESPESA

DESCRIÇÃO	2010	2015	2017	2018
DESPESA POR NATUREZA				
Despesas Correntes				
Pessoal e Encargos Sociais	161.015.477,80	341.372.996,60	334.268.483,21	352.921.118,49
Juros e Encargos da Dívida	479.046,40	340.000,00	100.000,00	100.000,00
Outras Despesas Correntes	167.343.178,86	250.997.794,51	249.057.042,52	258.753.596,02
Total	328.837.703,06	592.710.791,11	583.425.525,73	611.774.714,51
Despesas de Capital				
Investimentos	102.345.779,37	74.248.208,89	38.990.710,24	26.231.129,85
Amortização da Dívida	15.094.801,20	28.300.000,00	59.816.611,72	40.405.215,54
Total	117.440.580,57	102.548.208,89	98.807.321,96	66.636.345,39
Reserva Orçamentária				
Reserva Orçamentária - Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)	31.227.931,00	32.707.000,00	49.627.152,31	
Reserva de Contingência				
Reserva de Contingência	2.108.785,37	500.000,00	49.627.152,31	52.671.940,10
TOTAL DO ORÇAMENTO	479.615.000,00	728.466.000,00	731.860.000,00	731.083.000,00

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças – Prefeitura Municipal de Sumaré

Tabela 57 - RECEITA = TOTAL E POR HABITANTE

POPULAÇÃO				
Exercício	Receita total		Receita por habitante	
	Valor	Variação (%)	Valor	Variação (%)
2010 ---- x hab.	479.615.000,00	0,00	1.990,92	0,00
2015 ---- x hab.	731.860.000,00	52,59	2.777,66	39,54
2018 ---- x hab.	731.083.000,00	0,10	2.657,06	**1,01

Fonte: SEPLAN – Prefeitura Municipal de Sumaré

Tabela 58 - DESPESA = TOTAL E POR HABITANTE

POPULAÇÃO				
Exercício	Despesa total		Despesa por habitante	
	Valor	Variação (%)	Valor	Variação (%)
2010 ---- x hab.	446.278.283,63	0,00	1.852,53	0,00
2015 ---- x hab.	695.259.000,00	55,79	2.638,75	42,44
2018 ---- x hab.	678.411.059,90	-2,42	2.465,63	-6,55

Fonte: SEPLAN – Prefeitura Municipal de Sumaré

Tabela 59 – REPASSE TRIBUTOS AOS MUNICÍPIOS RMC - 2016

Repasse de tributos Estaduais aos Municípios							
Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Americana	138.464.120,27	150.487.781,54	158.742.547,96	171.371.843,45	172.192.428,62	181.376.345,14	185.052.742,42
Artur Nogueira	13.841.805,31	15.215.971,05	17.018.678,66	19.744.712,51	21.377.722,83	22.226.470,45	21.994.074,12
Campinas	672.635.092,50	734.703.345,61	798.086.131,96	907.277.874,33	928.468.522,07	955.511.614,84	958.898.230,16
Cosmópolis	20.378.742,56	23.861.021,96	27.840.840,38	30.688.792,82	29.160.340,21	31.108.317,73	31.600.104,15
Engenheiro Coelho	7.548.915,53	9.019.895,49	9.294.310,62	10.059.446,73	11.473.640,90	11.909.196,10	11.130.034,86
Holambra	10.117.783,60	10.947.004,52	12.032.619,01	13.711.934,28	14.319.135,05	15.752.256,05	16.530.293,44
Hortolândia	120.931.083,51	137.633.701,05	148.441.205,68	174.965.587,03	179.859.438,62	187.991.112,01	196.185.102,10
Indaiatuba	126.069.957,47	146.560.635,15	161.361.056,43	175.741.559,21	175.173.233,11	190.887.756,37	213.879.435,47
Itatiba	57.491.460,37	62.819.474,05	69.882.307,97	76.892.226,93	77.338.203,50	81.305.828,45	84.163.369,22
Jaguariúna	105.009.311,15	100.617.011,01	100.547.237,44	109.509.066,36	101.377.941,78	960.610.178,97	116.396.865,08
Monte Mor	37.052.455,62	39.668.764,66	41.286.524,72	46.557.248,03	50.002.542,38	52.574.493,86	51.728.166,63
Morungaba	5.627.168,80	6.176.284,09	7.428.830,57	9.443.715,76	8.948.488,56	8.512.205,45	8.646.334,47
Itova Odessa	38.370.694,94	38.370.694,94	47.274.523,04	56.089.625,09	55.964.128,63	55.799.212,13	56.315.941,20
Pautinha	540.328.948,63	572.179.190,80	567.73.985,46	298.805.708,83	617.867.395,74	706.595.462,25	739.958.415,65
Pedreira	18.204.101,61	20.192.972,52	21.876.614,11	24.291.780,18	23.939.174,73	24.462.251,07	24.502.521,69
Santa Bárbara D'Oeste	77.546.233,06	83.387.817,03	89.511.592,33	102.560.541,84	102.622.688,39	106.853.255,08	108.138.416,90
Santo Antônio de Posse	8.158.797,48	9.109.981,96	10.247.505,60	12.618.614,12	13.988.609,71	15.943.040,93	16.885.223
Sumaré	145.234.119,00	163.359.471,87	172.413.083,84	188.476.548,57	185.123.263,27	191.545.784,61	200.077.925,88
Valinhos	78.835.204,79	84.080.286,21	89.800.706,68	103.208.601,71	104.383.593,94	105.295.360,93	104.611.368,81
Vinhedo	90.614.821,76	125.398.882,10	149.467.215,63	179.700.936,36	163.603.287,46	157.184.851,74	162.791.088,05
RMC	2.312.460.817,96	2.533.790.187,61	2.132.553.532,63	2.705.716.364,14	3.036.683.779,50	4.063.444.994,16	3.309.485.652,91

Compensação financeira sobre exploração de gás, energia elétrica, óleo bruto, xisto betuminoso + IPI (descontado FUNDEB) + ICMG* (descontado FUNDEB) + IPVA* (sem desconto do FUNDEB)

*A partir de janeiro de 2009 o valor do desconto do FUNDEB foi estabelecido em 20%.

* Valor referente à receita bruta sem desconto do FUNDEB, que corresponde, a partir do ano de 2009, a 20%.

Fonte: Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo

Elaboração: OMI/Agemcamp

Tabela 60 - COMPORTAMENTO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL - EXERCÍCIO – 2018

MUNICÍPIO DE SUMARÉ

Rua Dom Barreto nº 1303 - Centro
C.N.P.J. nº 45.787.660/0001-00

Data: 25/09/2017 13:32:01

Sistema CECAM

(Página: 1 / 1)

Anexo 1 - Demonstração da receita e despesa segundo as categorias econômicas - Orçamento 2018

1.0 RECEITAS CORRENTES			3.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	382.721.148,49	
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	190.123.500,00		3.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	
1.2 CONTRIBUIÇÕES	29.723.567,78		3.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	259.659.298,51	612.480.417,00
1.3 RECEITA PATRIMONIAL	16.699.300,00				
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS	712.740,11				
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	421.933.430,14				
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.150.939,63	660.343.477,64			
7.0 RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS					
7.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTRA OFSS	12.000,00				
7.2 CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS	56.403.932,24	56.415.932,24			
			SUPERÁVIT		104.278.992,88
TOTAL		718.759.409,98	TOTAL		718.759.409,98
SUPERÁVIT CORRENTE		104.278.992,88			
2.2 ALIENAÇÃO DE BENS	439.000,00		4.4 INVESTIMENTOS	25.525.427,38	
2.4 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.684.590,12	14.323.590,12	4.6 AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	40.405.215,54	65.930.642,90
			9.9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	52.871.940,10	52.871.940,10
DÉFICIT					
TOTAL		118.602.583,00	TOTAL		118.602.583,00
RESUMO					
RECEITAS CORRENTES	660.343.477,64	DESPESAS CORRENTES	612.480.417,00		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	56.415.932,24	DESPESAS DE CAPITAL	65.930.642,90		
RECEITAS DE CAPITAL	14.323.590,12	SUPERÁVIT	52.871.940,10		
TOTAL	731.083.000,00	TOTAL	731.083.000,00		

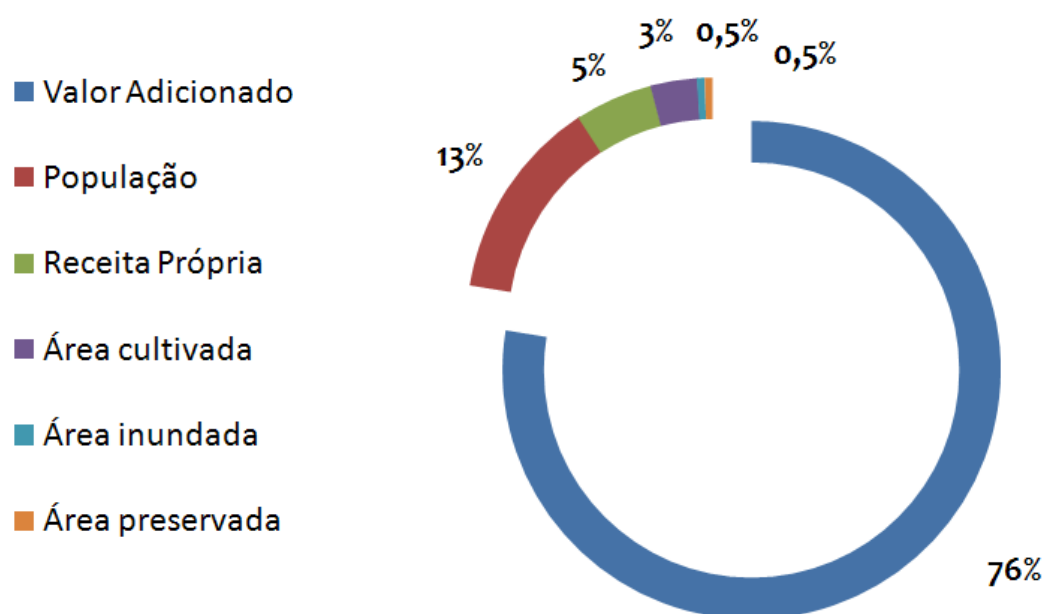
1.MUNICÍPIO DE SUMARÉ | 2.CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ | 3.AGÊNCIA REGULADORA SERVIÇOS PÚBLICOS | 4.INSTITUTO ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ | 8.FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ

A DIPAM, Declaração para o Índice de Participação dos Municípios, consiste na declaração dos contribuintes informando, à Fazenda Estadual, os valores das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços de transporte ou de comunicação.

Os índices de participação dos municípios no produto de arrecadação é um fator utilizado no repasse do ICMS vindo do Estado, quanto maior o índice de participação, maior o montante repassado pelo Estado ao Município.

De acordo com as Leis Estaduais n.º 3201/81 e 8510/93, o critério para a apuração do Índice de Participação dos municípios paulistas no repasse do ICMS é através da soma dos seguintes índices:

Gráfico 21 - Composição de participação dos Municípios no Repasse de ICMS



Fonte: SEPLAN

Componente percentual fixo: 2% que deve ser dividido igualmente pelo número de municípios do Estado, independentemente de qualquer fator. Corresponde ao valor de 0,00310077%.

Índice percentual de população (13%): trata-se da relação percentual entre a população do município e a população do Estado. Os dados de população são fornecidos pelo recenseamento demográfico do IBGE.

Índice percentual de Receita Tributária Própria - RTP (5%): a RTP constitui-se da arrecadação municipal com os seguintes impostos: IPTU, ITBI e ISSQN. O total arrecadado no ano anterior ao da apuração deve ser informado ao Estado através do formulário da Declaração de Receita Tributária Própria Municipal (DREMU), tendo os dados do balanço apresentado ao Tribunal de Contas do Estado. O índice é apurado com base na relação percentual entre a RTP do município e a soma das RTP's dos municípios do Estado.

Índice percentual de Área Cultivada (3%): é apurado com base na relação percentual entre a área cultivada de cada município e a área cultivada de todos os municípios do estado. Os dados

utilizados são do exercício anterior ao da apuração e são fornecidos pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

Índice percentual de Área Inundada (0,5%): a área inundada é aquela que, no exercício anterior ao da apuração, se destine exclusivamente à formação de reservatórios para geração de energia e que conste de levantamento da Secretaria Estadual de Energia. O índice é apurado com base na relação percentual entre a área inundada do município e a área inundada dos municípios do Estado.

Índice percentual de Área Preservada (0,5%): área preservada ou protegida é a área que conste de levantamento, de acordo com o anexo da Lei 8.510/03, efetuado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Índice Percentual do Valor Adicionado (76%): obtido através da relação percentual entre o valor adicionado ocorrido em cada município e o valor total do Estado, pela média dos dois exercícios anteriores ao da apuração.

Podemos observar pela Tabela 61 que a composição da DIPAM para Sumaré segue um crescente natural, embora no exercício de 2016 a receita tributária tenha dado um salto, subindo em 14,24 pontos percentuais.

5.4. Despesas Municipais

As despesas municipais, bem como a sua distribuição, segundo as diferentes rubricas são apresentadas das seguintes maneiras, analisando o exercício de 2018:

Despesa por Órgãos:

- Câmara Municipal de Sumaré
- Prefeitura Municipal de Sumaré
- Agência Reguladora de Serviços Públicos Municipais
- Instituto Assistencial do Município de Sumaré
- Fundo de Previdência Social do Município de Sumaré
- Por natureza de Despesa:
 - Despesas Correntes
 - Despesas de Capital
 - Despesas de Contingência
- Por Função de Despesa
 - Legislativa
 - Administração
 - Segurança Pública
 - Assistência Social
 - Previdência Social
 - Saúde
 - Educação
 - Cultura
 - Urbanismo
 - Habitação
 - Gestão Ambiental
 - Ciência e Tecnologia
 - Transporte
 - Desporto e Lazer
 - Encargos Especiais
 - Reserva de Contingência

Ao longo dos últimos anos e particularmente em 2018, os gastos correntes são muito superiores (83,68% do total das despesas) aos dispêndios de capital, particularmente investimentos, que podem trazer maiores retornos à coletividade sumareense.

Tabela 61 - COMPARATIVO POR MUNICÍPIOS - DIPAM
DATA DE EMISSÃO: 10/04/2019
Índice: Definitivo - Parte superior do formulário
DIPAM

Ano Base	Valor Adicionado (R\$)	Var.% VA	População	Var.% Pop.	Receita Tributária (R\$)	Var.% R.T.	Área Cultivada (ha)	Var.% A.C.	Índice Participação	Var.% I.PAR.
2017	8.958.421.659	14,24	241.311	0	128.010.829	15,3	3.318,20	0	0,7205026	4,74
2016	7.841.643.736	100	241.311	100	111.027.811	100	3.318,20	100	0,68789758	100
2015	7.530.75.7043	5,92	241.311	0	108.614.091	4,23	3.318,20	0	0,67652286	5,23
2014	7.110.041.548	100	241.311	100	104.210.687	100	3.318,20	100	0,64288297	100

Os índices de cada ano base de apuração são aplicados para realização de repasses dois anos após o ano base. Ex: Ano base de 2000 - ano de aplicação: 2002.
Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda

Do total de gastos correntes cerca de 57% destinam-se ao pagamento de pessoal e encargos sociais e o restante está lançado como "outras despesas correntes", porém um montante significativo, senão a totalidade deve se referir a despesas de custeio, ou seja, custo da máquina pública.

Ao associar os gastos com pessoal às receitas tributárias do município se constata que para cada um real gasto com pessoal apenas cinquenta e um centavos são oriundos de um esforço de arrecadação do município.

Nas Tabelas 62 e 63 podemos verificar o comportamento da evolução das receitas e despesas para o exercício de 2018.

A Tabela 64 mostra, para o ano de 2018, as despesas municipais por função. Como se observa, apesar de um aparente gasto mediano em administração, que absorve 26,01% do total das despesas, parece haver uma razoável distribuição das despesas entre os principais serviços a serem disponibilizados pela municipalidade.

Assim são alocados: educação 24,48% do total das despesas e saúde 21,24%.

Entretanto deve-se incrementar os recursos alocados para urbanismo 5,43%, para a área de assistência social 3,75% e para a área de habitação 1,04% que mantêm os percentuais em tela das despesas. As áreas de cultura, esporte e lazer também deverão ser trabalhadas para a melhoria de sua arrecadação.

A despesa média por habitante cresceu 53,37% entre o início e o fim do período, e a receita média, 52,69% como se observa nas Tabelas 57 e 58. Entretanto ambos os indicadores se mantiveram em um patamar modesto, aproximadamente R\$ 2.400,00/hab./ano.

Tabela 62 - RECEITAS E DESPESAS – 2018

Ano	Evolução das Receitas Arrecadadas	Evolução das Despesas Empenhadas
2010	479.615.000,00	446.278.283,63
2015	728.466.000,00	695.259.000,00
2017	731.860.000,00	678.411.059,90
2018	731.083.000,00	611.774.714,51

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Tabela 63 - RECEITAS E DESPESAS % – 2018

Ano	Despesas Correntes %	Despesas de capital %
2010	68,47	24,48
2015	81,36	14,07
2017	79,71	13,50
2018	83,68	9,11

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Tabela 64 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL – 2018

Ano	Gastos com Pessoal %
2010	33,60
2015	46,86
2017	45,67
2018	48,27

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Tabela 65 – DESPESA POR FUNÇÃO DE DESPESA – 2018

DESPESA POR FUNÇÃO DE DESPESA	
01 - Legislativa	23.863.000,00
02 - Administração	196.112.973,96
03 - Segurança Pública	1.989.574,37
04 - Assistência Social	27.453.519,96
05 - Previdência Social	25.299.800,00
06 - Saúde	155.333.375,70
07 - Educação	178.989.044,23
08 - Cultura	793.566,83
09 - Urbanismo	39.769.486,86
10 - Habitação	7.929.479,27
11 - Gestão Ambiental	417.036,55
12 - Ciência e Tecnologia	25.000,00
13 - Transporte	7.442.207,05
14 - Desporto e Lazer	6.586.056,14
15 - Encargos Especiais	6.406.938,98
16 - Reserva de Contingência	52.671.940,10
Total Geral	731.083.000,00

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Na Tabela 64 averiguamos a evolução histórica dos gastos com pessoal que se manteve equilibrado nos últimos anos.

Na Tabela 65 verificamos as referidas despesas por função orçamentária.

Embora os indicadores nos apontem que ainda existe um certo equilíbrio e um comportamento positivo e confortável em relação as finanças de Sumaré, o município deve contemplar esforços no sentido de ampliar as suas receitas próprias e implementar processos mais modernos e com maiores resultados da cobrança de sua dívida ativa. O déficit orçamentário não deixa de ser preocupante e o Plano Diretor deverá nortear e assegurar a disponibilidade dos recursos necessários à implementação de um programa desenvolvimentista a curto, médio e longo prazo.

5.5. Convênios Municipais

O Setor de Convênios da Prefeitura é o responsável pela aplicação de projetos de captação de recursos através de diversos tipos de convênios.

Destes alguns são destinados especificamente para programas já convencionados como, por exemplo, os setores de Educação e Saúde.

Seguem as listagens dos convênios e sua situação atual no ANEXO I.

Tabela 66 – Convênios - Governo Federal (em anexo no final deste relatório)

Tabela 67 – Convênios – Governo Estadual (em anexo no final deste relatório)

Tabela 68 – Convênios - Agemcamp / Fundocamp (em anexo no final deste relatório)

Tabela 69 - Convênios - Termos De Cooperação / Contratos De Parceria (em anexo no final deste relatório)

5.6. POTENCIALIDADES

O comportamento dos dados econômicos indica que Sumaré vem se estabelecendo com atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, estes últimos anos, com maior intensidade e procura de empregos.

Entretanto verifica-se um aumento crescente nas atividades de pequeno e médio porte, principalmente alocadas à prestação de serviços altamente especializados e diversificados, objetivando atender a demanda crescente da população, extremamente interligada às atividades de emprego na RMC.

O Município somente não conseguiu atender totalmente a esta demanda, por ter um zoneamento altamente restritivo, que carece de revisão urgente em função das taxas, índices e medidas dos lotes padrões, economicamente inexecutável e também com a falta de infraestrutura.

A população flutuante proveniente da Grande São Paulo e de vários fluxos migratórios, principalmente do norte e nordeste do Brasil, encontra em Sumaré o ambiente interiorano, com possibilidades de geração de renda, perto de centros médicos de altas especialidades, corredores industriais e outros tantos incentivos para aqui se instalarem.

Porém trata-se de grande massa popular sem qualquer especialização, o que por um lado poderá ser aproveitada na diversificação das atividades e por outro há que se especializar para adentrar ao mercado de trabalho com maior expertise.

Portanto as ações de implementação de receita através de um plano municipal de desenvolvimento econômico, conjuntamente com programas e planos de incentivos fiscais e, se implementados em parceria com os governos estaduais e federais, poderão ser uma fonte bem interessante e economicamente viável de recursos, estabilizando assim as receitas públicas municipais, transformando-se em geração de emprego e renda.

Outro ponto relevante é a possibilidade do incentivo da implantação da indústria de alta tecnologia, que agregam as startups para desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial, que ao se estabelecerem e se desenvolverem possibilitam um grande potencial, pois podem ser um dos fatores mais importantes na estabilidade de geração de renda e empregabilidade.

Podemos citar algumas tendências que poderão se tornar programas de arrecadação fiscal, incremento de renda e aumento de empregabilidade:

✓ A cidade tem grau de poluição reduzida pelas massas verdes (matas) e azuis (água) que compõe seu território de proteção ambiental, podendo amparar planos de pesquisas e desenvolvimento tecnológico.

✓ Dispõe de características interioranas, da cultura “caipira e de raiz”, contendo romarias e eventos de tropeirismo, festas devocionais, propiciando investimentos na área do turismo ecológico, turismo rural e eventos.

✓ Possui uma grande quantidade de estradas de terra, com algumas haras, riachos, trilhas, possibilitando a implantação de esportes radicais, agroturismo, hipismo, cavalgadas, torneios e festas estilo country, trilhas para mountain bike, ciclismo e motociclismo e outros.

✓ Possui ainda território para urbanização de alta qualidade, possibilitando a criação de bolsão de desenvolvimento de alta tecnologia.

✓ Possibilidades de produção em escala visando à agroindústria principalmente através da horticultura, olericultura, apicultura, agricultura orgânica e piscicultura com produtos como goiaba, pitaya, banana, mandioca, limão, laranja e produtos orgânicos em geral.

✓ Possui uma estrutura comercial e de serviços forte e sedimentada, o que se torna um grande atrativo e base para o desenvolvimento econômico.

✓ Compõe uma faixa razoável de frente para a Rodovia dos Bandeirantes (SP348) facilitando a implantação de distrito industrial.

✓ Compõe uma faixa considerável recortada pela SP 030 – Via Anhanguera, que liga Sumaré ao interior e Sumaré à capital paulista, já explorada e com tendências de ocupação industrial e de prestação de serviços, sendo de fácil acesso a Região Metropolitana de Campinas.

Entretanto a cidade se depara com inúmeros problemas que, de uma maneira bem intensa, têm compactuado para o lento desenvolvimento econômico e da arrecadação municipal. Dentre estes fatores poderemos discriminar:

- Restrições Urbanísticas da Lei de Uso e Ocupação do Solo e Plano Diretor, datados de 2006;
- Restrições Urbanísticas das Leis Estaduais de Proteção Ambiental (Lei Proteção Manancial);
- Dificuldade nas condições de acessibilidade e trânsito;
- Rede turística incipiente, com carência de estrutura hoteleira;
- Falta de mão de obra especializada e demais serviços derivados dos setores economicamente tecnológicos;
- Falta de políticas municipais de incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico;
- Falta de políticas municipais de incentivos a agroindústria.

São fundamentais para o crescimento econômico e sustentável da cidade a ampliação de investimentos de negócios, a qualificação da mão de obra e o incentivo ao empreendedorismo, atualizando a legislação, implementando políticas públicas para que isso realmente aconteça.

A criação de um Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, visando a autossustentabilidade da cidade é de extrema importância, direcionando ações de incentivos para a implantação de atividades de alta tecnologia, turismo de negócios, empreendimentos alto padrão e similares.

6. ASPECTOS AMBIENTAIS

6.1. RECURSOS HÍDRICOS

Sumaré é o nono maior município da RMC em extensão com 153,47km², tendo, entretanto, a metade de sua territorialidade em zona rural.

Possui em seu território dois mananciais: Marcelo e Taquara Branca, com legislação de proteção.

Na Tabela 70 podemos ver a descrição da rede hídrica municipal, que compreende um total de 205 quilômetros de rios.

Tabela 70 – REDE HÍDRICA MUNICÍPIO DE SUMARÉ

Microbacia	Curso d'água e afluentes (m)	N.º de Nascentes
Córrego Pinheirinho	21.602	18
Represa do Horto Florestal	36.595	48
Córrego Palmital	7.141	2
Ribeirão dos Toledos	46.137	88
Córrego do Pari	3.551	2
Córrego Tijuco Preto	10.948	6
Córrego São Francisco	11.572	12
Ribeirão Quilombo	67.688	54
Total	205.234	230

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Através da Lei n.º 2005/88 o Município de Sumaré instituiu as diretrizes de uso do solo que dispõe sobre a proteção dos mananciais hídricos, compreendendo uma área de aproximadamente 24 km² correspondente à microbacia do Taquara Branca, somente.

Sumaré se configura com uma extensa rede de mananciais, rios e represas, que se espalham em todo o seu território.

Porém grande parte das áreas de proteção desses cursos d'água tem suas APPs – Áreas de Proteção Permanente, totalmente ocupadas por habitações em precariedade configurando-se áreas de ocupações vulneráveis. Abaixo podemos verificar os levantamentos Aéreos das Represas do Marcelo e do Horto Florestal.



Figura 37 – Nascente da represa do Marcelo

Fonte: ARES-PCJ



Figura 38 – Represa do Marcelo

Fonte: ARES-PCJ

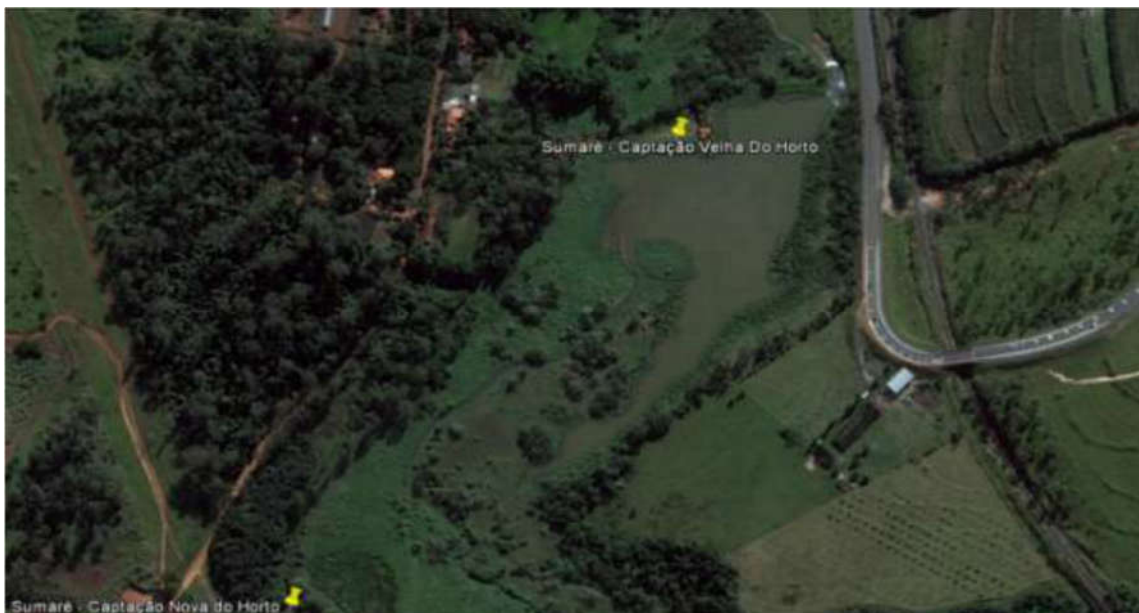


Figura 39 – Nascente da represa do Horta

Fonte: ARES-PCJ



Figura 40 – Represa do Horta

Fonte: YOUTUBE- Mildronesky

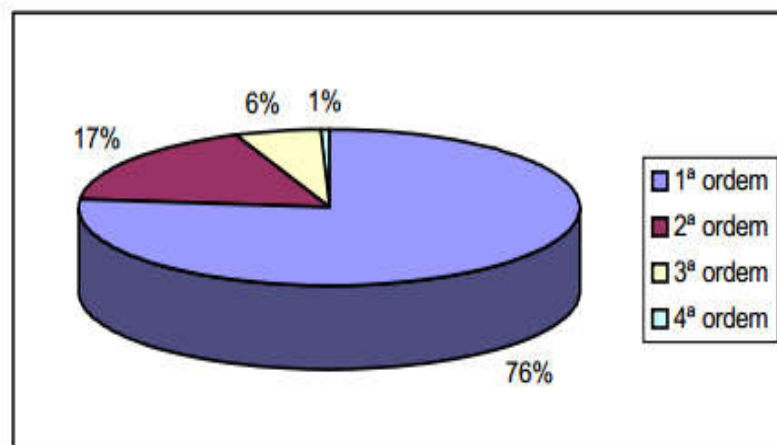


Figura 41 – Represa do Horto – Vista aérea

Fonte: ARES-PCJ

No município de Sumaré, 76,0% dos canais fluviais são de primeira ordem, 17,0%, 6,0% e 1% são canais de segunda, terceira e quarta ordem respectivamente, o que, está representado no Gráfico 22.

Gráfico 22 – Hierarquia Fluvial no Município de Sumaré

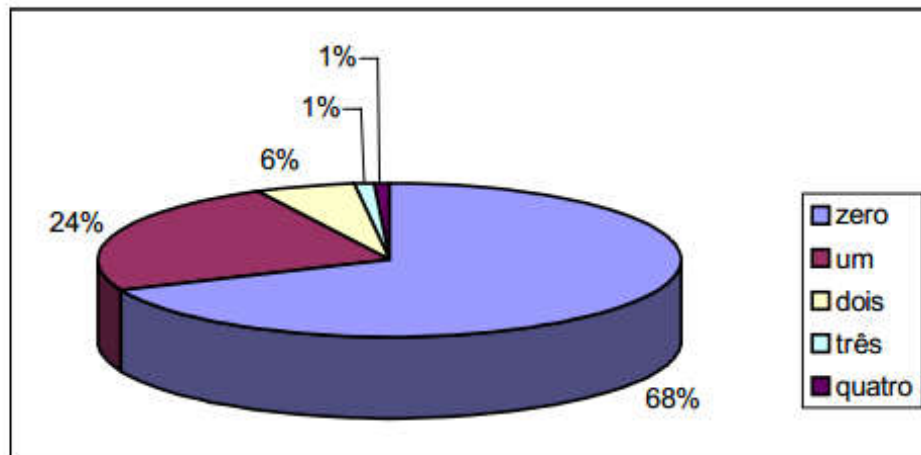


Fonte: O uso da morfometria de Bacias de Drenagem como suporte ao Mapeamento da Fragilidade Ambiental nos Municípios de Sumaré e Valinhos, RMC (SP) – Brasil Departamento de Geografia, Unicamp – Autor Antonio Carlos Vitte.

Neste território cerca de 68,0% da área municipal apresenta um índice de densidade de nascentes menor que 0,001, 30,0% está entre 0,001 e 0,003 e 2,0% está acima de 0,003.

No gráfico abaixo está representada a relação entre o número de nascentes por cada área de 2 km² em que foi dividida a área total do município de Sumaré.

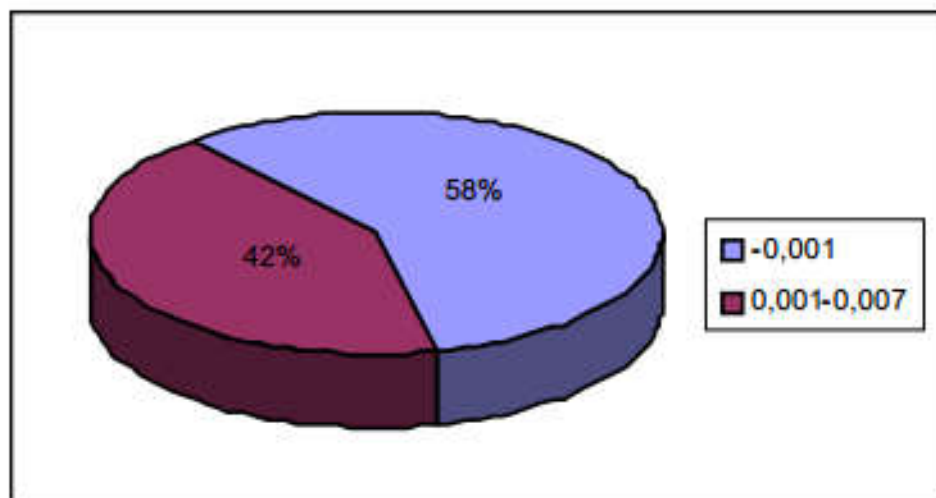
Gráfico 23 – Número de Nascentes por 2 km²



Fonte: O uso da morfometria de Bacias de Drenagem como suporte ao Mapeamento da Fragilidade Ambiental nos Municípios de Sumaré e Valinhos, RMC (SP) – Brasil Departamento de Geografia, Unicamp – Autor Antonio Carlos Vitte.

Cerca de 57,3% apresenta baixa densidade de drenagem, 41,7% e 1,0% apresentam índice de média e alta densidade de drenagem respectivamente, o que, está representado no gráfico abaixo.

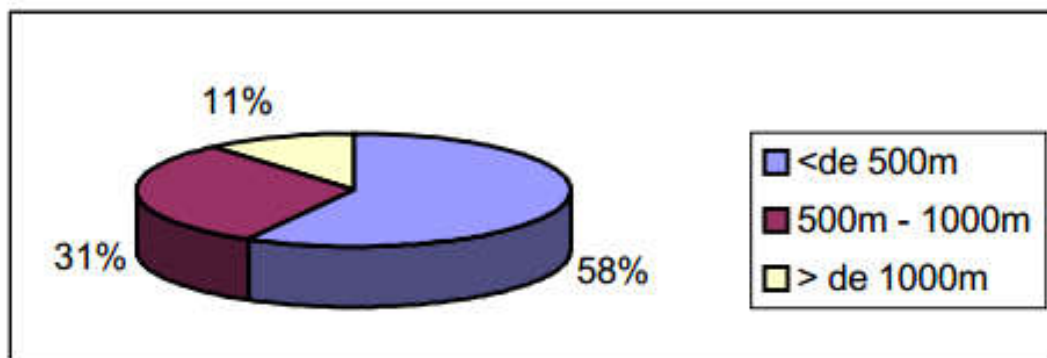
Gráfico 24 – Índice de Densidade de Drenagem



Fonte: O uso da morfometria de Bacias de Drenagem como suporte ao Mapeamento da Fragilidade Ambiental nos Municípios de Sumaré e Valinhos, RMC (SP) – Brasil Departamento de Geografia, Unicamp – Autor Antonio Carlos Vitte.

No Gráfico 25 tem-se a representação do comprimento de vertentes na área do município, onde 58% apresenta baixo comprimento de vertentes, 31% e 11% apresentam índice de médio e alto comprimento de vertentes respectivamente.

Gráfico 25 – Índice de Comprimento de Vertente



Fonte: O uso da morfometria de Bacias de Drenagem como suporte ao Mapeamento da Fragilidade Ambiental nos Municípios de Sumaré e Valinhos, RMC (SP) – Brasil Departamento de Geografia, Unicamp – Autor Antonio Carlos Vitte.

6.2 A Bacia do Rio Piracicaba – Configurações e sua correlação com o Município de Sumaré

Segundo a classificação das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo (SIGRH-SP, 1991), a porção paulista das Bacias PCJ corresponde à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 5 (UGRHI 5), enquanto a porção mineira das Bacias PCJ corresponde à Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos PJ1 (UPGRH PJ1), da classificação mineira de bacias hidrográficas (IGAM, 2011).

A bacia hidrográfica do Rio Piracicaba, situada no sudeste do Estado de São Paulo e extremo sul de Minas Gerais, se estende por uma área de 12.531 km² e pertence à unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos PCJ: Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI 5).

Tem suas nascentes nos Estados de Minas Gerais (nas cabeceiras do Rio Jaguari) e de São Paulo, onde os rios Atibaia e Cachoeira dão origem ao Atibaia.

São também importantes na bacia os rios Camanducaia, afluente paulista do Jaguari e o Corumbataí, contribuinte direto do Rio Piracicaba, em seu curso médio inferior antes da confluência à margem direita do Tietê.

No Mapa 27 podemos verificar a configuração da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos n.º 05 - Bacia do Rio Piracicaba.

As nascentes do Rio Jaguari se localizam nos municípios de Camanducaia, Extrema, Itapeva e Toledo, em Minas Gerais.

No município de Extrema, o Rio Jaguari recebe um afluente de grande importância, o Rio Camanducaia. Abaixo desta confluência, já em território paulista, o Rio Jaguari é represado, fazendo parte de um sistema de represamento denominado Cantareira.

Esta represa foi construída para permitir a reversão de parte da água para a bacia do Alto Tietê, que reforça o abastecimento público da Grande São Paulo.

A bacia do Rio Jaguari é considerada federal, pois atravessa dois estados, abrangendo quatro municípios mineiros e 15 paulistas.

O Rio Piracicaba se forma da junção dos rios Atibaia e Jaguari, no município de Americana. É um rio de porte médio, o maior afluente em volume de água do rio Tietê, sendo um dos mais importantes rios paulistas.

Seus formadores são responsáveis pelo abastecimento de água à região metropolitana de Campinas e parte da grande São Paulo (CETESB, 2006)³³.

O Rio Piracicaba percorre 250 km desde sua formação até a sua foz no rio Tietê, entre os municípios de Santa Maria da Serra e Barra Bonita/ SP.

Após atravessar a cidade de Piracicaba, recebe águas do seu principal afluente, o Rio Corumbataí.

A bacia hidrográfica do Rio Piracicaba localiza-se numa das regiões mais industrializada e desenvolvida do Estado de São Paulo, abrangendo importantes municípios como Bragança Paulista, Atibaia, Campinas, Sumaré, Hortolândia, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Limeira, Americana, Rio Claro, Santa Bárbara d'Oeste, Iracemápolis, Piracicaba, Charqueada, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra, São Pedro e demais cidades circunvizinhas conforme apresentamos no Mapa 28.

Por ser uma região bastante urbanizada e industrializada, a bacia do Piracicaba recebe um aporte significativo e crescente, de esgotos domésticos (muitas vezes in natura) e industriais, que são lançados diretamente nos corpos hídricos.

Os lançamentos de efluentes urbanos representam aproximadamente 80% da vazão captada, sendo que os problemas mais agudos de poluição encontram-se nos ribeirões afluentes desses rios com mais de 60% de suas vazões de esgotos doméstico e industrial (MELETTI, 1997; FISCHER 2003)³⁴.

O relatório CETESB (2013) mostra que a porcentagem de tratamento de esgoto doméstico na UGRHI 5, (que também engloba os rios Jundiá e Capivari) é ainda baixo (60%) e a carga remanescente de DBO é da ordem de 130 toneladas/dia.

Todos os anos, a CETESB registra casos de mortandade de peixes, que expressam um ponto extremo de pressão do corpo hídrico.

A região (UGRHI5) é a que mais apresenta esse tipo de episódio no Estado de São Paulo. Em 2010 foram registradas 43 mortandades, em 2011, 37 e em 2012, 49 ocorrências, cuja causa principal é a contaminação por esgotos domésticos CETESB (2011; 2012 e 2013).

É importante salientar que houve um aumento significativo desse tipo de ocorrência nestes últimos anos.

Além das fontes pontuais de poluição do Rio Piracicaba, deve se levar em consideração as fontes difusas da bacia.

O deflúvio superficial urbano e agrícola, caracterizado pelo escoamento superficial das águas de chuva, são fontes importantes de poluição hídrica.

As águas de escoamento desses ambientes contêm níveis significativos de contaminantes e se constituem num aporte de carga orgânica, fertilizantes, agrotóxicos e metais, que são lixiviados dos solos (ARMAS, 2007)³⁵.

³³ CETESB - Companhia de tecnologia de saneamento ambiental. *Qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo: 1986. São Paulo, 134p. Série Relatórios.*

³⁴ MELETTI, P.C. 1997. *Avaliação da qualidade da água e do sedimento na bacia do Piracicaba, SP, através de parâmetros ecotoxicológicos. Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental. 149p.* FISCHER, E.G. 2003. *Proposição e aplicação de metodologia de gerenciamento integrado dos rios Corumbataí e Passa Cinco da bacia do Piracicaba por meio de banco de dados georreferenciado e modelagem matemática. Tese apresentada na Universidade de São Paulo, Piracicaba, para obtenção de título de Doutor. 211p.*

³⁵ ARMAS, E.D.; MONTEIRO, R.T.R.; ANTUNES, P.M.; SANTOS, M.A.P.F.; CAMARGO, P.B.; ABARKELI, R.B. 2007. *Diagnóstico espaço-temporal da ocorrência de herbicidas nas águas superficiais e sedimentos do Rio Corumbataí e principais afluentes. Quim. Nova, 30(5): 1119-1127*

MAPA 27 - UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Bacia do Rio Piracicaba



Fonte: Zagato Consultoria - Tendência da qualidade das águas dos rios da bacia do Piracicaba

MAPA 28 – BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ



Fonte: Agências das Bacias PCJ

No Estado de São Paulo, o monitoramento da qualidade das águas vem sendo realizado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), desde 1974, sendo que atualmente se tem um banco de dados razoável, que desperta o interesse em analisá-los com vistas a se obter um diagnóstico sobre a tendência da qualidade das águas ao longo do tempo.

Na Figura 42 podemos conhecer os principais pontos de monitoramento da qualidade das águas dentro da Bacia do Piracicaba (UGRHI 5), contendo o esquema dos principais rios e afluentes, com pontos de amostragem para a qualificação da poluição das águas.

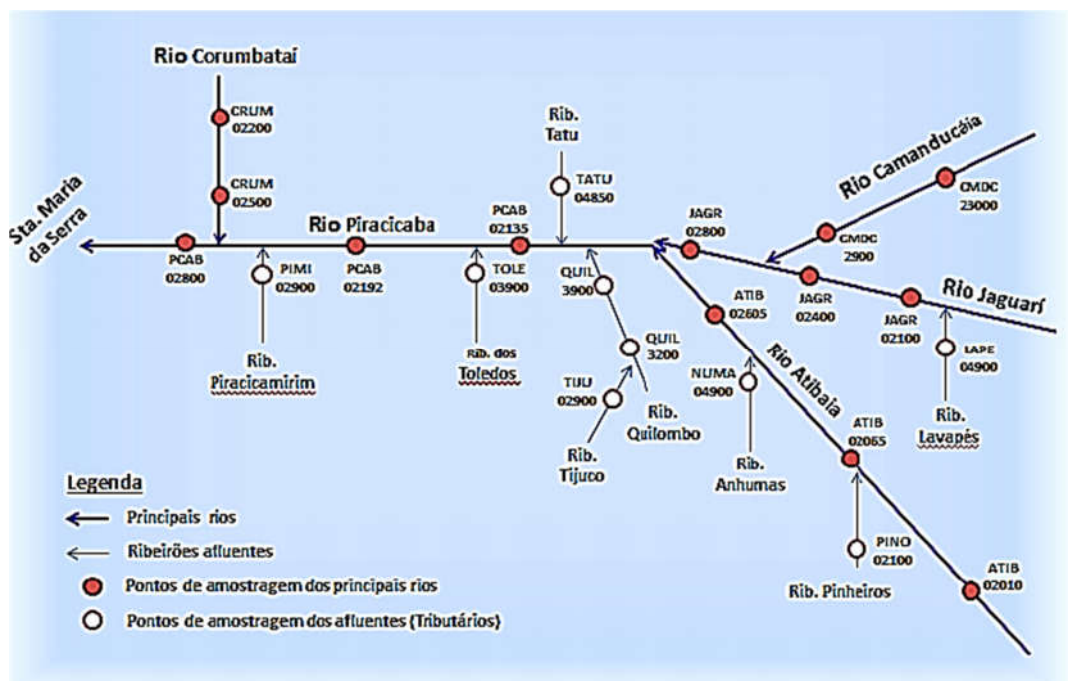


Figura 42- Esquema de localização de pontos de monitoramento

Fonte: Zagato Consultoria - Tendência da qualidade das águas dos rios da bacia do Piracicaba

Note-se que o Município de Sumaré é representado pelo Ribeirão Quilombo, Córrego dos Toledos, Ribeirão Tijuco Preto, Ribeirão do Tatu. Na Tabela 72 podemos verificar os pontos onde a CETESB faz os monitoramentos e amostragens.

No Ponto Rio Atibaia ATIB 02065 – (na captação de Campinas) o monitoramento da qualidade das águas, nesse ponto, teve início em 1979. Da série de nitrogênio, verifica-se um aumento significativo do nitrato, nitrito e N-amoniacoal, assim como do fósforo total, cloreto total e sólido total.

Estatisticamente o coliforme termotolerante³⁶, o manganês o N-Kjeldhal³⁷ diminuíram seus valores ao longo dos anos. Os dados desses parâmetros tiveram uma variabilidade maior nos 10 primeiros anos de monitoramento e podem ter influenciado na linha de tendência, fato esse observado pela média móvel.

Esse ponto do Rio Atibaia não evidencia uma forte contaminação por esgotos domésticos quando comparado aos demais pontos do Rio Piracicaba, pois o teor de oxigênio, embora tenha tido um ligeiro declínio até 2003, tem aumentado nestes últimos 10 anos.

Neste ponto o Município de Sumaré contém uma estrutura de captação de água para distribuição, principalmente para os bairros que estão localizados nas regiões dos Distritos de Nova Veneza, Matão e Maria Antonia.

É, portanto de suma importância o monitoramento da qualidade da água neste local, que deverá ser fiscalizado pela Concessionária dos Serviços de Água da Municipalidade – BRK Ambiental.

³⁶ **Coliformes fecais ou termotolerantes são bactérias encontradas normalmente no intestino de homens e animais.**

³⁷O método de Kjeldahl, ou teste de Kjeldahl, é um método laboratorial para a determinação do nitrogênio em materiais biológicos e não-biológicos.

Tabela 71 – DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE AMOSTRAGEM DOS PRINCIPAIS RIBEIRÕES CONTRIBUINTE DA BACIA DO RIO PIRACICABA

Corpo hídrico/Classe	Código do ponto-Cetesb	Local de amostragem	Latitude S	Longitude W	Município
Ribeirão Anhumas/IV	NUMA 04900	Próximo à foz no Rio Atibaia, Ponte antes da entrada da Rhodia, saindo de Paulínia.	22° 45'	56''47 06	Paulínia
Ribeirão dos Toledos/III	TOLE 03900	Ponte de madeira, na foz com o Rio Piracicaba.	22 44 14	47 26 42	Santa Barbara D'Oeste
Ribeirão Lavapés/IV	LAPE 04900	Na Foz com o Rio Jaguari.	22 54 12	46 32 50	Bragança Paulista
Ribeirão Pinheiros/III	PINO 02100	Ponte a montante da ETE de Vinhedo. O córrego está correndo à esquerda, paralelamente a Rod. dos Andradas, (trecho Urbano de Vinhedo).	23 00 38	46 58 54	Vinhedo
Ribeirão Piracicamirim/II	PIMI 02900	Na foz com o Rio Piracicaba.	22 41 57	47 37 46	Piracicaba
Ribeirão Quilombo/III	QUIL 03200	Ponte na estrada que liga a Via Anhanguera a Paulínia.	22 49 07	47 11 55	Sumaré
Ribeirão Tatu/IV	TATU 04850	Ponte 2 km a montante da foz do Rio Piracicaba.	22 39 36	47 21 09	Limeira
Ribeirão Tijuco/II	TIJU 02900	Próximo à sua foz.	22 48 39	47 10 24	Sumaré

Fonte: Zagato Consultoria - Tendência da qualidade das águas dos rios da bacia do Piracicaba

As águas dos rios da bacia do Piracicaba são classificadas, por lei, como rios de Classe II, tendo como objetivo os usos preponderantes: abastecimento humano, após tratamento convencional; à proteção das comunidades aquáticas; à recreação de contato primário; à irrigação, à aquicultura e à atividade de pesca (BRASIL, 2005)³⁸.

O Artigo 15 da Resolução CONAMA 357, estabelece limites máximos permissíveis (LMP) para esses parâmetros.

Os principais rios da bacia do Piracicaba, além de receber diretamente os despejos industriais e domésticos das cidades da região, recebem vários afluentes que estão altamente poluídos.

Os lançamentos de esgotos domésticos in natura e efluentes industriais nesses ribeirões são as principais causas da poluição hídrica, contribuindo para o aumento da concentração da maioria das variáveis físicas, químicas e microbiológicas analisadas para os principais corpos hídricos da bacia.

O monitoramento de alguns desses tributários começou a ser realizado pela CETESB a partir do ano 2000, para poucos parâmetros ambientais.

³⁸ BRASIL.. 2005. Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. CONAMA Resolução n° 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18/03/2005.

Dentre os afluentes dos principais rios da bacia do Piracicaba, podem ser citados os ribeirões Quilombo, Tatu, Pinheiros, Anhumas, Toledo, Piracicamirim, Lavapés e Tijuco, que se diferenciam pelos altos valores de DBO³⁹ e, conseqüentemente, baixos valores de OD⁴⁰.

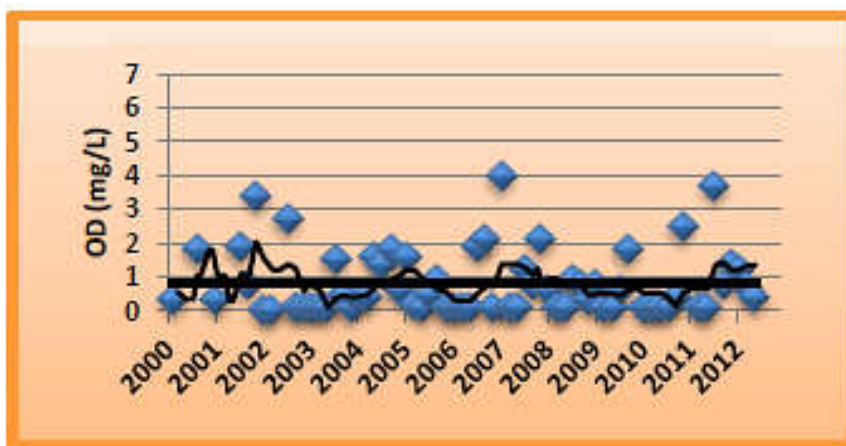
Esses parâmetros são os principais indicadores do lançamento de matéria orgânica advinda de esgotos domésticos, sem tratamento ou parcialmente tratados. Grande parte da matéria orgânica lançada nos corpos d'água é degradada por microorganismos aeróbicos, através do processo de autodepuração. No entanto, quando a carga orgânica é excessiva no corpo receptor, há um aumento na densidade de microorganismo para degradar essa matéria orgânica e, com isso, há um consumo excessivo do oxigênio dissolvido na água, causando um decréscimo nas concentrações naturais do oxigênio dissolvido.

Cada corpo hídrico possui uma capacidade máxima de assimilação de carga orgânica sem que suas características naturais sejam prejudicadas.

Quando os valores de OD das águas dos rios diminuem significativamente em relação aos valores normais, isso demonstra que a capacidade assimilativa do rio foi ultrapassada. Nos Gráficos 26 e 27 estão representados os teores de DBO e OD dos principais ribeirões contribuintes, com sua linha de tendência e a média móvel.

A maioria dos resultados de oxigênio dissolvido das águas do ribeirão Quilombo, ao longo dos anos, apresenta muitos valores em torno de zero mg/L e DBO média de 30 mg/l de acordo com os gráficos abaixo.

Gráfico 26 - OD - Ribeirão Quilombo – QUIL03200 – Classe III

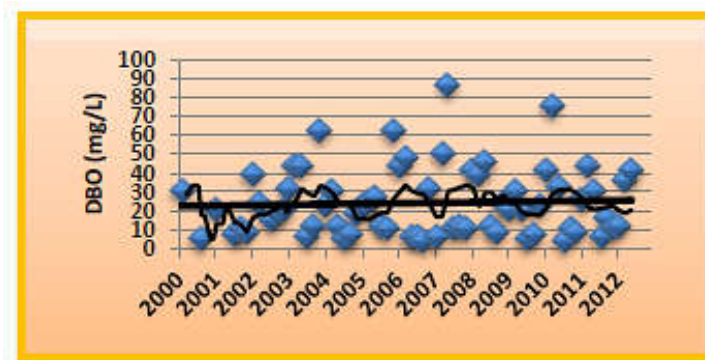


Fonte: Zagato Consultoria - Tendência da qualidade das águas dos rios da bacia do Piracicaba

³⁹ Determinação da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) é um índice onde se mede a quantidade de oxigênio molecular necessária à estabilização da matéria orgânica carbonada decomposta aerobiamente por via biológica.

⁴⁰ Oxigênio dissolvido (OD) é a concentração de oxigênio (O₂) contido na água, sendo essencial para todas as formas de vida aquática. A determinação da concentração de OD é de importância fundamental na avaliação da qualidade das águas, uma vez que o oxigênio, está envolvido praticamente em todos os processos químicos e biológicos. A descarga em excesso de material orgânico na água pode resultar no esgotamento de oxigênio do sistema. Exposições prolongadas a concentrações abaixo de 5mg/L podem não matar alguns organismos presentes, mas aumenta a susceptibilidade ao estresse. Exposição abaixo de 2 mg/L podem levar à morte a maioria dos organismos.

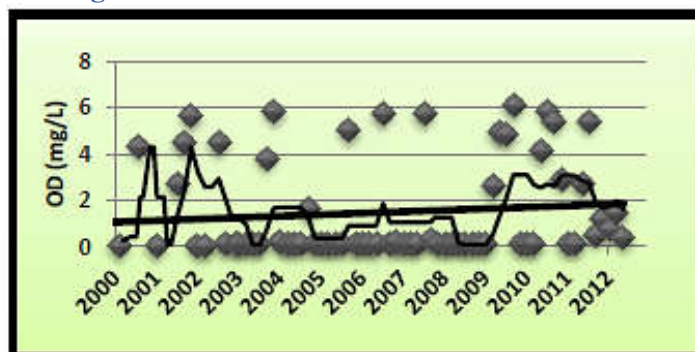
Gráfico 27 DBO - Ribeirão Quilombo – QUIL03200 – Classe III



Fonte: Zagato Consultoria - Tendência da qualidade das águas dos rios da bacia do Piracicaba

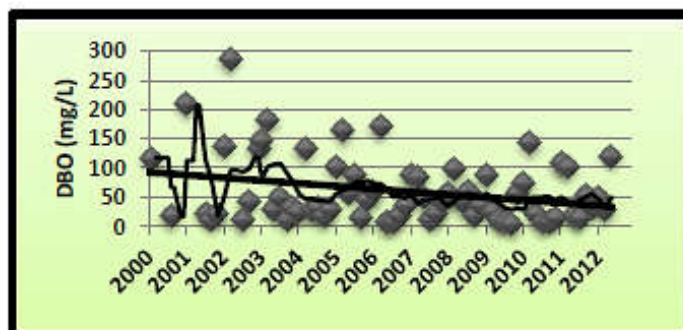
Já os Ribeirões Tatu (Classe IV) e Tijuco (Classe II), Gráficos 28 e 29, também afluentes do Piracicaba, apresentam semelhanças entre si, com altos níveis de DBO e baixos valores de OD, característicos de ambientes altamente poluídos. O OD do Ribeirão Tatu, embora apresente na maior parte do tempo valores iguais à zero, apresenta também alguns valores em torno de 6 mg/l. O OD do ribeirão Tijuco é praticamente nulo e uma DBO em torno de 50 mg/l. De acordo com a CETESB (2003), além da carga orgânica, o ribeirão Tatu contribui com metais pesados para o Rio Piracicaba.

Gráfico 28 - Oxigênio Dissolvido - Ribeirão Tatu – TATU04850 – Classe IV



Fonte: Zagato Consultoria - Tendência da qualidade das águas dos rios da bacia do Piracicaba

Gráfico 29 - DBOI - Ribeirão Tatu – TATU04850 – Classe IV



Fonte: Zagato Consultoria - Tendência da qualidade das águas dos rios da bacia do Piracicaba

As águas do Ribeirão dos Toledos apresentam valores de OD que variam de zero a 8 mg/L e DBO em torno de 10 mg/L, sendo que há uma tendência de melhoria nestes últimos anos.

Os valores do IQA⁴¹ do Rio Piracicaba mostram que há uma tendência de diminuição, estatisticamente significativa, ao longo desses 35 anos de monitoramento. Portanto, isso significa que houve uma piora da qualidade das águas desse rio nos pontos de amostragem. Concluímos que os índices mostram que o Rio Piracicaba, nos pontos de monitoramento, está com a pior qualidade de águas de sua bacia hidrográfica, provavelmente pelo fato de receber efluentes doméstico e industrial da região, além da carga poluidora advinda dos vários tributários que servem apenas para o escoamento dos despejos, muitas vezes in natura, gerados pelas cidades circunvizinhas.

Na Figura 43 podemos verificar o perfil dos rios da bacia do Piracicaba e representação da classificação de suas águas, de acordo com os valores médios do IQA destes últimos 10 anos.

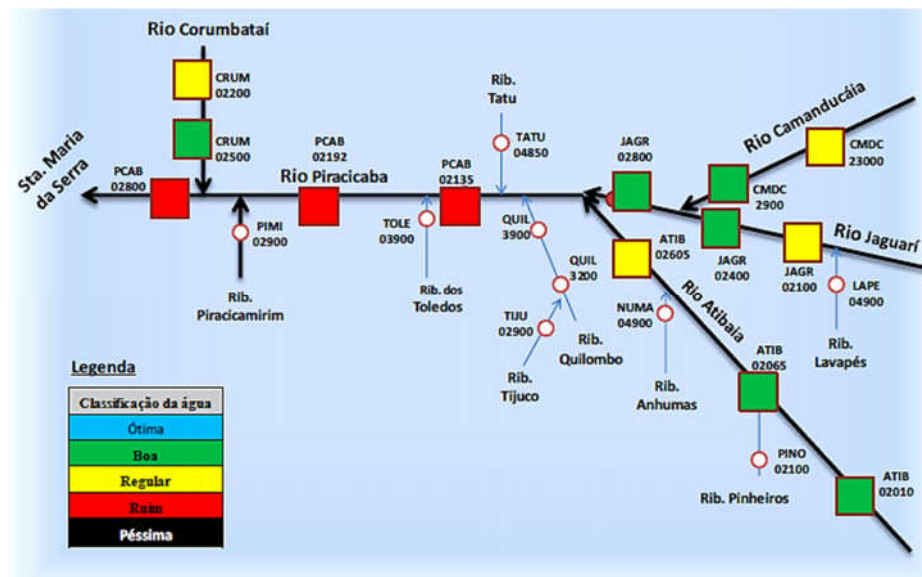


Figura 43 - Classificação IQA

Fonte: Zagato Consultoria - Tendência da qualidade das águas dos rios da bacia do Piracicaba

6.2.1. A Bacia do Rio Piracicaba – Disponibilidade Hídrica

6.2.1.1. Águas Superficiais

A disponibilidade per capita de água superficial trata-se da avaliação do volume de água superficial disponível para a população das Bacias PCJ. Uma boa visão para a questão pode ser obtida nos Relatórios de Situação das Bacias PCJ, que são elaborados anualmente.

Embora a região seja privilegiada por uma grande quantidade de fontes de água, as Bacias PCJ possuem uma disponibilidade hídrica bastante limitada.

⁴¹ IQA (Índice de Qualidade das Águas) - índice é calculado pelo produto ponderado de nove parâmetros (temperatura; pH; oxigênio dissolvido; demanda bioquímica de oxigênio, coliformes termotolerantes; nitrogênio total; fósforo total; sólidos totais e turbidez), que indicam a presença de efluentes sanitários nas águas, fornecendo uma visão geral das condições de qualidade das águas. O IQA estabelece cinco classes de águas superficiais

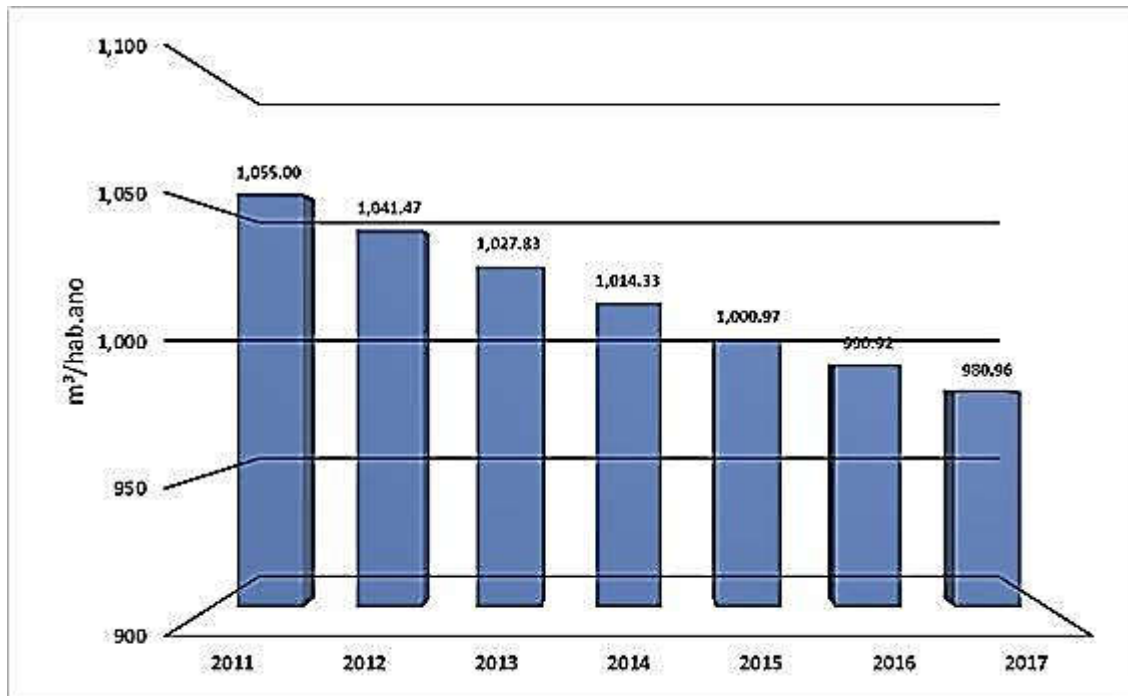
80 a 100	Ótimo
52 a 79	Bom
37 a 51	Regular
20 a 36	Ruim
0 a 19	Péssimo

O crescimento populacional, frente a uma disponibilidade hídrica constante, denota uma tendência de contínua redução da quantidade de água disponível por habitante.

A oferta de água por habitantes nas Bacias PCJ é de aproximadamente 980m³/hab.ano, considerada insatisfatória segundo os valores de referência adotados no Estado de São Paulo, que define como crítica uma situação com menos do que 1.500 m³/hab.ano.

No Gráfico 30 a seguir está apresentada a disponibilidade per capita ao longo do tempo.

Gráfico 30 - Evolução da disponibilidade per capita de volume de água



Fonte: Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi), 2017

Importante ressaltar que o potencial de recursos hídricos superficiais não está, em sua totalidade, à disposição para uso na própria região, pois uma parcela substancial é revertida, através do Sistema Cantareira, para a Bacia do Alto Tietê.

Esse sistema é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 8,8 milhões de pessoas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Na área das bacias, o Sistema Cantareira conta com reservatórios de regularizações nos rios Atibainha e Cachoeira (sub-bacia do rio Atibaia), e nos rios Jacareí/Jaguari (sub-bacia do rio Jaguari).

O Sistema está representado na figura a seguir.



Figura 44 - Esquema Sistema Cantareira de Captação de Água

Fonte: ANA (2016)

A Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926, de 29 de maio de 2017 outorga a SABESP a utilizar a vazão máxima média mensal de até 33 m³/s do Sistema Cantareira, devendo respeitar as seguintes vazões mínimas nas Bacias PCJ:

- I. Mínima instantânea de 0,25 m³/s para jusante dos reservatórios Jacareí/Jaguari, no rio Jaguari;
- II. Mínima instantânea de 0,25 m³/s para jusante dos reservatórios Cachoeira/Atibainha, no rio Atibaia;
- III. Mínima média diária de 10,0 m³/s no posto de controle Captação de Valinhos, no rio Atibaia, e de 2,0 m³/s no posto de controle de Buenópolis, no Rio Jaguari.

A operação do Sistema Cantareira, de acordo com a Resolução Conjunta ANA/DAEE Nº 925, de 29 de maio de 2017, também deve considerar a condição de armazenamento dos reservatórios e o período hidrológico do ano, buscando a racionalização do uso dos recursos hídricos e o atendimento ao uso múltiplo das águas. Para fins de operação do Sistema Cantareira são definidos dois períodos hidrológicos: (i) Período Úmido – de 1º de dezembro de um ano a 31 de maio do ano seguinte e (ii) Período Seco – de 1º de junho a 30 de novembro do mesmo ano.

De acordo com a condição de armazenamento do Sistema Cantareira, os limites máximos médios mensais que podem ser retirados pela Sabesp são:

- I. Faixa 1: Normal – 33,0 m³/s;
- II. Faixa 2: Atenção – 31,0 m³/s;
- III. Faixa 3: Alerta – 27,0 m³/s;
- IV. Faixa 4: Restrição – 23,0 m³/s e
- V. Faixa 5: Especial – 15,5 m³/s.

Desse modo, as disponibilidades hídricas superficiais das sub-bacias da região PCJ são resultantes das seguintes parcelas:

- I. Vazões naturais correspondentes às contribuições dos trechos das respectivas sub-bacias, a jusante dos reservatórios do Sistema Cantareira; (Qn)
- II. Vazões descarregadas pelo Sistema Cantareira; (Qd)
- III. Vazões regularizadas; (Qr)
- IV. Vazões provenientes de importações; (Qi)
- V. Vazões exportadas. (Qe)

6.2.1.2. Águas Subterrâneas

Todo aquífero é considerado um reservatório de água subterrânea, aqui sintetizada como sendo os recursos exploráveis, relacionado à parcela máxima que pode ser aproveitada anualmente das reservas, correspondendo à vazão anual que pode ser extraída do aquífero ou do sistema aquífero, sem que se produza um efeito indesejável.

A disponibilidade hídrica subterrânea pode variar no espaço e no tempo em função das condições hidrogeológicas, do efeito das explorações sobre o regime de fluxo nos aquíferos, da disposição e concepção das obras de captação, dos equipamentos de exploração, dentre outros fatores. O esforço em estimar estes volumes culmina com o balanço entre entradas e saídas de água subterrânea nas bacias, importante indicador de sustentabilidade e parâmetro de sua gestão futura.

De forma geral, 53% da área das Bacias PCJ apresentam aquíferos aflorantes de porosidade secundária, ou seja, porosidades condicionadas pelas fraturas/fissuras das rochas, e 47% apresenta porosidade intergranular.

O quadro a seguir apresenta algumas características das unidades aquíferas.

Tabela 72 – CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES AQUÍFERAS DA BACIA DO RIO PIRACICABA

Unidade Aquífera	Tipos Litológicos	Características Principais	Potencial
Cenozóico	Sedimentos clásticos não consolidados (areia-argila).	Extensão limitada, descontínuo, anisotrópico, heterogêneo e livre.	Baixo e localizado. Suprimento de demandas domésticas através de poços escavados e ponteiras.
Bauru	Arenitos finos, maciços, baixo teor de matriz; arenitos finos amédios com boa seleção.	Livre a localmente semiconfinado; granular; contínuo e uniforme.	Baixo potencial devido à restrita faixa de ocorrência nas Bacias PCJ; Vazões explotáveis – 10m ³ /h
Serra Geral	Basaltos a riolitos e diabásios.	Extensão regional, descontínuo, anisotrópico, heterogêneo, livre a semi-confinado.	Excelente qualidade e uso intenso no meio rural/ doméstico; extensão areal restrita.
SAG	Arenitos eólicos e flúvio-Eólicos homogêneos.	Aquífero livre a confinado (pequena porção); espessuras variáveis (0-250m) e fragmentos isolados.	Excelente qualidade sem objeção ao uso. Importância regional. Restrição geográfica.
Passa Dois	Predominância de pelitos com intercalação de arenitos finos.	Aquitardos heterogêneos com 50m de espessura.	Excelente qualidade química, porém com mistura de água nas captações (poços).
Tubarão	Arenitos com intercalação de pelitos.	Aquífero heterogêneo com espessuras de até 150 m.	Boa qualidade química, porém com mistura de água nas captações (poços) e restrições químicas (elevada alcalinidade, TDS e Flúor).
Cristalino	Rochas ígneas e metamórficas.	Aquíferos fraturados condicionado presença e magnitude do manto de alteração.	

Fonte: Adaptado PROFILL & RHAMA (2018) - Perfil e Rhama Consultoria Ambiental - Primeira Revisão do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2010 a 2020

Nas sub-bacias dos rios Corumbataí e Piracicaba, o que se nota são estratos pertencentes ao Sistema Aquífero Guarani (SAG), ocupando quase 50% de sua área. A sub-bacia do rio Capivari possui quase 70% de sua área ocupada pelos estratos do Grupo Tubarão.

As maiores vazões explotáveis estão nas sub-bacias do Jaguari, Piracicaba e Atibaia, sendo de 6,67 m³/s, 6,12 m³/s e 5,68 m³/s, respectivamente. As sub-bacias menos propensas à exploração e com menores vazões disponíveis são Capivari (0,94 m³/s), Jundiá (1,17 m³/s), Camanducaia (2,04 m³/s) e Corumbataí (2,49 m³/s).

Ressalta-se que reserva explotável é uma vazão teórica, visto que, muitas vezes, essa água encontra-se locacionalmente indisponível, inviável ou inacessível. Tal informação destina-se muito mais para estimativas de disponibilidade.

6.3. Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2010 a 2020

O Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá com horizonte de 2010 a 2020, denominado Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, foi revisado pelo Consórcio PROFILL-RHAMA, formado pelas empresas Profill Engenharia e Ambiente e Rhama Consultoria, Pesquisa e Treinamento em abril de 2018.

Este importante instrumento de planejamento dos recursos hídricos teve o objetivo de materializar e apresentar a consolidação dos resultados do Diagnóstico, Prognóstico e Plano de Ações do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, conforme as proposições e metodologia apresentadas na proposta técnica e no Plano de Trabalho, submetidos à aprovação da Agência das Bacias PCJ e ao Grupo de Trabalho àquela época.

A definição de prioridades para a Gestão dos recursos Hídricos foi o resultado das etapas de Diagnóstico e Prognóstico e adicionalmente da percepção dos integrantes dos Comitês PCJ, e da sociedade da bacia, acerca dos temas elencados como estratégicos durante a elaboração do Plano de Bacias. O estudo destas prioridades para gestão determinou, ao final do Plano:

O reconhecimento de áreas críticas (poderia ser chamado de “geografia das prioridades”);

A proposta de intervenções (arquitetura do plano de ações) e;

A determinação de temas prioritários (alinhados com os Cadernos Temáticos).

Destaca-se também que estas prioridades para a gestão determinarão a abrangência dos Programas e Ações do Plano e permitirão o direcionamento de esforços no sentido da otimização e na busca de melhorias de gestão.

Do ponto de vista legal, a Lei Federal no 9.433/97, da Política Nacional de Recursos Hídricos, prevê em seu Art. 7º que os Planos de Recursos Hídricos devem apresentar, em seu conteúdo mínimo, propostas para a criação de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos (inciso X). De modo complementar, a Resolução no 145/2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece diretrizes para elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, define que o Plano deve identificar áreas sujeitas à restrição de uso com vistas à proteção dos recursos hídricos (Art. 11, inciso VIII).

Na definição da criticidade das zonas na análise integrada foram definidos critérios que visaram evidenciar a situação de criticidade a partir de uma análise qualitativa, conforme descrição abaixo:

1 CRÍTICO: no Balanço Hídrico ou Qualidade das Águas e Cargas Poluidoras: análise integrada CRÍTICA;

3 CONFORTÁVEIS: análise integrada CONFORTÁVEL;

2 ALERTAS: análise integrada ALERTA;

1 ALERTA na qualidade: análise integrada ALERTA.

O Município de Sumaré está enquadrado como área crítica nos quesitos de balanço hídrico e nas questões relacionadas com a análise integrada. Também se enquadrou em estado de alerta no quesito de qualidade das águas e cargas poluidoras e no saneamento e somente confortável no quesito saneamento.

Dessa maneira o Plano indicou 03 programas de ações a curto, médio e longo prazo que foram detalhados por Município com suas devidas metas baseado neste três grandes grupos de projetos:

- 1) Garantia de Suprimento Hídrico;
- 2) Qualidade das Águas e Enquadramento e
- 3) Aspectos Institucionais e Instrumentos de Gestão.

6.4. Microbacia do Córrego Taquara Branca – MBTB

A Microbacia do Córrego Taquara Branca (MBTB) está localizada nos municípios de Sumaré e Hortolândia. As coordenadas geográficas da área correspondem aos paralelos 22°50' a 22°55' sul e aos meridianos 47°15'00" a 47°18'45" oeste.

A área total da microbacia é de 2.315,8ha (Menk & Miranda, 1997)⁴², sendo 85% no Município de Sumaré e o restante no Município de Hortolândia, dos quais 216 ha são ocupados com agricultura de base familiar.

Na microbacia, além da represa do Horto, que abastece os municípios de Sumaré e Hortolândia, encontra-se também uma área de assentamento, principal responsável pela produção de hortaliças e ocupação de mão de obra local.

O Assentamento considerado ocupa 228,62ha com a agricultura familiar e 11,83ha encontram-se fora dos limites da microbacia.

Dois redes de drenagem de terceira ordem⁴³ banham a microbacia: o Córrego Taquara Branca e o Córrego dos Bastos. Os dois corpos d'água alimentam a represa do Horto Florestal, responsável pelo abastecimento de água de Sumaré e Hortolândia.

A represa do Horto tem um espelho d'água correspondente a uma área de 19,5km², o que representa 3,3% da área total da microbacia.

A MBTB apresenta as seguintes características geológicas: arenitos, siltitos, argilitos, e pequena área com retrabalhamento de basalto (Menk & Miranda, 1997).

Seis loteamentos constituem a parte urbana da microbacia: em Sumaré - Chácara Primavera e Pq Dante Marmirolli e em Hortolândia – Chácara de Recreio 2000, Pq Emília, Chácara Planalto e Jd Novo Horizonte.

Os loteamentos urbanos no território de Sumaré congregam, juntos, cerca de 320 lotes.

A classificação climática, segundo Köppen, é o Cwa, caracterizado pelo inverno seco e verão quente. As temperaturas médias anuais variam entre 20 e 22°C e as chuvas entre 1.200 e 1.400mm anuais.

A atividade econômica na região da microbacia depende essencialmente da agricultura. Os produtos agrícolas de maior importância econômica são: hortaliças, frutíferas, café, pastagens, cana de açúcar, milho e mandioca.

As principais culturas, por área ocupada, são: arroz, café, milho, cana-de-açúcar, mandioca e batata.

As estimativas para as perdas médias de solo por cultura para o Estado de São Paulo podem indicar o potencial de erosão da área.

Assim, há as seguintes estimativas de perdas de solo por cultura, por t/ha/ano: feijão, 38,1; milho, 12; mandioca, 33,9; cana-de-açúcar, 12,4; e arroz, 25,1. Existem algumas unidades de produção de leite com uma estrutura familiar.

A produção de peixes também faz parte do cenário local e algumas propriedades são usadas como lazer por pessoas residentes em outras localidades com uma grande incidência de pesqueiros tipo "pesque e pague".

Ainda nessa microbacia, está localizada a Represa do Horto, com 19,5 km² de área de drenagem, ocupando 3,3% da área total da microbacia, responsável pelo abastecimento de Sumaré e de Hortolândia, tendo como contribuinte principal o Córrego Taquara Branca.

⁴² MENK, J.R.F.; MIRANDA, J.I. Levantamento pedológico e mapeamento do risco de erosão dos solos da microbacia do córrego Taquara Branca - Sumaré/SP. Jaguariúna: EMBRAPACNPMA, 1997. 37 p. (EMBRAPA-CNPMA. Documentos, 9).

⁴³ Rede de drenagem de terceira ordem significa a existência de duas nascentes com cursos d'água independentes formando um terceiro curso d'água.

A base cartográfica digital é composta dos mapas da rede hidrográfica, rede viária, área urbana, glebas de Assentamento, unidades de solos, e também de topografia e uso de terra, conforme mapeamento e tabela constante deste item.

Os tipos de solo e das faixas de declividade da área são classificados em muito forte, forte, moderado, ligeiramente propenso e nulo, segundo os riscos de erosão na MBTB.

Os resultados obtidos foram os seguintes: muito forte (424,3 ha, correspondendo a 19,8% da área); forte (820,6 ha, correspondendo a 38,1% da área); moderado (535,2 ha, correspondendo a 25,0% da área); ligeiramente propenso (207,9 ha, correspondendo a 9,7% da área); nulo (168,43 ha, correspondendo a 7,4% da área).

Na área, existe predominância de solos de textura média e arenosa/média, com 63% da área em relevos ondulado e ondulado leve.

Setenta por cento da área tem declividade maior que 5%, e quase 22% possuem declividade maior que 10%.

Assim, 85% da área da microbacia contêm solos com elevada e moderada suscetibilidade aos riscos de erosão. Essas condições de erosividade do solo estão refletidas também na qualidade da água da Represa do Horto. Estudos feitos na estação de tratamento de água da cidade de Hortolândia e levantamentos sobre os registros da vazão de entrada mostram que os índices de turbidez e de cor da água refletem o considerável aporte de sedimentos produzidos pela MBTB.

Considerando a atual cobertura vegetal, os tipos de solo, a pluviosidade média da região em que se encontra a microbacia, as declividades médias, as perdas de solo estimadas foram cerca de: 27 t/ha/ano e 51.000 t/ano⁴⁴.

Observa-se que esta perda é praticamente o dobro do valor esperado, respeitados os limites de tolerância para os diferentes solos encontrados na microbacia.

Estes valores devem-se à marcante presença dos Argissolos, mais de 50% da área da microbacia, e aos valores do fator erodibilidade a este solo associado, bem como às condições de declividade da área.

Além disso, verifica-se também que cerca de 25% do total da microbacia possui expectativa de erosão média e alta.

Verifica-se, portanto, que as perdas de terras por erosão, encontram-se acima da tolerância média de perdas dos solos da região.

Desse modo, ajustando-se os valores do fator erodibilidade com vistas a refletir os índices de tolerância de perda de solo para a microbacia, os valores obtidos reduzem-se a 12,5 t/ha/ano e 28.600t/ano.

Porém, mesmo levando-se em consideração os índices de tolerância, as perdas de solo na microbacia do Taquara Branca situam-se em patamares elevados.

No entanto, acredita-se que se for feita a adequação das práticas de manejo das culturas, por exemplo, o uso de plantio com cobertura morta e recomposição da mata ciliar, as perdas de solo, certamente, tenderão aos níveis compatíveis com os índices de tolerância previstos para a região, principalmente na adoção de medidas conservacionistas.

Além dos efeitos da erosão aqui mencionados, a erosão provoca efeitos em outros ambientes como o assoreamento de rios, a perda de qualidade da água, eliminação de espécies de peixes, dentre outras.

Por esta razão, os valores estimados refletem apenas parcialmente os danos ambientais provocados pela erosão do solo, o que reforça a conclusão de que qualquer medida conservacionista do solo sempre apresentará para a sociedade benefícios maior que os custos.

No contexto do debate mundial, torna-se importante apresentar medidas inovadoras para a redução de perdas de áreas agrícolas, que, numa conjugação de pesquisa e cooperação internacional, promovem a governança justa dos recursos naturais utilizados para o aumento da produção e para a redução do desperdício de alimentos. No entanto, a adoção da inovação está atrelada a um processo contínuo de conscientização dos diversos elos da cadeia produtiva, que, do campo à mesa, precisam acreditar nas mudanças de hábitos e de costumes na produção e no consumo.

A transição para práticas agrícolas mais sustentáveis passa necessariamente pelos conhecimentos dos custos monetários totais, incluindo aqueles relativos aos danos ambientais. Esses valores podem subsidiar a elaboração de estudos ampliados de custo-benefício, o desenho de

⁴⁴ *Erosão do solo na Microbacia do Córrego - João Fernando Marques*

alternativas tecnológicas, a implantação de práticas conservacionistas, além de propiciar a elaboração de políticas públicas que incorporem a variável ambiental.

As estimativas de erosão obtidas por meio da equação universal de perdas de solos, após os procedimentos recomendados, resultaram em 27 t/ha/ano para a área do assentamento dentro da MBTB, e isso causou uma perda total de terra de 5.500 t/ano.

Tais perdas, em termos econômicos, aproximaram-se de R\$ 5 mil por ano, significando R\$ 25,32 por hectare e R\$ 190,00 por ano para cada família⁴⁵.

A princípio, os procedimentos indicados para conter a erosão do solo em curto prazo resumem-se na construção de terraços, com o objetivo de reduzir os comprimentos das rampas. Limitando os comprimentos das rampas de acordo com a declividade, as perdas de solo poderão ser reduzidas em até 70%.

Se além dessas, outras medidas puderem ser implantadas, tais como alterações no manejo das culturas, incentivando-se o plantio com cobertura morta e a recomposição da mata ciliar, provavelmente as perdas do solo deverão atingir níveis que se conformam ao padrão de tolerância média para a região.

Ações essas necessárias, em curto prazo, para que os objetivos de mais longo prazo, que são a sustentabilidade da agricultura e, principalmente, o uso sustentável do recurso solo, possam ser alcançados.

Todos precisam saber que, individual ou coletivamente, é possível contribuir para que não falem recursos naturais nem alimento para as gerações futuras.

Além disso, é necessário ter consciência a respeito da importância de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos que geramos, pois esses são recursos naturais transformados.

Concluimos que a microbacia hidrográfica do Córrego Taquara Branca possui alguns problemas de ordem ambiental que são comuns e retratam muito bem o que ocorre em outras microbacias da região.

O PD de Sumaré de 2006 – Lei 4250/06 classifica-a como parte de área de preservação permanente e parte como área de proteção de mananciais.

Assim, o seu uso fica limitado legalmente, não podendo ser mobilizado para atividades industriais e afins.

Uma das prioridades identificadas por este diagnóstico para as áreas rurais e que afeta diretamente a microbacia em questão é a necessidade de recomposição das matas ciliares, de reservas legais e a criação de unidades de conservação municipais.

Porém, grande parte da área da microbacia é também percebida como área potencial para expansão urbana do município, apesar de atualmente ser utilizada por atividades agrícolas.

Entretanto as perspectivas são de que os conflitos entre o uso rural e urbano das terras tendam a se acelerar no município.

Como decorrências estarão sendo agravados os problemas ambientais e novas dificuldades serão impostas para o próprio processo de planejamento e implementação do plano diretor.

É importante ressaltar que, esse conflito rural/urbano tem resultado na destruição das últimas áreas de matas nativas da região, em especial as que protegem os mananciais de água para abastecimento público.

Esse é um problema particularmente grave em Sumaré, pois há notável carência de áreas "verdes", tanto no perímetro urbano quanto na zona rural, destinadas ao lazer da sua população ou à preservação de ambientes ricos em biodiversidade.

A legislação ambiental municipal, além de recente, prioriza a proteção dos mananciais que formam a represa do Horto, ficando as outras áreas em plano secundário.

Hoje, é premente a necessidade de reconversão de áreas para tais finalidades, fato esse que poderá pressionar pelo uso alternativo das terras mobilizadas pela agricultura.

No momento, as condições ambientais na microbacia do Córrego Taquara Branca são bastante precárias, apesar da importância dos mananciais de água que abriga. Nota-se a falta de matas ciliares dos córregos e das suas represas e também de reservas legais, bem como a inexistência de um planejamento geral de uso dos recursos naturais da microbacia, segundo a sua aptidão.

A área apresenta atividades agrícolas e núcleos residenciais urbanos. No passado, havia extração de argila pelas olarias e até um "lixão" que foi desativado em 1987. Em resumo, pode-se afirmar que as condições naturais originais foram totalmente modificadas nas últimas décadas.

⁴⁵ Erosão do solo na Microbacia do Córrego - João Fernando Marques

A área em torno da represa de captação de água, desde a sua construção, é praticamente desprovida de mata ciliar em toda a sua extensão.

A formação da represa provocou a eliminação de uma enorme várzea que existia no local, atingindo, inclusive, áreas secas agricultáveis, a qual não era ecossistema característico de matas ciliares.

Esse é outro fator de conflito, uma vez que os agricultores agora são chamados a recompor, às suas expensas, matas ciliares que nunca existiram.

Portanto o planejamento do melhor uso dos recursos naturais da microbacia do Córrego Taquara Branca requer o conhecimento dos dois grandes movimentos identificados na economia local: a dinâmica do processo de ocupação agrícola e a crescente urbanização das áreas rurais.

O entendimento aprofundado da especificidade desses dois processos é fundamental para pensar o melhor encaminhamento dos problemas ambientais nessa microbacia.

Com relação às reservas florestais legais, verificou-se que o processo de evolução da agricultura na microbacia levou à perda quase total do seu revestimento florístico, com sérias consequências na biodiversidade.

No momento, do total das reservas florestais "legais" dos estabelecimentos agrícolas, restam somente alguns hectares de mata secundária.

Tendo em vista que a maior parte dessas áreas potenciais para a reconversão florestal se encontra atualmente mobilizada pela agricultura, a implementação dessa reposição/reconstituição florestal - fundamental para o manejo ambiental da microbacia do córrego Taquara Branca - necessita de um planejamento que considere a diversidade de situações socioambientais presentes na microbacia.

Nesse aspecto, tem-se, por exemplo, desde grandes produtores de cana-de-açúcar, até agricultores familiares que possuem lotes reduzidos e cultivam hortigranjeiros em sistemas intensivos, ocupando áreas ao longo dos córregos da microbacia, cuja implantação da reserva legal alteraria drasticamente o seu sistema de produção.

Vale lembrar que esse quadro se verifica não apenas na microbacia do Córrego da Taquara Branca.

Desse modo, dispositivos legais justificam a pressão dos órgãos ambientais sobre os agricultores da microbacia, no sentido da reconstituição das matas ciliares da represa do Horto e de seus afluentes, bem como das próprias reservas florestais (atualmente restritas a alguns hectares).

Tal ação indica ser esse um dos problemas ambientais prioritários para um trabalho mais imediato de intervenção na microbacia do córrego Taquara Branca.

Nesse aspecto, pesquisadores da Cetesb acreditam que somente a existência de matas ciliares poderia reduzir cerca de 50% o aporte de nutrientes que fluem para a represa.

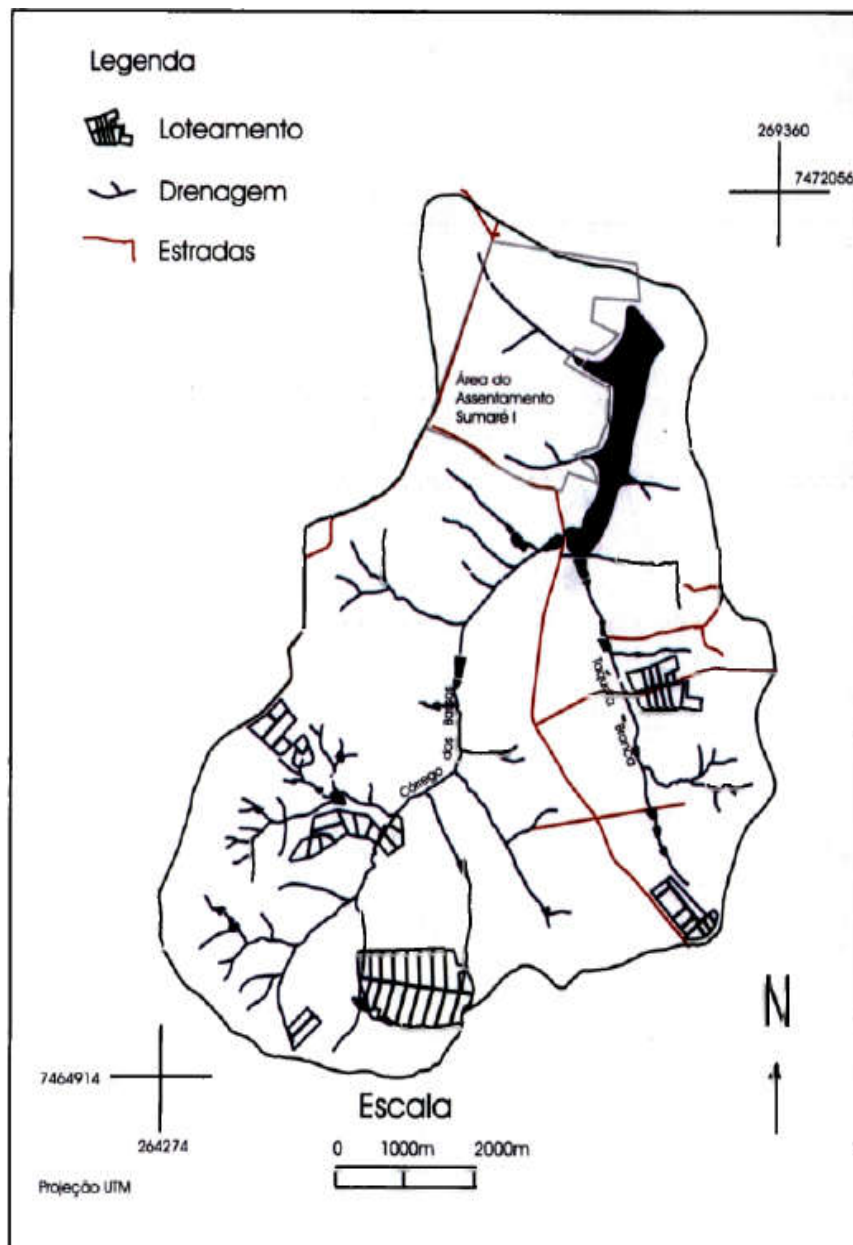
Um trabalho proposto nesse sentido teria como grande objetivo a busca de alternativas, por exemplo, com sistemas agroflorestais, para conciliar as necessidades de renda e subsistência dos produtores e suas famílias com a reconstituição das áreas de preservação e de suas funções ecológicas.

Em alguns casos, essa estratégia poderia incluir sua implantação em áreas nas quais originariamente não existia mata ciliar (áreas alagadas pela implantação da represa).

A tentativa é fugir do lugar-comum no tratamento desse problema: de matas ciliares e de reservas legais com espécies florestais tipicamente voltadas para a preservação (sem endereçar o seu uso econômico), que, em alguns casos da área em estudo, é uma questão de sobrevivência do agricultor⁴⁶.

⁴⁶Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável -2010/2013 Município de Sumaré

MAPA 29 - MICROBACIA DO TAQUARA BRANCA,
Contendo rede hidrográfica, viária e aérea urbana



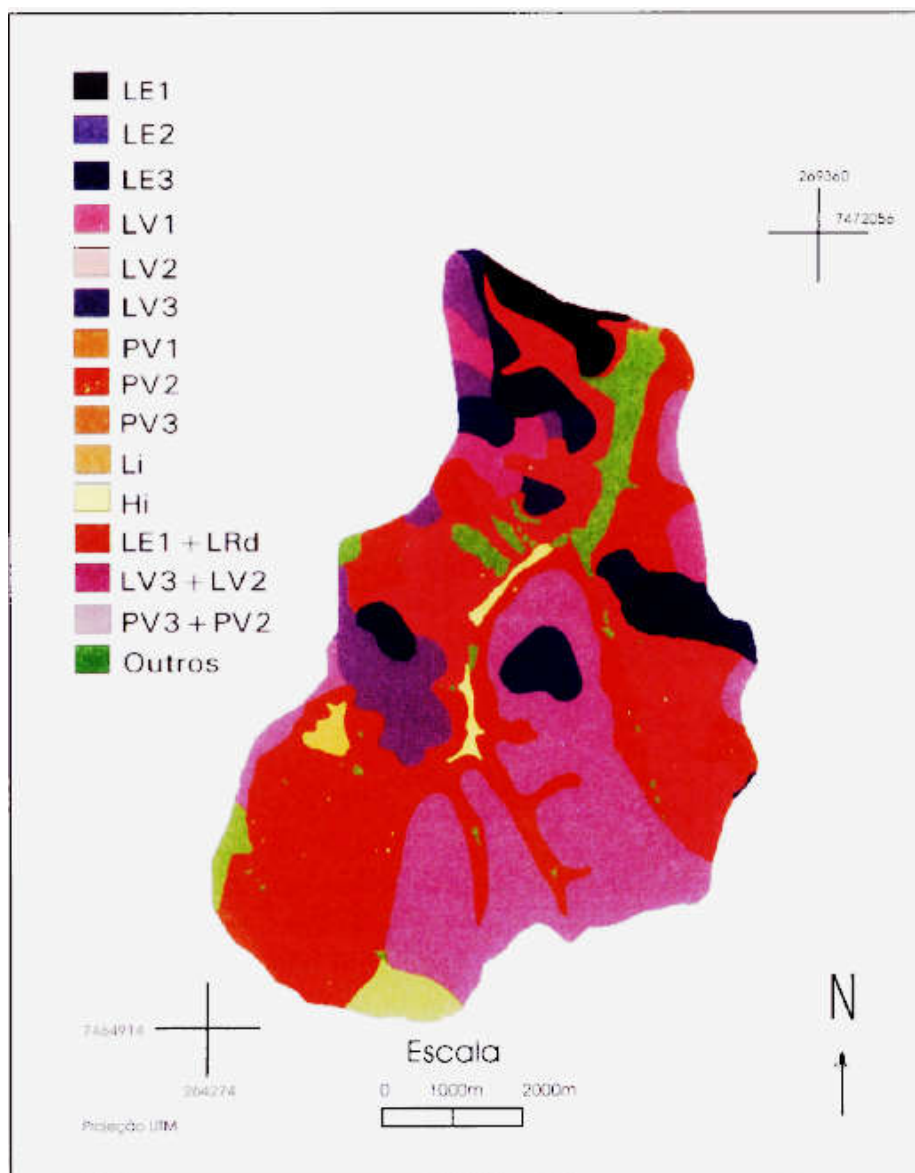
Fonte: Caracterização da Microbacia do Córrego Taquara Branca - José Iguelmar Miranda

Tabela 73 - SÍMBOLO DE CADA UNIDADE DE MAPEAMENTO, ÁREA E CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS DA MBTB
Segundo Menk & Miranda

Símbolo	Área (ha)	Classificação
LE 1	126,4	Latossolo Vermelho-Escuro distrófico e álico textura argilosa
LE 2	83,8	Latossolo Vermelho-Escuro distrófico e álico textura média
LE 3	11,2	Latossolo Vermelho-Escuro podzóico distrófico e álico textura argilosa
LV 1	141,7	Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e álico textura argilosa
LV2	566,2	Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e álico textura média
LV3	72,4	Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e álico textura argiloarenosa
PV 1	370,6	Podzóico Vermelho-Amarelo distrófico e álico textura argilosa e média-argilosa
PV2	621,2	Podzóico Vermelho-Amarelo distrófico e álico textura média e arenosa-média
PV 3	26	Podzóico Vermelho-Amarelo A proeminente distrófico e álico textura média e arenosa-média
Li	12	Solo litólico distrófico e álico textura arenosa, substrato arenito fino
Hi	12,1	Solo hidromórfico textura indiscriminada
LEI -h + LRd	17,3	Associação de Latossolo Vermelho-Escuro distrófico e álico textura argilosa (LEI) e Latossolo-Roxo distrófico A moderado textura argilosa e muito argiloso (LRd)
LV3 + LV2	17,3	Associação de (LV3) Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e álico textura argilo-arenosa e (LV2) Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico e álico textura média
PV3 + PV2	37,2	Associação de (PV3) Podzóico Vermelho-Amarelo A proeminente distrófico e álico textura média e arenosa/média e (PV2) Podzóico Vermelho-Amarelo distrófico e álico textura média e arenosa/média

Fonte: Caracterização da Microbacia do Córrego Taquara Branca- José Iguelmar

MAPA 30 – MICROBACIA DO TAQUARA BRANCA – MAPA DE SOLOS



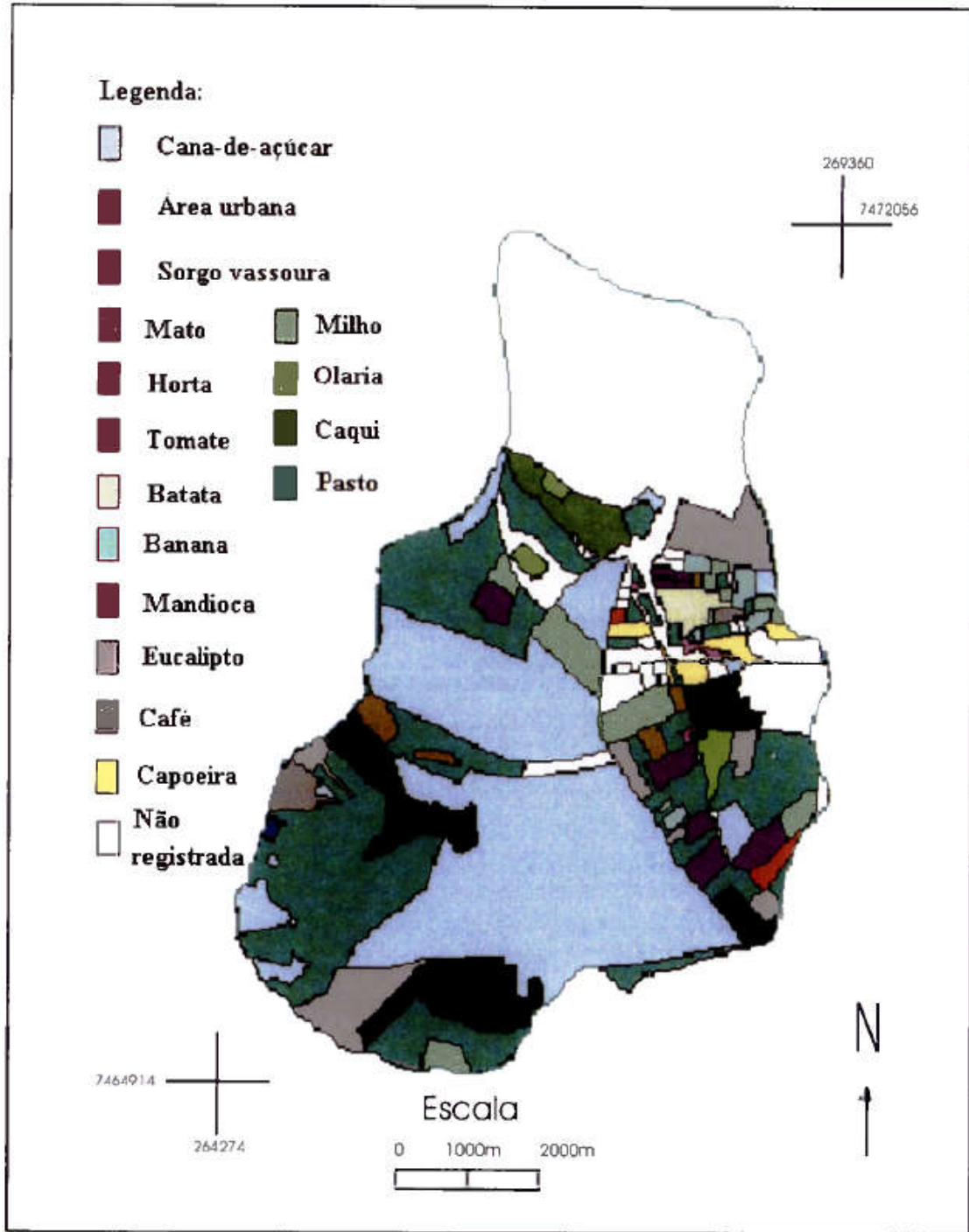
Fonte: Caracterização da Microbacia do Córrego Taquara Branca
José Iguelmar Miranda

MAPA 31 - MICROBACIA DO TAQUARA BRANCA – TOPOGRAFIA



Fonte: Caracterização da Microbacia do Córrego Taquara Branca - José Iguelmar Miranda

MAPA 32 - MICROBACIA DO TAQUARA BRANCA – USO DA TERRA



Fonte: Caracterização da Microbacia do Córrego Taquara Branca - José Iguelmar Miranda

6.5. Microbacia do Ribeirão dos Toledos

Esta bacia contém cerca de 3.359 ha do território municipal e caracteriza-se pela produção agropecuária de cana-de-açúcar, laranja, milho, batata, eucalipto, tomate, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura e avicultura.

A micro bacia hidrográfica do Ribeirão dos Toledos encontra-se situada entre os municípios de Americana e St^a. Bárbara D'Oeste, região com forte interferência antropológica e impactos gerados pela urbanização.

Essa urbanização ocorreu de forma que nos mostram que todas as várzeas estão degradadas, não podendo cumprir suas funções ecológicas, merecendo um elenco de medidas mitigatórias. Observa-se pequeno remanescente de floresta ripária dentro do território da microbacia e o restante é campo sujo, pequenas manchas de campo de várzea e, por fim, infestação de taboa, já acusando eutrofização.

A meia encosta é cana e o solo da várzea é mineral arenoso hidromórfico com alguns pontos de enchimento superficial em função do barramento.

Por conta das características do solo, condicionam a microbacia à condição de alto potencial de risco de perturbação física nas várzeas por processo erosivo e de assoreamento vindo da meia encosta, demandando grande preocupação nas práticas conservacionistas agrícolas, na preservação da vegetação ripária e em especial, da preservação da mata ciliar como função de filtro físico.

A microbacia do Ribeirão dos Toledos está sob um regime pluviométrico de 1400 mm anuais, situando-se sobre o Aquífero Tubarão que é a segunda unidade de maior extensão nas bacias do PCJ, com 3.198,58 km² (20,90%), totalmente em São Paulo, sendo principalmente nas bacias do Piracicaba (2.002,32 km²) e Capivari (1.085,23 km²).

Distribui-se, enormemente, na parte alta da sub-bacia do Piracicaba, atingindo, principalmente, os municípios de Limeira, Santa Bárbara e Piracicaba, numa região onde estão situados importantes eixos de conurbação e industrialização, com alta taxa de crescimento e escassez de recursos hídricos. As três principais represas do município de Santa Bárbara d'Oeste - Represa da Areia Branca, Represa São Luís e Represa de Cillo, estão na bacia hidrográfica do Ribeirão dos Toledos.

Somente uma porção da microbacia se encontra no território de Sumaré, especificamente na divisa do Município com Nova Odessa e com Santa Bárbara D'Oeste, representada pelos Córregos da Candelária e do Paraíso, que se encontram também com assoreamento.

No Mapa 33 podemos entender as bacias de drenagem que alimentam o sistema de captação de águas do Município de Santa Bárbara D'Oeste. Na Figura abaixo temos a localização via satélite dos Córregos da Candelária e do Paraíso que adentram no Município de Sumaré.

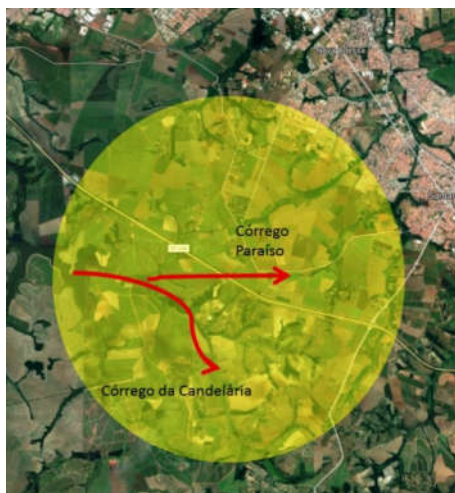
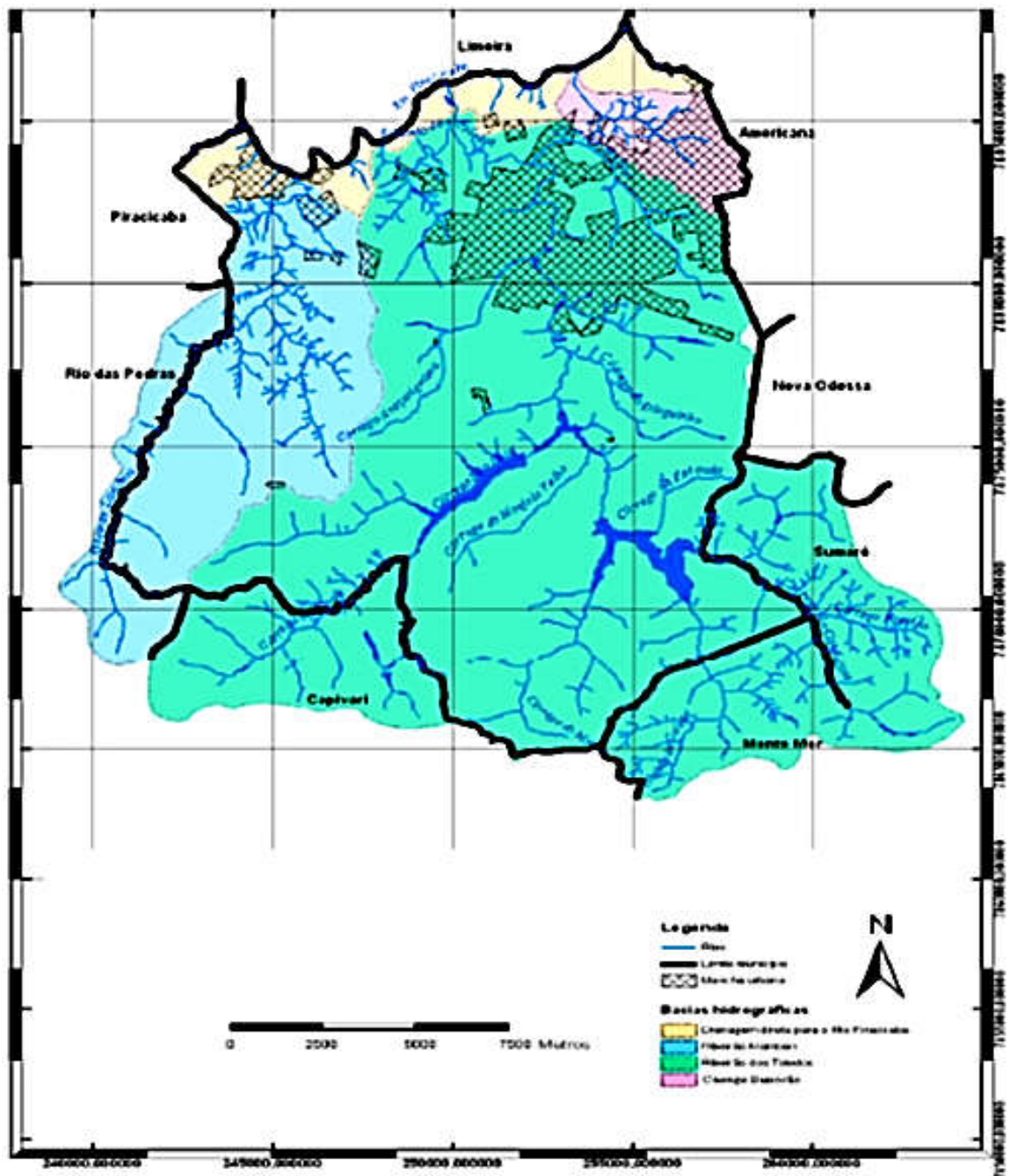


Figura 45 - Localização do Córrego da Candelária e do Paraíso

MAPA 33 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DE SANTA BÁRBARA D'OESTE



Fonte: Candido, Daniel H. Inundações em Santa Bárbara D'Oeste – UNICAMP 2007

Pode-se notar que no Município de Sumaré o Córrego da Candelária passa por trás da Ocupação denominada “Árvore de Vida” e o Córrego Paraíso atravessa a Rodovia dos Bandeirantes contribuindo para a Microbacia do Córrego Pinheirinho.

6.6. Microbacia do Pinheirinho/Quilombo

Esta bacia contém cerca de 6.627 ha do território municipal e caracteriza-se pela produção agropecuária de cana-de-açúcar, tomate, banana, eucalipto, café, hortaliças, mandioca, milho, caqui, laranja, amendoim, seriguela, bovinocultura de leite e suinocultura.. Possui uma superfície de 26 km² e está contida em um retângulo descrito pelas seguintes coordenadas geodésicas: 22°47'40" e 22°54'52" sul, e 47°20'16" e 47°20'23" oeste.

A topografia da região é de relevo suavemente ondulado, apresentando poucas áreas de várzea. A diferença entre as cotas mínimas e máxima é de aproximadamente 150m. A menor cota se encontra um pouco acima dos 540m. A maior cota, de 692m, se encontra próxima às coordenadas UTM 264kmL e 7455kmN.

A agricultura como um todo se apresenta nas encostas e topos das colinas. As áreas de baixada são utilizadas para pastagens naturais de pequeno porte e tanques. O uso agrícola da área é baseado nas culturas da cana de açúcar, tomate e batatinha, encontrando-se também alguns pequenos plantios de algodão. Existem áreas de milho, e algumas áreas estão sob rotação (milho e aveia por exemplo). A batatinha é uma opção para os produtores que querem esperar o inverno passar antes de introduzir a cana.

Recentemente uma plantação de girassol causou uma enorme comoção entre os habitantes da região, pois se tornou atração municipal. Há uma boa porção de área utilizada com pastagem natural e áreas com pequenos remanescentes de matas ou com eucaliptos. Há ainda poucas áreas irrigadas com o sistema de pivô central e aspersão convencional tracionada.

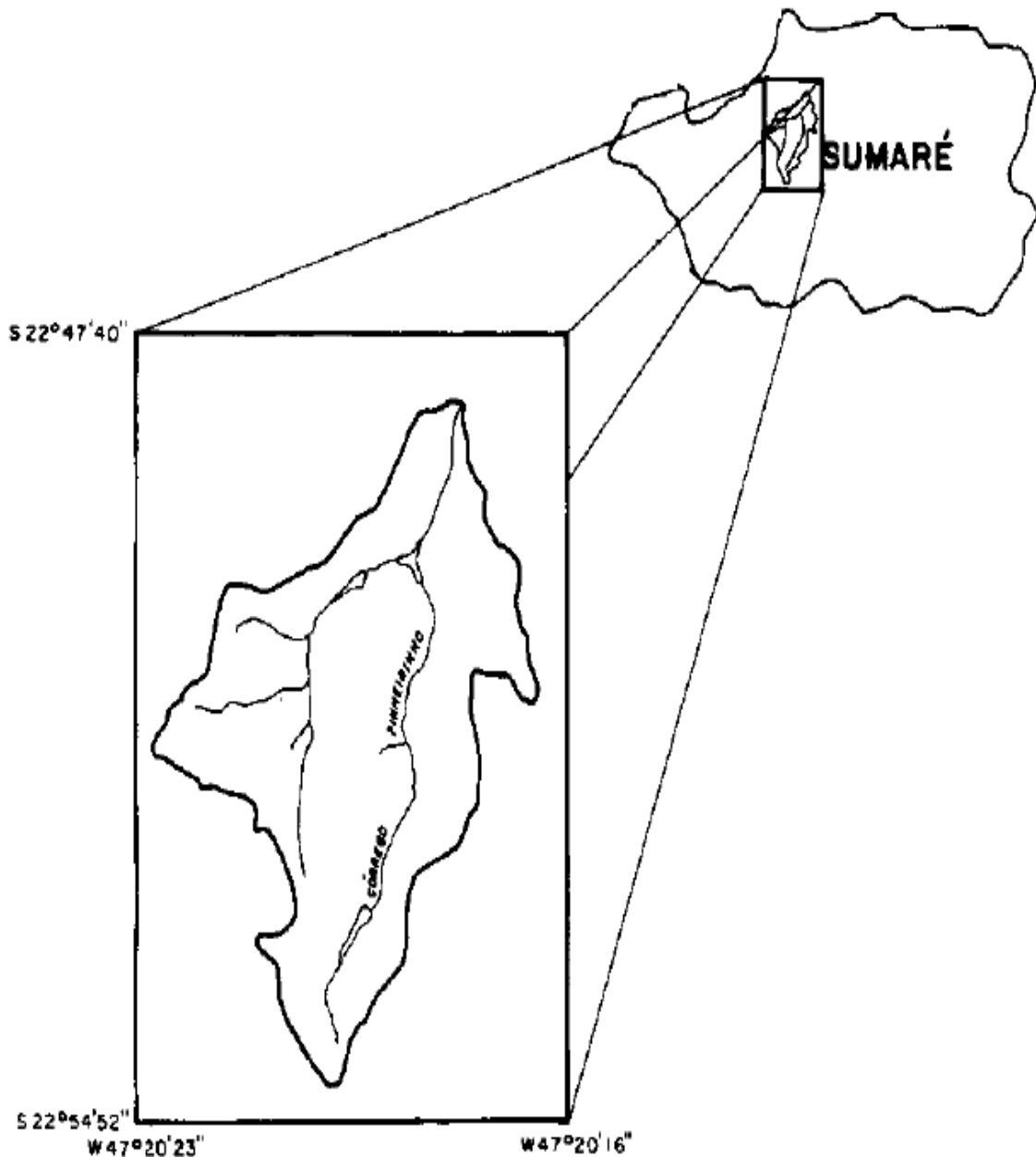


Figura 46 - Plantação de Girassol em Sumaré na área da Bacia do Córrego Pinheirinho

Foto: Samuel Cruz Damaceno

MAPA 34 - MICROBACIA DO CÓRREGO PINHEIRINHO

Localização Esquemática



Fonte: Análise da erosão do solo - Gonzalo Fernández



Figura 47 - Vista Google Earth da Bacia do Córrego Pinheirinho

Contudo, há uma transição entre a agricultura tradicional e outras formas de explorar a terra.

Existem tanques novos para piscicultura em número considerável e por isso a exploração de pesqueiros comerciais, tipo pesque e pague, é tão intensamente utilizada como geração de renda de seus afluentes.

Áreas com eucalipto e pomares, assim como áreas com café ainda persistem.

Contudo ainda existem muitas glebas em total estado de abandono.

E enquanto as áreas de pasto são às vezes sucedidas com culturas anuais, o inverso não acontece, mostrando a dificuldade de extrair uma renda de culturas perenes.

O clima da região, de acordo com Oliveira et al.* é do tipo Cwa, segundo o sistema de Koppem mesotérmico de inverno. Neste regime, as temperaturas médias oscilam em torno de 20°C, sendo abaixo de 18°C no inverno, e acima de 22°C no verão.

As chuvas se concentram nos meses de outubro a março. Nessa época ocorrem 79% das precipitações anuais.

A região sofre de uma deficiência hídrica média de 15mm.

O Córrego deságua no Ribeirão Jacuba em Hortolândia, a 500 m, aproximadamente, do limite de área construída.

Próximo ao seu deságue, este cruza a cidade no seu extremo noroeste.

Esta área é cortada por uma ampla rede de estradas vicinais.

Os diversos riachos são facilmente atravessados por cima das várias barragens existentes.

Muitas das estradas vicinais seguem os divisores de água limítrofes e internos da microbacia.

As culturas de milho, feijão, sorgo, as pastagens, o algodão e as poucas áreas de eucalipto são, de modo geral, independentes da cultura da cana de açúcar.

Já as culturas de tomate, batatinha, às vezes milho e feijão, visam completamente a renda advinda da cana de açúcar entre o fim de um ciclo e a renovação da área cultivada com a cana.

Um fato interessante é que algumas das rotações existentes consistem em três safras anuais.

Um exemplo claro é o da cana de açúcar cortada em fins de outubro, seguida de milho, colhido em abril, seguido de batatinha e mais duas safras de feijão.

Ao fim deste ciclo faz-se a renovação da cana, com cana de ano e meio, no início de outubro.

Neste sentido o uso da irrigação é fator que permite aproveitar melhor o ano agrícola e, portanto, as várias áreas com irrigação convencional cresceram com maior capacidade de produção.

De todas as culturas estudadas nesta microbacia as únicas duas que não se sucedem a si mesmas em nenhuma situação são o tomate e a batatinha, devido a problemas fitossanitários.

O milho se sucede em anos sequenciais, mas não de forma contínua, por ser considerada uma cultura de verão exclusivamente, mesmo em áreas irrigadas.

No inverno planta-se ou feijão ou batatinha em rotação com o milho.

Destaca-se a forte presença de cultura anuais em relação a culturas perenes.

Entre as culturas perenes encontram-se pomares abandonados e plantações de eucaliptos de pequena expressão espacial.

Por outro lado, as culturas de ciclo curto, além de serem mais representativas no total da área, tem permitido uma exposição maior do solo a situações erosivas, por ausência de cobertura vegetal nas épocas de colheita e/ou preparo do solo.

As áreas de pastagens estão geralmente associadas a várzeas, representando a única forma viável de exploração econômica destas áreas.

Com pequenas declividades, estas áreas são pouco suscetíveis à erosão, além de serem áreas de deposição de sedimentos.

Portanto, as cinco classes de uso e manejo do solo atualmente nesta territorialidade são a área urbana, solo exposto, cana de açúcar, pasto, pasto degradado, pequenas lavouras e água.

Os solos da microbacia possuem um bom condicionamento agrícola: fertilidade média e resistência alta à erosão.

Neste aspecto a Tabela 74 demonstra as tolerâncias das perdas de solo na referida microbacia subdividida em Unidades de Manejo.

Podemos verificar que a perda máxima é de 13,00t/ha, bem abaixo da considerada na Microbacia do Córrego Taquara Branca.

O Mapa demonstra o uso do solo e das perdas toleradas do solo para cada unidade.

MAPA 35 - MICROBACIA DO CÓRREGO PINHEIRINHO

Mostrando as divisões entre talhões, o limite da microbacia e os acessos internos

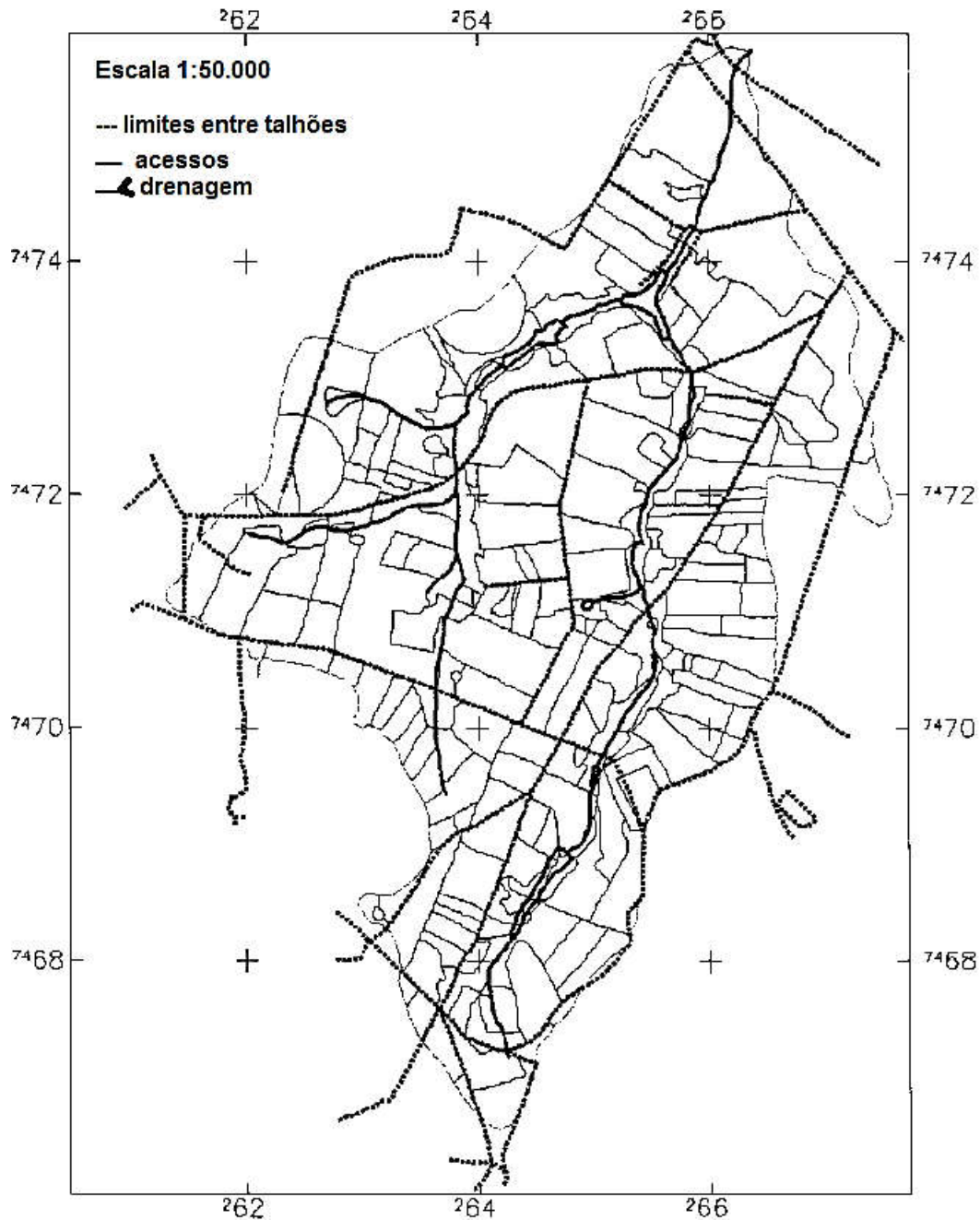


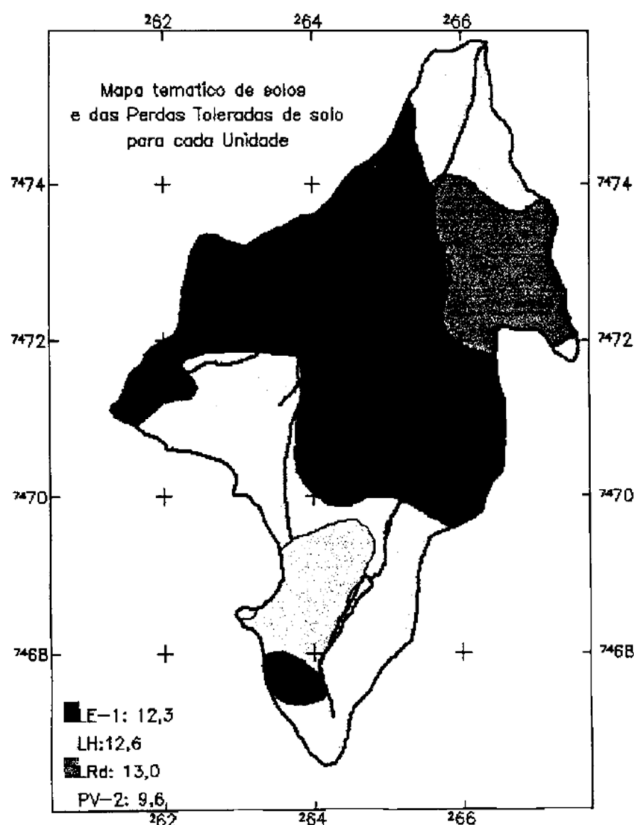
Tabela 74 - VALORES DAS TOLERÂNCIAS DE PERDAS DE SOLO PARA AS UNIDADES PRESENTES NA MICROBACIA DO CÓRREGO PINHEIRINHO

SOLO	T(t/ha)
Podzóico Vermelho-Amarelo distrófico e álico textura média e arenosa-média	9,60
Latossolo Vermelho-Escuro álico textura argilosa	12,30
Latossolo Vermelho-Amarelo húmico	12,60
Latossolo Roxo distrófico	13,00

Fonte: Oliverira e al ... levantamento pedológico semidetalhado dos solos do Estado de SP – quadrícula Campinas

MAPA 36 - MAPA TEMÁTICO DO SOLO E DAS PERDAS

Perdas toleradas do solo para cada unidade



Fonte: Oliverira e al ... levantamento pedológico semidetalhado dos solos do Estado de SP – quadrícula Campinas

6.7. Microbacia do Quilombo

O Ribeirão Quilombo, afluente da margem esquerda do Rio Piracicaba está situado na Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (UGRHI-5), pertencente à Diretoria de Bacia do Médio Tiete (BMT) do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE-SP). A bacia hidrográfica do Ribeirão Quilombo possui uma área de drenagem de aproximadamente 380 km², englobando as cidades de Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia e parte dos municípios de Paulínia e Campinas a montante.

O aglomeramento urbano envolve uma população estimada de 870.000 habitantes, considerando-se, neste caso, um percentual da população da cidade de Campinas e de Paulínia. A previsão para o ano 2030 deverá atingir uma população estimada em 1.300.000 habitantes. A referida microbacia tem cerca de 4.901ha no Município de Sumaré e se localiza na maior parte da área urbana do município.

A Bacia do Ribeirão Quilombo situa-se entre as coordenadas geográficas 45°50' e 48°30' de longitude e 22°00' e 23°20' de latitude, na porção Centro-leste do Estado de São Paulo.

Pela sua posição geográfica, a UGRHI encontra-se sob a influência das massas de ar Tropicais Atlântica e Continentais, e Polar Atlântica, apresentando diferenças dada, principalmente pela distância ao mar e influência do relevo, que atuam basicamente na circulação regional, afetando a distribuição e ocorrência das chuvas e o regime térmico.

A classificação dos tipos climáticos, feita com base no sistema de Köppen, tem-se o tipo Cfb, sem estação seca, com verão fresco; o Cfa, sem estação seca, com verões quentes; e o Cwa, com inverno seco e verão quente.

O regime pluviométrico é tropical típico, com um período chuvoso, iniciando em outubro e terminando em abril, e um período de estiagem, de maio a setembro, variando localmente o início e o término de cada um dos períodos.

Os índices de precipitação pluviométrica situam-se entre 1.200 e 1.800 mm anuais. O regime térmico apresenta características tropicais e subtropicais, conforme a área.

O Ribeirão Quilombo, atualmente, é campeão nas estatísticas de cursos d'água mais poluídos, pois recebe aproximadamente 8.000 kg OBO/dia em detritos industriais, enquanto o rio Atibaia, muito mais volumoso, recebe 6.000 kg OBO/dia.

O Ribeirão Quilombo tem sua nascente localizada na Cidade de Campinas no Bairro Chapadão, Clube Andorinhas. É formado pelos Córregos Chapadão, Boa Vista e Santa Elisa na cidade de Campinas. A foz está localizada na cidade de Americana no Bairro Carioba, desaguardo no Rio Piracicaba.

O Ribeirão Quilombo corta os territórios de Sumaré, Hortolândia, Nova Odessa, recebendo a contribuição de outros tributáveis, em sua maioria urbanos, com o comprimento do talvegue principal da ordem de 53 km.

A profundidade média varia de 2,00 a 4,00 metros e a largura varia de 8,00 a 12,00 metros. Observa-se nos dados referentes à largura uma variação considerável devido às diversas retificações e desassoreamentos ao longo destes anos.

O seu principal afluente é o Ribeirão Jacuba ou Hortolândia, que atravessa a cidade de Hortolândia.

O Mapa 37 localiza o Ribeirão Quilombo na bacia do rio Piracicaba e este curso de água percorre 50 km desde sua nascente em Campinas até seu final em Americana.

A bacia hidrográfica é caracterizada por uma ocupação majoritariamente urbana, de modo que não é respeitada uma Área de Proteção Permanente (APP) de acordo com o Código Florestal.

O ribeirão apresenta largura de 2 até 12 metros e profundidade média variante entre 2 e 4 metros (COLOMBO, 2002⁴⁷). Por conta de uma ocupação de moradias pretérita ao regulamento do Código Florestal e atrelado ao crescimento populacional e urbano das cidades que compõe a bacia, acabou-se comprometendo a várzea.

Também contribuíram para esta poluição a quantidade de dejetos oriundos de esgoto, construção civil e lixo despejado no Ribeirão Quilombo.

A variedade de tipos de materiais presentes na várzea e dentro do ribeirão é inerente a atual situação de contaminação das águas, evidenciando um uso inadequado do solo e de um curso d'água

⁴⁷ DIAGNOSTICO E DIRETRIZES PARA PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA. RIBEIRAO QUILOMBO-AMERICANA-SP- Arquiteto Jairo Cezar Colombo

que beira áreas de moradias precárias, que sofrem com eventuais enchentes, alagamentos e mau cheiro da água.

Na Tabela 75 podemos verificar a representação dos Municípios dentro da Bacia do Ribeirão Quilombo.

A bacia do Quilombo possui 85% de sua área constituída por colinas amplas, com interflúvios a partir de 4 km², com seus topos extensos e de forma aplainadas, com vertentes retilíneas ou convexas.

A drenagem se desenha seguindo a topografia, sendo de forma dendrítica de baixa densidade, vales abertos e planícies aluviais restritas com fios d'água finos e curtos, isto de acordo com o Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo (IPT, 1:1000.000, 1981).

O percentual restante, 15% da área da bacia, situada na sua porção sudeste, apresenta morrotes alongados e espigões, topos angulosos a achatados, vertentes ravinadas, vales fechados, densidade de drenagem média a alta.

O relevo da bacia hidrográfica do Ribeirão Quilombo varia de 560 a 720 metros de altura, sendo que as maiores altitudes se situam na porção Leste da bacia e acompanham a drenagem na direção Noroeste.

O relevo de forma geral é suave ou pouco acidentado, apresentando cota média de elevação em torno de 600 metros.

A área é constituída de colinas amplas, com interflúvios superiores a 4 km², topos extensos e aplainados, vertentes retilíneas a convexas, drenagem subdendrítica de baixa densidade, vales abertos e planícies aluviais restritas.

Tal representação é visualizada pela Figura 48 com o mapa hipsométrico da bacia do Ribeirão Quilombo.

Quanto ao uso e ocupação do solo, verifica-se uma extensa área da bacia destinada à proteção de áreas de interesse ambiental e de edificações de interesse sociocultural, verificam-se algumas áreas destinadas ao uso industrial, algumas áreas destinadas aos usos habitacionais de famílias e alguns pontos destinadas aos usos comerciais, de serviços e institucionais.

Desse modo, fica evidente o perfil urbano ao qual a região se caracteriza.

O Mapa 38 - Do Uso do Solo da Bacia representa um modelo RGB⁴⁸ de falsa cor para evidenciar o uso do solo e destaca com a cor azul mais escura os cursos d'água que constituem a bacia hidrográfica do Ribeirão Quilombo.

A maior porção representada pela cor azul indica a ocupação urbana, presente por toda bacia hidrográfica contornando o Ribeirão Quilombo e seus afluentes, logo, indicando como a urbanização na área é altamente influenciadora da dinâmica fluvial.

A cor vermelha representa áreas de mata vestigial e mais densa, com árvores de cobertura de médio e alto porte, sendo áreas de preservação de nascentes de afluentes com polígonos bem delimitados.

A cor verde, menos chamativa, representa cultivos agrícolas pequenos que se misturam a coloração azul por estarem próximas às indústrias, com galpões e prédios inseridos nas mediações dos cultivos.

As áreas inundáveis na Bacia do Ribeirão Quilombo foram obtidas a partir de informações das várias inspeções de campo realizadas pelos estudos do DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica, substanciados nos relatórios de Estudo Preliminar de Inundações na Bacia do Ribeirão Quilombo, de 1999 e no Relatório Zero – Diagnóstico da Situação dos Recursos Hídricos da Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, de 1999, além dos estudos de controle de inundações desenvolvidos no município de Campinas, no âmbito dos estudos do Programa de Combate às Enchentes – PROCEN, através do FCTH, em 1995.

As áreas suscetíveis de inundações na Bacia do Ribeirão Quilombo estão localizadas preferencialmente nas várzeas ribeirinhas, sendo que grande parte ocupada irregularmente.

Alguns afluentes do Ribeirão Quilombo, como aqueles localizados nos municípios de Americana, Nova Odessa e Sumaré sofrem dos efeitos causados pela elevação dos níveis das águas do Quilombo, ocasionando o efeito de remanso de chegada ou desembocadura destes rios e córregos, ocasionando inundações por extensas localidades das várzeas.

⁴⁸ RGB é a abreviatura de um sistema de cores aditivas em que o Vermelho (Red), o Verde (Green) e o Azul (Blue) são combinados de várias formas de modo a reproduzir um largo espectro cromático.

Também no Rio Jacuba, que corta a sede do município de Hortolândia, a ocorrência de inundações está muitas vezes vinculada com as travessias de vias e de ferrovias sobre o curso d'água, cujas estruturas obstruem a passagem de cheias do rio.

As principais áreas onde ocorrem inundações, no Ribeirão Quilombo e no seu afluente principal o Rio Jacuba ou Hortolândia, identificadas por município, são apresentadas no Mapa 37.

Nas planícies de inundação do Ribeirão Quilombo, é comum a ocorrência de campos de várzea, constituídos por formações não florestais de fisionomia basicamente herbáceo-arbustiva, que têm um papel fundamental no balanço hídrico da bacia, agindo como esponjas absorvendo e filtrando água para o solo.

Porém, mesmo que as áreas de APP não sejam respeitadas e o limite urbano tenha avançado sobre este, a superfície da área urbana impermeabilizada faz maior escoamento de água superficial, que justifica as constantes inundações do Ribeirão Quilombo em certos pontos.

O volume de água escoada por efeito da impermeabilização aumenta a quantidade de água que chega ao ribeirão e sua várzea, caracterizando a ocorrência de solos hidromórficos.

Segundo o regulamento do Novo Código Florestal (2012) para Áreas de Preservação Permanentes (APPs) para as margens de cursos d'água até 10 metros, a APP deve abranger 30 metros e cursos d'água de 10 a 50 metros.

Por conta de uma ocupação urbana pretérita ao regulamento, dificilmente ao longo do ribeirão se respeitará a lei proposta pelo CONAMA. No Município de Sumaré possui aspecto muito característico, uma vez que a maioria de sua várzea se encontra com ocupações urbanas sem regularização.

6.7.1. Áreas inundáveis

No Município de Sumaré os locais de inundação são localizados nos seguintes territórios: Jd Maria Antonia, Pq Jatobá, Jd Nossa Senhora da Conceição, Jardim São Domingos, Jardim Basilicata, Jardim Manchester, Jd Primavera e Vila Diva.

6.7.1.1 Causas da Inundações

Com base em referências de várias inundações nos principais centros urbanos dos municípios que compõem a bacia do Ribeirão Quilombo, que contou com eventos de extrema significância, como os verificados em 1991, as causas principais das inundações puderam ser caracterizadas, como a seguir:

Ocupação irregular ao longo da calha dos rios, em áreas marginais naturalmente destinadas à preservação para a ocupação pelas enchentes ou transbordamentos dos córregos e rios, com maior ou menor frequência, provocam elevação dos níveis de enchentes e o alagamento de áreas até antes protegidas das cheias;

Inundações de várzeas dos córregos e rios em decorrência de estrangulamentos e obstruções na calha dos cursos d'água principais, ocasionados por bueiros e pontes com dimensões e implantações inadequadas;

Ausência de um zoneamento da ocupação urbana das bacias hidrográficas que destine faixas de proteção ao longo dos cursos d'água principais e secundários, estabeleça índices de ocupações e de áreas permeáveis adequados visando a redução dos escoamentos superficiais e

Ausência de obras hidráulicas de contenção, como lagos e reservatórios de retenção de cheias ou de armazenamento que façam parte de um plano de controle de cheias, para a redução dos picos de enchentes, causadoras das inundações das áreas baixas, próximas às margens dos cursos d'água.

6.7.1.2 Aspectos Técnicos

Os aspectos técnicos relacionados às obstruções na calha do Ribeirão Quilombo e Hortolândia foram objeto de relatórios, planos e projetos discriminados a seguir:

- DAEE – Estudo Preliminar de Inundações na Bacia do Ribeirão Quilombo – DAEE, 1999;
- Relatório Zero – Diagnóstico da Situação dos Recursos Hídricos da Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, CETEC-DAEE, 1999;
- FCTH – Avaliação de Impacto das Intervenções na Bacia do Ribeirão Quilombo – PROCEN – Campinas, 1995;
- Plano Diretor de Macro Drenagem de Hortolândia, PROESP, 1994;
- Estudos e Projetos para Recuperação de Pontes – Rua Santana – Hortolândia – COPLASA – 1991 e
- DAEE – Pré-dimensionamento da seção do canal do Ribeirão Quilombo no município de Sumaré – SOMA-DAEE, 1991.

Por se tratar de uma área tão próxima de habitações e a um centro inserido numa região metropolitana importante do país, há uma preocupação social e governamental em recuperar, na medida do possível, algumas áreas necessitadas de cuidados ambientais. Atualmente no Brasil existem legislações para abranger níveis aceitáveis e orientados quanto à qualidade de solos e das águas quanto à concentração de lançamento de efluentes domésticos e industriais.

Para isso o CONAMA e CETESB são instituições relevantes para o levantamento de valores orientadores quanto ao nível aceito para elementos químicos presentes no solo e água em usos da terra agrícola, residenciais e industriais.

Perante os dados impetrados, percebe-se que o Rio Quilombo vem sendo provavelmente contaminado por fontes domésticas (menor porcentagem) e industriais (maior porcentagem), fazendo as características naturais desse rio ser afetados.

É possível observar que o Rio Quilombo está em fase de transição da classe 3 para classe 4.

Se ações não forem tomadas urgentemente no intuito de minimizar a intensa degradação antropogênica que este manancial vem sofrendo, a limitação do uso de suas águas será inevitável.

É de extrema importância a continuidade deste trabalho, principalmente, para implementação de novas análises que identifiquem as classes químicas de determinados compostos orgânicos (cancerígenos) presentes em pesticidas e fertilizantes.

O Projeto de Lei 201/2008 criaria a Área de Proteção Ambiental (APA) da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Quilombo, porém o mesmo não foi aprovado.

**Tabela 75 - MUNICÍPIOS REPRESENTANTES DA BACIA DO RIBEIRÃO
QUILOMBO**

Município	Área total (ha)	Área total na bacia (ha)	Área na Bacia (%)	Composição da Bacia (%)
Americana	13.368,80	4.381,50	32,80	11,30
Campinas	79.592,30	7.177,10	9,00	18,40
Hortolândia	6.225,30	6.222,30	100,00	16,00
Nova Odessa	7.332,20	5.908,10	80,60	15,20
Paulínia	13.938,70	2.803,10	18,70	6,70
Sumaré	15.311,90	12.612,20	82,40	32,40
Total	135.769,20	38.904,30	29,70	100,00

Fonte: Solos de Várzea do Ribeirão Quilombo: Caracterização Geoquímica - Vitor Carraro Cesar de Souza

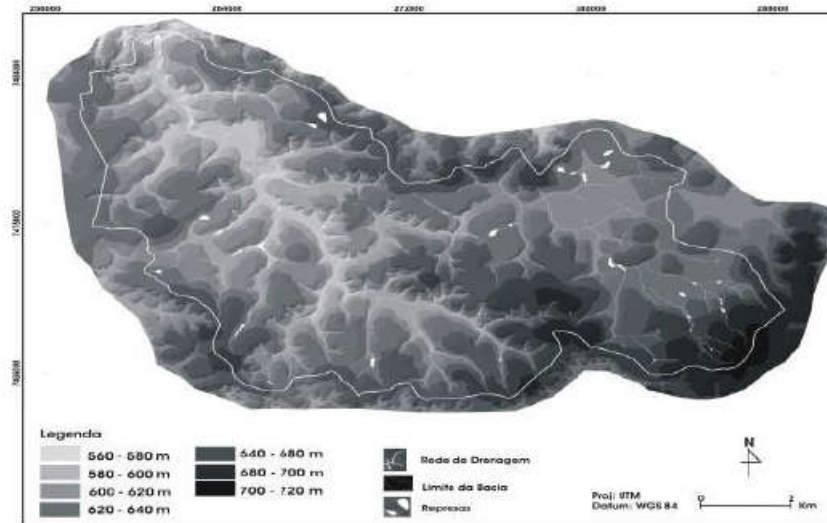
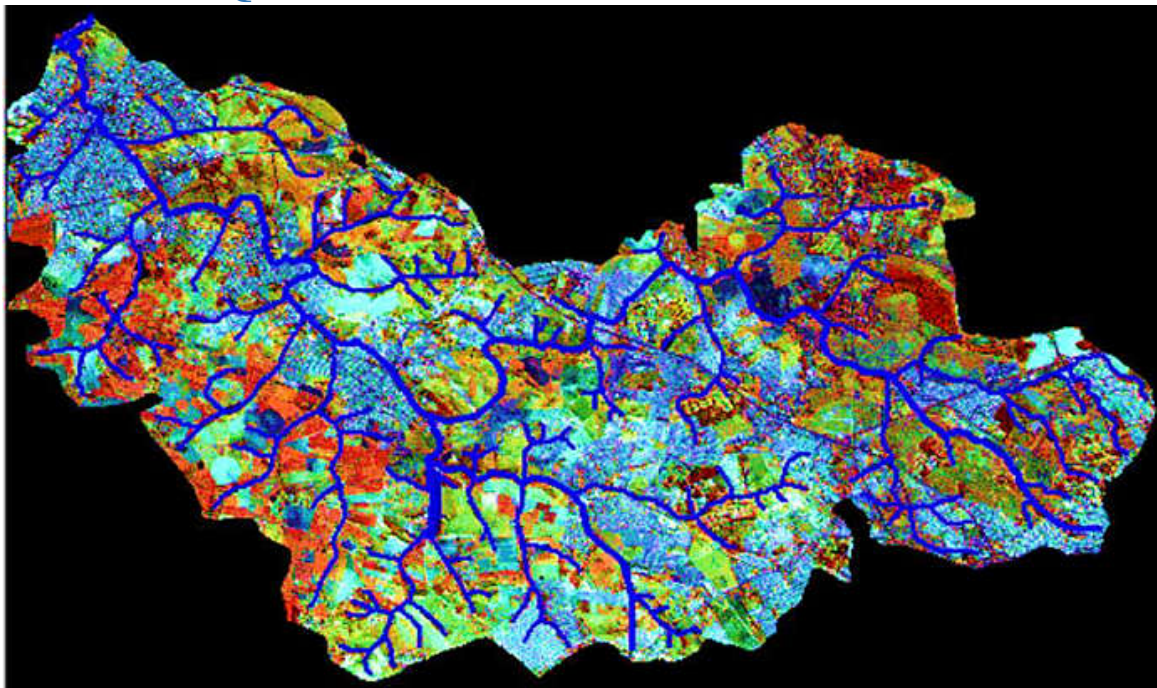


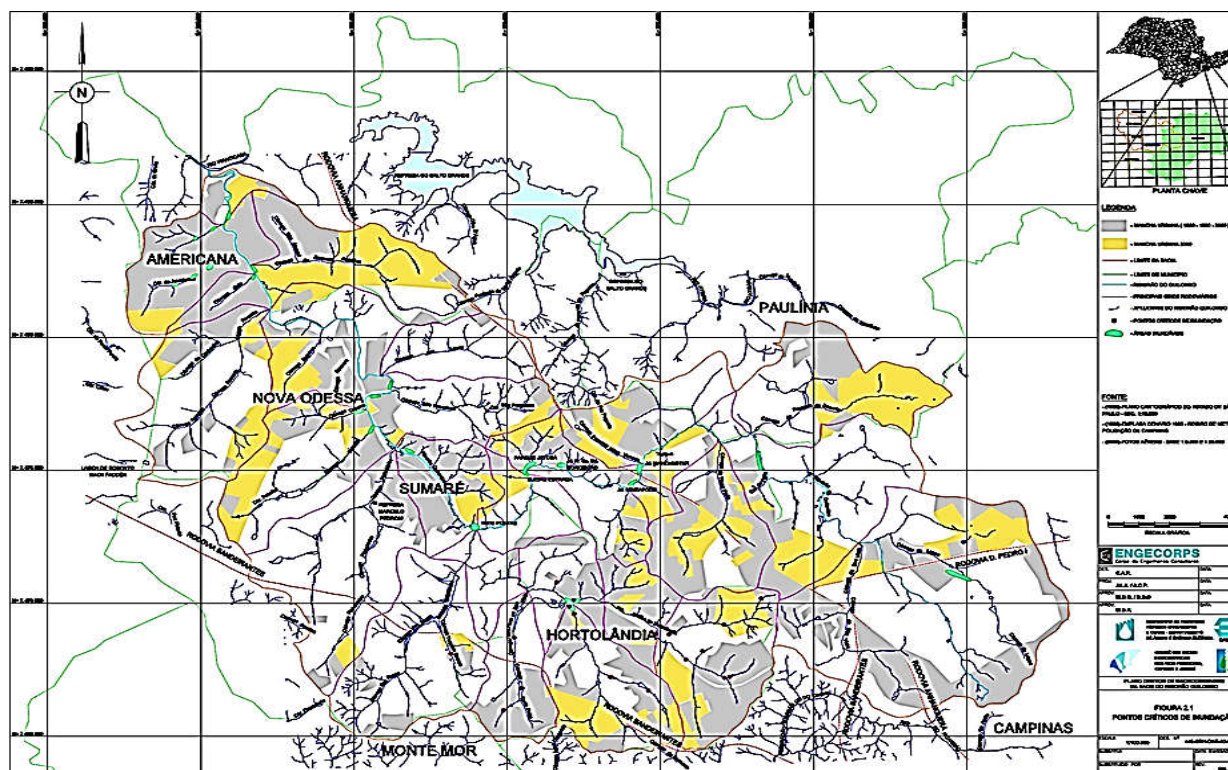
Figura 49 - Hipsometria da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Quilombo
Fonte: Cartas topográficas em escala 1: 50000 (IBGE).

MAPA 38 - USO DO SOLO NA BACIA DO RIBEIRÃO QUILOMBO E SEUS AFLUENTES



Fonte: Diagnóstico de diretrizes para plano diretor de drenagem urbana. Ribeirão Quilombo-Americana-SP
Arquiteto Jairo Cezar Colombo

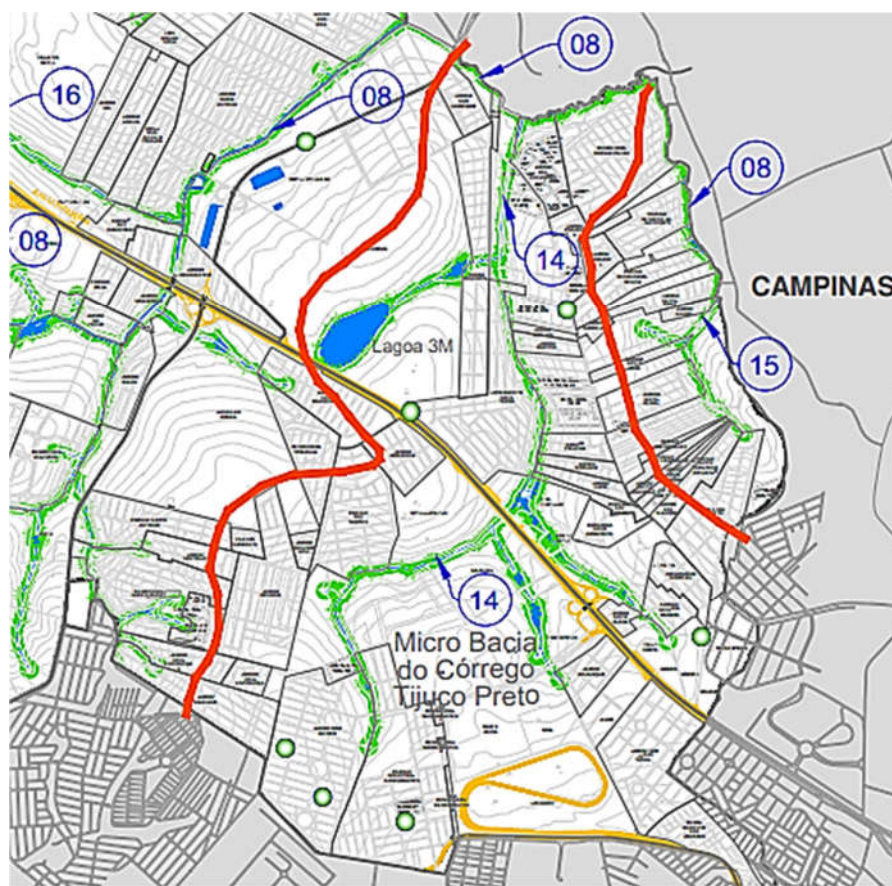
MAPA 39 - ÁREAS ONDE OCORREM INUNDAÇÕES, no Ribeirão Quilombo e no seu afluente principal o Rio Jacuba ou Hortolândia



6.8. Microbacia do Córrego Tijuco Preto

O Córrego Tijuco Preto tem sete quilômetros de extensão e é um dos afluentes do Ribeirão Quilombo. Tem sua nascente no Parque das Nações e Loteamento Bandeirantes, no Distrito de Nova Veneza, na AR Cura. Recebe as águas pluviais e esgoto sem tratamento e também clandestino. Com margens habitadas por moradias e indústrias, se encontra em avançado grau de poluição. Possui a largura e profundidade variando entre 2 a 2,5 metros. Com o desmatamento de matas auxiliares junto ao crescimento exponencial da população, o córrego foi se degradando e hoje se encontra, assoreado, contaminado e sem vida, nível de água baixo, água poluída e a largura aumentando com o passar do tempo. Atualmente o Córrego Tijuco Preto recebe as águas pluviais de uma área urbana (loteamentos) de cerca de 15,70 quilômetros quadrados. No Mapa 40 podemos identificar a microbacia do Córrego Tijuco Preto e sua localização municipal.

MAPA 40 – MICROBACIA DO CÓRREGO TIJUCO PRETO



Fonte: SEPLAN

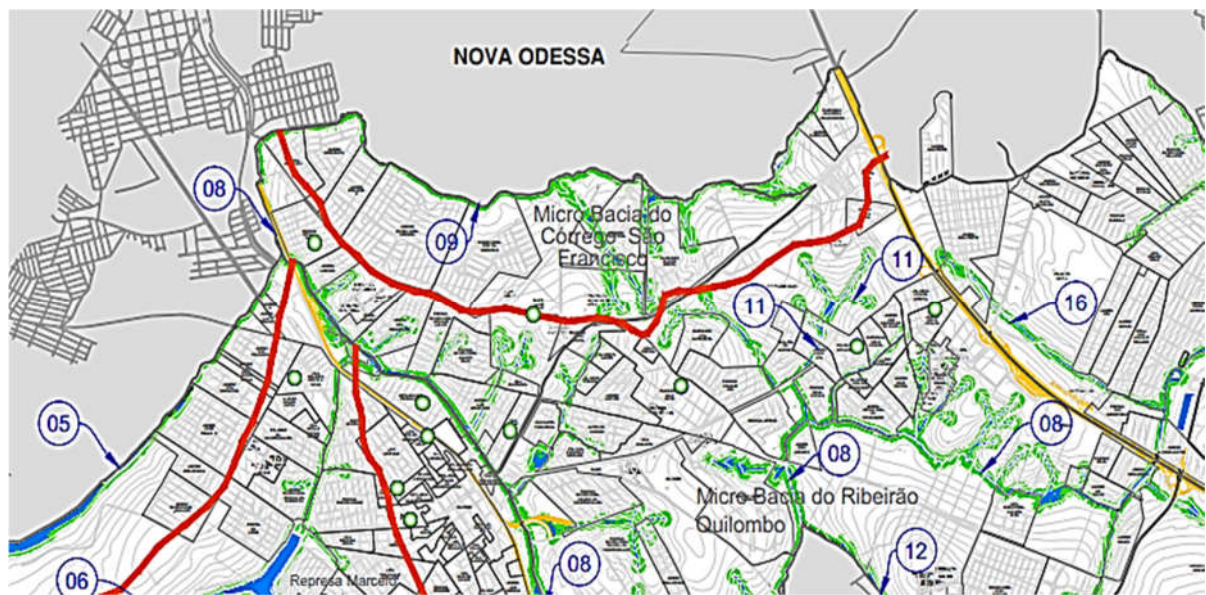
6.9. Microbacia do Córrego São Francisco

Contendo uma área de 620 ha, caracteriza-se pela produção agropecuária de cana-de-açúcar e hortaliças.

Por se localizar justamente na divisa do Município de Sumaré com o Município de Nova Odessa, o mesmo perpassa toda a área urbana da cidade de Sumaré, área essa altamente adensada e focos de ocupações irregulares.

No território de Nova Odessa ainda não existem ocupações urbanas, sendo uso rural. Neste trecho ocorrem diversas inundações principalmente na altura do Jd. Basilicata, em função de ocupações irregulares e a configuração física do encaminhamento do referido córrego.

MAPA 41– MICROBACIA DO CÓRREGO SÃO FRANCISCO



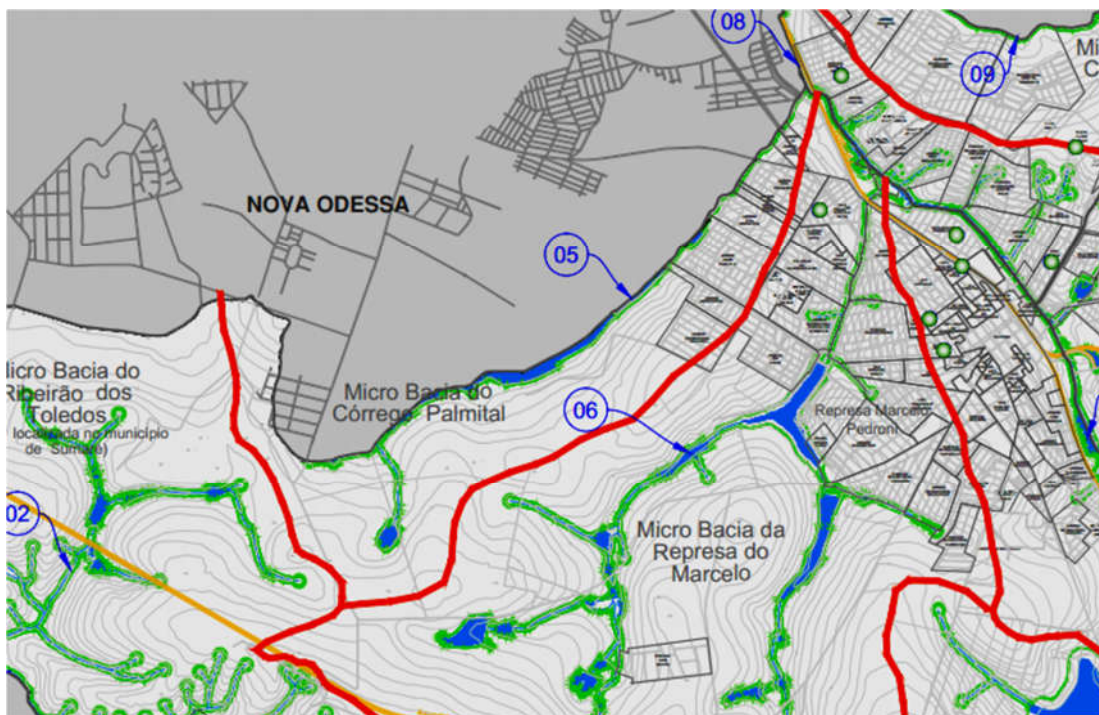
6.10. Microbacia do Córrego Palmital

O Córrego Palmital se encontra na divisa do Município de Nova Odessa e contém uma represa de médio porte que abastece uma pequena parte de Nova Odessa. Existe solicitação por parte das prefeituras de Nova Odessa e Sumaré sobre o projeto de retificação da travessia do Córrego Palmital sob a Avenida Ampelio Gazzetta e Estrada Nova Odessa/Sumaré, locais atualmente inundáveis.



Figura 50 - Vista aérea do açude no Córrego Palmital na divisa com Nova Odessa
Fonte: SEPLAN

MAPA 42 – MICROBACIA DO CÓRREGO PALMITAL



Fonte: SEPLAN

6.11. FLORA

A vegetação do estado de São Paulo se caracteriza pela sua vasta diversificação, estando presente no estado uma boa representação dos biomas do Brasil.

A Floresta Atlântica ocorre na Serra do Mar ("Floresta Ombrófila Densa"), e se estende para o planalto interior com fisionomias variadas de tipos de Florestas Mesófilas, sem decíduas.

As áreas abertas da região central e do oeste são dominadas pelos Cerrados, incluindo os Campos Sujos. Destacam-se, também, áreas menores com outros tipos de vegetação, especialmente as Restingas, Dunas e Manguezais, na região costeira. As Florestas Montanas na Serra da Mantiqueira, acima dos 1.500 m de altitude e os Campos de Altitude a mais de 2.000 m. Pela posição geográfica do estado, ocorrem associados elementos de floras tipicamente tropicais e de floras mais características de regiões subtropicais. Na RMC o Cerrado, a Mata Atlântica ou a existência de ambos, são os biomas verificados nos municípios participantes. O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul.

Cadeias de montanhas, vales, planaltos e planícies englobam a Mata Atlântica. Sua vegetação caracteriza-se por árvores altas de clima quente e úmido. O município de Sumaré contempla essa caracterização. As classes de uso que compõem a cobertura vegetal e o solo ecológico municipal encontram-se distribuídas abaixo:

Tabela 76 - INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE VEGETAÇÃO REMANESCENTE

e respectiva condição de fragmentação e indicação das áreas abrangidas pela Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba – Município de Sumaré

ÁREA (ha)	VEG.NAT. Remanescente (ha)	%	NÚMERO DE FRAGMENTOS POR CLASSE DE SUPERFÍCIE					TOTAL
			<10ha	20-50	50-100	100-200	>200	
16.400	389	2,5			11			11

Fonte: SIFESP - Sistema de Informações Florestais do Estado de São Paulo- IBGE - RADAM - 2017

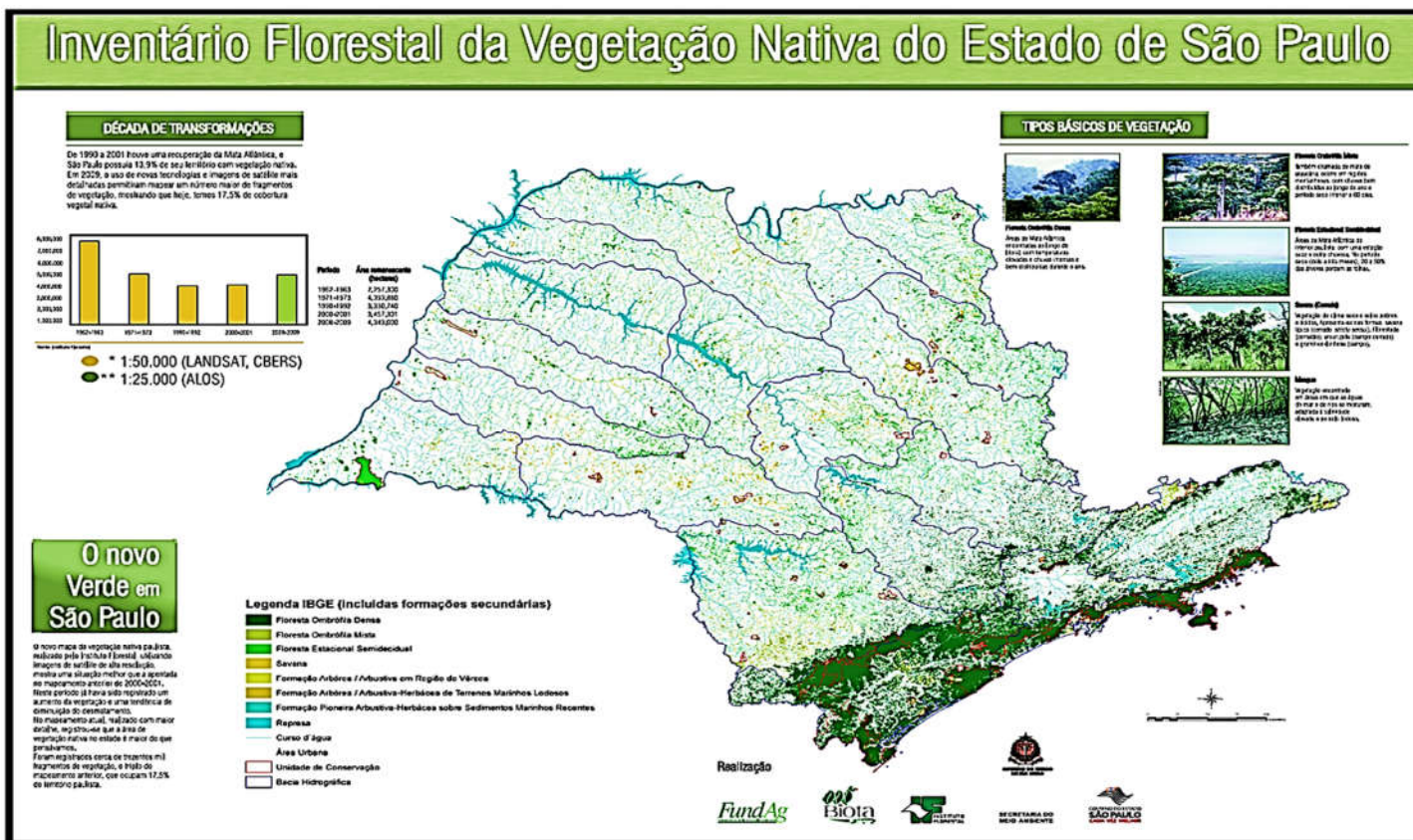
Sumaré possui uma superfície de 16.400 ha com vegetação natural remanescente, contendo 288 ha de Floresta Estacional Semidecidual (ha) e 101 ha de Floresta Ombrófila Densa (ha), totalizando 389 ha. Na Figura 51 abaixo podemos verificar o último inventário florestal efetuado para o Município de Sumaré, onde nota-se a escassez de vegetação remanescente, datado de 2001.

As figuras 51 e 52 trazem informações, embora datadas de 2001, sobre o sistema de vegetação no Estado de São Paulo e podemos detectar a contribuição do Município de Sumaré participante deste sistema. Nota-se que Sumaré se classifica com vegetação de Floresta Ombrófila em Contato Floresta Ombrófila e Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila em Contato Savana e Floresta Ombrófila, que são florestas do tipo tropical. Em relação ao grau de prioridades dentro das questões relativas à preservação ambiental do Estado, o Município é classificado como grau 03, ou seja, alta prioridade.

A qualidade do ambiente urbano encontra-se prejudicada pelo número reduzido de praças urbanizadas e pela incipiente arborização das vias públicas. Como agravante muitos dos loteamentos aprovados possuem sistemas de lazer em áreas de preservação permanente, junto a cursos d'água.

Além de não apresentarem cobertura vegetal, algumas se encontram ocupadas por assentamentos autoproduzidos.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de Sumaré, existem cerca de 76 núcleos localizados principalmente em áreas verdes do município.



Legenda IBGE (Incluídas formações secundárias)

- Floresta Ombrófila Densa
- Floresta Ombrófila Mista
- Floresta Estacional Semidecidual
- Savana
- Formação Arbórea / Arbustiva em Topólio do Várzea
- Formação Arbórea / Arbustiva-Herbácea de Terrenos Molhados Litorâneos
- Formação Pioneira Arbustiva-Herbácea sobre Sedimentos Marinhos Recentes
- Represa
- Curso d'água
- Área Urbana
- Unidade de Conservação
- Bacia Hidrográfica

Realização

Figura 51 – Mapa Florestal dos Municípios do Estado de São Paulo

Fonte: IFESP - IBGE - RADAM – 2001

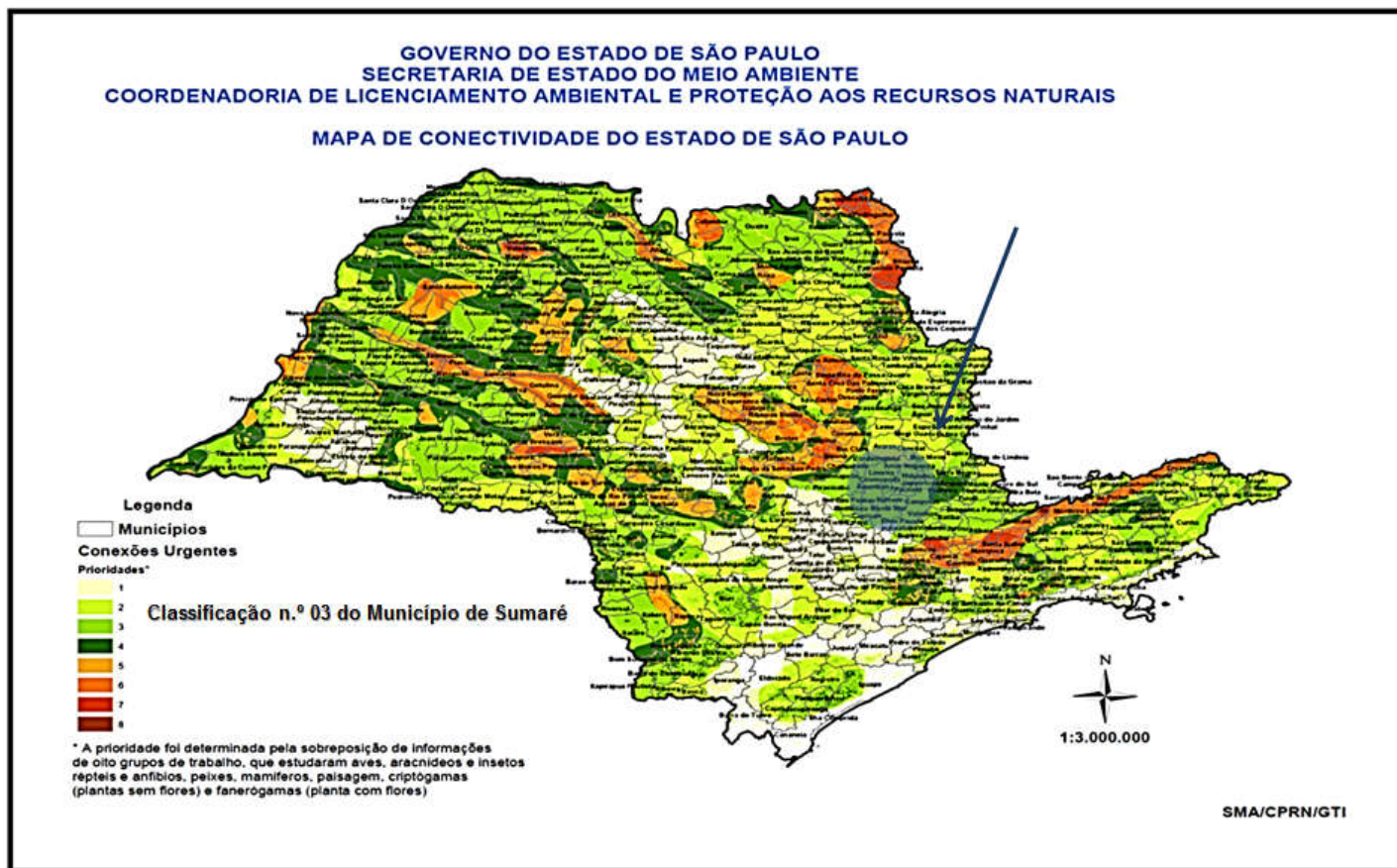


Figura 52– Mapa de Conectividade do Estado de São Paulo ESP - IBGE - RADAM – 2001

Fonte: IFESP - IBGE - RADAM – 2001

Porém a maior concentração de mata se encontra na porção sudoeste da cidade, com ocorrências contínuas.

Tendo em vista o estado geral da cobertura natural, em termos macro e microrregional, é de grande importância a proteção desses remanescentes devido a fatores como diversidade biótica, proteção de nascentes e cursos d'água além da contenção de fenômenos erosivos.

Podemos citar alguns exemplos de vegetação como as espécies encontradas ao longo da Estrada da Taquara Branca, Horto Florestal e demais reservas de matas, dentre as quais as espécies arbóreas de maior porte (a maioria delas típicas de estágios de sucessão), exemplares botânicos como Quaresmeira, Manacá-da-Serra, Embaúba, Pau-Jacaré, Jequitibá, Cedro, Alecrim-de-Campinas, a Figueira-Mata-Pau, Guaritá, Mamica-de-Porca, Paineira, Jatobá entre outras, na área de matas e campos.

Na área de cerrado, encontram-se exemplares importantes que representam a flora brasileira deste ecossistema, como o Pequi, Candeia, Pimenta-de-Macaco, Açoita-cavalo, o Angico-Preto, o Capitão, o Marolo, o Faveiro e o Barbatimão.

Ainda se encontra por toda área bromélia, orquídeas, pteridófitas, plantas aquáticas variadas e espécies vegetais de áreas brejosas, como a Tabôa, Capim-Navalha, entre outras.

Ainda encontramos áreas de regeneração de mata, com características de ecossistema tipo cerrado, com espécies típicas como o "pequi" (Cariocar brasiliense), entre outras.

Esse remanescente encontra-se bastante alterado, apresentando grande quantidade de lianas, poucas epífitas (Bromeliaceae), subosque pouco denso, com gravatá (*Bromelia antiacantha*), cujos frutos são apreciados por roedores, a palmeira tucum (*Bactris* sp), marantácea e muitas nascediças.

Nessa formação, nas proximidades de um dos tributários da represa, foi observada uma grande quantidade de palmeiros (*Euterpe edulis*), cujo povoamento deve ter sido enriquecido artificialmente.

Essa espécie é de grande valor econômico e importância para a fauna, devendo o seu plantio ser incentivado.

A viabilidade desse tipo de plantio pôde ser constatada numa área onde essa espécie era cultivada em consorciação com *Pinus* sp.

Já as pastagens artificiais, as quais predominam no compartimento das "Colinas Sedimentares" encontram-se sem qualquer manejo, sendo constituídos principalmente por espécies exóticas como a braquiária (*Brachiaria* spp) e a grama-batatais (*Paspalum notatum*), além de outras gramíneas nativas, de caráter invasor, como o capim-colonião (*Panicum maximum*) e o sapé (*Imperata brasiliensis*).

São frequentes as plantas ruderais herbáceas: gravatá-do-campo (*Eryngium paniculatum*), oficial-de-sala (*Asclepias curassavica*), guanxumas (*Sida* spp), *Solanum* spp, carqueija (*Baccharis trimera*), bordão (*Buddleia brasiliensis*), câmara (*Lantana camara* e *L. fucata*); arbustivas: alecrim-do-campo (*Baccharis dracunculifolia*), assa-peixe (*Vernonia polyanthes*), leiteiro (*Peschierafuchsiaefolia*), fedegoso (*Cassia bicapsularis*), e alguns exemplares arbóreos isolados de espécies pioneiras ou remanescentes da mata: jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), cambará (*Gochnatia polymorpha*), açoita-cavalo (*Lueheadivaricata* e *L. speciosa*), jacarandás (*Machaerium* spp), caroba (*Jacaranda* spp), *Rapanea ferruginea*; tarumã (*Vitex* cf. *megapotamia*) e santa-bárbara (*Melia azedarach*), uma espécie exótica bem adaptada que fornece frutos apreciados pela avifauna.

As categorias de uso antrópico são o reflorestamento com espécies exóticas e as pastagens artificiais.

A primeira ocupa maior área e muitas vezes é permeada pela regeneração natural da vegetação, e a segunda está situada sobre relevos menos acidentados e solos empobrecidos.

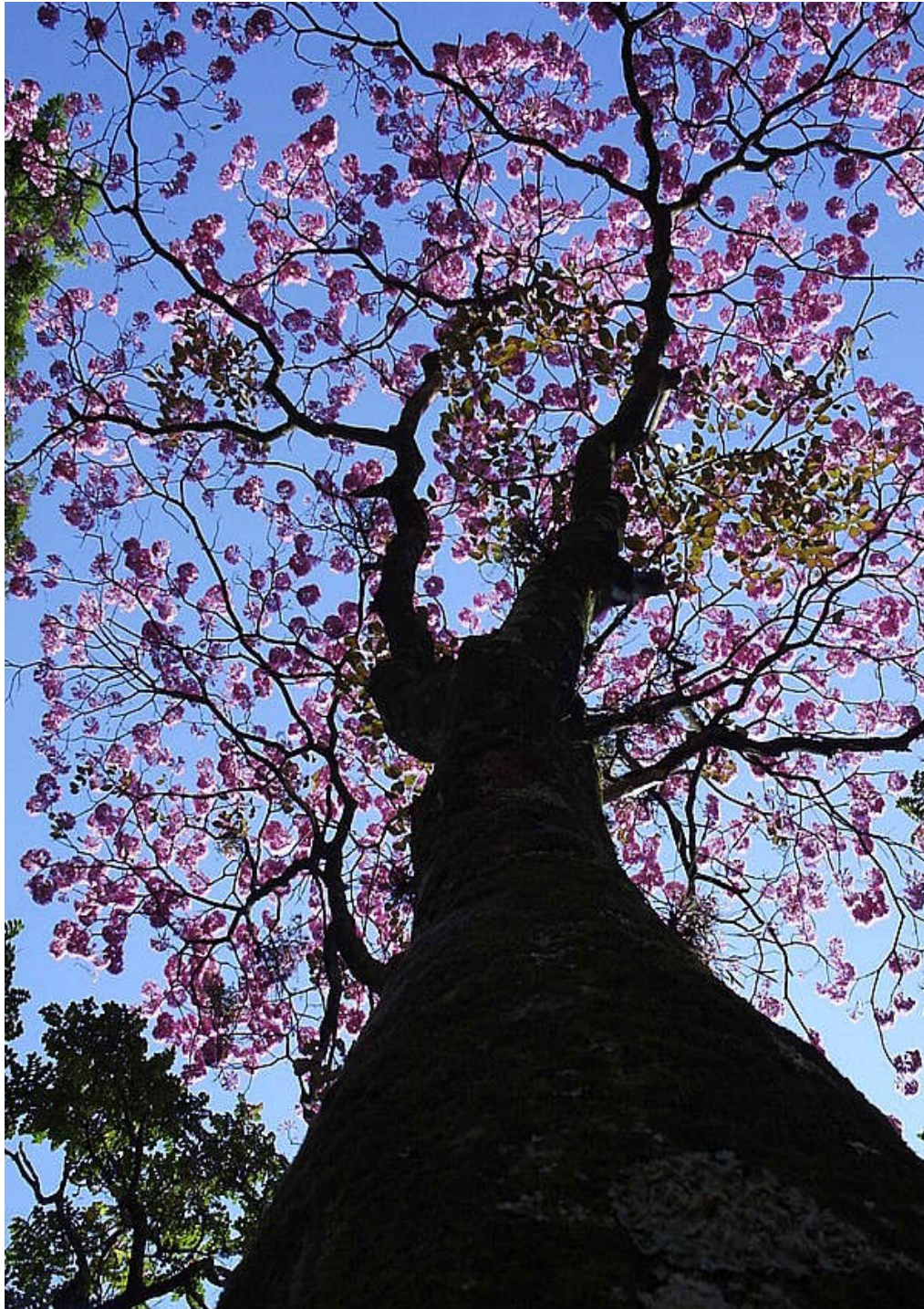
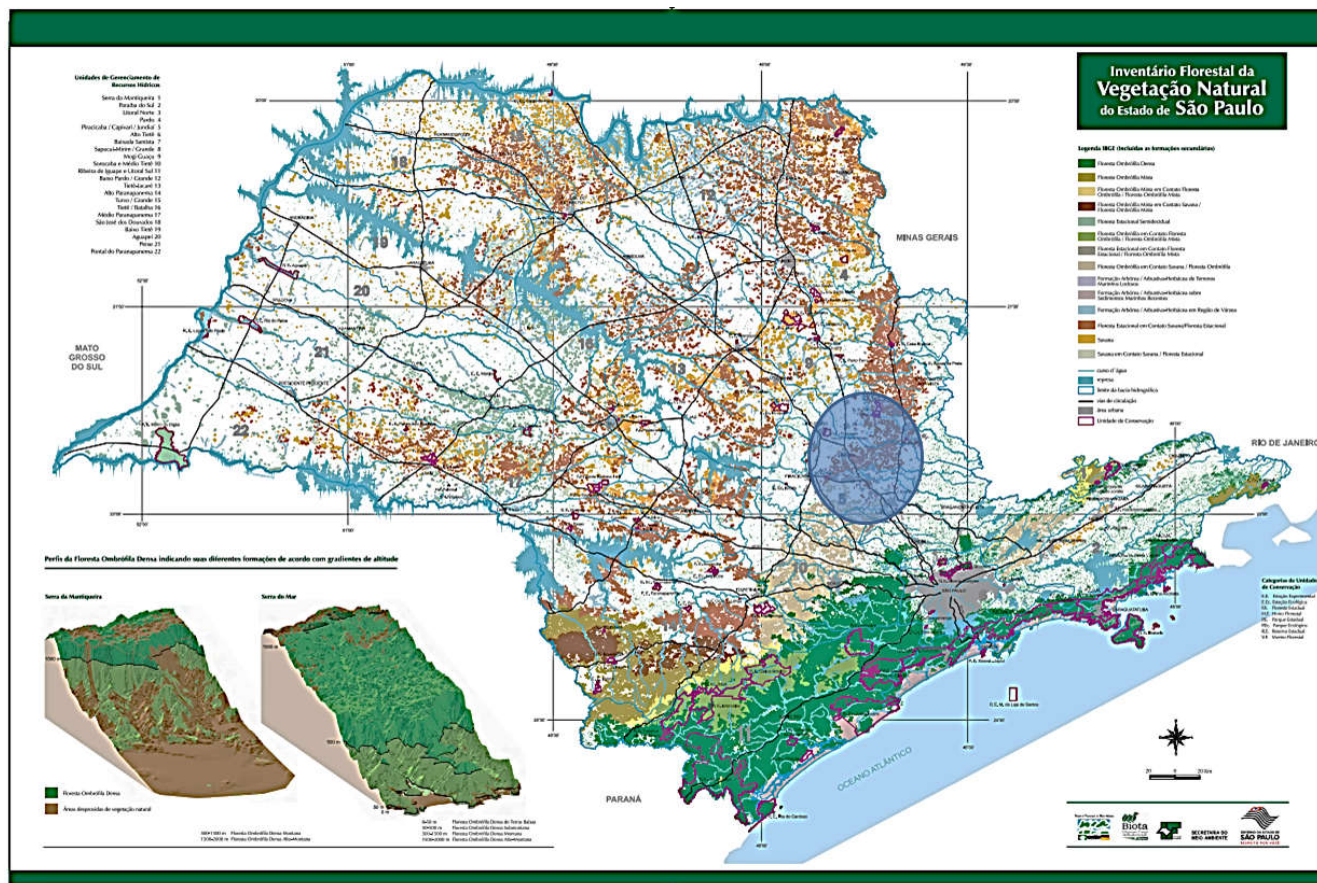


Figura 54 – Paineira

Fonte: <http://atrativosturisticosumare.blogspot.com/p/horto-florest>

Figura 55 – Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo

Fonte: IFESP - IBGE - RADAM – 2001



**Mostras Fotográficas da
Flora de Sumaré, principalmente existente no Horto Florestal**

Fonte: Canal do Youtube - Sumaré Sempre







6.12. FAUNA

Embora não haja um estudo específico sobre a fauna no município, podemos constatar que ela é muito rica e variada, e podemos encontrar uma variedade apreciável de aves, roedores, desdentados, marsupiais, ofídios, batráquios, anfíbios, répteis, carnívoros, e naturalmente, nas represas e córregos, uma importante população de peixes. Espécies como a capivara, maior roedor conhecido no mundo, se encontram em boa quantidade nas margens dos córregos e indícios da existência de carnívoros como a ariranha e o cachorro-do-mato já foram encontrados.⁴⁹

Mostras Fotográficas da Fauna de Sumaré, principalmente existente no Horto Florestal

Fonte: Canal do Youtube - Sumaré Sempre



⁴⁹ Projeto “O Horto é nosso”

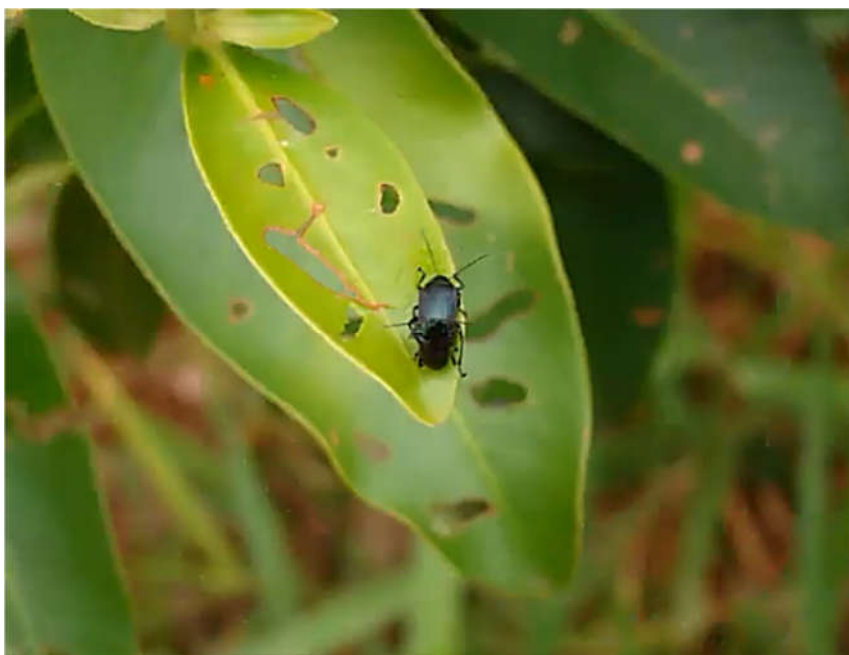












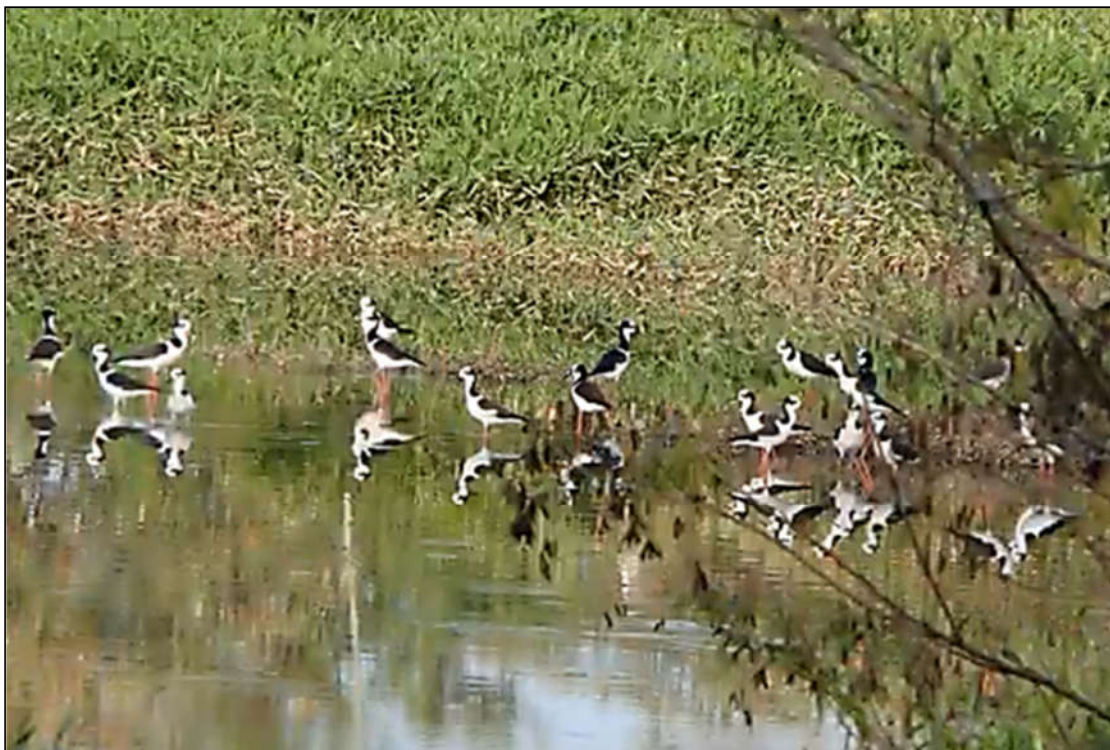




















Fonte: <https://www.wikiaves.com.br/cidade.php?c=3552403>

1. Rolinha Roxa

2 e 3. Gavião-caramujeiro
branca

4. Gavião de rabo branco

5. Gavião de rabo branco

6. Pomba Asa

7. Coruja Orelhuda

8. Lavadeira mascarada

Fotos: Carlos Moura, Ronaldo Lebowski, Luciano Bernardes, Jefferson Otaviano, Nandir Santos

Tabela 77 – INVENTÁRIO DE AVES NO MUNICÍPIO DE SUMARÉ

Família	Espécie	Nome Comum
Anatidae	Dendrocygna viduata	irerê
	Dendrocygna autumnalis	marreca-cabocla
Cracidae	Penelope obscura	jacuaçu
Phalacrocoracidae	Nannopterum brasilianus	biguá
Anhingidae	Anhinga anhinga	biguatinga
Ardeidae	Tigrisoma lineatum	socó-boi
	Nycticorax nycticorax	savacu
	Butorides striata	socozinho
	Bubulcus ibis	garça-vaqueira
	Ardea cocoi	garça-moura
	Ardea alba	garça-branca-grande
Threskiornithidae	Egretta thula	garça-branca-pequena
	Mesembrinibis cayennensis	coró-coró
Cathartidae	Coragyps atratus	urubu-de-cabeça-preta
Accipitridae	Elanus leucurus	gavião-peneira
	Rostrhamus sociabilis	gavião-caramujeiro
	Rupornis magnirostris	gavião-carijó
	Geranoaetus albicaudatus	gavião-de-rabo-branco
	Buteo brachyurus	gavião-de-cauda-curta
Rallidae	Aramides cajaneus	saracura-três-potes
	Aramides saracura	saracura-do-mato
	Laterallus melanophaius	sanã-parda
	Pardirallus nigricans	saracura-sanã
Charadriidae	Gallinula galeata	frango-d'água-comum
	Vanellus chilensis	quero-quero
Jacanidae	Jacana jacana	jaçanã
Columbidae	Columbina talpacoti	rolinha-roxa
	Columbina squammata	fogo-apagou
	Columba livia	pombo-doméstico
	Patagioenas picazuro	pomba-asa-branca
	Zenaida auriculata	avoante
	Leptotila verreauxi	juriti-pupu
Cuculidae	Piaya cayana	alma-de-gato
	Crotophaga ani	anu-preto
	Guira guira	anu-branco
	Tapera naevia	saci
Strigidae	Athene cunicularia	coruja-buraqueira
	Asio clamator	coruja-orelhuda
	Asio flammeus	mocho-dos-banhados

Caprimulgidae	Podager nacunda	coruçã
Trochilidae	Eupetomena macroura	beija-flor-tesoura
	Chlorostilbon lucidus	besourinho-de-bico-vermelho
	Amazilia lactea	beija-flor-de-peito-azul
Alcedinidae	Megaceryle torquata	martim-pescador-grande
Ramphastidae	Ramphastos toco	tucanuçu
Picidae	Melanerpes candidus	pica-pau-branco
	Veniliornis passerinus	picapauzinho-anão
	Colaptes melanochloros	pica-pau-verde-barrado
	Colaptes campestris	pica-pau-do-campo
Cariamidae	Cariama cristata	seriema
Falconidae	Caracara plancus	carcará
	Milvago chimachima	carrapateiro
	Falco sparverius	quiriquiri
	Falco femoralis	falcão-de-coleira
Psittacidae	Psittacara leucophthalmus	periquitão-maracanã
	Forpus xanthopterygius	tuim
Thamnophilidae	Thamnophilus doliatus	choca-barrada
Dendrocolaptidae	Lepidocolaptes angustirostris	arapaçu-de-cerrado
Furnariidae	Furnarius rufus	joão-de-barro
	Certhiaxis cinnamomeus	curutié
	Synallaxis frontalis	petrim
	Synallaxis albescens	uf-pi
Rhynchocyclidae	Todirostrum cinereum	ferreirinho-relógio
Tyrannidae	Hirundinea ferruginea	gibão-de-couro
	Elaenia flavogaster	guaracava-de-barriga-amarela
	Phaeomyias murina	bagageiro
	Myiarchus ferox	maria-cavaleira
	Pitangus sulphuratus	bem-te-vi
	Machetornis rixosa	suiriri-cavaleiro
	Myiodynastes maculatus	bem-te-vi-rajado
	Myiozetetes similis	bentevizinho-de-penacho-vermelho
	Tyrannus melancholicus	suiriri
	Tyrannus savana	tesourinha
	Empidonomus varius	peítica
	Fluvicola nengeta	lavadeira-mascarada
	Arundinicola leucocephala	freirinha
	Xolmis cinereus	primavera
Vireonidae	Cyclarhis gujanensis	pitiguari
Corvidae	Cyanocorax cristatellus	gralha-do-campo
Hirundinidae	Pygochelidon cyanoleuca	andorinha-pequena-de-casa
	Stelgidopteryx ruficollis	andorinha-serradora
Troglodytidae	Troglodytes musculus	corruíra
Donacobiidae	Donacobius atricapilla	japacanim

Turdidae	Turdus leucomelas	sabiá-barranco
Mimidae	Mimus saturninus	sabiá-do-campo
Passerellidae	Zonotrichia capensis	tico-tico
	Ammodramus humeralis	tico-tico-do-campo
Parulidae	Geothlypis aequinoctialis	pia-cobra
	Myiothlypis flaveola	canário-do-mato
Icteridae	Icterus pyrrhopterus	encontro
	Chrysomus ruficapillus	garibaldi
	Molothrus bonariensis	chupim
	Sturnella superciliaris	polícia-inglesa-do-sul
Thraupidae	Tangara sayaca	sanhaçu-cinzento
	Tangara palmarum	sanhaçu-do-coqueiro
	Tangara cayana	saíra-amarela
	Conirostrum speciosum	figuinha-de-rabo-castanho
	Sicalis flaveola	canário-da-terra
	Sicalis luteola	tipio
	Haplospiza unicolor	cigarra-bambu
	Volatinia jacarina	tiziu
	Tachyphonus coronatus	tiê-preto
	Ramphocelus carbo	pipira-vermelha
	Coereba flaveola	cambacica
	Sporophila lineola	bigodinho
	Sporophila nigricollis	baiano
	Sporophila caerulescens	coleirinho
	Thlypopsis sordida	saí-canário
Fringillidae	Euphonia chlorotica	fim-fim
	Euphonia cyanocephala	gaturamo-rei
Estrildidae	Estrilda astrild	bico-de-lacre
Passeridae	Passer domesticus	pardal
TOTAL		112 Espécies

aves



Figura 56 - Gambá de orelha branca

Fonte: G1

ANEXO

TABELAS

TABELA 66 – CONVÊNIOS – GOVERNO FEDERAL

TABELA 67 – GOVERNO ESTADUAL

TABELA 68 – CONVÊNIOS - AGEMCAMP/FUNDOCAMP

TABELA 69 – CONVÊNIOS – TERMOS DE COOPERAÇÃO/ CONTRATOS DE PARCERIA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O OBSERVATÓRIO PUCC

RELATÓRIO I

MERCADO DE TRABALHO EM SUMARÉ – PERÍODO 2010 A 2019

Responsável: Eliane Rosandiski

Introdução: Aspectos Gerais

A Cidade de Sumaré está localizada no estado de São Paulo e pertence à Região Metropolitana de Campinas (RMC). Com uma população estimada para 2019 de 282.441, Sumaré ocupa a posição de segundo município mais populoso da RMC. O município ocupa uma área de 153,44 km² e fica distante 114 Km da cidade de São Paulo e 25 Km da cidade de Campinas

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, a RMC possui o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,792 em 2010 o que se aproxima do nível Muito Alto. Levando-se em conta que os três componentes do IDHM são a Longevidade, a Educação e a Renda, tal nível representa um bom índice em relação às outras Regiões Metropolitanas Brasileiras apresentadas no relatório, isso se dá pelo aumento de políticas públicas desenvolvidas pelos municípios.

O IDHM de Sumaré apresentou grande avanço desde 1991 a 2010, passou de 0,506 para 0,783, o salto representa uma taxa de crescimento de 50,5%, este índice é considerado alto. Dentre os 5.565 municípios brasileiros o IDHM de Sumaré ocupa a 335ª posição. Na figura 1 é possível perceber visualmente que assim como Sumaré, a cidade com maior IDHM e com o menor IDHM também tiveram avanços no IDHM, o estado de São Paulo e o Brasil.

O município é dividido em 6 distritos: distrito-sede, Jardim Dall’Orto, Picerno, Maria Antônia, Área Cura e Matão. Em Sumaré passam a Rodovia Anhanguera, a Rodovia Bandeirantes e a antiga FEPASA (Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima), além das rodovias municipais que ligam Sumaré a Nova Veneza, a Monte Mor, Hortolândia e a Nova Odessa.

Um pouco sobre a história de Sumaré

A cidade, como muitas outras do Sudeste, começou devido à cultura do café, mas a mesma foi impulsionada pela industrialização, que até hoje é sua característica marcante.

A primeira povoação na região foi a Vila São Carlos de Campinas (atual cidade de Campinas) Ao redor dela, a terra disponível foi dividida em sesmarias (terrenos doados pelo governo português a pessoas influentes). Nesses terrenos, que antes não tinham nenhum tipo de cultivo, foram construídas fazendas onde um produto promissor passou a ser plantado: o café.

Em 1868, foi inaugurada, próxima a algumas fazendas, uma capela em homenagem à Nossa Senhora de Sant’Anna. Esse evento é considerado, historicamente, como a fundação de um vilarejo onde, atualmente, está a cidade de Sumaré. Na época, porém, o local era conhecido pelo nome “Quilombo”.

No final do século XIX, o vilarejo começou a presenciar o progresso, com destaque para a implantação de uma estação de trem. O projeto foi feito pelo engenheiro Antônio Pereira

Rebouças Filho e, com isso, o nome do povoado acabou mudando para Rebouças, adotando o sobrenome dessa ilustre figura.

Em 1945, devido a uma lei que proibia duas cidades com o mesmo nome (já havia uma Rebouças no Paraná), a população elegeu o nome Sumaré para a localidade. Esse nome designa um tipo de orquídea típica da região. Em 1953, Sumaré passou a ser um município autônomo, desligando-se de Campinas.

Até os anos 1950, a população que vivia em Sumaré era, basicamente, de imigrantes de Portugal e da Itália. A principal atividade econômica era a agricultura (ainda o café), e o comércio também estava presente (desenvolveu-se, em especial, próximo à estação de trem). Depois dos anos 50, pessoas vindas de outras regiões do Brasil começaram a habitar a cidade.

A industrialização estava crescendo muito nessa época, atraindo trabalhadores. Em Sumaré, as indústrias produziam, principalmente, sabão, tijolo e bebida. Outra atividade que se expandiu nesse período foi a extração de madeira.

A presença de indústrias de grande porte continua favorecendo o desenvolvimento da cidade. Os ramos que mais se destacam são a metalurgia e as indústrias química, elétrica e têxtil.

Atualmente o Município é considerado pelo IBGE como Município de Grande Atividade Econômica, predominantemente industrial operando principalmente os setores automotivo, metalomecânica, plásticos e borracha, e químico. No setor agrícola, expressiva produção de cana-de-açúcar, tomate (segundo produtor nacional) e batata inglesa.

Os segmentos de comércio e de prestação de serviços encontram-se em franco crescimento, com destaque recente para o setor de armazenagem e transportes, instalação de hotéis, magazines, escolas etc. Sendo hoje o segundo mercado consumidor entre as 19 cidades da Região Metropolitana de Campinas.

O Município é considerado pelo IBGE como Município de Grande Atividade Econômica, predominantemente industrial operando principalmente os setores automotivo, metalomecânica, plásticos e borracha, e químico. No setor agrícola, expressiva produção de cana-de-açúcar, tomate (segundo produtor nacional) e batata inglesa. Os segmentos de comércio e de prestação de serviços encontram-se em franco crescimento, com destaque recente para o setor de armazenagem e transportes, instalação de hotéis, magazines, escolas etc.

A boa infraestrutura da zona que, no passado, contava com uma importante linha de trem e, atualmente, agora tem no Aeroporto Internacional na proximidade com as duas principais Rodovias que cortam o Estado de São Paulo grandes ativos na atração de investimentos.

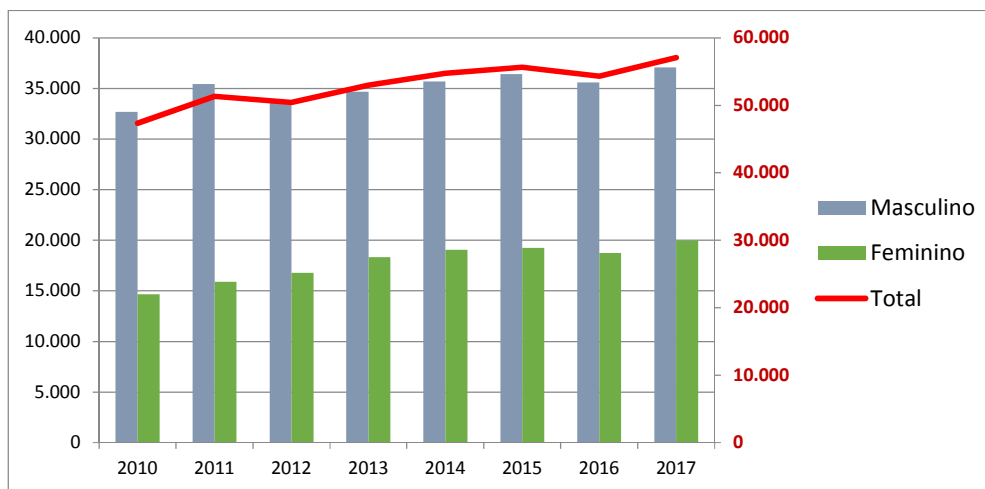
Entendendo as características do mercado de trabalho como um reflexo da estrutura econômica do município, cabe agora traçar o perfil do emprego formal no município de Sumaré.

Esta caracterização será feita a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desligados (CADED), tais informações são declaradas pelas empresas à Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia e, constituem nos bancos de dados disponibilizados para a realização de estudos específicos.

Parte I - Diagnóstico do emprego em Sumaré – período 2010 a 2017

Características do Estoque de empregados

Gráfico 1. Emprego por sexo no município de Sumaré, 2010 a 2017



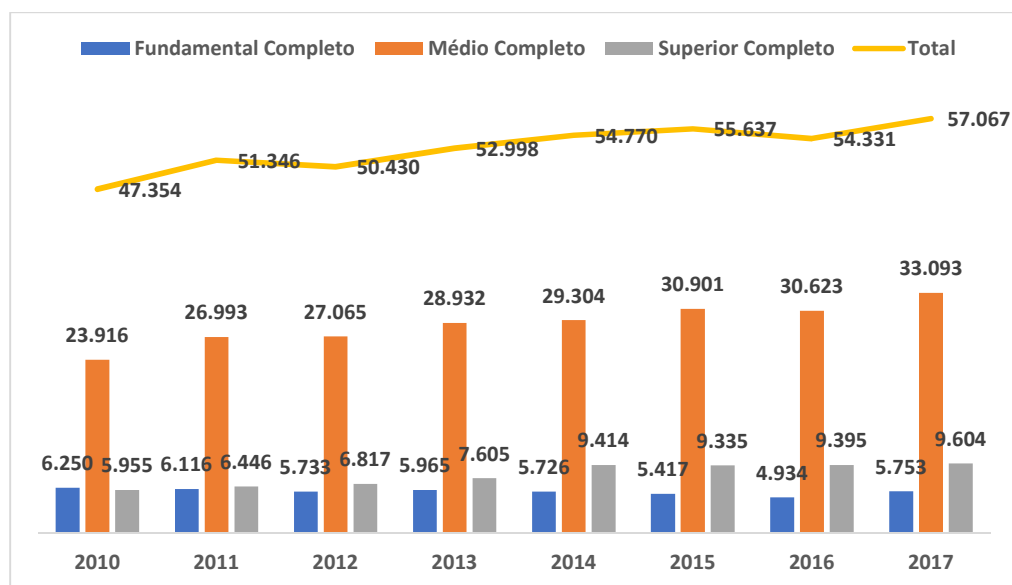
Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Quando se analisa a distribuição de emprego por sexo, há uma grande diferença entre a quantidade de emprego gerado para homens e mulheres, em favor dos homens.

Entre 2010 e 2017 houve um aumento de 20% no estoque de emprego.

Ainda que o número de contratação tenha aumentado para os dois sexos, houve mais contratação de mulheres do que de homens. Em função disso, apesar da participação dos homens no mercado de trabalho ter caído de 69% para 65%, esta queda não alterou a característica estrutural do mercado de trabalho em Sumaré.

Gráfico 2. Emprego por escolaridade no município de Sumaré, 2010 a 2017



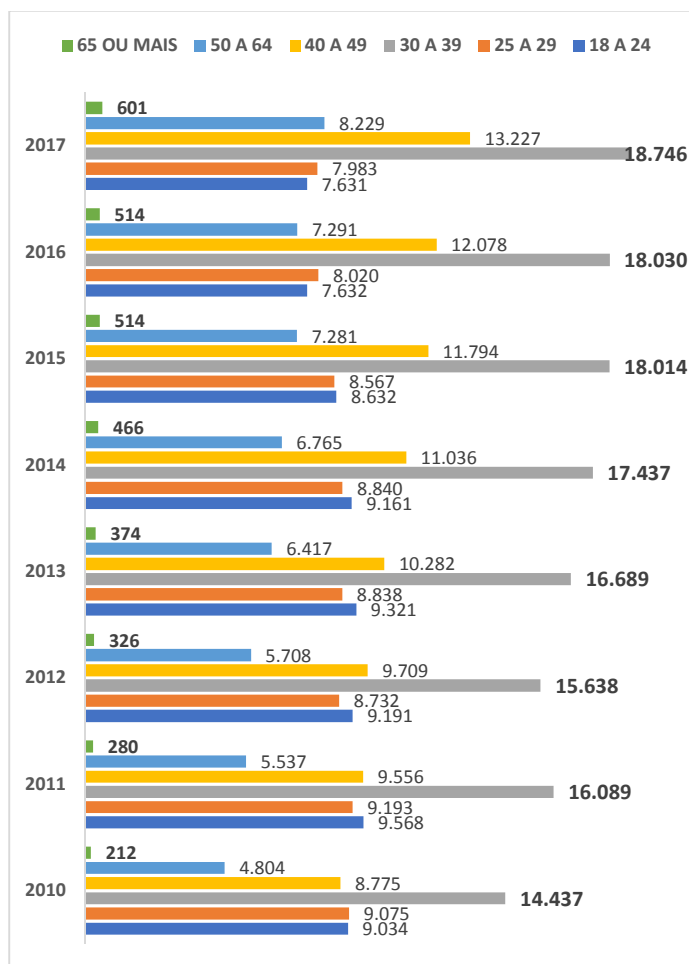
Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

É nítida participação de empregados com ensino médio completo na estrutura ocupacional de Sumaré. E, com fácil percepção, observa-se que entre 2010 e 2017 a participação relativa dos empregados com ensino médio ampliou de 51% e em 2017 esta participação ampliou para 58%.

Porém, é importante destacar que ao longo dos anos em análise, o nível absoluto de empregados com menores níveis de escolaridade diminuiu.

Logo, não apenas empregados com ensino médio completo, mas também os com superior completo ampliaram sua participação absoluta na estrutura. Assim sendo, entre 2010 e 2017 enquanto a participação dos empregados com superior completo de cresceu de 13% para 17% houve a queda de 13% para 10% dos empregados apenas com fundamental completo.

Gráfico 3. Emprego por faixa etária no município de Sumaré, 2010 a 2017

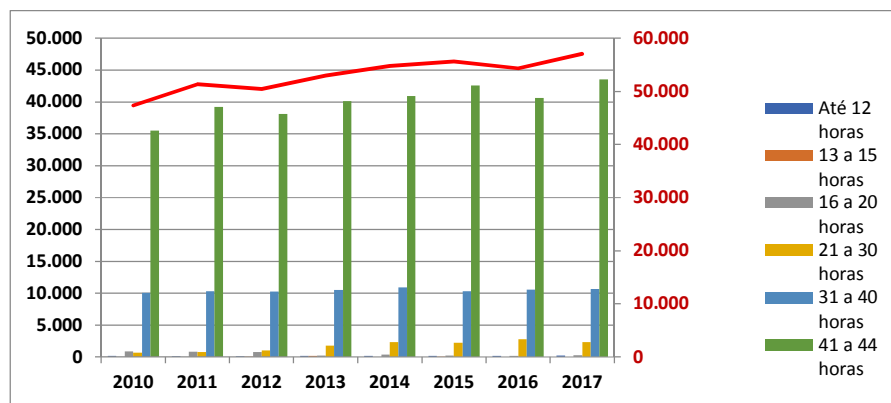


Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Em relação à composição da estrutura de emprego por faixa etária, chama atenção a redução da participação relativa e absoluta dos mais jovens na estrutura: na faixa de 18 a 24 anos, por exemplo, a participação relativa caiu de 19% para 13% entre 2010 e 2017.

Em contrapartida, neste mesmo período, em todas as faixas etárias acima de 30 anos houve ampliação da participação.

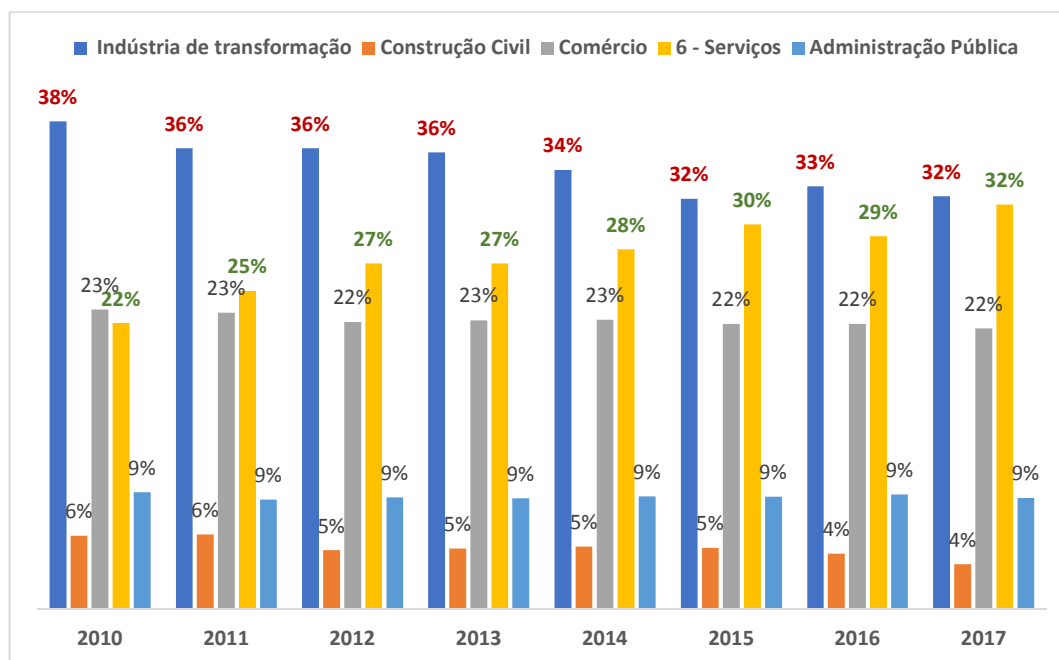
Gráfico 4. Emprego por faixa de horas trabalhadas no município de Sumaré, 2010 a 2017



Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Quando se analisa o perfil dos contratados por horas trabalhadas na semana, observa-se que 75% da estrutura ocupacional está empregada com contratos de trabalho cuja dedicação semanal é superior a 40 horas semanais. Apesar dessa característica ser relativamente estável, entre 2010 e 2017 houve o crescimento de 1 ponto percentual. Em 2017, 76% estava nesta faixa. Também chama atenção a ampliação, em termos absolutos de empregados com jornada semanal de 21 a 30 horas semanais. Esta mudança no perfil da participação relativa da jornada pode sinalizar para uma ampliação da intensidade do uso do trabalho.

Gráfico 5. Emprego por setor de atividade no município de Sumaré, 2010 a 2017



Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

A estrutura de uso da força de trabalho em determinado local é determinada pelas especificidades que o conjunto de atividades econômicas que estão abrigadas neste espaço geográfico.

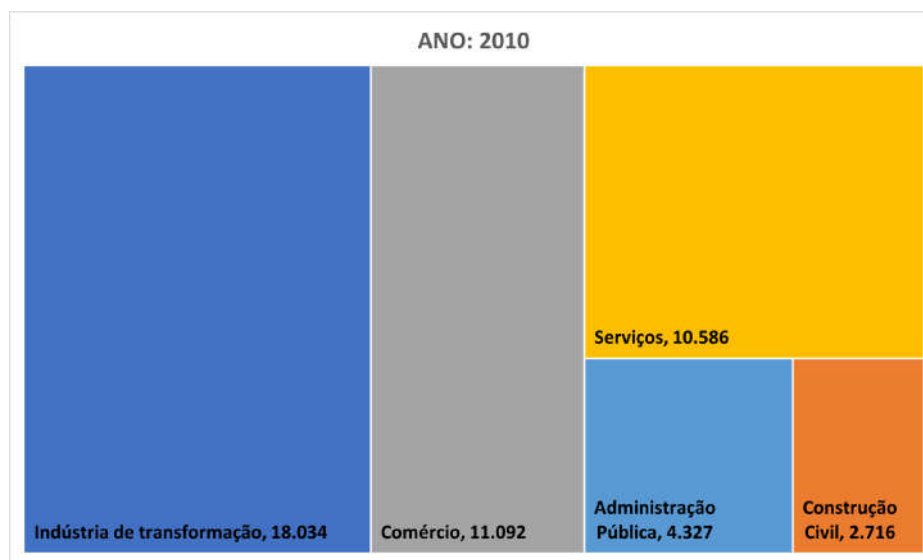
O município de Sumaré se caracteriza por sua vocação industrial, em 2017 cerca de 1/3 do emprego era gerado por pertencentes aos segmentos que compõem a Indústria de Transformação, no entanto, em 2010, este percentual era de 38%.

Em contrapartida, as atividades de Serviços ampliaram significativamente sua participação relativa na estrutura de emprego: 10 pontos percentuais entre 2010 e 2017. Em função deste comportamento o setor de serviços, em 2017, passar a ter a mesma participação das atividades industriais, ambos com 32% do emprego.

Tanto o Comércio como a Administração Pública apresentam participações relativamente estáveis na estrutura de emprego formal, em torno de 22% e 9%, respectivamente.

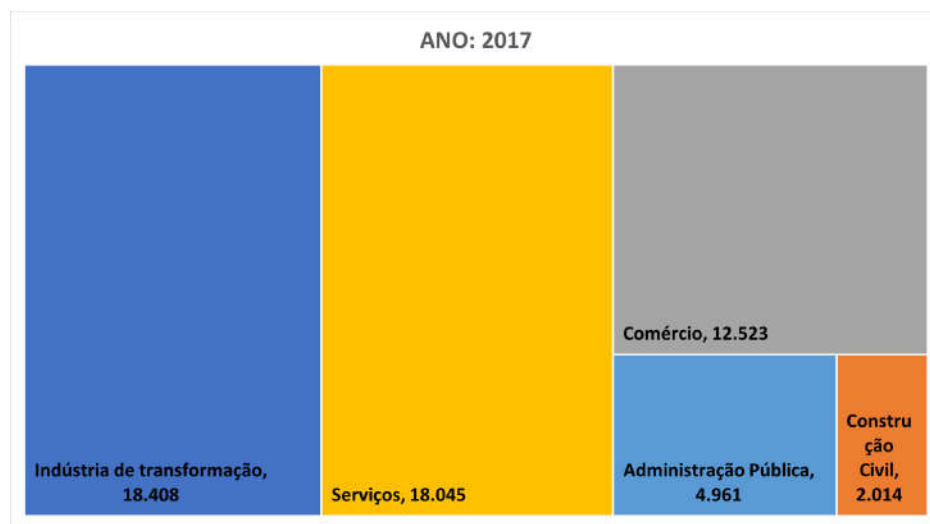
Vale destacar que, neste período, a redução na participação relativa das atividades de Construção Civil na geração de emprego também é acompanhada pela redução em termos absolutos.

Gráfico 6. Emprego por setor de atividade no município de Sumaré em 2010



Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Gráfico 7. Emprego por setor de atividade no município de Sumaré em 2017



Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

A análise por segmentos da atividade econômica complementa a análise anterior e mostra que os segmentos de administração técnica e de transporte e comunicações explicam a ampliação da participação do setor de serviços no mercado de trabalho de Sumaré.

Tabela 1. Distribuição do emprego nos segmentos de serviços. Sumaré, 2010 a 2017

Segmentos dos Serviços	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Instituição Financeira	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Adm. Técnica Profissional	4%	4%	5%	5%	4%	5%	5%	8%
Transp. e Comunicações	10%	13%	13%	13%	13%	14%	13%	14%
Alojamento e Alimentação	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
Médicos, Odont. e Vet.	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%	2%
Ensino	2%	2%	2%	3%	3%	3%	3%	2%
Total de emprego	47.354	51.346	50.430	52.998	54.770	55.637	54.331	57.067

Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Como visto, a ampliação da participação das atividades de serviços, entre 2010 e 2017 foi acompanhada pela redução das atividades industriais. Com exceção dos segmentos de borracha e couro, que cresceu e os de alimentos e bebidas e indústria mecânica, que ficaram estáveis, nos demais foi observada queda na participação relativa no mercado de trabalho.

As maiores perdas ocorreram nos segmentos de material de transporte, que foi o mais afetado, e na indústria química.

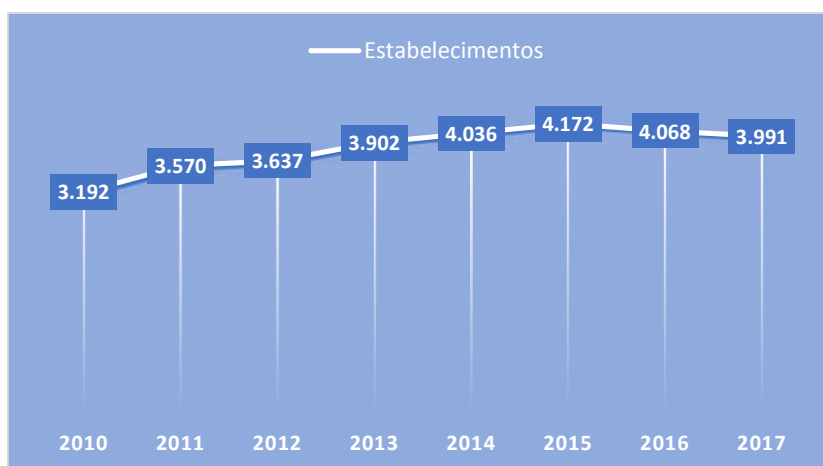
Tabela 2. Distribuição do emprego nos segmentos da Indústria de Transformação. Sumaré, 2010 a 2017

Segmentos da Indústria de Transformação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Indústria Metalúrgica	6,1%	5,9%	5,9%	5,8%	5,1%	4,9%	4,8%	4,5%
Indústria Mecânica	1,2%	1,2%	1,2%	1,3%	1,3%	1,4%	1,2%	1,3%
Elétrico e Comunicação	0,7%	1,7%	1,8%	1,9%	1,4%	1,1%	0,3%	0,3%
Material de Transporte	10,6%	9,6%	9,6%	9,2%	8,5%	7,4%	6,6%	6,4%
Madeira e Mobiliário	0,5%	0,6%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%
Papel e Gráfica	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%
Borracha, Fumo, Couros	0,5%	0,5%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%	3,9%	4,1%
Indústria Química	11,4%	10,1%	10,1%	10,0%	10,2%	9,5%	9,1%	8,7%
Indústria Têxtil	4,0%	3,4%	3,4%	3,3%	3,6%	3,4%	3,5%	3,4%
Indústria Calçados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Alimentos e Bebidas	2,4%	2,4%	2,8%	2,9%	3,0%	3,2%	3,0%	3,1%
Total de emprego	47.354	51.346	50.430	52.998	54.770	55.637	54.331	57.067

Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Entre 2010 e 2017 o número de estabelecimentos no município de Sumaré cresceu 25%. Contudo, vale destacar que o auge da trajetória de crescimento foi atingido em 2015, quando o município chegou a ter mais de 4,1 mil estabelecimentos.

Gráfico 8. Empresas no município de Sumaré, 2010 a 2017

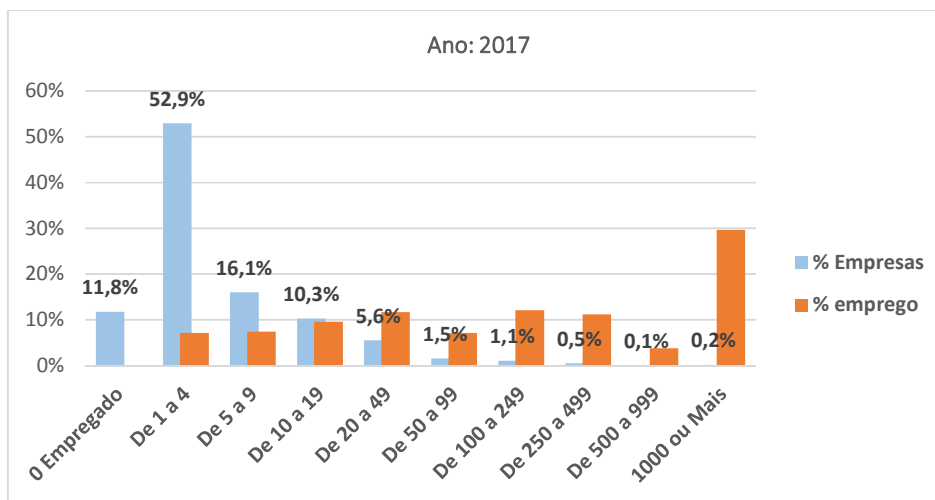


Fonte: RAISESTAB, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

A desagregação do emprego por tamanho de empresa mostra que 52,9% das microempresas (de 1 a 4 empregados) são responsáveis por cerca de 7% do emprego.

As empresas de grande porte (mais de 1.000 empregados) representam 0,2% da estrutura e geram 30% do estoque de emprego em Sumaré.

Gráfico 9. Distribuição do emprego e da Empresas no município de Sumaré em 2017

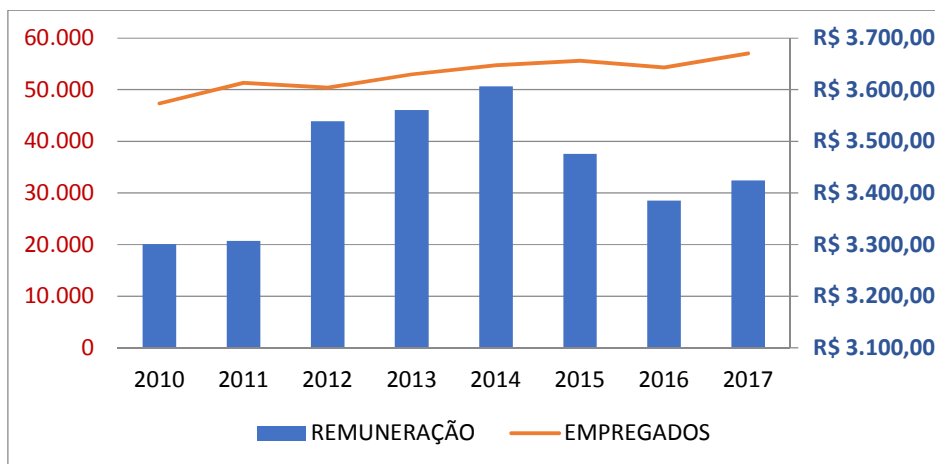


Fonte: RAISESTAB, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Perfil de Remuneração dos Empregados

A seguir serão apontados alguns aspectos quanto ao padrão de rendimento no mercado de trabalho formal gerado no município de Sumaré. Em 2017 o valor dos rendimentos pagos aos empregados era de R\$ 3.424,16. Este valor supera os pagos em 2010, contudo estão abaixo dos valores pagos em 2014, valor mais alto da série. Importante destacar que os valores da série permitem a comparação, pois são expressos em valores de 2017 - corrigidos pela Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Gráfico 10. Emprego e remuneração no município de Sumaré, 2010 a 2017



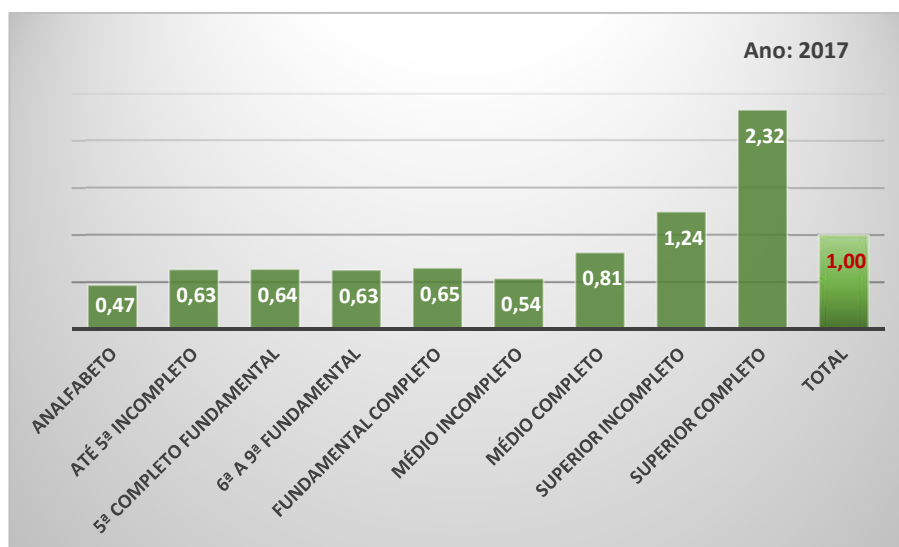
Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Quando se analisam dos diferenciais de remuneração segundo características específicas, alguns aspectos chamam atenção.

Por escolaridade, apenas os empregados com superior completo e superior incompleto apresentam remuneração acima da média. No caso do superior completo a diferença é 2,3 vezes superior, mas como visto acima este grupo de trabalhares representam apenas 17% da estrutura de emprego.

Por outro lado, empregados com ensino médio completo, recebem 80% do salário médio e apresentam uma participação relativa de 58% no emprego.

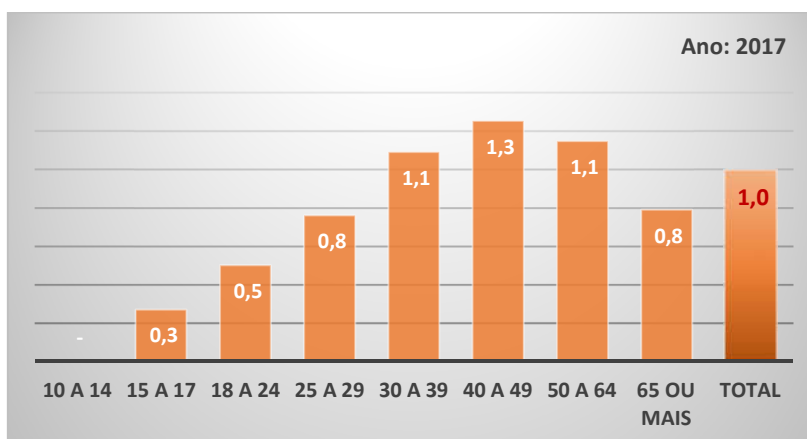
Gráfico 11. Dispersão da remuneração por escolaridade no município de Sumaré em 2017



Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Por faixa etária, profissionais de 40 a 49 anos apresentavam remuneração 1,3 vezes superior à média, enquanto os jovens de 18 a 24 anos cerca de 50% do salário médio.

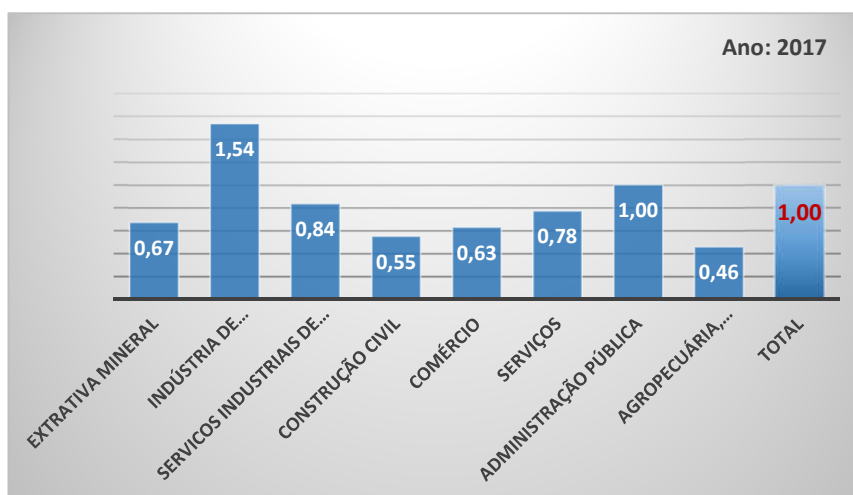
Gráfico 12. Dispersão da remuneração por faixa etária no município de Sumaré em 2017



Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Por setor de atividade, os diferenciais de remuneração mostram que somente a Indústria de Transformação é capaz de pagar salários superiores à média. Vale registrar que tanto a indústria como os serviços, em 2017 apresentavam participações de 32% do total do emprego, no entanto a média de remuneração dos empregados na indústria era 1,54 vezes maior do que a dos serviços, que não chegava a ser 80% da média.

Gráfico 13. Dispersão da remuneração por setor de atividade no município de Sumaré em 2017

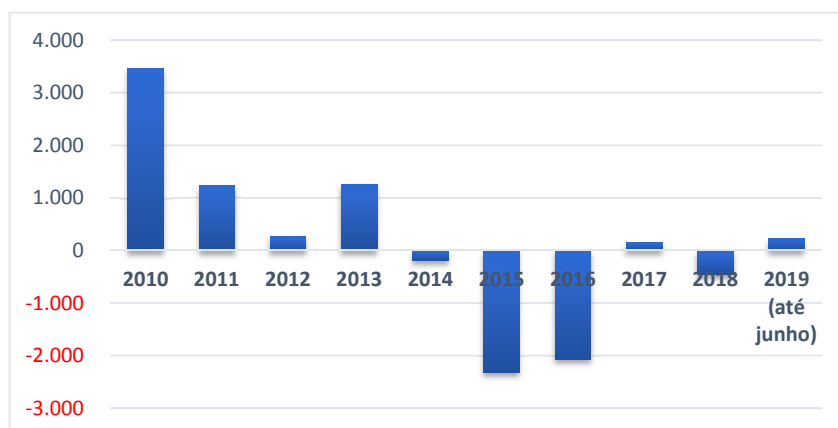


Fonte: RAIS, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Parte II - Fluxo de Admitidos e Demitidos em Sumaré (2010 a junho de 2019)

Nesta parte será feito um diagnóstico do saldo de empregados no município de Sumaré no período de 2010 a junho de 2019. Este saldo, que resulta do fluxo de admitidos e desligados, permite identificar a estratégia de uso da força de trabalho adotada nesta última década.

Gráfico 14. Saldo de emprego no município de Sumaré entre 2010 a junho de 2019



Fonte: CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

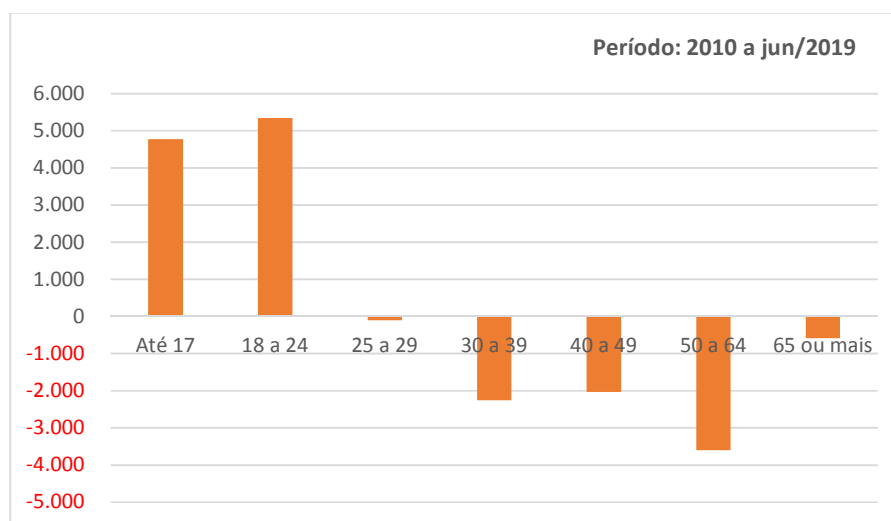
Nos anos de 2014 a 2016 o município de Sumaré, seguindo a tendência da economia brasileira, também vivenciou os efeitos a crise econômica. O saldo negativo do emprego revela a intensidade do ajuste recessivo das empresas, em especial nos anos de 2015 e 2016. Infelizmente, ainda não se observa na economia um comportamento vigoroso de retomada do crescimento, o emprego destruído na crise ainda não foi recuperado.

Perfil dos contratados entre 2010 e junho de 2019.

Entre 2010 e junho de 2019 o saldo de emprego gerado no município de Sumaré foi de 1,5 mil pessoas.

Por faixa etária percebe-se que o saldo positivo de emprego foi para trabalhadores na faixa etária de 18 a 24 anos, enquanto o saldo negativo confirma que trabalhadores de idade mais elevada perderam espaço na estrutura de emprego

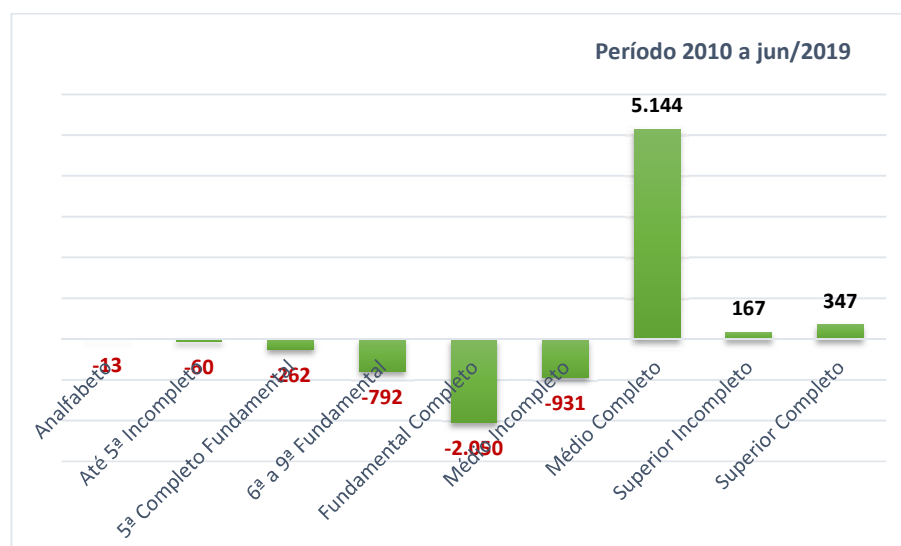
Gráfico 15. Saldo de emprego por faixa etária no município de Sumaré entre 2010 a junho de 2019



Fonte: CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Por escolaridade, o movimento de contratações claramente foi favorável à seleção de trabalhadores com ensino médio completo. E os desligamentos estiveram focados com empregados com padrão de escolaridade mais baixo que o médio incompleto.

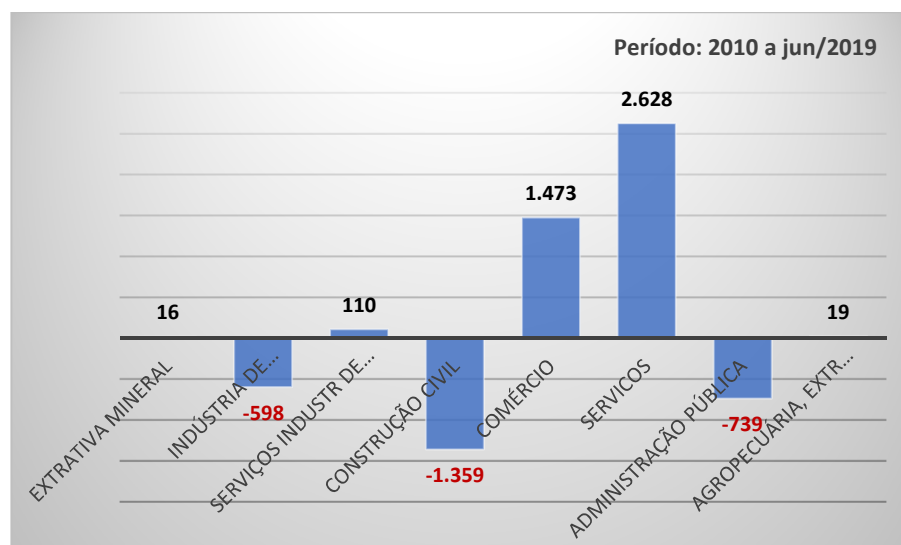
Gráfico 16. Saldo de emprego por escolaridade no município de Sumaré entre 2010 a junho de 2019



Fonte: CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Por setor de atividade, dois aspectos chamam atenção. De um lado, a dinâmica extremamente positiva do setor de serviços, que implicou na geração de mais de 2,6 mil novas vagas. Por outro lado, ficam evidentes as perdas do emprego industrial, na construção civil e administração pública. Estes dois fatos explicam a mudança na composição relativa do mercado de trabalho em favor das atividades terciárias (comércio e serviços) apontada na primeira parte desse relatório.

Gráfico 17. Saldo de emprego por setor de atividade no município de Sumaré entre 2010 a junho de 2019



Fonte: CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

A análise mais detalhada do saldo de emprego por perfil de escolaridade e setor de atividade mostra que o saldo positivo de emprego nas atividades de serviços e de comércio foi ocupado por profissionais com ensino médio completo.

Mesmo os setores industriais e da construção civil, que apresentaram um saldo negativo da geração de emprego, apresentaram saldo positivo na faixa de ensino médio.

Tabela 3. Distribuição do saldo de emprego por setor de atividade e escolaridade. Sumaré, 2010 a junho de 2019

	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior Completo	Total
Indústria de transformação	-485	-870	722	16	-617
Construção Civil	-329	-1.176	126	6	-1.373
Comércio	-165	-354	1.780	186	1.447
Serviços	-14	-463	2.747	375	2.645
Administração Pública	-84	-138	-244	-302	-768
Total	-1.144	-3.020	5.345	292	1.473

Fonte: CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Por faixa etária observa-se que tanto no comércio como nas atividades de serviços houve uma grande seleção de empregados na faixa etária menor de 17 anos, seguida pela faixa de 18 a 24 anos.

Na indústria de transformação, apesar do saldo negativo, chama atenção o saldo positivo na faixa de 18 a 24 anos.

Nas demais faixas etárias o saldo negativo do emprego foi observado em todos os setores e, com mais intensidade, na indústria de transformação.

Tabela 4. Distribuição do saldo de emprego por setor de atividade e faixa etária. Sumaré, 2010 a junho de 2019

	Até 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Total
Indústria de transformação	825	2.848	390	-1.454	-1.243	-1.864	-119	-617
Construção Civil	51	-3	-304	-560	-281	-219	-57	-1.373
Comércio	1.749	966	-131	-313	-268	-433	-123	1.447
Serviços	2.136	1.418	-64	175	-19	-787	-214	2.645
Administração Pública	0	0	-64	-204	-186	-270	-44	-768
Total	4.826	5.372	-124	-2.328	-2.032	-3.647	-594	1.473

Fonte: CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Perfil do salário médio dos admitidos em 2018 e 2019

O primeiro aspecto a ser destacado é que em termos reais, os salários médios dos admitidos situam-se em torno de 46% dos valores médios pagos em 2017. Para realizar as comparações em termos reais os valores nominais das remunerações foram corrigidos pelo INPC.

Quadro 1. Relação entre salários médios dos admitidos e salário médio do estoque de empregados

Data base	Salário ADM/Empregados
2018	46,3%
Junho/2019	45,8%

Fonte: RAIS e CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Este baixo valor das remunerações dos admitidos apresenta dispersões quando desagregado por características específicas.

Começado com a escolaridade, como seria de esperar apenas as remunerações dos admitidos com superior completo fica acima média, cerca de 2 vezes.

Tabela 5. Dispersão do salário dos admitidos por escolaridade. Sumaré, 2018 e junho de 2019

	2018	Junho/2019
Analfabeto	1,0	0,9
Até 5ª Incompleto	0,9	0,9
5ª Completo Fundamental	0,8	0,8
6ª a 9ª Fundamental	0,9	0,9
Fundamental Completo	0,9	0,9
Médio Incompleto	0,8	0,8
Médio Completo	0,9	0,9
Superior Incompleto	1,1	1,1
Superior Completo	2,0	1,9
Total	1,0	1,0

Fonte: CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Por faixa etária, apesar da dispersão em relação à média não ser muito expressiva, os jovens de 18 a 24 recebem em torno de 90% do valor médio e os menores de 17 anos cerca de 60%.

Tabela 6. Dispersão do salário dos admitidos por faixa etária. Sumaré, 2018 e junho de 2019

	2018	2019
Até 17	0,57	0,60
18 a 24	0,84	0,88
25 a 29	1,01	1,03
30 a 39	1,12	1,11
40 a 49	1,14	1,08
50 a 64	1,06	1,00
65 ou mais	0,79	0,94
Total	1,00	1,00

Fonte: CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Por fim, por setor de atividade, as remunerações dos admitidos na indústria de transformação tendem a ser cerca de 30% acima da média. Também a administração pública tende a pagar salários acima da média.

Comércio e serviços, por sua dinâmica positiva na determinação do saldo de emprego determinam a média dos salários dos admitidos no município.

Tabela 7. Dispersão do salário dos admitidos por setor de atividade. Sumaré, 2018 e junho de 2019

	2018	2019
Indústria de transformação	1,3	1,4
Construção Civil	1,0	1,0
Comércio	0,9	0,9
Serviços	0,9	0,9
Administração Pública	1,8	2,0
Total	1,0	1,0

Fonte: CAGED, Secretaria do Trabalho / Ministério da Economia, 2019

Parte III - Comentários Finais

A partir das informações apresentadas sobre o mercado de trabalho é possível destacar alguns pontos que caracterizam a dinâmica do emprego no município de Sumaré, no período de 2010 a junho de 2019.

- Foi expressiva a ampliação do setor de serviços na geração de emprego. Dentro deste setor, as atividades de administração técnica, transportes e comunicação ganharam mais participação. Cabe destacar que o perfil emprego gerado nestas atividades foram para jovens e com ensino médio.
- Houve queda na participação de atividades industriais na estrutura do emprego, em especial nos segmentos de material de transporte e química. Até junho de 2019 o saldo do emprego industrial não sinalizou para uma recuperação da dinâmica industrial. Importante destacar que tais atividades tendem a apresentar o melhor padrão de remuneração na estrutura.
 - No processo de uso da força de trabalho, o fluxo de contratação e desligados aponta para forte tendência a contratação de pessoas com ensino médio completo.
 - O perfil etário dos contratados e desligados mostra que trabalhadores mais velhos estão sendo substituídos por mais jovens em todos os setores de atividade.
 - Apesar o baixo valor dos salários médios dos admitidos, é importante destacar que o perfil de horas trabalhadas aponta para uma ampliação da participação relativa do emprego nas faixas de mais horas semanais.

Estas primeiras informações sinalizam uma relativa perda de vitalidade da dinâmica econômica do município, visto que os setores industriais estão perdendo dinamismo. Ainda que o crescimento do setor de serviços possa compensar esta perda, é importante destacar que se num primeiro momento as atividades que se desenvolveram possa ser uma externalidade (terceirização) de funções antes exercidas nas indústrias, a continuidade dessa dinâmica dos serviços resulta da demanda industrial.

Ou seja, se as atividades industriais continuarem a perder força, parte da dinâmica do setor de serviços e também do comércio ficarão ameaçadas. Além disso, deve ser agregado à análise a tendência ao rebaixamento das remunerações, que afeta diretamente à demanda no município e as atividades associadas ao consumo.

Diante disso, pode-se dizer que o enfrentamento dessa perda de dinamismo econômico é necessário e urgente.

Defende-se, portanto, que a elaboração de política de desenvolvimento econômico, capaz de identificar os possíveis vetores de crescimento e desenvolvimento em atividades de maior produtividade, seja o melhor caminho para recuperar a identidade e o dinamismo do mercado de trabalho no município de Sumaré.

Referências

CAGED, RAIS e RAISESTAB. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/aceso-online-as-bases-de-dados>>

Geografia de Sumaré. Disponível em:

<https://www.achetudoeregiao.com.br/sp/sumare/localizacao.htm>>. Acesso em: 02 de julho, 2019.

Sumaré: Cidade Orquide. Disponível em:

<http://www.cidadespaulistas.com.br/cid/default.asp?c=586&pagina=2>>. Acesso em: 02 de julho, 2019.

História de Sumaré: de sesmarias para região industrial de SP. Disponível em:

<<https://www.fildihotel.com.br/diversos-assuntos/sumare>>. Acesso em: 02 de julho, 2019.

Sumaré: entenda o grande potencial econômico dessa cidade. Disponível em:

<<https://www.fildihotel.com.br/diversos-assuntos/sumare-potencial-economico>>. Acesso em: 02 de julho, 2019.

Conheça os principais eventos realizados na cidade de Sumaré. Disponível em:

<https://www.fildihotel.com.br/eventos-sociais/eventos-realizados-na-cidade-de-sumare>>.

Acesso em: 02 de julho, 2019.

Como a Região de Sumaré se destaca no crescimento econômico. Disponível em:

<https://www.fildihotel.com.br/diversos-assuntos/regiao-de-sumare-se-destaca-no-crescimento-economico>>. Acesso em: 02 de julho, 2019.

Saiba quais são as principais indústrias de Sumaré e região. Disponível em:

<https://www.fildihotel.com.br/diversos-assuntos/industrias-de-sumare>>. Acesso em: 02 de julho, 2019.

➤ **Profa. Dra. Eliane Navarro Rosandiski**

Docente extensionista com Plano de Trabalho de Extensão aprovado pela Pré-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Conta com Doutorado em Economia Aplicada. Graduação em Ciências Econômicas. Mestre em Política Científica e Tecnológica.

➤ **Prof. Dr. Paulo Ricardo da Silva Oliveira**

Docente extensionista com Plano de Trabalho de Extensão aprovado pela Pré-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Mestre e Doutor em Desenvolvimento Econômico. Graduado em Ciências Econômicas e Administração.

Tabela 66 CONVÊNIOS COM GOVERNO FEDERAL

CONVÊNIOS - GOVERNO FEDERAL																
Item	Objeto	Órgão responsável	Nº Processo Administrativo	Nº Convênio / Contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Previsão de conclusão	Valor repasse	Valor contrapartida	Valor Total	Em andamento ?	Executado / retomado nesta Gestão?	Finalizado nesta Gestão?	Situação	Pendências	Solução
1	PAC Esgoto	Ministério das Cidades	15706/2007	218.580-28/2007	28/09/2007	30/12/2014	Cancelado sem conclusão do objeto	R\$ 37.819.638,81	R\$ 5.157.223,48	R\$ 42.976.862,29	Cancelado.	Não.	Não.	Consta como pendência no CAUC / SIAFI	7.411.264,93 foi utilizado para construção de Estação elevatória, porém sem funcionalidade. / 2 - Os volumes iniciais deste processo estão desaparecidos. / Existe processo de sindicância.	Reparcelamento da dívida referente ao valor utilizado de R\$ 7.411.264,93 ou dar funcionalidade à Estação elevatória construída com recursos do convênio.
2	PAC Água	Ministério das Cidades	15716/2007	218.178-40/2007	28/09/2007	19/05/2015	Concluído na gestão anterior	R\$ 29.260.000,00	R\$ 3.695.716,69	R\$ 32.955.716,69	Concluído.	Não.	Não.	Existe pendência de prestação de contas final	1 - Conclusão da prestação de contas: Empresa Gomes Lourenço precisa apresentar a CND da CEI da obra. / 2 - Os volumes iniciais deste processo estão desaparecidos.	Apresentação da CND da CEI da Empresa Gomes Lourenço / PGM analisando.
3	Urbanização Jardim Irmão Davina	Ministério das Cidades	22611/2007	0251.115-77/2008	30/04/2008	30/06/2019	Solicitada supressão da 4ª etapa nesta gestão	R\$ 5.141.344,00	R\$ 2.259.888,53	R\$ 7.401.232,53	Solicitada supressão em 2018, sem conclusão do objeto.	Não.	Solicitada supressão nesta gestão	Encerrando Contrato sem conclusão, com funcionalidade até a 3ª etapa, devido à não construção do esgotamento sanitário	1 - Devolução do valor atualizado da 4ª etapa até 22/4/19 de R\$ 424.623,95 / 2 - documentos de regularização fundiária	Devolução do valor atualizado da 4ª etapa até 22/4/19 de R\$ 424.623,95 / apresentação de documentos referentes à regularização fundiária
4	Praça Parque Florely	Ministério do Turismo	9711/2008	259.129-09/2008	03/07/2008	30/06/2018	Concluída em 2018	R\$ 97.500,00	R\$ 166.998,63	R\$ 264.498,63	Incluída em 2018	Obras retomadas nesta gestão.	Sim	Concluído. Prestação de contas aprovada.	Não há	-
1	PAC Esgoto	Ministério das Cidades	15706/2007	218.580-28/2007	28/09/2007	30/12/2014	Cancelado sem conclusão do objeto	R\$ 37.819.638,81	R\$ 5.157.223,48	R\$ 42.976.862,29	Não	Não.	Não	Consta como pendência no CAUC	O valor de R\$ 7.411.264,93 foi utilizado para objeto até o momento sem funcionalidade. / Os volumes iniciais deste processo estão desaparecidos.	Reparcelamento da dívida referente ao valor utilizado de R\$ 7.411.264,93 ou dar funcionalidade ao objeto executado com recursos do convênio.
2	PAC Água	Ministério das Cidades	15716/2007	218.178-40/2007	28/09/2007	19/05/2015	Concluído na gestão anterior	R\$ 29.260.000,00	R\$ 3.695.716,69	R\$ 32.955.716,69	Não	Não.	Não	Existe pendência de prestação de contas final	Conclusão da prestação de contas. Empresa Gomes Lourenço precisa apresentar a CND da CEI da obra. / Os volumes iniciais deste processo estão desaparecidos.	Apresentação da CND da CEI da Empresa Gomes Lourenço

Item	Objeto	Órgão responsável	Nº Processo Administrativo	Nº Convênio / Contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Previsão de conclusão	Valor repasse	Valor contrapartida	Valor Total	Em andamento ?	Executado / retomado nesta Gestão?	Finalizado nesta Gestão?	Situação	Pendências	Solução
3	Urbanização Jardim Irmão Davina	Ministério das Cidades	22611/2007	0251.115-77/2008	30/04/2008	30/12/2018	Solicitada supressão da 4ª etapa nesta gestão	R\$ 5.141.344,00	R\$ 2.259.888,53	R\$ 7.401.232,53	Encerrando Contrato	Sim	Retomado nesta gestão	Encerrando Contrato sem conclusão da 4ª etapa	Devolução do valor atualizado até 22/4/19 de R\$ 424.623,95 / documentos de regularização fundiária	-
4	Construção Praça Parque Florely	Ministério do Turismo	9711/2008	259.129-09	25/07/2008	30/06/2018	Concluído nesta gestão	R\$ 97.500,00	R\$ 209.674,32	R\$ 307.174,32	Concluído.	Retomado nesta gestão	Sim	Prestação de contas aprovada	Não há	-
5	Urbanização Jardim Vitória - Parte II	Ministério das Cidades	9121/2011	352.649-69/2011	31/10/2011	30/10/2019	De acordo com a vigência, deveria acabar em 2019	R\$ 1.609.592,06	R\$ 1.409.198,14	R\$ 3.018.790,20	Licitando pavimentação e drenagem	Sim	Em fase de licitação de pavimentação de drenagem	Em fase de licitação de pavimentação de drenagem	O processo licitatório para pavimentação e drenagem "desertou" 4 vezes.	Conclusão da licitação e execução do objeto.
6	Projeto Parque Rosa e Silva	Ministério das Cidades	9117/2011	352.801-23/2011	31/08/2011	31/01/2020	Objeto concluído em 2018	R\$ 117.000,00	R\$ 0,00	R\$ 117.000,00	Finalizando pagamentos	Sim	Sim	Efetuando o último pagamento à Empresa	Conclusão dos pagamentos e prestação de contas final	Conclusão dos pagamentos e prestação de contas final
7	Construção de Centro de Esportes Unificados - obra	Ministério da Cultura	105/2012	0363.604-67/2011	07/03/2012	30/06/2019	2019	R\$ 2.020.000,00	R\$ 457.713,36	R\$ 2.477.713,36	Sim	Sim	Em execução	mais de 90% executada / Mobilização social em fase de elaboração de documentos / Equipamentos e mobiliário	Conclusão da obra e da licitação dos equipamentos e mobiliário	Conclusão da obra, da licitação dos equipamentos e mobiliário e confecção de documentos da mobilização social
8	Construção de CIE no Residencial Jardim Bordon	Ministério do Esporte	103159/2013	PAC 2/ CIE 0425.877-95/2014	13/06/2014	30/12/2019	2019	R\$ 3.404.037,61	R\$ 56.799,28	R\$ 3.460.836,89	Sim	Sim	para conclusão	Em execução	Conclusão do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão do objeto, pagamentos e prestação de contas
9	Aquisição de equipamentos de ginástica artística. Serão instalados no CIE Bordon.	Ministério do Esporte	28287/2016	1032.344-21/2016	30/08/2016	29/07/2019	2019	R\$ 97.500,00	R\$ 2.610,00	R\$ 100.110,00	Sim	Sim	para conclusão	Aguardando entrega dos equipamentos e instalação	Instalação dos equipamentos, encaminhamento de medição, pagamentos e prestação de contas.	Instalação dos equipamentos, encaminhamento de medição, pagamentos e prestação de contas.
10	Aquisição de equipamentos para academias ao ar livre. Locais de instalação: Jd. Paulistano, Salerno, Altos de Sumaré, Vila Carlota, Virgílio Viel	Ministério do Esporte	28286/2016	1032.699-57/2016	07/07/2016	06/11/2019	2019	R\$ 146.250,00	R\$ 1.477,27	R\$ 147.727,27	Sim	Sim	para conclusão	Aguardando instalação dos equipamentos.	Existe saldo a reprogramar	Aquisição de mais equipamentos com saldo a reprogramar, instalação dos equipamentos, medição, pagamentos e prestação de contas.

Item	Objeto	Órgão responsável	Nº Processo Administrativo	Nº Convênio / Contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Previsão de conclusão	Valor repasse	Valor contrapartida	Valor Total	Em andamento ?	Executado / retomado nesta Gestão?	Finalizado nesta Gestão?	Situação	Pendências	Solução
11	Recapeamento na Rua João Manoel de Santana no Pq. Santo Antonio e Rua Sebastião Mariano Mendes no Jardim Denadai.	tério das Cid	28285/2016	1035.107-45/2016	12/12/2016	12/12/2019	2019	R\$ 394.200,00	R\$ 4.019,39	R\$ 398.219,39	Sim	Sim	Para conclusão	do execução	Execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Execução do objeto, pagamentos e prestação de contas
12	Recapeamento no Jardim Acimação. Ruas Antonio Pinto Pereira, Gumerindo de Couto, Guido Segalho, José Ramos da Paixão, Afonso Legaz, Maria Vilac e Travessa Nicolau Portilho.	tério das Cid	6877/2017	1040.430-50/2017	29/12/2017	30/09/2020	2019	R\$ 553.182,74	R\$ 10.000,00	R\$ 563.182,74	Sim	Sim	Para conclusão	edimentos li	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas
13	Recapeamento no Jardim Acimação. Ruas Antonio Sanches Lopes Martins, João Bosco e Travessa Albino Faria.	tério das Cid	6878/2017	1040.918-10/2017	31/10/2017	30/09/2020	2019	R\$ 295.300,00	R\$ 3.200,00	R\$ 298.500,00	Sim	Sim	Para conclusão	edimentos li	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas
14	Trabalho Técnico Social - Residencial Emilio Bosco	tério das Cid	1325/2015	320.498-70	16/05/2018	15/09/2019	2019	R\$ 138.787,62	R\$ 0,00	R\$ 138.787,62	Sim	Sim	Para conclusão	edimentos li	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas
15	Trabalho Técnico Social - Residencial Jardim das Estâncias	tério das Cid	1326/2015	339.920-92/2011	17/08/2018	17/08/2019	2019	R\$ 1.886.866,12	R\$ 0,00	R\$ 1.886.866,12	Sim	Sim	Para conclusão	edimentos li	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas
16	Trabalho Técnico Social - Residencial Itália	tério das Cid	1327/2015	376.438-20	13/12/2017	13/04/2019	2019	R\$ 745.200,00	R\$ 0,00	R\$ 745.200,00	Sim	Sim	Para conclusão	edimentos li	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas
17	Trabalho Técnico Social - Residencial Jardim das Águas	tério das Cid	1324/2015	390.404-14	23/01/2018	23/06/2019	2019	R\$ 1.575.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.575.000,00	Sim	Sim	Para conclusão	edimentos li	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas
18	Recapeamento no Jardim Primavera	tério das Cid	8400/2018	Contrato OGU 1052.994-57/2018	14/05/2018	14/05/2021	2019	R\$ 365.714,29	R\$ 10.000,00	R\$ 375.714,29	Sim	Sim	Para conclusão	edimentos li	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas

Item	Objeto	Órgão responsável	Nº Processo Administrativo	Nº Convênio / Contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Previsão de conclusão	Valor repasse	Valor contrapartida	Valor Total	Em andamento ?	Executado / retomado nesta Gestão?	Finalizado nesta Gestão?	Situação	Pendências	Solução
19	Recapamento Jardim Bom Retiro e Pq. Bandeirantes	Secretaria Municipal de Cid	8401/2018	Contrato OGU 1052.991-92/2018	14/05/2018	14/05/2021	2019	R\$ 537.142,86	R\$ 12.857,14	R\$ 550.000,00	Sim	Sim	Para conclusão	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	
20	Recapamento Vila Vale e São Domingos	Secretaria Municipal de Cid	8402/2018	Contrato OGU 1052.939-08/2018	14/05/2018	14/05/2021	2019	R\$ 460.952,38	R\$ 10.000,00	R\$ 470.952,38	Sim	Sim	Para conclusão	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	Conclusão da licitação, execução do objeto, pagamentos e prestação de contas	
21	Construção de escola de Ensino Fundamental, com seis salas de aula e quadra coberta na região de Nova Veneza	Secretaria Nacional de Habitação	12177/2018	Não há	-	-	-	R\$ 6.300.000,00	Terreno	R\$ 6.300.000,00	Não	Documentação protocolada junto à Caixa em agosto/2018	Não houve contemplação até o momento	Com possibilidade de aprovação futura	Aguardando Portaria Ministério autorizando execução do objeto	Ministério autorizar execução do objeto
22	Construção de escola de Ensino Fundamental, com seis salas de aula e quadra coberta na região da Área Cura	Secretaria Nacional de Habitação	12177/2018	Não há	-	-	-	R\$ 5.380.000,00	Terreno	R\$ 5.380.000,00	Não	Documentação protocolada junto à Caixa em agosto/2018	Não houve contemplação até o momento	Com possibilidade de aprovação futura	Aguardando Portaria Ministério autorizando execução do objeto	Ministério autorizar execução do objeto
23	Construção de escola de Ensino Fundamental, com doze salas de aula e quadra coberta na região do Matão	Secretaria Nacional de Habitação	12177/2018	Não há	-	-	-	R\$ 10.995.692,07	Terreno	R\$ 10.995.692,07	Não	Documentação protocolada junto à Caixa em agosto/2018	Não houve contemplação até o momento	Com possibilidade de aprovação futura	Aguardando Portaria Ministério autorizando execução do objeto	Ministério autorizar execução do objeto

Tabela 6.7 CONVENIOS GOVERNO ESTADUAL

CONVÊNIO - GOVERNO ESTADUAL															
Objeto	Órgão responsável	Nº Processo Administrativo	Nº Convênio / Contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Previsão de conclusão	Valor repasse	Valor contrapartida	Valor Total	Em andamento?	Executado / retomado nesta Gestão?	Finalizado nesta Gestão?	Situação	Pendências	Solução
Recapeamento Rua Augusta Diogo Ayala	Casa Civil Governo do Estado	30747/2017	690/2017	29/12/2017	29/12/2019	2019	R\$ 160.000,00	R\$ 19.062,84	R\$ 179.062,84	Em licitação	Executado nesta gestão	Em licitação para execução do objeto	Após licitação haverá a execução do objeto	Embora o Convênio tenha sido assinado, a liberação do repasse depende da regularização do CADIN Estadual.	Regularização do CADIN Estadual.
Recape Praça Anna Macarenko e Av. Sete de Setembro	Casa Civil Governo do Estado	31068/2017	-	-	-	-	R\$ 220.000,00	R\$ 9.821,46	R\$ 229.821,46	Não	Documentação providenciada nesta Gestão	Aguardando do contemplação	Documentos protocolados na Casa Civil, porém sem o CADIN, não houve possibilidade de contemplação	Convênio não assinado, devido às irregularidades no CADIN Estadual.	Regularização do CADIN Estadual
Recape Rua Vinicius de Moraes	Casa Civil Governo do Estado	6911/2018	-	-	-	-	R\$ 100.000,00	R\$ 32.145,33	R\$ 132.145,33	Não	Documentação providenciada nesta Gestão	Aguardando do contemplação	Documentos protocolados na Casa Civil, porém sem o CADIN, não houve possibilidade de contemplação	Convênio não assinado, devido às irregularidades no CADIN Estadual.	Regularização do CADIN Estadual
Recape Rua Itália e Rua Primo Fávero	Casa Civil Governo do Estado	6910/2018	-	-	-	-	R\$ 155.000,00	R\$ 10.311,22	R\$ 165.311,22	Não	Documentação providenciada nesta Gestão	Aguardando do contemplação	Documentos protocolados na Casa Civil, porém sem o CADIN, não houve possibilidade de contemplação	Convênio não assinado, devido às irregularidades no CADIN Estadual.	Regularização do CADIN Estadual
Recape Ruas Florzino Rodrigues da Mata, Isabel Paulino Lopes dos Santos, Cezar Augusto Luiz, bairro Jardim Martins	Casa Civil Governo do Estado	16808/2018	-	-	-	-	R\$ 200.000,00	R\$ 1.173,49	R\$ 201.173,49	Não	Documentação providenciada nesta Gestão	Aguardando do contemplação	Documentos protocolados na Casa Civil, porém sem o CADIN, não houve possibilidade de contemplação	Convênio não assinado, devido às irregularidades no CADIN Estadual.	Regularização do CADIN Estadual

CONVÊNIOS - GOVERNO ESTADUAL															
Objeto	Órgão responsável	Nº Processo Administrativo	Nº Convênio / Contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Previsão de conclusão	Valor repasse	Valor contrapartida	Valor Total	Em andamento ?	Executado / retomado nesta Gestão?	Finalizado nesta Gestão?	Situação	Pendências	Solução
Recapes região Área Cura, Maria Antonia, Nova Veneza, Matão, Centro	Casa Civil Governo do Estado	14286/2018	-	-	-	-	R\$ 4.000.000,00	R\$ 604.218,98	R\$ 4.604.218,98	Não	Documentação providenciada nesta Gestão	Aguardando contemplação	Documentos protocolados na Casa Civil, porém sem o CADIN, não houve possibilidade contemplação	Convênio não assinado, devido às irregularidades no CADIN Estadual.	Regularização do CADIN Estadual
Construção de Travessia Córrego Jatobá	Defesa Civil Estado SP	102844/2013	CMIL 018/630/14	2013	03/06/2019	2019	R\$ 478.534,60	R\$ 121.467,81	R\$ 600.002,41	Não	Não retomado, devido à pendência no CADIN	Não finalizado	Renovando o convênio de 3 em 3 meses para conclusão do recebimento do repasse	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
Recapamentos diversos	Desenvolve SP FINANCIAMENTO	21043/2018	-	-	-	2019	R\$ 22.369.989,82	R\$ 4.473.989,96	R\$ 26.843.979,78	Em análise	Solicitado nesta gestão	Solicitado nesta gestão	Em análise	Em análise	Em análise
Alimentação Escolar	FDE / SEE	1315/2017	-	Termo Aditivo assinado em janeiro/2019	31/01/2020	2020	R\$ 6.111.604,00		R\$ 6.111.604,00	Sim	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução
Construção de Creche no Jardim Lucélia	FDE / SEE	19198/2013		02/07/2014	01/07/2019	2019	R\$ 1.940.777,02	R\$ 166.063,45	R\$ 2.106.840,47	Sim	Sim	Em execução	Em execução	Execução das obras	Execução das obras
Construção de Escola Jardim Orquídea	FDE / SEE	19762/2009	2578/2009	31/09/2009	30/12/2019	2019	R\$ 1.789.982,18	R\$ 0,00	R\$ 1.789.982,18		Em execução	Em execução	Em execução	Conclusão das obras	Conclusão das obras
Programa Ler e Escrever	SEE	25673/2018		Em renovação	Em renovação	2019	-	-	-	Em renovação	Em renovação	Em renovação	Em renovação	Renovação e execução do projeto	Renovação e execução do projeto
Academia ao ar livre na Avenida Emílio Bosco	Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude	2138/2018					R\$ 23.545,00	R\$ 8.407,00	R\$ 31.952,00	Não	Sim	Aguardando contemplação	Aguardando contemplação	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
Reforma do Fórum	Secretaria de Estado da Justiça	8992/1996	SJDC-260.401/99	23/06/2008	Em renovação	2019	R\$ 1.474.737,63	R\$ 416.131,27	R\$ 1.890.868,90	Renovando	Renovando	Renovando	Precisa finalizar reforma elétrica R\$ 219.088,92 - repasse R\$ 150.888,84 - contrapartida	Renovação e execução do projeto	Renovação e execução do projeto

CONVÊNIOS - GOVERNO ESTADUAL															
Objeto	Órgão responsável	Nº Processo Administrativo	Nº Convênio / Contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Previsão de conclusão	Valor repasse	Valor contrapartida	Valor Total	Em andamento?	Executado / retomado nesta Gestão?	Finalizado nesta Gestão?	Situação	Pendências	Solução
Construção de Centro Dia do Idoso	Secretaria Estado Desenvolvimento Social	15698/2013	-	Aguardando contemplação	Aguardando contemplação	2020	R\$ 500.000,00	R\$ 452.748,51	R\$ 952.748,51	Não	Aguardando contemplação	Aguardando contemplação	Aguardando contemplação	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
Identificação e castração de 2800 animais entre cães e gatos, machos e fêmeas	Casa Militar - Coordenadoria Estadual de Defesa de Animais	2384/2018	-	Aguardando contemplação	Aguardando contemplação	2019	R\$ 500.000,00	R\$ 57.525,00	R\$ 557.525,00	Não	Aguardando contemplação	Aguardando contemplação	Aguardando contemplação	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
Acessa São Paulo	Secretaria de Governo Estado	2683/2018	-	04/06/2018	04/06/2020	2020	-	R\$ 89.500,00	R\$ 89.500,00	Sim	Em execução	Em execução	Em execução	Não há	-
Banco do Povo	Secretaria Estado Emprego e Relações do Trabalho	2539/2014 19880/2018	-	-	-	-	-	-	-	Não	Essa gestão vem pleiteando o convênio	-	Aguardando pleito	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
Implantação e manutenção do PAT Sumaré	Secretaria Estado Emprego e Relações do Trabalho	10337/2014	Termo de cooperação técnica nº 077/2008	11/07/2008	-	-	-	-	-	Não	Essa gestão vem pleiteando o convênio	-	Aguardando pleito	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
Instalação de CEJUSC	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	07689/2013	-	09/12/2013	Indeterminada	Indeterminada	-	Fornecer espaço físico com pagamento de água, energia e linha telefônica.	-	Sim	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução
Programa Habitacional Cidade Legal	Secretaria Estado da Habitação	9619/2008	-	23/03/2009	22/03/2020	2020	-	-	-	Sim	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução
PROCON	Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania	26475/2011	-	11/04/2014	10/04/2024	-	-	-	-	Sim	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução
Instalação da unidade de atendimento de reintegração social	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	9261/2017	Processo CRSC nº 328/2018	22/03/2019	21/03/2020	2020	-	-	-	Sim	Sim	Em execução	Em execução	Em execução	Em execução

Tabela 68 - CONVENIOS COM AGEMCAMP

CONVÊNIOS - AGEMCAMP / FUNDOCAMP																
Item	Objeto	Órgão responsável	Nº Processo Administrativo	Nº Convênio / Contrato	Data de assinatura	Data de vigência	Previsão de conclusão	Valor repasse	Valor contrapartida	Valor Total	Em andamento?	Executado nesta Gestão?	Finalizado nesta Gestão?	Situação	Pendências	Solução
1	Obras de mobilidade urbana	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	20753/2015	-	-	-	-	R\$ 400.000,00	R\$ 1.505,52	R\$ 401.505,52	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual.
2	Software para videomonitoramento	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	13928/2014	-	-	-	-	R\$ 500.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 550.000,00	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
3	Sistema regional de radiocomunicação digital	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	13597/2014	-	-	-	-	R\$ 198.500,00	R\$ 90.783,00	R\$ 289.283,00	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
4	Revirada Cultural Regional	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	-	-	-	-	-	R\$ 80.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 100.000,00	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
5	Sistema Regional de Videomonitoramento	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	28571/2017	-	-	-	-	R\$ 600.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 650.000,00	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
6	Aquisição de academia ao ar livre	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	12694/2012	-	-	-	-	R\$ 40.000,00	R\$ 4.369,76	R\$ 44.369,76	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
7	Plataforma para redução de riscos e desastres	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	19382/2017	-	-	-	-	R\$ 180.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 210.000,00	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
8	Sistema metropolitano de proteção aos bens e serviços públicos	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	6473/2018	-	-	-	-	R\$ 110.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 140.000,00	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
9	Sistema Regional de Defesa Civil	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	5943/2012	-	-	-	-	R\$ 32.000,00	R\$ 9.292,67	R\$ 41.292,67	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual
10	Re-virada Cultura Regional	AGEMCAMP / FUNDOCAMP	5207/2019	-	-	-	-	R\$ 80.000,00		R\$ 80.000,00	Não	Não	Não iniciado	Aguardando regularização do CADIN Estadual	CADIN Estadual	Regularização do CADIN Estadual

Tabela 69 CONVENIOS TERMOS DE COOPERAÇÃO

CONVÊNIOS - TERMOS DE COOPERAÇÃO / CONTRATOS DE PARCERIA									
Item	Objeto	Órgão responsável	Secretaria Municipal responsável	Nº Processo Administrativo	Data de assinatura	Data de vigência	Em andamento?	Executado nesta Gestão?	Finalizado nesta Gestão?
1	Estágio curricular obrigatório	Faculdade Anhanguera Mantenedora	Secretaria Municipal de Saúde	11834/2018	13/08/2018	12/08/2019	Sim	Sim	Em execução
2	Estágio curricular obrigatório	Faculdade Anhanguera - Serviço Social	Secretaria Municipal de Habitação	21385/2017	29/03/2019	28/03/2020	Sim	Sim	Em execução
3	Estágio curricular obrigatório	Colégio Cosmos de Paulínia	Secretaria Municipal de Saúde	2891/2019	-	-	Elaborando minuta de Termo de Cooperação		
4	Estágio curricular obrigatório	Campcare	Secretaria Municipal de Saúde	29429/2017	31/12/2018	30/12/2019	Sim	Sim	Em execução
5	Estágio curricular obrigatório	ETEC Futuro	Secretaria Municipal de Saúde	2180/2019	-	-	Elaborando minuta de Termo de Cooperação		
6	Estágio curricular obrigatório	ETEP	Secretaria Municipal de Saúde	31897/2017	29/06/2018	28/06/2019	Sim	Sim	Em execução
7	Estágio curricular obrigatório	FAC III - Taquaral	Secretaria Municipal de Saúde	24267/2018	-	-	Aguardando documentação da faculdade		
8	Estágio curricular obrigatório	GG Martins / Escola Arquimedes	Secretaria Municipal de Saúde	18867/2018	15/10/2018	14/10/2019	Sim	Sim	Em execução
9	Estágio curricular obrigatório	IASP Hortolândia	Secretaria Municipal de Saúde	5443/2017	16/04/2018	15/04/2019	Sim	Sim	Em execução / renovação
10	Estágio curricular obrigatório	Instituto Educacional Superior São Paulo	Secretaria Municipal de Saúde	15847/2018	28/02/2019	27/02/2020	Sim	Sim	Em execução
11	Estágio curricular obrigatório	Liderança Escola Técnica	Secretaria Municipal de Saúde	31070/2017	29/03/2019	28/03/2020	Sim	Sim	Em execução
12	Estágio curricular obrigatório	Network	Secretaria Municipal de Saúde	12983/2017	31/12/2018	30/12/2019	Sim	Sim	Em execução
13	Restauração Praça Matriz	PUC Arquitetura e Urbanismo	Diversas	3138/2019	-	-	Elaborando minuta de Termo de Cooperação		
14	Desconto para cursos de Extensao	PUC	Todas	27049/2018	28/02/2019	60 meses	Sim	Sim	Em execução
15	Estágio curricular obrigatório	PUC	Secretaria Municipal de Saúde	76/2018	20/06/2018	60 meses	Sim	Sim	Em execução
16	Contrato de parceria de descontos	Network	Todas	3573/2019	08/03/2019	Indeterminado	Sim	Sim	Em execução
17	Estágio Curricular obrigatório	SÃO LEOPOLDO MANDIC	Secretaria Municipal de Saúde	14368/2017	06/10/2017	06/10/2019	Sim	Sim	Em execução
18	Comodato de Equipamentos	SÃO LEOPOLDO MANDIC	Secretaria Municipal de Saúde	2007/2019	06/10/2017	06/10/2019	Sim	Sim	Em execução
19	Contrato de parceria de descontos	UNICESUMAR	Secretaria Municipal de Saúde	386/2019	-	-	Aguardando documentação da faculdade		
20	Capacitação Profissional Saúde da Mulher	UNICAMP	Secretaria Municipal de Saúde	5267/2019	-	-	Elaborando minuta de Termo de Cooperação		
21	Programa SENAI Escola, vida e trabalho	SENAI	Secretaria Municipal de Educação	7171/2011	31/12/2018	30/12/2020	Sim	Sim	
22	Termo de Coop. Técnica Renovação de Uso escola	SENAI-RENOVAÇÃO DE USO PALIOTO	Secretaria Municipal de Educação	21795/2010	27/08/2008	31/12/2019	Sim	Sim	Em execução
23	Desenvolvimento de exercícios físicos e esportivos	SESI- ATLETAS DO FUTURO-BUCKMAM	Secretaria Municipal de Habitação	8387/2018	08/10/2018	12 meses	Sim		

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda